

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
NO MARANHÃO: DA ASSOCIAÇÃO À EMERGÊNCIA
DO SINDICATO**

Autor: Robson Santos Camara Silva

BRASÍLIA, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
NO MARANHÃO: DA ASSOCIAÇÃO À EMERGÊNCIA
DO SINDICATO

Autor: Robson Santos Camara Silva

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso (UnB)

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Brasília, maio de 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
NO MARANHÃO: DA ASSOCIAÇÃO À EMERGÊNCIA
DO SINDICATO

Autor: Robson Santos Camara Silva

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Banca: Prof.^a Dra. Christiane Machado Coêlho - UnB
Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses – UnB
Prof. Dra. Helvia Leite Cruz - UnB
Prof. Dr. Julián José Gindin – UFF
Prof. Dr. Sadi Dal Rosso - UnB
Prof. Dr. Luiz Carlos Galetti – UnB
(Suplente)

Dedico

À minha mãe, por ter possibilitado este momento da minha vida.
À minha companheira, por ter-me dado forças para
enfrentar os momentos difíceis durante o período
deste estudo.

Aos meus irmãos, que tanto me ajudaram na minha trajetória.
Ao meu falecido pai, em sua memória

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço pessoal para conquista de objetivos em minha vida. Mas também é resultado do apoio de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso desta tarefa. Pessoas que se dispuseram a ler, ouvir e criticar as versões anteriores, que contribuíram para que os dias fossem menos difíceis e me incentivaram a chegar até aqui. Esta pesquisa é resultado do apoio dos que puderam ajudar, direta e indiretamente, para que esta conquista fosse alcançada.

À Saturnina Câmara Silva, minha mãe.

À Francelina Silveria, por participar comigo de todo este período no enfrentamento de muitas dificuldades e no apoio necessário para obter tranquilidade no desenvolvimento deste trabalho.

A José Câmara Filho, (Zé Filho), Rosi Thânia, Thatiana Câmara Silva, Marcos Túlio e Klebenilce pela contribuição que cada um deu em minha trajetória.

À Juliana Bottechia, Verônica Gutteman, Ana Paula Rodrigues, Fernanda Márcia, Graciete, Marinha, Robevânia, Alzira, Rô, Renato, Márcia, Kattia Amin, Mano, Olgamir Amância, Valesca, Berê, Chico, Joaquim, Jairo, Odílio, Tião, Chiquinho, Zé Antônio, Volnei, Remi, Paulo Vinícius, Tamara, Roberto, Fernanda Maria, Marcelo, Jorge, Márcio José, Odair, Brúcio, Julinho, Julio Guterres, Reinaldo Vizentini, Jonas Pessoa e Sérgio Pedro pelo apoio.

Às professoras da UFMA, Diomar Motta, Ilma Vieira do Nascimento, Maria Alice Nogueira.

À Marize Campos pelo apoio.

À professora, Isméria Marques, pela contribuição na pesquisa documental.

A Zacarias e Lourdes, pelo apoio às pesquisas no arquivo público do Maranhão.

À instituição EAPE.

À professora Dra. Rosa Serradas, pelas contribuições durante o estágio doutoral em Portugal.

Ao Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CEIF), da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (ULHT).

À Anabella, do Centro de documentação da Fenprof, de Portugal.

Aos amigos e amigas que conheci na terra lusitana.

Ao setor de biblioteca da Universidade Federal do Maranhão.

Aos amigos e amigas do Maranhão que apoiaram este projeto.

Ao Sinproessemma, Sinterp e SINDEDUCAÇÃO.

Ao PC do B, meu partido.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho.

Aos parceiros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA).

À Universidade de Brasília, que me acolheu academicamente.

Ao Departamento de Sociologia, nas pessoas dos professores e servidores.

Ao Instituto de Ciências Sociais.

Ao movimento de pós-graduandos.

Ao meu orientador, professor Sadi Dal Rosso, pela paciente orientação e reflexão sobre o meu trabalho de tese.

Agradeço a CAPES pelo financiamento das bolsas em meu estágio doutoral no exterior.

A todas estas pessoas, agradeço sinceramente.

A verdade de um conhecimento ou de uma teoria é determinada não por uma apreciação subjetiva, mas sim pelos resultados da prática social objetiva. O critério da verdade não pode ser outro senão a prática social. O ponto de vista da prática é o ponto de vista primordial, fundamental, da teoria materialista-dialética do conhecimento.

Mao Tse-tung.

RESUMO

Esta tese é uma investigação sobre o associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão. Diferentemente de outras unidades da federação, em que a reconstrução do sindicalismo docente já acontece há anos, esse estado brasileiro ainda requer estudos que possibilitem o avanço do conhecimento neste campo. A pesquisa tem como principais objetivos: reconstruir os processos pelos quais se organizou o magistério maranhense, inicialmente, sob a forma associativa e, posteriormente, na forma sindical, até alcançar o grau de consolidação que a organização exhibe nos dias atuais; identificar as organizações de trabalhadores docentes que se formaram ao longo da história da educação maranhense, sua natureza e as razões que conduziram a uma pluralidade de entidades; analisar o associativismo e o sindicalismo enquanto formas de resistência e de ação pró-ativa dos trabalhadores docentes no Maranhão; relacionar o contexto histórico e político com a emergência do associativismo e do sindicalismo do magistério; levantar as principais lutas do magistério maranhense e periodizar sua evolução, bem como analisar as condições atuais do sindicalismo docente maranhense. As condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo docente no Maranhão são condições estruturais que possibilitam o surgimento de associações e sindicatos docentes. O número e a densidade de professores permitiram as trocas de experiências sobre as questões inerentes à profissão, mas que só tiveram efeito a partir da construção de um projeto político que deu vazão às percepções coletivas do mundo do trabalho. Tal realidade não termina em si, mas deve constituir-se para si. A análise do desenvolvimento histórico do associativismo e sindicalismo maranhense demonstra que estes se configuraram em entidades que possuíam o intento de representar todo o professorado (Associação Pedagógica Almir Nina e Departamento maranhense da ABE) e, posteriormente, emergem as formas fragmentadas de representação (Associação de Professoras Normalistas do Maranhão, Sinterp, Sinproesemma e SINDEDUCAÇÃO). A legislação cunhada no regime militar foi responsável por produzir a fragmentação entre os professores públicos e os da rede particular, uma vez que era proibido aos primeiros se organizar sindicalmente e constituir um sindicato único para todo o magistério de sua região geográfica. Em suma, o associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão se desenvolveram em uma sociedade cujo grau de controle se mantinha fortemente ativo e não era possível erigir entidades de defesa de interesses laborais sem fazer mediações com o poder político local.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente; História; Sociologia da Educação; Trabalho Docente

ABSTRACT

This thesis is an investigation on the associativismo and the educational syndicalism in Maranhão. Differently of other units of the federation, in that the reconstruction of the educational syndicalism already happens there are years, that Brazilian state still requests studies that make possible the progress of the knowledge in this field. The research has as main objectives: to rebuild the processes initially for the which it was organized the teaching from Maranhão, under the associative form and, later, in the syndical form, until reaching the consolidation degree that the organization exhibits in the current days; to identify the educational workers' organizations that were formed along the history of the education from Maranhão, its nature and the reasons that drove it a plurality of entities; to analyze the associativismo and the syndicalism while resistance forms and of the educational workers' action for-active in Maranhão; to relate the historical and political context with the emergency of the associativismo and of the syndicalism of the teaching; to lift the main fights of the teaching from Maranhão and to establish the chronology of its evolution, as well as to analyze the current conditions of the from Maranhão educational syndicalism. The objective and subjective conditions of emergency of the educational associativismo in Maranhão are structural conditions that make possible the appearance of associations and educational unions. The number and the teachers' density allowed the changes of experiences on the inherent subjects to the profession, but that only had effect starting from the construction of a political project that gave flow to the collective perceptions of the world of the work. Such reality doesn't finish in itself, but it should be constituted for itself. The analysis of the historical development of the associativismo and syndicalism from Maranhão demonstrates that these they were configured in entities that possessed the project of representing the whole faculty (Pedagogic Association Almir Nina and Department from Maranhão of ABE) and, later, the fragmented forms of representation (Association of Normalites Teachers of Maranhão, Sinterp, Sinproesemma and SINDEDUCAÇÃO) emerge. The legislation coined in the military regime was responsible for producing the fragmentation between the public teachers and the one of the private net, once it was prohibited to the first ones to organize in the form syndical and to constitute an unique union for the whole teaching of its geographical area. In short, the associativismo and the educational syndicalism in Maranhão grew in a society whose control degree if it maintained assets strongly and it was not possible to erect entities of defense of interests work without doing mediations with the local political power.

Word-key: Educational Syndicalism; History; Sociology of the Education; Educational Labors

RÉSUMÉ

Cette thèse est une enquête sur l'associativismo et le syndicalisme pédagogique à Maranhão. Différemment d'autres unités de la fédération, dans que la reconstruction du syndicalisme pédagogique se passe déjà il y a années, que l'état brésilien demande encore des études qui font possibles le progrès de la connaissance dans ce champ. La recherche a comme objectifs principaux: reconstruire initialement les processus pour le lequel elle a été organisé l'enseignement de Maranhão, sous la forme associative et, plus tard, dans la forme syndicale, jusqu'à atteindre le degré de la consolidation que l'organisation expose dans le courant jours; identifier les organisations des ouvriers pédagogiques qui ont été formées le long de l'histoire de l'éducation de Maranhão, sa nature et les raisons qui l'ont conduite une pluralité d'entités; analyser l'associationnisme et le syndicalisme pendant que la résistance forme et de l'action des ouvriers pédagogiques pour-actif à Maranhão; raconter le contexte historique et politique avec l'urgence de l'associationnisme et du syndicalisme de l'enseignement; pour soulever les bagarres principales de l'enseignement de Maranhão et établir la chronologie de son évolution, aussi bien qu'analyser les conditions courantes du de Maranhão syndicalisme pédagogique. Les conditions objectives et subjectives d'urgence de l'associationnisme pédagogique à Maranhão sont des conditions structurelles qui font possibles apparence d'associations et unions pédagogiques. Le nombre et la densité des professeurs ont autorisé les changements d'expériences sur les sujets inhérents à la profession, mais cela avait seulement effet qui commence de la construction d'un projet politique qui donné le courant aux perceptions collectives du monde du travail. La telle réalité ne finit pas elle-même, mais il devrait être constitué pour elle-même. L'analyse du développement historique de l'associationnisme et syndicalisme de Maranhão démontre que ceux-ci ils ont été configurés dans les entités qui ont possédé le projet de représenter la faculté entière (Association Pédagogique Almir Nina et Département de Maranhão d'ABE) et, plus tard, les formes fragmentées de représentation (Association de Professeurs Normalistes de Maranhão, Sinterp, Sinproesemma et SINDEDUCAÇÃO) émergent. La législation inventée dans le régime militaire était responsable pour produire la fragmentation entre les professeurs publics et celui du filet privé, une fois il a été interdit aux premiers si ils organisent syndicalement et ils constituent une seule union pour l'enseignement entier de sa région géographique. Dans court, l'associationnisme et le syndicalisme pédagogique à Maranhão ont grandi dans une société dont degré du contrôle s'il

avait maintenu des fonds fortement et ce n'était pas possible d'élever des entités de défense de travail des intérêts sans faire des médiations avec le pouvoir politique local.

Mot-clef: Syndicalisme de Professeurs; Histoire; Sociologie de l'éducation; Travail de Professeurs

LISTAS DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABPPSP – Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
ACO – Ação Católica Operária
ACP – Associação Cultural de Professores
AIB – Ação Integralista Brasileira
AI – Ato Institucional
AFL-CIO - American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
ANL– Aliança Nacional Libertadora
AP – Associação de Professoras
APAN – Associação Pedagógica Almir Nina
APEMA – Associação de Professores do Estado do Maranhão
APMEP – Associação dos Professores do Magistério de São Luís
APEMM – Associação de Professores do Ensino Médio Municipal
APEOC - Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará
APEP – Associação dos Professores do Estado do Piauí
APMOP – Associação de professores do Ensino Médio do Piauí
APP12^a – Associação de Professores Particulares da 12^a Circunscrição
APP13^a – Associação de Professores Particulares da 13^a Circunscrição
APPDF – Associação de Professores Primários do Distrito Federal
APPMG – Associação de Professores Primárias de Minas Gerais
APPS – Associação Paulista de Professores Secundários
APNM – Associação de Professoras Normalistas
APRN – Associação de Professores do Rio Grande do Norte
APRUMA - Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
APS – Associação de Professores Secundários
APEOESP – Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASTE (Rede) – Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação
ASRGP – Associação Sul –Rio Grandense de Professores
BOC – Bloco Operário Camponês

CBP – Centro Botucatuense do Professorado
CCBE – Confederação Católica Brasileira de Educação
CEFET – Centro Federal de Ensino Técnico
CEMA – Centro Educacional do Maranhão
CEP – Centro Estadual de Professores
CGG – Comando Geral de Greve
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIOSL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE – Confederação Mundial de Organizações Profissionais de Educação
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COB – Congresso Operário Brasileiro
CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
CPB – Confederação do Professorado Brasileiro
CPERS – Centro do Professorado do Estado do Rio Grande do Sul
CPETS – Centro de Professores do Ensino Técnico Secundário
CPN – Centro do Professorado Noturno
CPOS – Comissão Permanente das Organizações Sindicais
CPP – Centro do Professorado Paulista
CPP – Centro de Professores Primário (RJ)
CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPPI – Centro do Professorado de Piracicaba
CPPP – Centro do Professorado Primário Pernambucano
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil
CRPE – Centro Regional de Pesquisa Educacional
CSC – Corrente Sindical Classista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FETEENE – Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento do Norte e Nordeste
FITEE – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
FSD – Fórum Social de Debates
FSM – Federação Mundial de Educação

GEPT – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPROS – Instituto de Promoção Social
JOC – Juventude Operária Católica
LPC – Liga do Professorado Católico
MIA – Movimento Sindical Antiarrocho
MCTI – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MDB – Movimento Democrática Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
MOAP – Movimento de Oposição Aberto dos Professores
MOSEP – Movimento de Oposição Sindical do Ensino Público
MUP – Movimento de União de Professores
MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDCV – Plano de Carreira e Vencimento
PRODESAP – Projeto de Desenvolvimento das Associações de Professores
PSDM – Partido Social Democrata Maranhense
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PC do B – Partido Comunista do Brasil
SESP – Sociedade de Educação de São Paulo
SINDEDUCAÇÃO – Sindicato dos Profissionais do Magistério Público de São Luís
SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado do Ceará
SINPRO-RIO – Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro
SMP – Sindicato Mineiro de Professores
SPESRJ – Sindicato de Professores Secundário do Rio de Janeiro
SPESOARJ – Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro
SPDF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SPESP-SL – Sindicato de Professores do Ensino Secundário e Primário de São Luís
SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Maranhão

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPP – Sociedade Unificadora dos Professores Primários
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPP – União dos Professores Primários
UPP-DF – União dos Professores Primários do Distrito Federal
UPPEGB – União dos Professores Primários do Estado da Guanabara
URM – União Republicana Maranhense
UTE-MG – União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais
VAF – Vanguarda Antifascista

LISTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Inventário de propriedades da Companhia de Jesus no Maranhão.....	62
Quadro 2- Associações e Sindicatos existentes no Brasil entre 1901 a 1938.....	107
Quadro 3 - Síntese da organização sindical maranhense.....	193
Quadro 4 - Principais fatos que marcaram a existência das entidades.....	200

LISTA DE TÁBELAS

Tabela 1 – Estimativas populacionais.....	45
Tabela 2 - População do Brasil e do Maranhão de 1823 - 1900.....	52
Tabela 3 - Comércio exterior do Brasil e do Maranhão de 1821 – 1940 (Mil réis).....	53
Tabela 4 – População do Maranhão por condição social e a cor no censo de 1872.....	56
Tabela 5 – População do Maranhão por condição social segundo a instrução em 1872.....	57
Tabela 6 – Magistério maranhense considerando nacionalidade, condição social e sexo em 1872.....	66
Tabela 7 – Quadro comparativo do magistério entre o Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia e o Brasil, considerando a nacionalidade, condição social e sexo em 1872.....	67
Tabela 8 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando escolas e cursos por dependência administrativa, pessoal docente e quantitativo de alunos.....	68
Tabela 9 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente e alunos matriculados por dependência administrativa segundo o sexo.....	69
Tabela 10 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente e alunos matriculados segundo cursos.....	70
Tabela 11 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente que atuam na educação profissional e alunos inscritos.....	70
Tabela 12 – Escolas e população escolar em relação à média por professor no Maranhão em 1920.....	71

Tabela 13 – População escolar no Maranhão e matrículas na instrução primária em 1920.....	72
Tabela 14 – Composição do Magistério maranhense considerando o sexo e a nacionalidade em 1920.....	72
Tabela 15 – Professorado maranhense em 1958.....	123
Tabela 16 - Magistério maranhense de 1932 a 1945.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Populacional do Maranhão.....	55
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
PARTE I. – AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOCENTE NO MARANHÃO.....	36
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOLÓGICO PARA A FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO MARANHENSE.	36
1. 1. A colonização do Maranhão e seu crescimento demográfico.....	36
1. 2. As condições econômicas e sociais para formação do professorado maranhense de 1500 a 1900.....	47
1. 3. Os dados demográficos e educacionais dos Censos de 1872, 1920 e as Estatísticas da Instrução de 1907.....	55
1.4. O surgimento do professorado maranhense: dos jesuítas aos professores régios.....	59
1.5. O magistério maranhense nos anos de 1872, 1907 e 1920.....	66
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO BRASILEIRO.....	74
2.1. Aspectos teóricos sobre associativismo e sindicalismo de modo geral.....	74
2.2. A organização operária brasileira e a formação da consciência de classe.....	78
2.3. O estado novo e o controle das organizações sindicais (1930-1945).....	83
2.4. Periodização do movimento operário e sindical.....	89
2.5. A contribuição do “novo sindicalismo” para organização dos trabalhadores brasileiros.....	91
CAPÍTULO 3 – A EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL.....	97
3.1. A literatura sobre o associativismo docente no Brasil.....	97
3.2. As condições para a emergência associativa e sindical.....	101
3.3. A gênese do associativismo do magistério e a emergência dos primeiros sindicatos da categoria.....	104
3.4. A atuação das associações e dos sindicatos docentes no Brasil a partir do golpe de 1964.....	112

3.5. O novo sindicalismo e seus efeitos na organização dos trabalhadores do magistério.....	114
---	-----

CAPÍTULO 4. – O ASSOCIATIVISMO E O SINDICALISMO DOCENTE NO MARANHÃO.....120

4.1. O cenário político, econômico e social da organização associativa e sindical docente maranhense.....	120
4.2. A Associação Pedagógica Almir Nina.....	128
4.3. O Congresso Pedagógico do Maranhão de 1920.....	130
4.4. A constituição do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação- ABE.....	131
4.5. Associação de Professores Normalistas do Maranhão.....	138
4.6. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular – SINTERP.....	145
4.7. A Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal – APEMM.....	155
4.8. Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA.....	162
4.9. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão/Simproesemma.....	170
5.0. O Sindicato dos profissionais do Magistério Público de São Luís – SINDEDUCAÇÃO.....	171

PARTE II. – ANÁLISE DOS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO MAGISTÉRIO MARANHENSE E SEU ENGAJAMENTO SINDICAL.....174

CAPITULO 5 – ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL MARANHENSE.....174

5.1. A Escola Normal no Maranhão.....	175
5.1.1. As primeiras escolas normais brasileiras.....	175
5.1.2. O fundador e primeiro professor da Escola Normal no Maranhão.....	175
5.1.3. Sobre o Método Lancaster.....	177
5.1.4. Da Escola Normal no Maranhão ao Instituto de Educação.....	178
5.2. O Liceu maranhense.....	183

5.2.1. A origem do Liceu.....	183
5.2.2. O liceu e seu professorado.....	184
5.2.3. O caráter de classe do Liceu e a organização do magistério.....	189
5.2.4. A contribuição do Liceu para o associativismo e o sindicalismo no Maranhão.....	191
5.3. O desenvolvimento associativo e sindical maranhense.....	192
5.4. Periodização dos principais fatos que marcaram a existência das entidades associativas e sindicais docentes da educação básica no Maranhão.....	199
5.5. A fragmentação e as condições atuais do sindicalismo maranhense.....	206
CONCLUSÃO.....	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
ANEXOS.....	248
Anexo A - Roteiro de entrevistas – associativismo e sindicalismo do magistério no estado do Maranhão.....	248
Anexo B - Biografias.....	250

INTRODUÇÃO

I. OS PROBLEMAS DE PESQUISA

Reconstruir a trajetória do associativismo e do sindicalismo docente no Maranhão é uma tarefa complexa, uma vez que não há como conhecê-la sem lançar mão de conhecimentos sobre a formação social e econômica, desenvolvimento demográfico e influência do aspecto político e de classe sobre a organização do professorado nesse estado brasileiro.

O interesse em desenvolver este tema parte da identificação do autor com o Maranhão, estado de nascimento do mesmo e de onde ele obteve a formação para atuar no magistério. Também contribuiu para aproximação, o fato de ele participar do Grupo de Estudos do Trabalho (GEPT/UnB), ligado ao Departamento de Sociologia da UnB, coordenado pelo Professor Dr. Sadi Dal Rosso.

A participação na rede de pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação (ASTE) foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo maior é aglutinar pesquisadores, sindicalistas e interessados na temática através de seminários internacionais bianuais. Por meio da Rede ASTE, tornou-se possível promover intercâmbio não só com pesquisadores brasileiros como também com investigadores dos continentes americano e europeu.

O estágio doutoral desenvolvido em Portugal, durante quatro meses, junto com pesquisadores portugueses, que formam uma das redes mais significativas da Europa, ajudou no aporte teórico-metodológico para elaboração deste trabalho. Os estudos em bibliotecas daquele país permitiram encontrar subsídios documentais relativos ao Maranhão que contribuiriam para esta pesquisa.

Este trabalho analisou os processos que antecederam o aparecimento do associativismo e, posteriormente, culminaram com a organização do sindicalismo docente propriamente dito. O estudo de caso foi feito no Maranhão, por se tratar de um estado onde esta questão ainda requer estudos, diferentemente de outros estados em que a reconstrução do sindicalismo docente já acontece há anos (Gindin, 2009)¹.

¹ Segundo Gindin, a distribuição de pesquisas, sobre o sindicalismo docente no Brasil, ocorre de forma assimétrica. No levantamento que elaborou em 2009, encontrou dois trabalhos sobre a temática na região Norte, nove sobre o Centro-Oeste, 17 sobre o Nordeste, 14 sobre o Sul e 41 sobre o Sudeste.

Os elementos sociais, históricos, políticos e econômicos da educação maranhense serão identificados enquanto lócus de contextualização epistemológica, uma vez que o objeto requer tais procedimentos para que melhor retrate o elemento central – o associativismo e sindicalismo docente no Maranhão.

O conjunto de dados acerca do sindicalismo docente indica que as relações das entidades de caráter nacional e até internacional produziram efeito na organização dos professores nos diferentes estados brasileiros, o Maranhão não está fora deste contexto.

Identificar e analisar a emergência e desenvolvimento do sindicalismo docente no estado maranhense possibilita produzir elementos que permitam uma maior compreensão acerca da organização desse segmento de trabalhadores no Brasil (DAL ROSSO, 2011).

O percurso metodológico desenvolvido reconstrói os processos que influenciaram a organização dos trabalhadores docentes maranhenses e os elementos que culminaram para transformação da natureza da organização desses trabalhadores em uma entidade de defesa dos interesses coletivos no ramo do ensino.

Tendo em vista as lacunas em torno do assunto e a necessidade de ampliar estudos e pesquisas nesse campo, sob a perspectiva da sociologia do trabalho, formalizaram-se as questões iniciais que fundamentaram esta investigação ora apresentada. Como o contexto social, histórico, econômico e político influenciaram as condições para a emergência do associativismo e do sindicalismo docente no Maranhão? Que condições se mostraram iniciais para a emergência da organização docente da educação básica? Qual a origem social do magistério maranhense? Como se formou a consciência de classe dos professores de modo a organizarem formas institucionais de resistência e lutas por ideais? Quais as principais lutas enfrentadas por estas organizações? Qual o papel do normalismo na organização do associativismo maranhense? Com efeito, o movimento dos professores não emerge isolado das condições históricas da sociedade na qual se organiza. O movimento é tributário destas condições. Com esta afirmação, não se quer dizer que se negue o protagonismo dos trabalhadores em educação, muito pelo contrário. Pretende-se estabelecer um quadro conceitual que permita a interpretação da emergência da organização associativa e sindical em um importante estado brasileiro.

A elaboração deste trabalho é fruto de uma extensa pesquisa documental e bibliográfica, além de ter recorrido a fontes orais para compor as lacunas que as exiguidades de registros deixam.

II. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O método, escreve Auguste Comte, não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado; ou pelo menos, não passa de um estudo morto, incapaz de fecundar o espírito que se entrega a ele. Tudo o que se pode dizer de real, quando o consideramos abstratamente, reduz-se a generalidades de tal forma imprecisas que estas não poderiam exercer qualquer influência sobre o regime intelectual. Quando baseamos firmemente a tese lógica, que todos os nossos conhecimentos devem ser baseados na observação, que devemos proceder a partir de fatos para chegar aos princípios ou a partir dos princípios para chegar aos fatos, e alguns outros aforismos semelhantes, ficamos conhecendo o método muito menos nitidamente do que aquele que, de maneira pouco aprofundada, estudou uma única ciência positiva, mesmo sem intenção filosófica

(C. Canguilhem apud Bourdieu, 2007)

A investigação relaciona-se com a compreensão dos processos sócio-históricos que culminaram na origem das entidades de representação dos trabalhadores do magistério no Maranhão, como também está ligada aos aspectos que incidiram sobre a organização tardia destes docentes em sindicatos. A reconstrução do processo histórico envolve não só o tratamento de categorias como associativismo, sindicalismo, organização de trabalhadores, bem como o levantamento empírico dos processos por meio dos quais se deu a organização de defesa dos docentes. Desta forma, o trabalho de tese desenvolvido apresenta discussões teóricas e conceituais sobre a análise da realidade. Tais quais muitos outros estudos, este opera com uma perspectiva, simultaneamente, teórica e empírica.

No campo da Sociologia, existem diversas soluções ou escolas de pensamento sobre como relacionar teoria e empiria (Bourdieu, (2007); Mills (1975), Marx, (2011) e Durkheim, (2007)) e cujas contribuições serão importantes na definição dos procedimentos metodológicos.

A maneira como se aprofundar nos estudos do objeto é algo fundamental no desenvolvimento de um processo de pesquisa. Neste sentido, Mills (1975, p. 67) ajuda a definir caminhos:

O método são os procedimentos usados pelos homens na tentativa de compreender ou explicar alguma coisa. A metodologia é o estudo dos métodos; proporciona teorias sobre o que os homens estão fazendo quando trabalham em seus estudos. Como pode haver muitos métodos, a metodologia tende, necessariamente, a ter caráter bastante geral, e por isso não ensina processos específicos de estudo – embora, naturalmente, possa fazê-lo. A epistemologia é ainda mais geral do que a metodologia, pois seus praticantes se ocupam com o terreno e os limites, em suma, com o caráter do “reconhecimento”.

O método é, pois, o caminho para obter informações empíricas acerca do objeto. Tais informações, no entanto, são elementos brutos, são matérias-primas que devem ser submetidas à análise e à interpretação do pesquisador.

Mills (1975, p. 11) indica que o procedimento metodológico deve responder, com algum grau de segurança, às afirmações que possam ser mais ou menos duráveis:

A imaginação sociológica capacita o seu possuidor para entender o cenário histórico, de modo mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem, frequentemente, uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas.

Quando C. W. Mills fala da imaginação sociológica, ele estimula o pesquisador a se soltar mais, agir criativamente, a imaginar o objeto de forma mais ampla que o caso específico observado. O método deve presidir a constituição do esquema analítico para enxergar as relações identificadoras da estrutura social nas quais o objeto se insere e estas relações podem produzir maiores considerações abstratas a partir do concreto.

No mesmo texto, sobre a imaginação sociológica, C. W. Mills argumenta sobre os atores e os coletivos, sustentando, para esta tese, que os atores que compõem a organização associativa ou sindical são capazes de expor as entrelinhas das ações motivadoras que se tornaram públicas no espaço de luta política relativa a uma determinada categoria de trabalhadores.

Durkheim (2007, p. 35) destaca a importância de definir claramente o objeto. Sua expressão é rigorosa “essa é a primeira e mais indispensável condição”:

Toda investigação científica tem por objeto um grupo determinado de fenômenos que correspondem a uma mesma definição. O primeiro procedimento do sociólogo deve ser, portanto, definir as coisas de que trata, a fim de que saiba e de que ele saiba bem o que está em questão. Essa é a primeira e mais indispensável condição de toda prova e de toda a verificação; uma teoria, com efeito, só se pode ser controlada se se sabe reconhecer os fatos que ela sabe explicar.

O fato sociológico é o objeto de pesquisa, e a definição dos procedimentos decorre desse objeto. A escolha teórica está ligada ao processo de delimitação do que se quer pesquisar.

O método é compreendido pela forma como Marx (2011, p. 54) entende a relação entre o abstrato e o concreto, ao referir que:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começar pela população, que é fundamento e sujeito do ato social, de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. Ex, trabalho assalariado, capital, etc. [...] Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria, analiticamente, a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [abstrakta] cada vez mais finos, até que chegasse a determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como representação caótica de um todo, mas como rica totalidade de muitas determinações e relações.

Marx escreve que população é uma noção vazia sem o entendimento da classe social à qual as pessoas pertencem. Para o projeto em tela, classe social ultrapassa as fronteiras da categoria docente. Os docentes são um grupo social, dentre inúmeros outros, que pertencem à classe trabalhadora. Por esta razão, a tese assume o associativismo e o sindicalismo como categorias simples em relação à organização dos docentes para a resistência e para a ação pró-ativa. Ora, em que reside a diferença entre associativismo e sindicalismo? Como já foi indicado antes, associação é uma organização mais abrangente que sindicato. Ela pode reunir pessoas que se encontram na situação de assalariamento, bem como grupos fora dessa relação. Sindicato, por sua vez, opera com a relação de assalariamento, apenas.

Portanto, a transição entre associativismo implica uma transição social (de informalmente assalariado ou não assalariado para relação salarial) e uma transição de consciência (isto é, reconhecimento de que pertença ao grupo social daqueles que vivem de salários). É desta forma que se entende a relação entre o simples e o complexo, entre o abstrato e o concreto, para as especificidades desta investigação.

Justifica-se o método dialético, em detrimento de outros tipos de metodologias de pesquisa, devido a este penetrar sob as aparências na busca do movimento profundo (essencial) que se oculta sob o movimento superficial, permitindo, assim, interpretar a conexão de coisas e suas contradições (LEFEBVRE, 1995).

Politzer (1954, p. 29) escreve que o método dialético “considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência”. Tal concepção possibilita compreender não só a singularidade dos micros processos, mas também o conjunto condicionante que discorda de sua totalidade.

A natureza do objeto investigado requer uma forma de análise que permita ver as contradições inerentes ao processo histórico, político, social e econômico que envolve os

elementos singulares. Daí a necessidade de um método capaz de captar as contradições inerentes ao contexto do objeto de estudo.

A construção de conceitos abstratos sobre associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão constitui uma forma mais sofisticada de entender a organização dos trabalhadores docentes e as determinações motivadoras do complexo de relações que desenvolveram a criação dessas organizações e impulsionam as lutas. Criar organizações, desenvolver lutas e outras informações empíricas representam um conjunto caótico de elementos com o qual a análise deverá se defrontar em uma viagem de retorno às categorias de análise que respondam aos problemas de pesquisa.

A perspectiva dialética parece adequada para tratar destes conflitos entre trabalhadores da educação em relação ao Estado. Por fim, a dialética apresenta uma orientação para relacionar condições objetivas e subjetivas. Esta última relativa à formação de subjetividades dos docentes enquanto trabalhadores.

A dialética do abstrato e do concreto está relacionada a outra razão prática. O estudo do sindicalismo docente trata da organização e das lutas de um segmento da classe trabalhadora, embora se possa discutir se o docente se entende como tal. Até esse ponto, discutimos questões metodológicas suscitadas por Bourdieu, Durkheim, C. W. Mills e Marx. Mas este projeto envolve, também, necessariamente, uma robusta coleta de informações empíricas do tipo qualitativo e quantitativo, além da discussão conceitual sobre associativismo, sindicalismo e outras categorias pertinentes.

O campo de realização desta pesquisa foi o Maranhão, especialmente, a capital, São Luís e foi necessário que o investigador se deslocasse para fazer levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas. Isso foi feito tanto nos arquivos de organizações sindicais quanto nos sindicatos atuais daquele do estado.

Foram utilizados registros estatísticos para esta investigação, uma vez que neles podem ser encontradas informações de que as sociedades modernas dispõem e que revelam as características de seus membros.

Gil (1999, p. 161) escreve que a coleta de dados, a partir das estatísticas, é muito mais simples do que mediante qualquer procedimento direto. Por outro lado, adverte que isto:

exige do pesquisador um bem elaborado plano de pesquisa que indique com clareza a natureza dos dados a serem obtidos. E também saiba identificar as fontes adequadas para obtenção de dados significativos para os propósitos da pesquisa.

O plano de pesquisa deve ser orientado para se identificarem as fontes estatísticas e os dados relevantes para o propósito a que o pesquisador objetiva chegar durante o processo de

investigação. Daí a utilização dos censos e relatórios estatísticos como fontes que podem revelar traços da realidade analisada.

Senra (2005, p. 95) entende que as informações estatísticas na pesquisa sociológica são de grande importância teórico-metodológica quando aplicadas nas investigações que compreendam e reconstruam processos que ocorreram em determinadas realidades, ao afirmar o seguinte:

Como tudo na ciência e nas pesquisas (naturais e sociais), as estatísticas são mensurações construídas das realidades. Embora num primeiro instante reduza-se e diminua a realidade, porquanto, perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se amplifica, ou seja, se é fato que se perde a riqueza das unidades também é verdade que se ganha a riqueza do coletivo. E como se controla coletividade e não individualidades, ou, melhor dizendo, controla individualidades em meio a coletividades, a informação estatística, com dupla força sintática e semântica, assume um papel de extrema relevância: objetivamente (objetividade objetivada) torna presente o distante, revela o distante.

Na concepção de Senra, a utilização de dados que fazem determinadas mensurações é válida tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais. Para ele, as estatísticas podem ser úteis à prospecção e compreensão de realidades investigadas, uma vez que as informações de uma determinada coletividade se manifestam de várias formas e estão eivadas de detalhes que, ao serem interpretados, assumem relevância explicativa em um objeto de pesquisa.

O emprego de estatísticas se insere no contexto da abordagem metodológica deste trabalho, uma vez que estas “expressam em números (que na tradição científica têm pretensões à universalidade) múltiplos (coletivos) previamente organizados”. Seu uso “agrega (supera) registros individuais observáveis e registráveis, e ao agregá-los, diz o todo (do conjunto, do coletivo) e não mais das partes” (SENRA, 2005, p. 120).

Os dados objetivos permitem produzir interpretações sobre o conjunto de expressões coletivas de uma determinada realidade. Daí a possibilidade do investigador aproximar as partes do todo ao se debruçar sobre um processo de reconstrução a partir de mensurações e fazer inferências acerca delas.

O uso das estatísticas contribui no processo de reconstrução dos aspectos fundamentais das características que exibiu a sociedade maranhense, bem como o cenário que possibilitou a organização associativa e sindical no Maranhão. Os Censos de 1872, de 1920 e as Estatísticas da Instrução de 1907 são fontes de grande utilidade no desenvolvimento desta investigação.

A utilização deste tipo de informação, baseado em dados numéricos, constitui um elemento teórico-metodológico que contribui na consecução dos objetivos a que se propõe este

trabalho. As estatísticas possuem a capacidade de falar ao pesquisador o que não está disponível, eventualmente, em outras em outras fontes acessadas.

Bourdieu et alii (2007, p. 24) escrevem que durante uma pesquisa:

os dados se lhe apresentam como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto. Ao fragmentar as totalidades concretas e patentes que são dadas à intuição para substituí-las pelo conjunto dos critérios abstratos que as definem do ponto de vista sociológico – profissão, remuneração, nível de instrução, etc. – impedindo induções espontâneas que, por um efeito de halo, levam a estender a uma classe inteira os traços marcantes dos indivíduos mais ‘típicos’ na aparência, em suma, dilacerando a rede de relações que tece continuamente na experiência, a análise estatística contribui para tornar possível a construção de novas relações, capazes de impor, por seu caráter insólito, a busca das relações de natureza superior que lhe serviram de justificativa.

Bourdieu, de forma surpreendente, para quem acompanha suas críticas ao positivismo e ao empirismo, tece loas ao uso das estatísticas e a capacidade de elas permitirem chegar à “relação de natureza superior”. Ele escreve também sobre o papel dos fragmentos na pesquisa. O pesquisador, a partir de pequenos fragmentos, pode reconstruir uma situação investigada. São elementos que quando sistematizados produzem formas superiores ou abstratas do que se quer compreender.

Existem informações disponíveis sobre educação nos censos demográficos atuais e históricos. Estes censos permitem obter alguma visão histórica da evolução da educação no Maranhão, do número de professores, de estudantes, de escolas, etc. Por esta riqueza de informações, o projeto recorrerá a estas fontes estatísticas de informação.

Foi empregada também a análise de documentos, jornais, diário oficial, atas de sindicatos, registros de assembleias do sindicato e entrevistas.

a) **Coleta de dados**

A realidade educacional do Maranhão como, aliás, de todos os estados brasileiros, pode ser estudada por meio dos dados censitários. O primeiro censo organizado no Brasil data de 1872. Já tivemos a oportunidade de consultar essas fontes de informação e percebemos que podem ser extremamente úteis para a reconstrução das condições educacionais do estado do Maranhão em perspectiva histórica. Alguns censos posteriores a 1872 são de qualidade mais precárias conforme analisados por Senra (2009), autor que pode apoiar-nos nesse campo. Mas o censo de 1920 é tido como de boa qualidade assim como alguns censos posteriores.

As Estatísticas da Instrução de 1907 são outra importante base de dados para este

trabalho. Por terem sido um documento voltado à análise de informações educacionais, tornaram-se fundamentais na obtenção de subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

b) Coleta de dados através de fontes documentais

Os dados escritos não são fontes mais legítimas que outros canais de informação, mas possuem o mesmo *status*. Consideram-se registros documentais: atas, estatutos, cartazes, panfletos, fotografias, jornais, diários oficiais, etc. Estes documentos permitem acessar a constituição das organizações associativas e sindicais.

Dados desta natureza podem ser encontrados de diversas maneiras. Eles podem estar tanto em arquivos públicos, bibliotecas, eventualmente, em registros pessoais de sindicalistas, com ex-sindicalistas, pesquisadores locais ou em núcleo de pesquisa que possa disponibilizar dados relativos ao objeto.

c) Entrevista

As entrevistas estão no mesmo patamar de importância das fontes documentais, pois conseguem substituir registros escritos, através de história oral, em que os sujeitos que compõem ou que detêm conhecimento sobre a história sindical das entidades tornam-se fontes importantes de informação.

O contato com os informantes foi desenvolvido na exploração ao campo de pesquisa. A definição dos entrevistados ocorreu a partir da elaboração de uma listagem de contato com atores relacionados a entidades sindicais que foram pesquisadas. Optou-se pela entrevista semi-estruturada por permitir maior flexibilidade no processo de coleta de dados e, metodologicamente, ser mais adequada a este tipo de pesquisa.

Foram entrevistados 17 sindicalistas e ex-sindicalistas. O critério para escolha dos entrevistados foi a contribuição que cada um deu ao movimento sindical docente no período político que atuou como sindicalista.

Logo no primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, foram explicados os propósitos que regem o trabalho, os termos de divulgação e a maneira como seriam utilizadas as informações obtidas com a aplicação do instrumento de coleta de dados. Ainda neste primeiro contato, foram marcadas as datas e o local onde seria realizada a entrevista semi-estruturada, de acordo com a agenda do informante.

No início do processo da operacionalização das entrevistas, foi lido um termo no qual o pesquisador informou aos sujeitos detalhes do processo de utilização e divulgação para que, assim, o entrevistado pudesse manifestar-se contra ou a favor. Entendeu-se por favorável a concessão de entrevista, concordância com o termo de utilização que foi lido pelo pesquisador.

Na entrevista, houve um roteiro básico utilizado em perguntas tidas como fundamentais e que não poderiam deixar de ser aplicadas. A dinâmica do processo fez com que surgissem questões que poderiam necessitar de aprofundamento nas inquirições por parte do pesquisador: a fonte oral. O roteiro básico das entrevistas se encontra no anexo A deste projeto.

A seguir, apresentamos o quadro síntese que contém os objetivos e as fontes de dados utilizadas no trabalho de campo e que compõem um dos objetos de análise.

Quadro síntese dos procedimentos de pesquisa	
Objetivos	Fonte de dados
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reconstruir os processos pelos quais se organizou o magistério maranhense, inicialmente, sob a forma associativa e, posteriormente, na forma sindical, até alcançar o grau de consolidação que a organização exibe nos dias de hoje. 	<ul style="list-style-type: none"> Literatura regional, nacional, internacional e fontes de dados listados abaixo.
<p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo e sindicalismo docente no Maranhão; Identificar as organizações de trabalhadores docentes que se formaram ao longo da história da educação maranhense, sua natureza e as razões que conduziram a uma pluralidade de entidades; Analisar o associativismo e o sindicalismo enquanto formas de resistência e de ação pró-ativa dos trabalhadores docentes no Maranhão; Relacionar o contexto histórico, social econômico e político com a emergência do associativismo e sindicalismo do magistério; Levantar as principais lutas do magistério maranhense e, dentro do possível, propor uma periodização da evolução; Analisar as condições atuais do sindicalismo docente maranhense. 	
<ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo e sindicalismo docente no Maranhão; 	<ul style="list-style-type: none"> Documentos, atas, diários oficiais, jornais, estatísticas dos censos e entrevistas; Biografias (Anexo B); Estudo de Instituições.
<ul style="list-style-type: none"> Identificar as organizações de trabalhadores docentes que se formaram ao longo da história da educação maranhense, sua natureza e as razões que conduziram a uma pluralidade de entidades; 	<ul style="list-style-type: none"> Documentos, atas, jornais, diários oficiais e entrevistas.
<ul style="list-style-type: none"> Analisar o associativismo e o sindicalismo enquanto formas de resistência e de ação pró-ativa dos trabalhadores docentes no Maranhão; 	<ul style="list-style-type: none"> Literatura nacional sobre sindicalismo e entrevistas.
<ul style="list-style-type: none"> Relacionar o contexto histórico, social econômico e político com a emergência do associativismo e sindicalismo do magistério; 	<ul style="list-style-type: none"> Literatura regional, nacional e entrevistas.
<ul style="list-style-type: none"> Levantar as principais lutas do magistério maranhense e, dentro do possível, propor uma periodização da evolução; 	<ul style="list-style-type: none"> Documentos em geral, registros fotográficos de sindicalistas e ex-sindicalistas, atas, jornais e entrevistas.
<ul style="list-style-type: none"> Analisar as condições atuais do sindicalismo docente maranhense. 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com dirigentes sindicais, docentes da educação básica no Maranhão e com intelectuais.

III. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

1. A utilização da literatura

A imersão na literatura histórica, sociológica, educacional e econômica se constitui de fundamental importância para ajudar no processo de análises acerca do associativismo e sindicalismo Maranhense.

O uso da literatura, extensivamente, permite lançar luzes sobre aspectos não muito claros ou que não conseguem dialogar, autonomamente, sem o auxílio de elaborações interpretativas de uma realidade, em um determinado cenário, de uma conjuntura, etc. Os trabalhos publicados, em forma de livros, tese e dissertação apoiaram a reconstrução histórica que permitiu uma maior compreensão do contexto associativo e sindical nesse estado da federação ainda pouco estudado na linha investigativa proposta nesta pesquisa.

O trabalho do sociólogo Rossini Correia (1993) constitui uma das literaturas utilizadas sobre o Maranhão. Seu esquema de análise sobre a formação social maranhense permite compreender o processo sócio-histórico daquela sociedade, bem como os elementos político-econômicos imbricados do seu desenvolvimento até o século XX.

As duas pesquisas sociológicas de José de Ribamar C. Caldeira (1981 e 1988) constituem trabalhos que ajudam no processo de compreensão e análise do processo histórico, político, econômico e social relativo ao Maranhão.

Sobre a formação econômica do Maranhão, a obra consultada foi a de Bandeira Tribuzi (2011). Esta faz uma reconstrução das causas que produziram o declínio da economia maranhense no contexto brasileiro até o século XX.

Um conjunto de historiadores, tais como Mário M. Meireles (1992, 1994, 1996, 2008); Jerônimo de Viveiros (1937, 1964, 1992, 1999); Márcio José Gonçalves de Jesus (1996); Cesar Augusto Marques (2008); Barbosa de Godóis (2008); Cesar Augusto Castro (2009); Dom Felipe Condurú (2004); Antonio de Almeida Oliveira (2003); entre outros, serviram de subsídios para a realização deste trabalho de tese.

Outros investigadores se debruçaram sobre o Maranhão e produziram análises históricas e sociais que ajudaram na construção do esquema interpretativo utilizado ao longo deste trabalho. O livro do padre português Serafim Leite (1965) sobre a Companhia de Jesus no Brasil traz subsídios sobre a organização da educação maranhense desde os primeiros anos da colonização.

As obras dos cientistas alemães Spix & Martius (1976) e do Coronel português do corpo de engenheiros, Antonio B. P do Lago (1822) são importantes fontes sobre informações demográficas, entre outros.

Constitui o acervo da literatura consultada no campo da história da educação a bibliografia sobre o discurso educacional no Maranhão na primeira república, de Beatriz Martins de Andrade (1984). Já sobre o contexto do Estado nacional no campo educacional no Maranhão nos anos 1937 a 1945, a tese de doutoramento e o livro de Maria Regina Nina Rodrigues (1991, 1993) também foram bastante úteis.

O pequeno livro produzido pelo educador Luiz Rego nos anos 1930 também compõe o hall bibliográfico desta pesquisa, uma vez que este analisa as condições salariais do professorado naquele período, bem como o contexto educacional daquela época. A dissertação de Adiel T. de Figueiredo (1984), publicada em formato de livro, permite compreender o contexto do Estado Novo no Maranhão.

As dissertações de Vânia Ribeiro Mondego (2006) e de Sandra Maria Barros Melo (2009) são dois trabalhos que ajudaram a subsidiar o estudo de instituições que contribuíram para formação e organização do professorado maranhense.

Diomar das Graças Motta (2011, 2006 2003) possui uma extensa produção sobre história da educação e gênero no Maranhão. Seu trabalho permite a reconstrução do papel da mulher na sociedade sobre a ótica da participação política. Os estudos dessa autora subsidiam a compreensão sobre como se comportou o professorado a partir da instituição dos grupos escolares em 1903 e as análises sobre a penetração do escolanovismo no Maranhão.

A dissertação de Maria Núbia Bomfim Pinto (1982) permite a reconstrução do contexto político e educacional dos anos 1954 a 1965. Trata-se de uma importante estudo sobre as ações educacionais durante o governo Sarney.

Sobre o contexto político e sindical maranhense entre os anos 1970 e 1980 utilizou-se como referência a dissertação de mestrado de Arleth Santos Borges (1998) para compreender o papel do Partido dos Trabalhadores no contexto sindical do Maranhão dentro da caracterização do que se convencionou chamar de novo sindicalismo.

O diálogo com a literatura existente agrega informações que enriquecem o processo analítico e possibilitam perceber o objeto da forma mais ampla possível a partir dos registros bibliográficos.

2. A análise de conteúdo aplicado a documentos e entrevistas.

A reconstrução do processo associativo e sindical docente maranhense tem como pressuposto a análise contextualizada de documentos e das falas dos sujeitos entrevistados considerando, epistemologicamente, os elementos econômicos, políticos, sociais, históricos e educacionais.

Bardin (2011) escreve que a fase de análise, propriamente dita, não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas, que consistem, essencialmente, nas operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

O processo de análise dos dados consiste em retirar as informações necessárias para subverter a hipótese ao teste dos fatos (QUIVY & CHAPENHOUDT, 2008). As categorias são importantes ferramentas que permitem a codificação de informações que estão implícitas em fontes relacionadas ao objeto de pesquisa.

Para Bardin (2011, p. 129) tratar o material pesquisado é codificá-lo. Isto significa uma transformação, a partir de regras precisas, dos dados brutos do texto através de recortes (escolha das unidades) e agregação (escolha das categorias) que permitam atingir uma representação do conteúdo ou sua expressão.

As fontes documentais e as entrevistas com sindicalistas, ex-sindicalistas possibilitaram a reconstrução do contexto histórico e social em que se desenrolaram os acontecimentos e permitiram compreender o que, à primeira vista, parecia ser inexplicável e desconcertante (LEVI, 2006).

Os procedimentos no *corpus* do material coletado se constituem em análise das entrevistas; a exploração do material documental, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Estes passos metodológicos são típicos de análises de conteúdo e fazem parte do conjunto de ações que objetivam identificar dimensões, tendências, padrões e relações.

As categorias construídas no processo de pesquisa, a partir das transcrições das falas e posterior interpretação, estão incorporadas ao longo deste trabalho. Isto permite a não necessidade de trazer para o corpo das considerações analíticas, quadros ou grelhas com passagens transcritas utilizadas e, suficientemente, incorporadas à análise geral de cada tópico.

3. A organização deste trabalho

A estruturação da tese foi desenvolvida de modo que possibilitasse visualizar os elementos que se entrelaçam e que não podem ser compreendidos separadamente. Assim, a mesma foi dividida em três partes compostas de cinco capítulos.

A parte I é intitulada “As condições de emergência do associativismo e do sindicalismo docente no Maranhão”, fez uma recomposição da formação histórica e social desse estado desde quando surgiram as primeiras iniciativas coloniais e de povoamento. O capítulo 1, da mesma parte, é desenvolvido sob o título “O contexto histórico e sociológico para a formação do magistério maranhense”, em que são tratadas as primeiras iniciativas de implementação do ensino durante o processo colonial. Os dados demográficos e educacionais dos censos de 1872, 1920 e as estatísticas da instrução de 1907 são utilizados como subsídios para compreender o contexto de formação do professorado maranhense, bem como os elementos sociais, econômicos e políticos.

No capítulo 2, sob o título “Caracterização do associativismo e sindicalismo brasileiro”, são apresentados os aspectos teóricos sobre associativismo e sindicalismo de modo geral, bem como a organização operária brasileira e a formação da consciência de classe. O movimento sindical é contextualizado, ao longo do tempo, a fim de permitir uma interpretação das formas contemporâneas que assumiu o sindicalismo.

O capítulo 3, denominado “A emergência do associativismo e sindicalismo docente no Brasil”, apresenta a literatura brasileira sobre o tema, “a gênese do associativismo doente no país.” Trata das consequências dos regimes ditatoriais brasileiros sobre a organização de representações docentes e a transição das associações para sindicatos. O novo sindicalismo e seus efeitos sobre a organização dos trabalhadores do magistério também são analisados.

No capítulo 4, intitulado “O associativismo e o sindicalismo no Maranhão”, destaca-se a formação das organizações associativas e sindicais nesse estado da federação. Os aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais são contextualizados para caracterizá-las. As entidades, objeto de estudo, são apresentadas para permitir a compreensão da tessitura que se desenvolveu e suas formas de manifestação. A Associação Pedagógica Almir Nina, o Congresso Pedagógico do Maranhão de 1920, a constituição do Departamento maranhense da ABE, a Associação de Professores Normalistas do Maranhão, o Sindicato dos Trabalhadores da Rede Particular (Sinterp), a Associação de Professores do Ensino Municipal (APEMM), Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), o Sindicato dos Trabalhadores

da Rede Pública do Maranhão (Sinproesemma), o Sindicato dos profissionais do Magistério Público de São Luís – SINDEDUCAÇÃO, bem como a periodização do associativismo e sindicalismo docente no Maranhão são tratados com objetivo de fornecer um entendimento das organizações pesquisadas.

A parte II intitulada “Análise dos aspectos objetivos e subjetivos do magistério maranhense e seu engajamento sindical”. O capítulo 5, denominado “Aspectos objetivos e subjetivos da organização sindical maranhense”, trata do conjunto de elementos impulsionadores do processo de organização associativa e sindical maranhense. Os resultados das análises, a partir de fontes escritas e orais, permitem compreender o desenvolvimento associativo e sindical do Maranhão.

Desta forma, esta pesquisa pretende contribuir com a produção de conhecimento relativo ao associativismo e sindicalismo docente no Maranhão e com a ampliação de conhecimentos acerca da organização de trabalhadores no magistério em um estado da federação que apresenta um dos mais baixos indicadores educacionais e socioeconômicos brasileiros.

PARTE I. – AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOCENTE NO MARANHÃO

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOLÓGICO PARA A FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO MARANHENSE

Este capítulo abordará não só o desenvolvimento histórico da formação social do Maranhão, como também serão tratados os aspectos econômicos, demográficos e políticos que ajudam a retratar a realidade maranhense no cenário em que emergirá o professorado desde os tempos coloniais até o surgimento de uma camada do magistério fora da órbita estritamente confessional, laica.

Os aspectos econômicos e sociais expõem o contexto em que se situará a organização associativa. Dados demográficos dos censos e do relatório da instrução 1907 são bastante úteis para o entendimento do processo educacional do Maranhão. Os seguintes itens compreendem este capítulo: 1. Da colonização às primeiras iniciativas educacionais na terra maranhense; 1.2. As condições econômicas e sociais para formação do professorado maranhenses e 1.3. Os dados demográficos e educacionais dos censos de 1872, 1920 e as estatísticas da instrução de 1907 e 1.4. O surgimento do professorado maranhense: dos jesuítas aos professores régios.

1.1. A colonização do Maranhão e seu crescimento demográfico

Os processos que precederam a ocupação portuguesa nas terras da América tiveram, como elemento definidor, motivos de ordem política e econômica. Estes aspectos são importantes para se compreender a concepção dos “grupos fundamentais”, na acepção gramsciana da monarquia portuguesa. Tais grupos estiveram presentes na superestrutura do processo organizativo do Estado colonial brasileiro.

Gramsci (1968) teoriza que os intelectuais, no conjunto das superestruturas, são, precisamente, os funcionários que têm conexão mais ou menos estreita com os grupos fundamentais. Estes exercem funções que se graduam nas superestruturas quando observado seu papel na sociedade política ou Estado. É nesse sentido que se identificam as ações dos atores no processo de desenvolvimento da empresa colonial do Estado português.

A história do Maranhão, assim como a do Brasil, tem relação com a expansão ultramarina portuguesa. Sob inspiração de um regime de divisão territorial, baseado em

pressupostos feudais, o rei de Portugal, Dom João III, doa a fidalgos de sua Corte, que detinham grande poder econômico, algumas capitânicas hereditárias para colonizá-las e defendê-las as suas próprias custas (GODÓIS, 2008).

Em 1532, com a distribuição das terras do Brasil aos capitães-mores, são desencadeados os primeiros movimentos para a empresa colonial. Isto se consistiu na divisão das 12 capitânicas a donatários e, posteriormente, mantidas por seus sucessores. A vasta historiografia brasileira denomina esta forma de divisão de “Capitânicas hereditárias”.

João de Barros, feitor das Casas Índia e Mina, Fernão D’Alvares de Andrade, conselheiro e tesoureiro-mor e o fidalgo da casa d’El Rei Aires da Cunha² são contemplados com a donatária do Rio Grande e mais a do Maranhão. Esta última seria o segundo lote de uma mesma associação (MEIRELES, 1996).

No ano de 1535, sai de Lisboa a primeira expedição para ocupação da donatária do Maranhão. Os sócios desse empreendimento colonial organizam embarcações para tomarem posse³. Compunham a comitiva os representantes de Fernão d’Alvares, os dois filhos de João de Barros (Jerônimo e João) e Ayres del Acuña. Este último era um experimentado capitão, tanto de mar quanto de terra, e suas habilidades já haviam sido postas à prova em Malaca e Açores (MEIRELES, 1996).

A importância dessas terras consistia, para a Coroa portuguesa, na ocupação do espaço geográfico do norte do Brasil. A estrutura montada para a invasão das terras do Maranhão só perdera em dimensão a que Cabral utilizou nos anos de 1500, que era uma composição de treze naus e 1.200 homens. O percurso da viagem de Portugal ao Maranhão durou quatro meses.

Segundo Meireles (1996), há três hipóteses históricas que apontam para o fim trágico desta tentativa de assumir a donatária, que naufragou pouco antes de alcançar o litoral brasileiro em direção ao Maranhão. A primeira hipótese seria de que passou por uma forte tempestade e ventos, sendo arrastada do mar das Caraíbas até as Antilhas. Ainda acrescenta, que, possivelmente, as autoridades espanholas detiveram os tripulantes por terem ultrapassado, sem permissão prévia, os limites tordesilhanos.

A segunda hipótese é a de que ocorreu um acidente nas águas continentais brasileiras, próximo ao litoral potiguar, na altura do cabo São Roque e poucos foram os navios que chegaram ao Maranhão, uma vez que a própria nau capitânia naufragaria com Acuña.

O acidente ocorreu onde, erroneamente, os portugueses denominaram de Rio Maranhão, ou seja, especificamente, no estreito do Boqueirão. Os naufragos teriam alcançado o lugar que

² Ou Ayres del Acuña a partir de sua nacionalidade espanhola.

³ Contava a armada com 10 navios, 900 homens de armas, 113 cavalos e farta munição.

atualmente se denomina Praia da Guia, na Baía de São Marcos. Godóis (2008) informa que havia, até o século XIX, vestígios de fortificações naquela localidade, o que seria o dado comprobatório de suas afirmações.

Os sobreviventes desse naufrágio teriam chegado à Ilha Grande (Upaon-Açu) ou à Ilha Pequena (Upaon-Mirim), a mesma que os franceses deram o nome de Sant'Ana em 1612. Ter-se-iam salvado em terra apenas 45 homens, o que equivale a 5% da tripulação (MEIRELES, 1996).

Ao chegarem à ilha, erguem um povoado denominado de Nazaré e constroem um castelo para sua defesa. Exploraram o curso do rio Mearim que, erroneamente, foi denominado de Maranhão, em busca do “*infinito*”. Durante os dois anos sucessivos, construíram fortificações na Ilha que chamaram de Trindade e fizeram ainda mais duas edificações – uma na foz do rio Mearim e outra na confluência com o Rio Pindaré. Desiludidos e sem recursos, buscaram retorno em caravelões que passavam pela costa do Maranhão (MEIRELES, 1996).

A segunda tentativa de João de Barros de iniciar a colonização do Maranhão ocorreu em 1550. Gabriel Soares de Sousa escreve em seu “*Tratado descritivo do Brasil de 1587*” o fim trágico da empresa daquele donatário. Informa que “andando os filhos de João de Barros por esta costa, depois que se perderam, mataram-lhes, neste lugar, os potiguares, com favor dos franceses, induzidos, deles muitos homens” (SOUSA, 1938, p.50).

Os primeiros registros de franceses, entre a população indígena, indicava numa estratégia de inserção entre os nativos, uma vez que visavam a uma aproximação que sustentasse, por método diferente dos portugueses, uma relação mais sedimentada com os índios na disputa territorial e que desse suporte ao processo colonial.

Daher (2002, p. 145-6) afirma que os franceses tinham uma forma peculiar para preparar os seus guias, o que compensava o pouco conhecimento da língua dos índios:

Uma prática corrente na época consistia em abandonar, em plena vida selvagem, meninos, provavelmente, recolhidos nos portos da Normandia, para que se integrassem às sociedades indígenas, cujos costumes, dizem os rumores, compartilhavam, inteiramente, do casamento ao canibalismo. Uma vez integrados às tribos tupinambás, esse *truchements* estavam aptos a servir de intérpretes para os marinheiros franceses.

O endotismo⁴ francês junto ao povo indígena era feito através dos *truchements*. Isto lhes permitia fazer o reconhecimento do território e o contato com as tribos. Os Tupinambás

⁴ O endotismo descrito por Daher (2002) refere-se ao contexto da penetração da presença francesa no tecido social indígena no período que antecede a ocupação portuguesa.

habitavam o litoral setentrional de um vasto território inexplorado pelos portugueses e já reconhecido pelos franceses.

Diogo de Campos Moreno (2002), em sua obra “*Jornada do Maranhão*”⁵, informa que precisou de um *truchement* como piloto para chegar ao Maranhão, dado que os franceses já eram práticos na navegação por aquelas águas (DAHER, 2002; MORENO, 2002).

Uma terceira incursão para ocupação da donataria ocorreu novamente em 1555. Segundo Meireles, (1996, p. 80), Jerônimo de Barros dirigiu uma representação ao trono relatando o seguinte argumento:

Meu irmão e eu, em tempo del Rei João o 3º, fomos por seu mando ao rio Maranhã com hua armada descobrir o dito rio e costa pelas esperanças que havia de grande resgate de ouro e descobrimos mais de quinhentas legoas de costa e entramos assim o dito rio Maranhã como outros muitos notaveis e resgatamos alguns homens que nella andaram dos que se perderam com Luis de Melo no que passamos muitos trabalhos de guerra com os franceses e com o gentio da terra e fomos e povoamos em tres partes [...]⁶

O relato reforça novamente a presença francesa entre os índios e a dificuldade de colonização do Maranhão que encontraram os filhos de João de Barros na costa setentrional do Brasil. A terceira tentativa liderada por Luis de Melo acabou por não ter êxito.

Godóis (2008) explica que a navegação por navios piratas franceses, no litoral maranhense, já era praticada desde 1524. Até 1535, as águas daquela costa eram cheias de incertezas e dificuldades para os portugueses transitarem. Isto explica a chegada tardia, à região, pelos lusos.

Em 1594, o capitão francês Jacques Riffault equipa três navios e embarca para o Brasil com a intenção de possíveis conquistas. Chegando ao litoral do Maranhão, somente com uma embarcação que lhe sobrava e devido aos grandes desentendimentos internos, o capitão Reffault volta à França e deixa parte de sua tripulação em terra, entre eles Charles des Vaux. Após longa estada com os Tupinambás, este regressa, posteriormente, ao seu país e relata o que viu e acordou com os índios ao Rei Henrique IV. Este, por sua vez, envia o Senhor de La Ravadière acompanhando Des Vaux para o reconhecimento da “ilha do Maranhão” (MEIRELES, 2008; DAHER, 2002).

⁵ Diogo de Campos Moreno (2002, p. 28), em sua *Jornada no Maranhão*, por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614, admite que precisou de um piloto francês, especialista da costa maranhense chamado Otuimiri, “sem o qual não faria nada”, ou como informa Daher(2002), sem esse *truchement*, o português não teria como chegar à costa do Maranhão para combater os franceses no forte Saint Louis.

⁶ Fragmento da obra “os primeiros donatários”, Azevedo apud Meireles (1996).

Com o desdobramento desse contato, os franceses, em 1612, criaram o forte de Saint Louis na Ilha Upon Açú como relatado nas crônicas de Claude d'Abbeville (1945) e Yves d'Evreux (2002). Havia na expedição quatro padres capuchinhos e integrava a comitiva o católico François Rassilly, Senhor d'Aunelles, e o hugenote Daniel de La Touche, Senhor de La Ravadière.

A colonização e catequese se associam como *modus operandi* nesses preparativos. O plano objetivava a criação de um seminário no Maranhão. A ideia descrita por Abbeville (1945), em sua “*História das missões dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*” escrita em 1612, era a estruturação de um espaço mais elaborado para instrução dos filhos dos franceses e dos indígenas.

Saviani (2010) aponta que o processo de inserção do Brasil no chamado mundo ocidental segue três aspectos intimamente articulados entre si – a colonização, a educação e a catequese.

O retorno de Rassilly e Abbeville à França objetivava garantir subsídios materiais e políticos necessários à operacionalização dos três aspectos colonizadores citados por Saviani e, conseqüentemente, a consolidação da conquista. Coube a Ravadière desenvolver as atividades de fortificação e ampliação do conhecimento das localidades circunvizinhas, enquanto o trabalho de convencimento da importância da colônia se fazia em Paris.

O padre d'Evreux, superior da missão, e os demais capuchinhos desenvolvem o processo instrução dos indígenas através da pedagogia da gentileza. Este método fora experimentado pelos capuchos nas regiões pobres da França e utilizado com os indígenas do Maranhão (DAHER, 2002; D'EVREUX, 2002).

Dois anos mais tarde, com a chegada de mais dezessete capuchinhos franceses, em 1614, cujo superior era o padre capucho Arcangelo de Premboke, em substituição d'Evreux, começava a funcionar, em um convento, ainda com instalações rudimentares e em processo de construção, “um seminário de moços franceses e índios da ilha, em que aprendiam a língua uns dos outros, sendo ele que instruía a todos nas suas virtuosas doutrinas com auxílio da voz dos interpretes” (BERREDO, 1849, p.151; MORENO, 2002).

Depois de travar uma batalha contra os portugueses e sua rendição, os únicos franceses que restaram, após a expulsão, foram aqueles que casaram com as índias e que tinham resolvido não retornar à França (MARQUES, 2008).

Com a morte do Rei-Cardinal D. Henrique, sem sucessor legítimo direto, alça ao trono Felipe II, rei da Espanha. Seu exército e os tesouros reais foram fatores decisivos para subida ao comando do país. Portugal permanece ligado à Espanha de 1580 até 1640. Houve a partilha

da América Portuguesa em dois estados coloniais. O Maranhão passou a existir desligado do Brasil (MEIRELES, 1996).

De acordo com Marques (2008), a colônia do Maranhão compreendia um território quase do tamanho do restante do Brasil ao sul. Ao norte, era composto das capitânicas do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, hoje Amazonas. Os limites se estendiam desde as minas de São Felix até o rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón, a última raia setentrional da América portuguesa; de leste a oeste se estendia desde a barra do Camocim, na costa do mar, até os cumes dos rios Japurá e Orenoco.

Os portugueses, ao consolidarem a conquista, logo começam a sedimentar uma população no Maranhão, a partir de:

uma primeira leva de colonos açorianos, mulheres inclusive, que fizeram com que a nascente São Luís deixasse de ser um, como então se dizia, simples “presídio”, ou seja, uma pequena soma de habitações ou alojamentos em que se obrigam os soldados da guarnição, para se transformar em uma povoação. (Meireles, 1996, p. 84)

Organizaram-se os primeiros povoamentos de colonos para garantir a posse do lugar à Coroa portuguesa na região do homólogo colonial do Brasil. Do ponto de vista econômico, os gastos com esse empreendimento foram arrematados com a posse da terra em detrimento dos índios.

As informações históricas sobre demografia do Maranhão remetem a 1612. Estas indicam que a população nativa original contava com uma população de 12 mil indivíduos (ABBEVILLE, 1945), sendo 800 de origem europeia (MEIRELES, 2008).

Informa Morais (2001) que, em 1619, chegou a São Luís um navio comandado por Estácio da Silveira, com 300 pessoas, entre as quais mulheres. Registra-se aí, um incremento populacional no Maranhão com propósito específico de povoamento e colonização da terra conquistada. Isto permitiu um acréscimo expressivo de famílias de origem portuguesa e a decorrente organização urbana. É neste período que se institui a Câmara de São Luís.

A Carta Régia de 1617 mandava destinar degredados ao povoamento da nova conquista o que culminou, assim, para o clima favorável à ocupação e às ambições empresariais que se manifestaram ainda no início da colonização (SILVEIRA, 2001).

Com o objetivo de promover o povoamento da ilha, Estácio da Silveira escreve, em 1624, a “*Relação sumária das cousas do Maranhão*”. Trata-se de uma obra de propaganda na metrópole e dirigia-se aos pobres de Portugal, cuja finalidade era incentivar a ocupação demográfica província colonial (SILVEIRA, 2001; DAHER, 2002).

Em 1637, o Maranhão registrou, em ordem decrescente e de acordo com a localidade, a seguinte população: São Luís, 310 habitantes; Tapuitapera, 300 habitantes; Belém, 130; Itapecuru, 100; Ceará, 35; Gurupá, 30. A estimativa seria de aproximadamente mil indivíduos europeus vivendo na capitania (MEIRELES, 2008).

Outro dado que recompõe o cenário social e demográfico maranhense do século XVII foi um relatório, produzido em 1636, oriundo de um capitão holandês chamado Gedeon Morris de Jorge. O oficial informava aos diretores do Conselho de Outorga da Companhia Índias Ocidentais descrições e características do povoamento no Maranhão. Marques (2008, p. 664) transcreveu na íntegra tal informação:

O Maranhão é uma ilha situada na boca de dois rios, um chamado Tropecrone (Itapecuru) e outro Mony, e fica-lhe perto de outro chamado Mery [Mearim]./ Essa ilha demora alguns graus ao norte do Rio Grande; é muito fértil, bela e aprazível, e sofrivelmente habitada, pois contam-se na cidade do Maranhão 500 a 600 casas e 700 ou 800 homens entre soldados e burgueses, mas cidade é aberta, sem muralhas, trincheiras ou obras exteriores, e não tem outra autodefesa senão dois fortes que se recomendam por qualidades especiais, guarnecidos ambos por 20 a 24 peças de ferro, pela maior parte pequenas. Em um deles reside o governador, cujo comando se estende sobre as capitânicas do Brasil setentrional./ O lugar ela, pela sua fertilidade e amenidade, bem pode ser comparado ao Jardim do Éden: a maior parte das casas da cidade são aformoseadas com belos e aprazíveis jardins que dão frutos durante todo o ano, como laranjas, limões doces e azedos, figos, uvas e muitas outras frutas das índias que entre nós não são conhecidas, e fora da cidade, tanto na ilha como no continente, os moradores tem suas casas de campo com toda sorte de frutos sadios e agradáveis, abundância de mantimentos, de animais domésticos e selvagens, muita variedade de aves, bem como plantações de cana, fumo e algodão, que os escravos dos índios cultivam./ Segundo meu cálculo, os índios do Maranhão, livres e escravos, são em números de dez mil, os livres pela sua maior parte se distribuem por aldeias, algumas das quais existem na ilha e outras no continente e no rio Tropecrone⁷.

O relato detalha os elementos que tratam do modo de vida da população e um pouco da composição social e econômica do Maranhão naquele período. Os quantitativos populacionais descritos pelo navegante são coerentes com as informações demográficas levantadas por

⁷ Segundo Marques (2008, p. 798), na cidade de São Luís, havia mais de mil portugueses vivendo. Tal informação, curiosamente, contradiz alguns números do relatório de Morris, o que não chega a causar estranhamento. Ao considerar que as informações naquele tempo não primavam de precisão, as estatísticas coligidas são razoavelmente esclarecedoras para compreensão do crescimento da populacional e indicadoras da formação social.

Marques, ao indicar um povoamento já em desenvolvimento. O relatório subjaz que uma região disputada por potências colônias interessadas em reaver as riquezas em ouro da “França equinocial”. A fonte de informação de Morris foi de um capitão francês chamado Samuel Charles de Hebbert, que havia atuado na malograda tentativa francesa de 1612 (MARQUES, 2008).

A invasão holandesa no Maranhão, ocorrida em 25 de novembro em 1641, foi composta de uma armada de 18 velas e 1.000 homens preparada para o desembarque sob o comando do almirante João Corneles Lichthart. A ocupação durou 27 meses, sendo 17 em guerra com os portugueses. Os holandeses foram expulsos em 28 de fevereiro de 1644 e não chegaram a deixar traços passagem e na cultura maranhense.

A derrota holandesa consolida o desenvolvimento definitivo da posse portuguesa das terras do Maranhão, o que propicia a consolidação de um aglomerado populacional na região e o crescimento em maior escala dos “filhos da terra”.

Na obra *Historie L’Empire du Brésil* há uma informação de que em 1648 havia no Maranhão 400 portugueses e 80 soldados. Dez anos após, em 1658, teria aumentado essa população para 700 indivíduos (WARDEN, 1832, p. 38).

Tribuzi (2011, p. 31) escreve, em seu livro “*Formação econômica do Maranhão*”, que a capacidade de transmigração portuguesa à nova conquista era limitada. A chave explicativa estaria no seguinte fato:

Portugal implantou no século XVI um Império Colonial cuja dimensão ultrapassava seu efetivo poder de expansão e domínio. Estendia-se o Império Português pelas costas ocidental e oriental da África até o Oceano Índico e pela costa oriental da América do Sul. A metrópole portuguesa não ultrapassaria de muito, em população, um milhão de habitantes; a estrutura social ainda era, em grande medida, semifeudal; as estruturas econômicas e política tinha características mercantis salvacionistas. O Esforço de domínio dessa vastidão determinou sobremaneira o modelo de colonialismo português que não poderia, por aquelas contingências, de forma alguma, evoluir no sentido das transmigrações inglesas dos séculos XVIII e XIX, que possibilitaram o surgimento dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, de que resultara países desenvolvidos, como consequência da transferência de massas populacionais de nível civilizacional elevado que foram atuar com seu capital e tecnologia sobre áreas virgens de grande potencial de recursos naturais.

Os portugueses não tinham condições de transferir seu capital cultural europeu e tecnológico em larga escala sem despovoar o seu território na Europa e não havia a intenção de fazê-lo. O centro da tática era manter as condições de domínio utilizando técnicas rudimentares para extração de recursos a serem exportados à metrópole. A produção endógena de mercadorias que pudessem concorrer internamente era vedada.

A estratégia portuguesa para estruturar o controle colonial do Brasil e das novas conquistas ao norte tem relação com as condições objetivas de povoar essas terras. As limitações do contingente populacional português eram mais um obstáculo a ser transposto no empreendimento. Os braços e pernas disponíveis na escala necessária só poderiam existir se se lançasse mão da população indígena.

Cesar Marques (2008) informa que os dados populacionais anteriores a 1870 são hipotéticos devido à ínfima importância dada ainda à demografia⁸. Senra (2005) também chega a essas conclusões ao investigar, sociologicamente, a formação das estatísticas brasileiras no campo demográfico.

A formação social é o resultado decorrente de vários processos históricos, sociais, políticos e econômicos que atuam como molde sobre determinada sociedade. Os desdobramentos de ordem política e econômica se materializam de diversas maneiras. O modelo educacional é um exemplo, uma vez que reproduzia uma estrutura de poder no império colonial. O incremento populacional trouxe desafios à necessidade de uma organização mais complexa àquela sociedade nascente no Maranhão.

Os dados históricos conduzem a aproximação dos elementos da formação social que antecederam a emergência do associativismo e sindicalismo docente, que é o objetivo dessa incursão à demográfica.

As fontes disponíveis que revelam os aspectos sócio-históricos da composição da população. A tabela 1 indica a composição entre livres e escravos a partir de estimativas oriundas de várias fontes, como descrito a seguir:

⁸ Cesar A Marques viveu de 1826 a 1900 e é autor do Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão.

Tabela 1 – Estimativas populacionais			
Anos	Livres	Escravos	Total
1612	800	-	800 ⁹
1648	-	-	480
1658	-	-	700
1683	-	-	1.000
1778	-	-	47.000
1798	-	36.670	78.860
1814	-	-	160.000
1819	66.668	133.332	200.000 ¹⁰
1822	-	-	152.893 ¹¹
1825	-	-	200.000 ¹²
1830	-	90.000 ¹³	183.000 ¹⁴
1841	-	-	217.000
1845	-	-	200.000
1847	-	-	250.000
1856	-	-	360.000
1862	227.000	84.755	312.628 ¹⁵
1864	-	-	384.000
1869	-	-	410.000

Fontes: Marques (2008), Meireles (2008), Warden (1832), Denis (2002), Abbeville, (1945), IBGE, (1990), Lago (1822).

Os dados organizados nesta tabela oferecem uma estimativa sobre a população a partir de 1612 a 1862, totalizando uma população que, supostamente, chegaria a 410.000. As oscilações observadas decorrem dos mesmos fatores das imprecisões ou que explicam a redução registrada em 1822.

⁹ Esse quantitativo citado por Meireles (2008, p. 184), não inclui os indígenas, mas o número aproximado de franceses residentes na ilha e circunvizinhanças. Por outro lado, o padre capuchinho Claude Abbeville (1945, p. 145) diz em sua obra “Historia da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas”, escrita em 1612, haver na ilha do Maranhão entre 10.000 a 12.000 índios.

¹⁰ Encontramos divergência nessa estimativa. Os viajantes e naturalistas alemães, Martius & Spix (1976), afirmam, a partir de informações que lhes foram passadas, baseadas nas listas paroquiais de 1819, existir uma população na província de 210.000 habitantes.

¹¹ Este número bate com os levantamentos de Antonio Bernadito Pereira do Lago, em 1822. Por outro lado, há divergências com os dados levantados por Martius & Spix (1976). Estes se baseiam em informações enviadas por carta de um Senhor chamado Balbi, que diz que entre os anos de 1821 e 1822 haveria no Maranhão 182.000 habitantes. Os viajantes alemães descartam como verossímil uma segunda informação repassada a eles por um senhor chamado Pizarro; de que haveria nesse período 462.000 habitantes.

¹² Ferdinand Denis (2002) em suas notas críticas da obra de Ives d’Evreux, informa que o recenseamento geral dava a província o número de 165.000 habitantes, muito inferior à realidade, devido muitos senhores recusarem-se dizer o quantitativo real de seus escravos.

¹³ Dado informado originalmente na tabela de Cesar Marques no seu dicionário histórico-geográfico do Maranhão.

¹⁴ Baseado na estimativa organizada em um trabalho do IBGE denominada “Estatísticas histórica do Brasil (IBGE, 1990, p. 31)”.

¹⁵ Ferdinand Dinis cita um relatório oficial da presidência da província com data de 3 de julho de 1862.

As informações compiladas por Marques (2008, p.799) possuem contradições nos quantitativos quando estes são comparados com outras fontes de dados¹⁴. A falta de precisão e as oscilações nos números são decorrentes de fatores de saúde pública, uma vez que doenças dizimaram parte expressiva da população.¹⁵

Existe uma grande complexidade em atestar a fidedignidade das estatísticas mencionadas devido à falta de uma organização sistemática, de dados censitários naquele período. O próprio IBGE (1990) aponta que os registros existentes são evitados de omissões decorrentes de vários fatores, entre eles, os de ordem política e econômica. Um exemplo era subestimar os números de fiéis para evitar que paróquias fossem divididas; subestimar os quantitativos reais de escravos; subdimensionamento de dados referentes à população, cujo objetivo era o controle do quociente eleitoral; subestimar número de adultos livres para evitar recrutamento militar e além dos poucos registros do real contingente indígena nestas localidades.

A igreja é um personagem importante no processo de contagem da população. Muitas informações demográficas são anteriores à expulsão dos jesuítas, que também possuíam escravos.

O pensamento teológico justificador da escravidão é a coluna moral de sustentação da estrutura econômica do processo de colonização. Saviani (2010, p. 47) explica esta afirmação da seguinte maneira:

¹⁴Nem todas as afirmações de Marques (2008) foram possível verificar com precisão. Algumas estão disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e outras não. As bases das informações e as contradições identificadas pelo autor são as seguintes:

As informações de 1814 a 1819 são oriundas de mapas dos vigários remetidos à Corte. Outro dado é do Conselheiro Antonio Rodrigues Veloso, da igreja brasileira, informando 200.000 habitantes no Maranhão, sendo 100.000 índios nos Sertões da província (MARQUES, 2008).

Os dados de 1822 originam-se das informações compiladas pelo Coronel de engenheiros Antônio Bernardino Pereira do Lago, em sua obra Estatística histórico-geográfica [da Província] do Maranhão, ao relatar 152.893 habitantes, o que contrária as informações de 1819. Esta publicação está disponível em forma impressa e digital na BNP.

O Tratado completo de cosmografia e geografia publicado por J.P.C. Casado Giraldes, aponta que a população de 1825 somava-se a 200.000. Por outro lado, informa uma carta impressa em Londres de um negociante chamado José Siqueira, de 1830, dizendo que havia na província entre 80.000 a 90.000 o número de escravos cujo se referência Marques. Também disponível em forma impressa e digital na BNP.

O relatório do presidente da província João Antônio Miranda, em 1841, calculava que haveria no Maranhão uma população de 217.000 habitantes. Já os dados de 1847 de João Francisco Franco Sá, então presidente da província na época, indicavam um contingente de 250.000 habitantes.

Em relação ao ano de 1856, o relatório do presidente da província Antônio Cândido da Cruz Machado, levando em consideração o número de nascimento e óbitos, identificados em 1855, calcula uma população de 360.000 habitantes.

Outra fonte apontada pelo autor é o Almanaque do Maranhão publicado em 1864, cujos números relativos à população indicavam um contingente de 384.577 habitantes. O Compêndio geográfico publicado em 1869 relata que, na província do Maranhão, existiria uma população de 410.000.

¹⁵ Bettendorff (2010), na sua “Crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no Maranhão”, escrita em 1699, relata que foi acometido o Maranhão do mal de bexigas que contaminou negros, índios e brancos em 1694.

para os teólogos, a sua própria religião é considerada obra de Deus, ao passo que a religião dos outros é obra dos homens, para os jesuítas a religião católica era considerada obra de Deus, enquanto as religiões dos índios e dos negros vindos da África, eram obra do demônio. Eis como se cumpriu, pela catequese e pela instrução, o processo de aculturação da população colonial nas tradições e costumes do colonizador.

A justificação religiosa da escravidão era parte dos pilares da ideologia colonial. Os índios e negros estavam no mundo de profanidade e precisavam da catequese para exorcizar os demônios. A escravização era também uma forma que permitia catequizar e tornar mais dóceis os escravos à ideologia colonial.

As necessidades econômicas de escravizar eram o verdadeiro objetivo e a igreja foi fundamental como sócia do empreendimento. A contagem dos batismos tornou-se um dado censitário importante em decorrência de falta de outros instrumentos de informação censitária, e muito se valeram deles diversos estudiosos da demografia brasileira.

A estrutura social e populacional do Maranhão reflete o processo econômico e político do período colonial e se desdobrará até metade do século XVIII. A educação terá o sentido funcional a partir do controle da igreja, cujo acesso era ofertado a poucos e definia a influência do poder econômico e político na província.

Mudanças de grande repercussão ocorreram em 1759. Os jesuítas perderam o comando da educação, das aldeias, do controle de propriedades produtivas e da isenção de impostos. Estes processos têm um pano de fundo econômico na estruturação do poder colonial e no domínio das províncias do norte.

O crescimento populacional impõe a criação de estruturas institucionais na província. A falta de escolas e o diminuto número de professores revelam que não havia prioridade de educar os grupos subalternos no processo colonial, assim como se fundavam as bases de uma sociedade de classes.

1.2. As condições econômicas e sociais para formação do professorado maranhenses de 1500 a 1900

O Maranhão é o resultado de uma conquista que possibilitou toda a ocupação ao norte do Brasil pelos Portugueses, uma vez que os lusos sempre compreendiam esse território como seu. A introdução de colonos para assegurar a presença portuguesa nas terras desse domínio foi fundamental para isso.

A primeira fase de desenvolvimento da atividade econômica no Maranhão foi de caráter extrativo e refletia um déficit de atraso em mais de um século em relação ao Brasil em seu desenvolvimento. Especializou-se na extração de produtos nativos com utilização de indígenas como maior parte da força de trabalho e exportado o fruto das coletas a Portugal. A madeira configurava, em seu primeiro momento, um importante produto da pauta de exportação à Coroa.

A caça do índio e sua escravização eram um “produto” extrativo voltado ao desenvolvimento endógeno da colônia. Segundo Viveiros (1992, p. 26), “prear índios nas selvas, gastando em média três mil réis por cabeça e vendê-los no litoral, onde eram contados a trinta mil réis, era o melhor negócio que havia naquele tempo”. Os escravos indígenas tornavam-se braços dos colonos em São Luís.

A demanda generalizada por índios tinha a seguinte função para incremento das atividades econômicas, como descrita pelo historiador maranhense:

Não raro, os governadores apontavam à Coroa a falta de índios, para o serviço dos colonos, como causa da pobreza das Capitânicas. Foi assim em 1674 e 1687. Atendeu-lhes o governo, permitindo o descimento de algum gentio.

Na fileira dos governadores, colocaram-se as Câmaras. A de São Luís quis ter uma aldeia de índios a seu serviço permanente. O Rei recusou-lhe pela carta de 17-11-1693. Igual pretensão teve a de Belém.

A vila de Icatu não fazia outra coisa senão pedir mais indígenas.

Desta prática não destoavam as Ordens Religiosas – Carmo, Mercês e Santo Antônio. Ao superior do convento desta, o Rei mandou, em 22 de março de 1688, cientificar haver no seu serviço muito mais índios do que permitia o seu estado.

Pela mesma cartilha liam os moradores. Avulta o número de pedidos. São tantos que dá a impressão de não ter havido habitante europeu no Estado do Maranhão e Grão Pará não tivesse possuído meia dúzia de escravos indígenas.

O problema era, com efeito, dos mais complicados. Se a Coroa recusava os escravos, apelavam os colonos para guerra ao indígena de corso. Era fácil inventar um caso e justificar a guerra perante o Conselho Ultramarino, como prescrevia e Carta Régia de 2-9-1691.

Os escravos feitos nestas guerras eram vendidos em leilão. Do apurado tiravam-se para a Coroa um quinto e as despesas, para o governador as suas joias e para os cabos, oficiais e soldados o restante (VIVEIROS, 1992, p. 27).

Os braços europeus para tocar o empreendimento eram mínimos, pois se utilizava largamente da mão de obra indígena sob auspícios dos governantes locais. Era um negócio lucrativo para os colonos que transformaram esta atividade em processo de compra e venda. A Coroa também ganhava seu quinto nesse decurso.

Viveiros (1992) revela a cadeia que existia para escravizar e explorar recursos existentes com a captura e uso do nativo, o que se tornava fundamental para a economia maranhense. Os colonos utilizavam como artifício, para escapar de eventuais devassas dos governantes,

o casamento de índios cativos com índias livres das aldeias e tornava estas, indiretamente, como escravas também. Os escravos vendidos em leilão transformavam-se em fonte de lucros e espólio de guerra.

Serafim Leite (1961, p. 40) fala sobre as escolas nas aldeias e a influência dos jesuítas e como se proviam professores para o funcionamento destas diante da exiguidade destes nos primeiros anos da colonização:

Não se pode garantir que não existisse aldeia sem escola, porque nem sempre havia missionário para residir em todas, mas procurou-se que a escola não faltasse onde fosse possível; e a preconizava Vieira no século XVII nas aldeias da sua jurisdição no Maranhão e Pará.

Os quantitativos de missionários no norte não eram suficientes para garantir a presença em todas as aldeias existentes naquela época. O Padre Antônio Vieira, antagonista da escravização dos índios, buscava garantir que nos principais aglomerados populacionais se mantivessem os padres de sua companhia atuando nessas escolas.

Até meados do século XVIII, as vilas e cidades dos portugueses se constituíram em torno das aldeias e nas proximidades destas. Os alunos dos colégios dos jesuítas “eram filhos dos mesmos portugueses e seus cruzamentos, a princípio com índias (mamelucos) e depois também com negras (moços pardos) ou seus derivados” (LEITE, 1961, P. 41).

A Companhia de Jesus era um motor econômico importante na província, possuía colégios, fazendas e aldeia. Os missionários não eram numerosos no norte, mas havia entre eles os que se inclinavam a dar preferência ao ensino médio e superior e aos ministérios sacerdotais. O diretor geral da Companhia, em 1730, mandou que se mantivessem no Maranhão também as escolas de ler e escrever, por serem mais úteis que as classes de latim (LEITE, 1961).

A segunda fase da economia da colônia é a transição do mero extrativismo para o desenvolvimento de cultura agrícola. Sobressai-se, nesse contexto, o algodão como produto de maior interesse. Informa Viveiros (1992, p. 31) que “mandava o Rei que se curasse com cuidado do algodão e que se informasse a quantidade da colheita, a obra grossa que dele se fazia e a fina que se podia fazer”. Este produto por séculos foi o principal item que movimentou a economia maranhense até meados do século XX.

Rodrigues (1993, p. 35) aponta que foram os escravos que contribuíram, efetivamente, para que o Maranhão atingisse períodos áureos em sua economia com a exportação de algodão e açúcar, ao escrever o seguinte:

Esses produtos, principalmente, proporcionaram à Colônia uma situação privilegiada nos aspectos sócio-econômico-culturais.

Devido à busca incessante de novas fontes de lucro, com vistas a atender aos propósitos da Coroa, é que se incrementou o cultivo de algodão no Maranhão. Este produto, com crescente aceitação nos mercados da Europa, foi o que mais concorreu para a grandeza econômica do Estado, pela sua qualidade e pelo volume produzido. Nesse momento o Estado desenvolve uma significativa agricultura de exportação, constituindo-se em um dos mais importantes exportadores do mercado mundial de algodão. No final do século XVIII, só Pernambuco ultrapassava o Maranhão em termos de volume exportado.

Os produtos exportados e a riqueza auferida produziram uma situação privilegiada nos aspectos sócio-econômico-culturais da classe econômica dominante. O algodão produzia riqueza de grande interesse à Coroa e foi fundamental para o desenvolvimento econômico da província até o final do século XIX.

A política pombalina instrumentalizava a operação econômica através da Companhia Comercial do Grão-Pará e Maranhão. O incremento da lavoura de algodão em terras maranhenses, por parte de Portugal, teve ligação com o desenvolvimento do setor industrial têxtil inglês, posteriormente.

O incremento das exportações, a partir da criação da Companhia Comercial do Grão-Pará e Maranhão, desenvolveu o complexo agroexportador. O apogeu econômico não foi acompanhado da expansão educacional e, conseqüentemente, prejudicou a expansão de um magistério de maior vulto. Observa-se que, após a Reforma Pombal de 1759, a nomeação do primeiro professor público do Maranhão somente veio a ocorrer em 11 de setembro de 1793. Exatos 34 anos depois.

A economia maranhense era dependente do comércio externo e possuía uma elite agrária e latifundiária que adquiriu importância política e econômica no Brasil colonial. As condições para a formação de uma aristocracia agrária estavam dadas a partir da exploração da terra pelo trabalho escravo e pela monocultura.

As situações de repercussão internacional possibilitaram a província do Maranhão e seu senhorio apropriarem-se dos resultados econômicos da política agroexportadora. Os conflitos da independência da América, das prolongadas Guerras Napoleônicas, das revoltas de escravos que emergiram nas colônias antilhanas da França e da Inglaterra, dos combates do colonialismo espanhol na América do Sul produziram grandes divisas ao Maranhão a partir de situações sazonais da economia mundial (CORRÊA, 1993).

O fim da Guerra da Secessão representou uma queda vertiginosa dos preços do algodão maranhense. A economia voltava a apresentar antigos problemas, tais como débitos, concorrências, redução de preços e de estoques de produtos primários. Isto fez com que o

Maranhão passasse de antigo importador de escravo a exportador, “vendendo às províncias sulistas, com rapidez, contingentes sucessivos da sua força de trabalho principal (CORRÊA, 1993).

Rodrigues (1993, p. 40) explica que a transformação das concepções sociais e econômicas passa a influenciar a juventude maranhense e a sociedade de modo geral:

Os ideais de liberdade e de justiça manifestados pela população discriminada do Maranhão, quer na revolta da Balaiada, quer em outros movimentos dessa natureza, prosseguiram, tomando cada vez maiores proporções. Assim, o estado, em torno de 1870, o ideário abolicionista foi se manifestando mais abertamente, através da situação de alguns jovens recém-formados que, ao voltar a São Luís, passaram a desenvolver atividades abolicionistas. Influenciados por ideias progressistas, corajosamente romperam com tradições e preconceitos da época, iniciando um movimento de oposição ao escravismo.

A revolta da Balaiada (1838 a 1841) foi um movimento que apresentou as questões econômicas como pano de fundo da província. Os ideais de liberdade e de justiça intensificaram as aspirações da juventude que saudava os ideais abolicionistas. As concepções de cunho progressista começaram a se espalhar na intelectualidade e no tecido social maranhense, aumentando a pressão sobre o escravismo como pilar do modo de produção secular no Maranhão.

A cultura escravista arraigada na estrutura produtiva propiciou o apogeu econômico e sua derrocada. O Maranhão saiu do período colonial em condições precárias, economicamente, uma vez que não modernizou a estrutura produtiva. A extinção do tráfico negreiro (1850); a Lei do Ventre livre; o fim Guerra civil nos Estados Unidos (1861); a concorrência no mercado Europeu; processos primitivos; a indústria de cunho artesanal, transportes e comunicações rudimentares, tendo como única forma de energia, predominantemente, a força de trabalho escrava e a tração animal são os elementos que a aristocracia agrária não soube modernizar e quase os levou à ruína total.

O Maranhão passou de um tradicional importador de escravo a exportador. As províncias do sul tornaram-se os principais mercados compradores para suprir o desenvolvimento da florescente lavoura de café que, por sua vez, necessitava de braços.

A classe fazendeira e comercial maranhense tentava salvaguardar o *status* econômico e político, regional e nacional. A maioria vende sua propriedade a 10% do valor e passa a se fixar em São Luís, “onde se deixa arrastar pela vertigem das fábricas, empregando nelas o dinheiro apurado” (RODRIGUES, 1993, P. 43).

A crise econômica maranhense e a redução da importância da província no cenário nacional refletem o peso populacional no contexto brasileiro. O estudo de Bandeira Tribuzi (2011) sobre a formação econômica do Maranhão demonstra este declínio. A tabela abaixo indica, percentualmente, a redução do peso do Maranhão em relação ao conjunto da população brasileira.

Tabela 2 - População do Brasil e do Maranhão de 1823 - 1900			
ANO	BRASIL	MARANHÃO	% MA/BR
1823	3.000.000	180.000	6,0
1850	8.000.000	350.000	4,2
1872	10.112.000	360.650	3,6
1900	17.438.000	499.308	2,8

Fonte: Bandeira Tribuzi (2011).

O Maranhão representava 6% da população do Brasil em 1823. Seu peso econômico refletia também a participação nas exportações que geravam divisas para o país. A importação de escravos para utilização na lavoura algodoeira constituía o principal motor da economia baseada nessa monocultura.

A redução do peso demográfico em 1850 tem relação com a extinção do tráfico negro. Ao mesmo tempo em que quase dobra a população em outras regiões, o Maranhão perde em crescimento demográfico para outras províncias do império. Um capital fixo de fundamental importância era o escravo que, por sua vez, deixou de estar disponível no mercado como componente básico da estrutura produtiva maranhense.

Em 1872, um ano após a Lei do Ventre livre, o Maranhão representava somente 3,6% da população brasileira. Isto evidencia que outras regiões do Brasil tornam-se novos eixos demográficos e econômicos. A venda de escravos para outras províncias ensejava o aumento de trabalhadores livres na agricultura, mas faltava capitais para importar colonos estrangeiros (CALDEIRA, 1988).

A crise econômica estava em curso nos anos 1900 e o estado não conseguia superar esta situação. O surto industrial se desvanece e muitos migram para regiões mais prósperas em busca de condições melhores para suas vidas e seus capitais. Isto resulta no registro de participação demográfica de 2,8% no conjunto geral da população do Maranhão.

Depreende-se daí que o peso econômico e o demográfico coincidem com o processo de empobrecimento do Maranhão. O esquema estatístico de Tribuizi indicado na tabela abaixo demonstra esta afirmação:

Tabela 3 - Comércio exterior do Brasil e do Maranhão de 1821 – 1940 (Mil réis)			
ANO	BRASIL*	MARANHÃO	% MA/BR
1821	24.322.630	3.080.605** (1818-22)	12,6
1850-60	90.054.300	7.247.000* (1863-64)	8,6
1881-90	241.100.600	12.658.914** (1871-1974)	6,3
1921-30	327.971.440	18.255.228*** (1921)	5,9
1900-40	419.786.560	17.137.261*** (1935)	4,0

* Média anual [indicada na coluna ano].

** Média anual do período [indicada entre parênteses na linha de baixo].

*** Valor para o ano [indicado entre parênteses na linha de baixo].

Fonte: Bandeira Tribuizi. Formação econômica do Maranhão

Em 1821, o comércio exterior representava 12,6% do que o Brasil exportava. Isto transformou o Maranhão em uma das províncias mais importantes do período colonial e contribuiu para a opulência da classe agrário-exportadora.

Tribuizi identifica a mudança no peso das exportações a partir de 1850, a província passava a representar 8,6% do comércio exterior brasileiro. Os fatores para este decaimento estão ligados a elementos estruturais que fundavam a economia maranhense, cuja base se ruía cada vez mais com falta de competitividade e de projeto de desenvolvimento da burguesia local.

A exportação maranhense apresentava entre 1871 a 1874 mais um declive e passava a ser de 6,3%. Este percentual representava 50% dos negócios do comércio exterior praticado entre 1818 a 1819.

O comércio maranhense gozou uma breve euforia durante a I Guerra Mundial. Mas logo a seguir voltou a dar sinais de deterioração em relação ao cenário econômico brasileiro. O peso do Maranhão em relação ao mercado externo passou de 5,6% em 1921 para 4,0% a partir de 1935.

Devido à II Guerra Mundial, as circunstâncias externas do final dos anos 1930 reanimam, temporariamente, a economia dessa unidade da federação. A demanda de algodão,

dos tecidos e do babaçu foi acionada em função das mesmas razões sazonais decorrentes do contexto de 1917 a 1923, quando correu a I Guerra Mundial.

O perfil econômico do estado continuava sem haver alterações. Isso ocorreu devido às taxas de produtividade cada vez mais reduzidas, decrescente produtividade do solo, área de produção restrita por deficiência de infraestrutura de transporte e a baixa tecnologia utilizada.

Os dividendos auferidos pelo “empresário rural-mercantil com forte propensão a padrões de vida suntuária, despreocupado em absorver as inovações tecnológicas internacionais”, tornaram o estado pouco competitivo em relação a outros entes regionais do país (TRIBUZI, 2011, p. 43).

O modo de vida da elite econômica e a formação intelectual contrastam com a falta de escola da maioria do povo. A explicação está no fato de que os filhos desta frequentavam as escolas existentes ou tinham preceptores em suas casas. Ao terminar os estudos médios, iam para Europa ou para prestigiosas instituições superiores do país naquela época.

O campo educacional se desenvolvia lentamente, uma vez que existia pouco interesse da elite agroexportadora que dominava política e economicamente a província. Segundo Viveiros (1937, p. 6):

Ao findar o período colonial, o Estado do Maranhão tinha duas escolas secundárias e 12 de primeiras letras. Na capital, funcionavam 4: a de filosofia do padre Manoel Justino; a de latim, regida por Sotero dos Reis; e duas cadeiras primárias – uma do padre Domingos Veloso, que funcionava no corredor da Igreja do Rosário, e outra de d. Justiniana Amado.

No interior, já existiam as de Alcântara, S. Bento, Guimarães, Viana, Paço do Lumiar, Munin, Itapecurú-Mirim e Vinhais. Os professores secundários recebiam 400\$000 por anos; os primários, 150\$000.

O investimento educacional resumia-se a existência de duas escolas secundárias e 12 de primeiras letras. A oferta de escolas não correspondia às demandas de uma população já bastante numerosa. Eram quantitativos incompatíveis à representação econômica e populacional que o Maranhão detinha no fim do período colonial. A explicação para este fato deve-se ao caráter elitista da educação que estava espraiada em algumas cidades mais importantes do interior da província na época. E, salarialmente, havia uma grande disparidade entre o professor secundário e o de primeiras letras.

Cabral (1984) escreve que nas últimas décadas do império, as realizações em relação à instrução pública escassearam. A grande inovação desse período foi a decretação da liberdade de ensino, proposta nos anos 1860 e concretizada com a reforma de 1874. Esta reforma cuidou

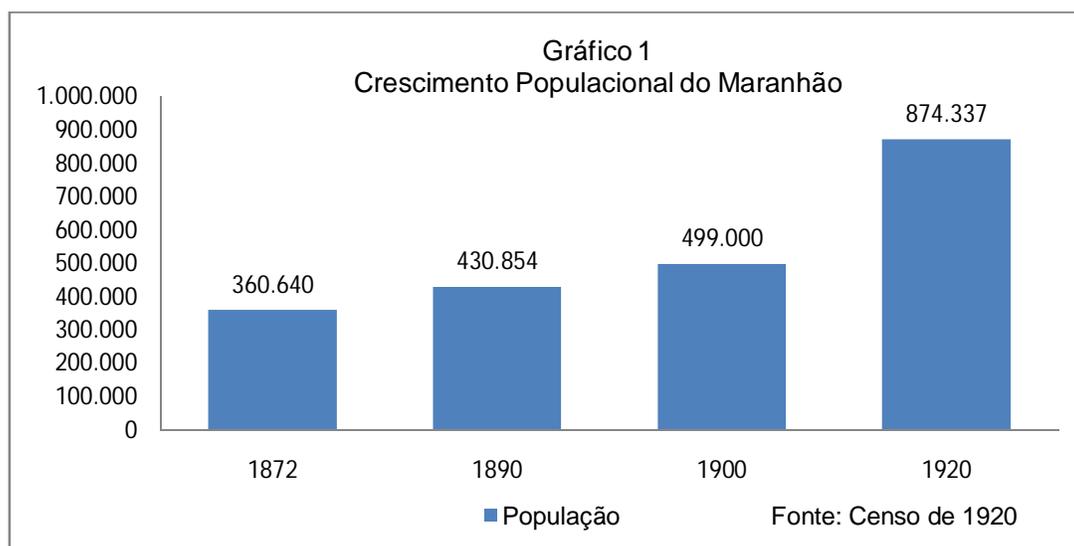
apenas da criação de um Conselho Diretor (para auxiliar o inspetor de ensino), do regulamento sobre a vitaliciedade do professor e da abolição dos castigos corporais nas escolas.

As informações dos censos entre 1870 e 1920, bem como as estatísticas sobre instrução de 1907, descrevem com maior propriedade a composição social, as características étnicas e educacionais fundamentais à compreensão da constituição do magistério maranhense.

1. 3. Os dados demográficos e educacionais dos censos de 1872, 1920 e as Estatísticas da Instrução de 1907.

As informações populacionais possibilitam parâmetros iniciais para estabelecer um entendimento sobre determinada realidade ou formação social. A utilização das estatísticas dos censos e de outros trabalhos realizados com objetivo de apresentar estágios de desenvolvimento da sociedade brasileira, a partir de elementos quantitativos, são muito úteis ao propósito deste trabalho.

Os dados demográficos anteriores sobre o Maranhão pecam por sua imprecisão, porém, são os únicos disponíveis. O gráfico 01 organiza os números dos recenseamentos de 1872 a 1920, de forma sistemática, e revela o crescimento populacional ao longo do tempo.



Os Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920 são de grande valor histórico e sociológico. Os aspectos demográficos, observados no gráfico 01, evidenciam que houve um grande incremento populacional entre os séculos XIX e XX. A série histórica constata que a população

mas que duplicou entre 1872 e 1920 em termos absolutos. Registrou-se um aumento de 142,4%.O magistério se desenvolverá neste cenário e será tratado mais adiante.

O incremento populacional, que ocorreu do período imperial à república, demandava mudanças no aparato do estado para fazer face ao desenvolvimento do país, o que não ocorreu na escala necessária. As demandas sociais, em particular, a de educação, não são supridas proporcionalmente a um crescimento exponencial do número de habitantes nos períodos identificados no gráfico¹⁶.

A sociedade maranhense em 1872 se dividia entre livres e escravizados. A composição étnica, na condição social, tem o conteúdo de classe como resultante desse processo e expressa a caracterização da formação social maranhense daquele momento histórico, como detalha a tabela 4 abaixo.

A libertação dos escravos só mudaria a condição de não ter um dono, porém, sem acesso a meios que lhe permitissem uma integração de melhor qualidade no processo de inclusão da estrutura social.

Condição social									
Homem					Mulher				
Livre			Escravo		Livre			Escravo	
141.942			36.889		142.159			38.050	
79,4%			20,6%		78,8%			21,1%	
Total: 178.831					Total: 180.209				
Condição social considerando a cor ou etnia%									
Homem					Mulher				
Livre			Escravo		Livre			Escrava	
B	P	PA*	P	PA	B	P	PA	P	PA
14,5	3,5	21,5	3,2	7,0	14,3	3,6	20,2	7,3	3,2
25,0			10,2		23,8			10,5	
P +PA (Livres)= 48,8			P+ PA (Escravos)= 20,7%		B (Homens e mulheres) =28,8				
População total: 359.040**			Legenda: (B) branco (P) preto (PA) pardo.						
*Existia no censo de 1872 a denominação “cabocla”, sendo aqui agrupada no conjunto dos pardos.									
**O relatório estatístico de 1876 adiciona aos dados do censo mais 1.600 habitantes oriundos da paróquia de Santa Tereza de Porto Franco, passando o total geral a 360.640.									

Tabela 4 – População do Maranhão por condição social e a cor no censo de 1872

Fonte: IBGE Censo 1872.

¹⁶Uma explicação é necessária fazer. Ao consolidar a conquista da terra e promover a sua colonização, herdou-se um ativo populacional já existente de origem indígena. O incremento da força de trabalho oriunda da escravidão de negros africanos em substituição à resistência dos índios se deu *posteriori* e produziu um crescimento do fluxo populacional.

A característica importante encontrada nesse censo é em relação à população livre. Homens e mulheres em sua maioria eram compostos de pretos e pardos, o que totalizava 48,8%. Somando estes dados, aos que estavam na condição de escravos entre homens e mulheres, obteremos 20,7% da população. Ao aglutinarmos pretos e pardos no conjunto dos dados encontraremos 69,5% da população com essa composição étnica, segundo as classificações dos relatórios da antiga Diretoria de Estatística.

A condição social revela os traços da sociedade maranhense e seu grau de mestiçagem. Estes elementos marcam a estrutura social em que se assentava o poder político-econômico do legado escravista.

A sociedade maranhense possuía 28,8% de brancos. A elite branca era proprietária de fazendas e dos negócios da província. Esta se apropriava dos dividendos econômicos do modelo produtivo ali instalado.

A população, segundo sua condição social e instrução, é detalhada na tabela 5. Nela se interpreta uma sociedade marcada pelo escravismo como viga mestra da sua organização social, à qual pertence a maior parte da população. Ser livre, não garantia acesso à educação. A elite senhorial garantia a educação dos filhos em detrimento da massa da população desvalida desse importante fator de inclusão. As condições de dominação das elites dirigentes estavam postas sob estas bases indicadas do quadro abaixo.

Instrução%								Instrução da população escolar de 6 a 15 anos%							
Homem				Mulher				Meninos				Meninas			
Livre		Escravo		Livre		Escrava		Livre		Escravo		Livre		Escrava	
LE	A	LE	A	LE	A	LE	A	FE.	NF.	F E.	NF	F E.	NF.	FE.	NE.
12,6	27,2	0,01	10,3	6,7	32,8	0,05	10,3	23,7	76,3	-	-	14,1	85,9	-	-
								T= 36.881		-		T=34.411		-	
Legenda: (LE) Sabem ler e escrever (A) analfabetos (F E) frequentam a escola (NF) não frequentam a escola.															
Obs.: Existia no censo de 1872 a denominação “cabocla”, sendo aqui agrupada no conjunto dos pardos.															

Tabela 5 – População do Maranhão por condição social segundo a instrução em 1872.

Fonte: IBGE Censo 1872

O Censo de 1872 indica que entre homens e mulheres livres, somente 12,6 e 6,7%, respectivamente, liam e escreviam. Eram analfabetos 27,2% dos homens e 32,8% das mulheres livres. Os poucos escravos homens e mulheres que sabiam ler correspondiam a 0,01% e 0,05%, respectivamente.

Em relação à instrução da população de 6 a 15 anos, a frequência escolar entre meninos livres era de 23,7% e de 14,1% de meninas. Isto demonstrava uma disparidade na oferta, pois evidenciava que a maior parte dos meninos e meninas livres não frequentava a escola. Também não havia sequer um menino escravo, ou uma menina escrava na escola.

A sociedade maranhense se hierarquizava econômica e politicamente. A educação era só um elemento desse processo, uma vez que esta elite dominante letrada se isolava em sua cidadela cercada por uma massa de iletrados. Esta consideração é fundamental para entender a questão do magistério em sua dimensão política e social. A docência não era uma das profissões de maior expressão quantitativa e denotava um acesso seletivo à educação como um traço constitutivo da sociedade da época.

Antônio de A. Oliveira, educador e parlamentar maranhense, que viveu no século XIX, em seu livro “*O Ensino Público*” escreve sobre o estado da educação no Maranhão no período imperial. Analisou o contexto educacional maranhense de 1872 e demonstrou, de forma cabal, o pouco interesse dos governantes em relação à educação da população. Este expôs os resultados do recenseamento 1872 da capital da seguinte forma:

São Luís divide-se em três freguesias, de populações mais ou menos iguais. Dentre elas a mais importante é sem dúvida a de Nossa Senhora da Vitória: aí está o comércio e a maior parte do funcionalismo público. Pois bem: nessa freguesia, que tem mais instrução que outras, e que deu 9.012 habitantes, foram contados 5.176 analfabetos. Como, porém, nesse número se compreendem os escravos, que andam por 2.623, subtraídos eles ficam, para 6.389 habitantes livres, 2.553 ignorantes. Ora, 2.553 são 39% de 6.389. Portanto se numa cidade, como a que tomei para base do cálculo, os ignorantes dão 39% da população livre, não exagero dizendo que noutras partes eles darão 40%, 60%, 70%, 80% e 90%. Donde resulta que sendo 64 ao médio entre 39 e 90 e adicionando-se a esse algarismo os 16% dos escravos, seguramente 80% da população geral são de ignorantes (OLIVEIRA, 2003, p. 45-6).

O grande número de analfabetos de que fala Oliveira, induz a inferência de que havia um número insuficiente de escolas e de professores para prover educação em escala ao povo. O cenário era de grande exclusão e marginalização da maior parte da população. A escola não chegava a todos, algo já arraigado na condução do processo educacional na província. Só a elite governante da época usufruía desse bem cultural e não tinha a intenção de concedê-lo às massas da população livre e muito menos à escrava.

A educação não era algo oferecido para todos, somente uma pequena parte dos que acumularam poder econômico e político em uma sociedade de analfabetos tinha acesso. Oliveira (2003) afirma que, até nos centros mais dinâmicos da província, o índice de

escolarização era diminuto. Isto refletia um o magistério exíguo e de pouca oferta do benefício educacional.

As finanças públicas sofriam com o declínio econômico do Maranhão. Um dos principais produtos de exportação perdera competitividade no mercado externo e não havia um investimento educacional adequado. O número de escolas e contratação de professores não aumentava. Daí resulta a exclusão da escolarização das massas pobres, negras e mestiças da população maranhense.

1.4. O surgimento do professorado maranhense: dos jesuítas aos professores régios.

A história da educação maranhense começa a partir dos anos de 1612, momento em que os capuchinhos franceses mantinham em um seminário meninos franceses e índios para que aprendessem a falar a língua uns dos outros.

Com a conquista do Maranhão pelos portugueses em 1615, o seminário passou dos capuchinhos às mãos dos missionários da Companhia de Jesus que criaram as primeiras escolas de ler e escrever. Os jesuítas fundaram pequenos Seminários e Colégios, entre os quais o de Nossa Senhora da Luz, o mais importante deles (CABRAL, 1984, LEITE, 1993)

As atividades educacionais no Brasil se iniciaram com a montagem da estrutura de exploração das terras conquistadas pelos portugueses. Escreve Serafim Leite (1993, p. 39) sobre o início do empreendimento da Companhia de Jesus e seu papel no processo:

Notícias simples, dadas por Nóbrega, doze dias depois de chegar, na sua primeira carta do Brasil (10 de Abril de 1549), quando ainda nenhum padre ou irmão sabia a língua brasílica (tupi), nem para ensinar meninos nem para pregar a adultos. E na mesma carta diz Nóbrega que ele pregava ao governador Tomé de Sousa e mais portugueses vinda na armada, e o Pe. Navarro “à gente desta terra”, isto é, aos portugueses que acharam em Vila Velha, os quais viviam com índias, “das quais estão cheios de filhos”, que, falando o tupi das mães, não desconheciam inteiramente o português dos pais. Estes meninos mestiços foram os primeiros alunos.

A educação esteve vinculada ao processo de colonização da terra. O aprender e ensinar a língua dos colonizadores é um pressuposto da organização à qual se pretendia dar curso. Era, então, necessário aprender e ensinar o tupi. Ensinar, posteriormente, o português para os filhos mestiços que teriam mais predisposição para aprender a língua do pai português.

A inserção de religiosos em atividades educativas remete ao Concílio de Trento que vigorou entre 1545 a 1563. O Concílio elaborou, como parte da Contrarreforma, um programa educativo relativo à formação de sacerdotes em seminários fundados por bispos e à educação das crianças e jovens com vista à formação religiosa (ADÃO, 1994)

Escreve Áurea Adão (1994, p. 15) que a Contrarreforma e o seu desdobramento no campo educacional em Portugal têm a seguinte particularidade:

ao contrário de outros países europeus, no domínio da educação, não houve necessidade de uma luta da Igreja católica contra a ação de um protestantismo ativo. Talvez por esta razão, da parte dos bispos e outros eclesiásticos não sentia uma vontade forte para abertura de escolas, ainda que a função principal da Igreja consistisse em ensinar a Doutrina Cristã, tarefa que ficaria facilitada numa sociedade menos ignorante.

A abertura de escolas fazia parte do instituto de controle e do poder exercido pela Igreja Católica. O fato de não haver um protestantismo a fustigar posições no reino criou-se, nas hostes portuguesas, uma acomodação por parte da igreja. Não se ensinava a doutrina cristã através do ler e escrever, em profundidade, para garantir corações e mentes, cognitivamente, preparadas em larga escala.

O pensamento conservador de dominar pela ignorância, condenado na prática da fé, era o *modus operandi* enquanto prática de dominação. Aqueles que em sua doutrina deviam disseminar o conhecimento, ao mesmo tempo, temiam a sua disseminação em larga escala.

O desejo de ensinar os ignorantes a ler se deparava com a reticência dos Jesuítas no que diz respeito ao ensino das massas populares, principalmente, as que estavam a serviço deles. Ninguém poderia ensinar sem a licença do padre geral (ADÃO, 1994).

A instrução de índios e negros toma um caráter funcional para a necessidade do empreendimento colonial, portanto, a Companhia de Jesus, desde o início da colonização, configura-se como principal sócia da Coroa portuguesa.

Na colônia, havia outros problemas de ordem estruturais para os objetivos coloniais da catequese. Não se podia aparelhar todas as aldeias com escola, porque nem sempre havia missionários para residir em todas, mas procurou-se fazer com que a escola não faltasse onde fosse possível¹⁷. Eram as orientações que preconizava padre Antônio Vieira no século XVII, nas aldeias da sua jurisdição, no Maranhão e Pará (LEITE, 1993).

¹⁷ Serafim Leite escreve que a Companhia utilizou inclusive, missionários negros vindos de Angola para o propósito daquela congregação no Brasil.

A Companhia tentava compensar o insuficiente número de padres no Brasil, em particular, no extremo norte, como explica o Padre Serafim Leite (1993, p. 41):

não faltou entre eles quem no século XVIII se inclinasse a dar preferência ao ensino médio e superior e aos ministérios sacerdotais. Outros, porém, mantendo-se fiéis á tradição da Companhia, recorreram ao geral, e este, em 1730, mandou que nos colégios do Pará e Maranhão se mantivessem também as escolas de ler e escrever, por serem “mais úteis e necessárias que as de latim.”.

No século XVIII, havia um problema concreto relativo ao quantitativo de padres para atender à demanda do ensino na colônia. Os ajustes sobre as prioridades determinaram o que, pedagogicamente, era mais útil para a educação do Maranhão e do Pará, cuja definição era dada pelo principal daquela congregação.

Os missionários que chegaram em 1615, após a expulsão das forças francesas do Maranhão, criaram as primeiras escolas de ler e escrever. Ao lado delas, fundaram pequenos Seminários e Colégios. O Nossa Senhora da Luz foi o mais importante deles (CABRAL, 1984, p. 28).

No Maranhão, a obra educacional jesuítica tomou um impulso maior a partir de 1659, com a chegada do padre António Vieira. Este era um severo opositor à escravização dos índios. O mesmo redige, entre 1658 a 1660, o “Regulamento das Aldeias” que visava coibir o uso dos povos nativos no trabalho escravo (Leite, 1993).

A ação dessa congregação teve repercussão direta na educação da província do Maranhão e no Brasil. Os próprios sacerdotes eram os professores que atendiam às necessidades educacionais com seus métodos pedagógicos bem definidos.

A Companhia precisava de recursos econômicos para tocar sua obra educacional. Os dízimos eclesiásticos eram um dos recursos com que a companhia contava e, posteriormente, utilizou a fórmula da redizima sobre os dízimos do açúcar, indústria que começava a florescer em Pernambuco (LEITE, 1993).

As presenças dos missionários foram fundamentais na estruturação social e econômica na organização da colônia e do seu desenvolvimento. O empreendimento da Companhia tinha objetivos econômicos para fins de manutenção dos colégios e todo o aparato decorrente das atividades que mantinha.

Leite (1993, p. 177) escreve acerca da organização econômica da Companhia no Brasil, Maranhão e Pará o seguinte:

No ano de 1600, os jesuítas do Brasil eram 172 e um século depois 317; e já então ao norte, no Estado do Maranhão e Pará, formara-se outro núcleo de mestres e missionários, onde não existia nenhum colégio de fundação real, nem com esta modalidade em todo o Brasil se tornou a dotar mais nenhum depois de 1575. Para acompanhar o ritmo da formação brasileira, tornava-se indispensável o recurso mais intensivo aos produtos da terra; e quer na Província do Brasil, quer na Vice-província do Maranhão e Pará estabeleceram fazendas agrícolas, depois engenhos de açúcar e simultaneamente fazendas de gado, com ainda outras fontes de receitas imprevisíveis em 1549, criando-se um tipo de missionários-fazendeiros não só no Brasil, mas em toda a América, onde se estabeleceram as missões católicas (portuguesas, espanholas e francesas).

A congregação cresce no Brasil e se expande para terras conquistadas ao norte. A implantação de colégios contará com um suporte econômico que se mistura ao empreendimento colonial jesuítico. A missão do Maranhão e do Pará passa a contar com receitas das fazendas de gado.

A emergência do professorado tem reflexo direto com o desenvolvimento demográfico por que passava a província. Os missionários mestres organizavam os colégios e detinham ascensão sobre as populações silvícolas e colonas. Possuíam meios de produção, fazendas e recursos para manterem as instituições escolares funcionando. Segundo Serafim Leite (1961), no Maranhão, a Companhia de Jesus mantinha o seguinte inventário de propriedades, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Inventário de propriedades da Companhia de Jesus no Maranhão			
Na ilha de São Luís	Em frente à Ilha de São Luís	No Rio Itapecuru	Outras aldeias e fazendas
<ul style="list-style-type: none"> • Colégio e igreja Nossa Senhora da Luz (Hoje Sé Catedral); • Casa de madre Deus; Aldeias ou fazendas de Anidinba (Paço do Lumiar), São Francisco, S. Marcos, São Brás, Amandijuí, Igarauá, S. Gonçalo e S. José. 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa-Colégio de Tapuitapera (Alcântara) 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário do Guarané, Aldeias Altas (Trizidela-Caixias), aldeias do Barbados (Grande e Pequena), Aldeia de S. Miguel 	<ul style="list-style-type: none"> • S. Jacob do Icatu, Tutoia, Gamelas (Lapela), Maracu (Viana), engenho de S. Bonifácio, aldeia Carará (Monção), S. João (Cortes), S. Cristóvão.

Fonte: Apêndice topográfico da obra de Serafim Leite (1961).

O inventário das propriedades, em diversas regiões do Maranhão, define o nível de influência que a Companhia tinha na província. A obra jesuíta estendia-se desde o monopólio do magistério até a organização de tipo mercantil, uma vez que o braço empresarial financiava as atividades dos missionários. Tal situação desagradava o colonato do norte e chamava atenção do governador, que era irmão do Conde de Oeiras, o futuro Marquês de Pombal.

Segundo Saviani (2010, p. 68), a administração dos bens da Companhia era semelhante a dos agentes econômicos leigos:

Os jesuítas gerenciavam uma grande empresa moderna, conforme a lógica dos latifúndios monocultores. E, como o principal da produção se destinava ao mercado europeu, eles estavam atentos às oscilações das cotações do açúcar, buscando redirecionar a produção para outros produtos agrícolas e aplicando a receita na compra de propriedades e arrendamentos, demonstrando sintonia com as regras do jogo do capitalismo em ascensão.

A empresa jesuítica fazia parte da estrutura que sustentava também o funcionamento dos colégios e a manutenção dos mestres e missionários. As terras, as fazendas, os escravos e a produção constituíam ação empresarial da Companhia nas regras do jogo do capitalismo comercial português e motivo de contestação por parte dos colonos. Estes terão aliados poderosos nesse debate.

As acusações de que os jesuítas se beneficiavam das frequentes doações, com favores reais, dos aldeamentos, da isenção de tarifas, de mão de obra gratuita dos índios constituiriam concorrência desleal aos colonos e eram lesivas aos interesses da Coroa. Isto foi o estopim que interromperia a obra educacional da Companhia tanto em Portugal como no Brasil no então reunido estado do Grão – Pará e Maranhão (SAVIANI, 2010).

O governador do Grão-Pará e Maranhão, em 1757, era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cuja nomeação provinha do seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Em 3 de maio daquele ano, foi traçada para região a “política dos diretórios”. Esta consistia:

no uso do português como língua obrigatória nas comunidades rurais e pela populações indígenas e procurou-se transformar os índios em colonos, como mão de obra assalariada, visando garantir a ocupação do solo e defesa do território português (SAVIANI, 2010, P. 69).

Com esta medida, procurou-se alterar o balanço de poder em favor do colonato e enfraquecer o poder eclesiástico jesuítico. Governos leigos são instituídos nas aldeias controlados por religiosos ligados à Companhia. A ocupação do solo estava garantida com os índios catequizados e aculturados em favor dos portugueses.

O Alvará de 28 de junho de 1759 reforma os estudos menores e retira dos missionários a primazia do papel educativo de mestres na colônia e determina o fechamento dos colégios da Companhia. Os jesuítas são expulsos do Maranhão e do Brasil.

A Lei de 6 de novembro de 1772 determina provimento sobre o estabelecimento de escolas públicas, “as qualificações, e nomeações dos mestres, que as devem reger; e

determinações do lugares, em que devem exercitar”. A Lei ordena ainda a afixação de editais no reino e seus domínios para contratação de praticantes do magistério.

Dois itens da Lei são importantes para compreender a constituição do professorado e os rigores para o exercício profissional que existia:

VII. Item Ordeno: Que aos particulares, que puderem ter mestres para seus filhos, como costuma suceder, seja permitido usarem da dita liberdade; pois que dahi não resultará prejuízo à Literatura, quando, como os mais, devem ser examinados, antes de entrarem nos Estudos Maiores.

VIII. Item Ordeno: Que as pessoas, que quiserem dar Lições pelas casas particulares, o não possam fazer antes de se habilitarem para estes Magistérios com Exames, e Aprovações da Meza; debaixo da pena de cem cruzados pagos da cadeia pela primeira vez; e pela segunda da mesma condenação em dobro, e de cinco anos de degredo para o Reino de Angola (LEI DE 6 DE NOVEMBRO DE 1772).

Os mestres existentes tinham alunos na casa de particulares que, ao final de sua etapa de formação, deveriam submeter-se a exames para progressão em estudos superiores. Aqueles que exercessem o magistério deveriam submeter-se a exames da mesa para o exercício da profissão, sob pena de cadeia e degredo em caso de reincidência.

Saviani (2010) informa que, no anexo da Lei de 6 de novembro de 1772, foram determinados 43 mestres para o Brasil. O Maranhão ficaria com dois mestres. Um de ler, escrever e contar; e outro para o ensino de latim.

Segundo Viveiros (1937), Pombal condenou as escolas da companhia de Jesus e criou as primeiras escolas públicas da colônia, as chamadas escolas régias e procurou dignificar a profissão do magistério com o decreto de 14 de julho de 1775, que declara professores régios mercedores de privilégios e homenagens em razão da nobreza do ofício.

A manutenção das escolas era prevista pelo Alvará de 10 de dezembro de 1772. Esta determinação oficial implementava um imposto sobre diversos gêneros de consumo e instituiu o “subsídio literário”. Tal tributo não havia sido efetivado no Maranhão até 1786 e somente sete anos mais tarde é que a Câmara de São Luís mandava que o ouvidor e corregedor da comarca examinasse um professor.

Em 23 de julho de 1794, era nomeado para o exercício do magistério Manoel de Nascimento da Câmara¹⁸ para lecionar leitura, escrita, contas e catecismo. Abriu sua escola recebendo o vencimento pelos cofres do subsídio literário (VIVEIROS, 1937).

Já o subsídio literário da província apresentou déficit nos anos de 1800 e não existia nenhum centro de estudo instituído na província naquele período. Os professores davam aulas

¹⁸ Segundo Viveiros (1937), trata-se do mais antigo professor público que se tem notícia no Maranhão.

em suas casas e surge, somente em 1821, o primeiro colégio particular do Maranhão. A nomeação para a cadeira de gramática latina desta instituição coube ao Prof. Francisco Sotero dos Reis, futuro organizador do Liceu Maranhense.

A Lei de 15 de outubro de 1827 foi o primeiro dispositivo legal que tratou o método de ensino no país, tornando oficial o ensino mútuo preconizado por Lancaster, Andrew Bell e M. Jacotot. O efeito desta Lei no Maranhão teve relação direta com o crescimento do número de estabelecimentos de ensino. Antes eram 14 e passaram a ser 24 escolas. Duas delas na capital, uma em Alcântara, Arari, Brejo, Caxias, Guimarães, Icatu, Mearim, Monção, Paço do Lumiar, Pastos Bons, Pinheiro, Itapecuru, Rosário, São Bento, São João de Cortês, Santo Antônio das Almas, São Vicente de Ferrer, São Miguel, Tutóia, Vinhais, Viana e Vargem Grande (VIVEIROS, 1937).

O sistema educacional maranhense passou a organiza-se de forma mais elaborada. A Assembleia da província aprovou e o presidente sancionou as Leis de número 76 e 77 no ano de 1838, que obedeciam aos objetivos de ordem estruturais no campo do ensino.

A Lei 76 de 24 de julho de 1838 mandava à França um aluno para aprender o método Lancaster e o obrigava, em seu retorno, a reger na Escola Normal por pelo menos três anos, sob pena de ter que indenizar a província de suas custas ao erário.

A Lei 77 tinha outro grande objetivo: criar um Liceu em São Luís, cujo corpo docente comporia a Congregação do Liceu Maranhense. Esta seria responsável por inspecionar as aulas públicas da província (CASTRO, 2009).

O aluno enviando à Europa retornou e o governo ordenou a instalação de um curso de aperfeiçoamento de alunos-mestres, denominado Escola Normal, que funcionou em uma sala do Liceu Maranhense a partir de 01 de fevereiro de 1840.

Outra iniciativa de formação de professores ficou a cargo da Sociedade Onze de Agosto. Esta entidade de iniciativa de particulares recebeu subvenção do governo para preparar professores primários no Maranhão em 15 de agosto de 1874. Presidia aquela associação Antônio de Almeida Oliveira, autor do célebre livro “*O ensino público*”.

A instituição do ensino normal no Maranhão foi um elemento social e histórico que constituiu o desenvolvimento da classe do magistério. A solidificação dessa escola foi fundamental à organização do ensino e consolidação de um professorado na província.

1.5.O magistério maranhense nos anos de 1872, 1907 e 1920

O Censos e o relatório de Instrução de 1907 ajudaram a identificar o tamanho do magistério maranhense. Os dados extraídos caracterizaram os professores de acordo com a sua nacionalidade e condição social.

As estatísticas coligidas no Censo de 1872 apresentaram dados e aspectos constitutivos do professorado. Tais indicadores são fundamentais para se compreender a emergência do associativismo docente maranhense a partir da reconstrução do processo sócio-histórico de sua consolidação na província.

As informações quantitativas, por si sós, não são auto-explicativas, precisam ser confrontadas com a análise conjuntural e histórica. As tabelas a seguir terão esta função enquanto ponto de partida.

A caracterização do magistério é fundamental para identificar a origem, formação social e a dimensão de sua atuação na província. A tabela 6 destaca a composição do professorado por nacionalidade, condição social e gênero.

Brasileiros		Estrangeiros				Nº de municípios
Livre		Livre		Escravo		
H	M	H	M	H	M	
152 58,4%	87 33,5%	16 6,1%	5 1,9%	-	-	37
T= 239		T= 21				
Total geral= 260						

Tabela 6 – Magistério maranhense considerando nacionalidade, condição social e sexo em 1872

Fonte: IBGE, Censo de 1872

Em toda a província havia, entre brasileiros e estrangeiros, 260 professores em 1872. Os docentes nacionais eram na ordem de 58,4% para homens e 33,5% para mulheres. Se agregarmos os professores estrangeiros homens e mulheres, 6,1% e 1,9%, respectivamente, aos nacionais, teremos um total de 64,5% de homens e 35,5% de mulheres no geral. Evidencia-se que o processo de concentração feminina na carreira ainda não havia ocorrido na forma como se identifica nos tempos atuais. Em 1872, predominavam homens no exercício do magistério.

A sociedade maranhense se constituía no poder patriarcal. O professor era considerado homem de letras e também contava com prestígio no seu ofício de ensinar. A composição do

magistério advinda de estratos sociais elevados da sociedade maranhense e à educação das primeiras letras se direcionava a este segmento.

As aulas régias ou ensino mútuo concebido no método Lancaster se processavam na casa onde o próprio professor residia, era um ofício do ensino isolado. Esta forma de organização da educação não produziu as condições necessárias para que emergisse uma organização coletiva do tipo associativo, pelo menos no Maranhão.

Uma análise comparativa ajuda a compreender o contexto do magistério no Maranhão. Observa-se que tanto no Maranhão como na Bahia, percentualmente, a maior parte dos que atuavam no magistério eram homens. Isto decorreu devido ao fato de o professorado ser composto, naquela época, por padres, juízes, advogados entre outros profissionais liberais que se dedicavam ao ensino como atividade remunerada. Tal situação já não se reproduzia no Brasil ao levar em consideração a totalidade dos números do Censo de 1872.

MA	Brasileiros		Estrangeiros				Total de professores
	Livre		Livre		Escravo		
	H	M	H	M	H	M	
	58,4%	33,5%	6,1%	1,9%	-	-	260
BA	59,2%	31,2%	4,0%	1,6%	-	-	768
RJ	45,0%	32,5%	16,9%	5,5%	-	-	1.223
Brasil	21,9%	58,0%	15,2%	4,9%	-	-	3.525
*Agregado os dados do Município Neutro							

Tabela 7 – Quadro comparativo do magistério entre o Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia e o Brasil, considerando a nacionalidade, condição social e sexo em 1872.

Fonte: IBGE, Censo de 1872

Os dados agregados dos quantitativos de nacionais e estrangeiros constituem o professorado brasileiro. Do ponto de vista da caracterização do magistério no Maranhão, observa-se que 64,5% dos docentes eram homens e 35,5% composto por mulheres.

As informações relativas à Bahia apresentam uma ordem de 63,2% de homens e 32,8% de mulheres, o que aproxima dos indicadores do Maranhão. Já o Rio de Janeiro, apresentava a maior taxa de docentes estrangeiros, cuja soma com os nacionais totalizava um total de 61,9% de homens contra 38% de mulheres em situação laboral no magistério.

As discrepâncias em relação ao Brasil são evidentes. 62,9 % do professorado pertenciam ao sexo feminino quando somados os nacionais e estrangeiros. Os homens representavam 26,8 quando também considerados a totalidade do magistério.

Uma das explicações para o número superior de mulheres quando considerado somente o Brasil em contraste com os percentuais do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão decorre do fato de que o magistério se feminilizou de forma mais contundente em determinada regiões que em outras.

O censo de 1872 indicava que havia 98 escolas no Maranhão, 89,8% eram públicas e 10,2% compostas de particulares enquanto locus empregador do professorado. A atividade de magistério concentrava-se na esfera estatal na relação de 2,6 docentes por escola.

A Estatística da instrução de 1907 trata com mais detalhes a questão do professorado. Este trabalho estatístico identificou as transformações ocorridas na educação maranhense no início do século XX e se debruçou, exclusivamente, sobre este tema, diferentemente do que preconiza um censo.

Os dados da Tabela 8 apontam que o número de escolas entre 1872 a 1907 aumentou 62,1% ao subir para 259 o número de estabelecimentos de ensino em um total de 261 cursos. O professorado, por outro lado, somente cresceu 24,6%. Era um quantitativo muito aquém da oferta para atender os 14.104 alunos matriculados para uma quantidade de 345 docentes. A média aluno por escola era 54 e a média aluno por professor era de 40. Desse modo, interpreta-se que havia um número insuficiente de escolas e de professores para atender toda a demanda não suprida.

O número de professores por escola caiu de 2,6 em 1872 para 1,3 em 1907. Aumentou o número de escolas e pulverizaram-se os professores por estabelecimento de ensino. Isto quer dizer que havia quase só escolas de 1 professor.

Escolas		Cursos		Pessoal docente		Alunos matriculados	
259		261		345		14.104	
Média aluno por escola				Média aluno por professor			
54				40			
Escolas				Cursos			
Federais	Estaduais	Municipais	Particulares	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
0,8%	55,2%	20,8%	23,2%	0,8%	54,8%	20,7%	23,7%

Tabela 8 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando escolas e cursos por dependência administrativa, pessoal docente e quantitativo de alunos.

Fonte: Estatística da instrução de 1907.

A maioria dos professores estava vinculada a escolas estaduais, ou seja, 55,2% do total. O pessoal docente correspondia a 54,8% na esfera estadual, 0,8% na esfera federal e 20,7% ligados aos municípios. Por outro lado, 23,7% do professorado atuava nas escolas particulares existentes e, muitas delas, eram mantidas por organizações de cunho confessional e da iniciativa privada.

A vinculação do professorado abrangia as esferas federal, estadual, municipal e particular. A Tabela 9 mostra elementos que ajudam a compreender onde se distribuía o magistério por vínculo empregatício.

Pessoal docente				Alunos matriculados			
345				14.104			
Masculino 44,3%		Feminino 55,6%		Masculino 55,4%		Feminino 44,6%	
Federais	Estaduais	Municipais	Particulares	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
2,0%	54,2%	18,3%	21,7%	6,6%	59,3%	18,1%	21,9%

Tabela 9 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente e alunos matriculados por dependência administrativa segundo o sexo.

Fonte: Estatística da instrução de 1907

Com relação ao gênero, as mulheres correspondiam a 55,6% na atividade de magistério contra 43,3% dos professores do sexo masculino. Este dado indica que houve uma redução significativa dos homens no magistério no Maranhão se comparado ao censo de 1872.

Dos 345 professores existentes no Maranhão, 54,2% estavam na esfera estadual e 2,0% ligados ao nível federal, o que demonstra a pouca influência do governo central na educação no estado. Já no que tange ao município e à iniciativa privada, pode-se perceber certa equivalência, tendo uma vantagem no segmento particular que empregava 21,7% do professorado contra 18,3% do município.

Os professores atendiam 14.104 alunos matriculados em que a maior concentração dessas matrículas era nas escolas estaduais, ou seja, 59,3%. Os estabelecimentos particulares atendiam 21,9 % do alunado e 18,1% destes estavam em instituições de ensino municipais. O governo federal tinha sua participação restrita a 6,6% das matrículas e, por consequência, um número menor de professores ligados a essa esfera.

O nível de ensino em que atuavam os trabalhadores do magistério é dado importante para situarmos em que se concentrava a atividade de magistério, pois ajuda a desvelar o cenário em que esses trabalhadores desenvolviam o seu labor. Nesse sentido, a tabela 10 apresenta a

dependência administrativa a que o pessoal docente estava vinculado, os cursos e a demanda das matrículas do alunado, respectivamente.

Pessoal docente				Alunos matriculados			
Dos cursos				Nos cursos			
Superiores	Profissionais	Secundários	Primários	Superiores	Profissionais	Secundários	Primários
-	6,9%	12,2%	80,9%	-	1,8%	4,5%	93,6%

Tabela 10 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente e alunos matriculados segundo cursos.

Fonte: Estatística da instrução de 1907.

O ensino primário aparece como o nível de maior concentração do professorado, 80,9%, o que converge com os 93,6% das matrículas nos cursos do nível primário. Em relação ao secundário, 12,2% dos 345 professores atuavam nesse nível de ensino contra 4,5% de alunos matriculados, em um total de 14.104. A relação professor por aluno era de 0,02, ou seja, era uma relação extremamente incipiente para o atendimento da demanda educacional para época.

No que tange aos docentes do ensino profissional, registra-se que 6,9% dos professores se dedicavam a essa modalidade. Os alunos matriculados nos cursos profissionais correspondiam a 1,8% do total geral.

A educação maranhense era deficitária em relação à demanda educacional de sua população. O curso da área pedagógica era o que apresentava o maior número de estudantes matriculados, mas poucos concluíam esta formação profissional. A Tabela 11 evidencia esta situação.

Pessoal docente							Alunos matriculados						
19							206						
Dos cursos							Dos cursos						
Sac.	Ped.	Art.-li	Art.in	Agr.	Naut.	Com.	Sac.	Ped*	Art.-li	Art.in	Agr.	Naut.	Com.
21,0%	68,4%	10,5%	-	-	-	-	6,8%	56,8%	36,4%	-	-	-	-
Legendas: (Sac.) Sacerdotal (Ped.) Pedagógicos (Art. In) Artístico-liberais (Art. In) Artístico industrial (Agr.) Agrônômico (Naut) Náuticos (Com.) Comerciais													
*Em cada 1.000, somente 9 terminavam o curso.													

Tabela 11 – Educação maranhense segundo a Estatística da instrução de 1907, considerando pessoal docente que atua na educação profissional e alunos inscritos.

Fonte: Estatística da instrução de 1907.

Contava-se 19, o número de professores que atuavam na formação profissional. O curso pedagógico era onde se concentrava 68,4% do professorado, o que era insuficiente para suprir a carência de profissionais do ensino no estado. Os docentes que ministravam aulas em curso sacerdotais contavam 21% e nos artístico-liberais 10,5%.

O alunado dos cursos pedagógicos correspondia a 56,8% das matrículas. De cada mil estudantes, apenas nove concluíam a sua formação. A matrícula em cursos artístico-liberais correspondia a 36,4%, em contraste como o curso sacerdotal que compunha 6,8%.

A situação educacional não se altera na década de 1920, e até se agrava em relação à atividade profissional do magistério. A Tabela 12 ajuda visualizar que a quantidade de escolas e de professores para atender o crescimento da população escolar tinha descompasso. Esta questão aponta que fatores de ordem econômica e política faziam com que o magistério e a educação das massas não fossem priorizados no atendimento da demanda de escolarização registrada em documento oficial.

Escolas	Média professor por escola	População escolar		Média professor por população escolar
		Total	Média por escola	
415	1,9	144.400	348 alunos	0,005

Tabela 12 – Escolas e população escolar em relação à média por professor no Maranhão em 1920.

Fonte: IBGE, Censo de 1920

O quantitativo de escolas em 1920 chega a 415, o que corresponde a um crescimento de 37,6% se comparado ao ano de 1907. A média de professor por escola era de apenas 1,9 para uma demanda de população escolar de 144.400. Ocorre um adensamento, uma vez que em 1907 a proporção era de 1,3 professor por escola.

O Censo indica uma média de 348 alunos por escola e a proporção de 0,005 professores. O déficit de profissionais do ensino revela a precariedade da educação das massas no Maranhão.

A Tabela 13 trata da população escolar e o número de matriculados. Havia uma baixíssima relação entre a população escolar e o número de professores disponíveis para atender às necessidades de escolarização.

População escolar*			Matriculas nas escolas primárias		
			Número de alunos por sexo		
Masculino	Feminino	Total	Masculino.	Feminino	Total
73.207	71.193	144.400	11.481	9.562	21.043
50,7%	49,3%				

* Esta população escolar a que o Censo se refere é aquela com idade entre 7 a 12 anos.

Tabela 13 – População escolar no Maranhão e matrículas na instrução primária em 1920.
Fonte: IBGE, Censo de 1920

A população em idade escolar representava, nessa época, um total de 144.400 indivíduos. Esta demanda correspondia aos sexos masculino e feminino 50,7 e 49,3%, respectivamente. A cobertura era apenas de 21.043 nas escolas primárias.

O quantitativo de professores que existia diante da demanda educacional da população tornava impossível a tarefa de ampla escolarização diante das deficiências da rede estadual.

A Tabela 14 mostra a composição do magistério por gênero e identifica sua origem, o que é bastante útil para entender a evolução quantitativa do professorado se comparado aos anos já estudados.

Brasileiros		Estrangeiros		Comp. geral do magistério do maranhense segundo o sexo	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
28,3%	71,6%	50%	50%	29,0%	71,0%
Total: 769 professores		Total: 24 professores		Total geral: 793	

Tabela 14 – Composição do Magistério maranhense considerando o sexo e nacionalidade em 1920.

Fonte: Censo de 1920.

A tabela 14 indica que 71% do professorado era do sexo feminino, sendo 29% do sexo masculino. Os brasileiros já eram a maior parte dos trabalhadores docentes, perfaziam um quantitativo de 761 e os estrangeiros formavam um total de 24 indivíduos. À proporção de 50% entre homens e mulheres, somente entre os considerados não brasileiros. Em termos gerais, o magistério se constituía, majoritariamente, de mulheres, isto é, 71%, contra 29% de homens atuando nesse campo de trabalho.

O cenário educacional maranhense se compunha de poucas escolas diante de uma demanda educacional bem superior. O pequeno número de professores em relação à população demonstrava como a educação era elitista em um tempo em que a demanda por ensino já indicava a necessidade de um número bem superior de trabalhadores para o magistério.

Os estudantes que frequentavam as 415 escolas pertenciam aos setores de melhor condição econômica no contexto social maranhense. Concentravam-se, em São Luís, as instituições de ensino e, conseqüentemente, o seu professorado.

O surgimento da primeira entidade associativa voltada à representação do magistério ocorreu em 1912. Infere-se que o debate de pautas de cunho salarial, de condições de trabalho, etc. teve que se confrontar com a identificação desse professorado com a classe dominante da época. A tentativa de reorganização de uma associação, em 1920, no Congresso Pedagógico demonstra que o magistério ainda buscava consolidar sua organização e dar perenidade ao funcionamento da mesma.

Embora a atividade do professorado em São Luís tenha fornecido as condições objetivas, o associativismo, como instrumento de luta, ainda era algo novo enquanto instrumento político por parte do magistério. Tal fato levou a precipitação de seu malogro após o Congresso Pedagógico. Isto será melhor tratado no capítulo 4.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO BRASILEIRO

Este capítulo trata do desenvolvimento histórico da formação associativismo e sindicalismo de modo geral. São abordados aspectos teóricos e conceituais relativos à temática em questão. O histórico da emergência da organização da classe trabalhadora ajuda a contextualizar o objeto de pesquisa, uma vez que os estudos apontam que o associativismo operário e de outros ramos do trabalho têm sua organização anterior às congêneres ligadas ao magistério.

As vinculações das organizações sindicais dos trabalhadores, compulsoriamente, sob a chancela do aparelho estatal constituem uma passagem importante do processo histórico e são tratados em um tópico específico. Já o relativo à periodização do movimento operário e sindical permite um entendimento da organização dos trabalhadores no país de uma forma mais sistemática ao longo do tempo. E por fim, a contribuição do “novo sindicalismo” para organização dos trabalhadores brasileiros. Este marca a fase mais recente do movimento sindical brasileiro e fecha a fase mais geral desta tese.

Os seguintes itens compreendem este capítulo: 2.1. Aspectos teóricos sobre associativismo e sindicalismo de modo geral; 2.2. A organização operária brasileira e a formação da consciência de classe; 2.2. O estado novo e o controle das organizações sindicais (1930-1945); 2.3. Periodização do movimento operário e sindical e 2.4. O papel do “novo sindicalismo” na organização dos trabalhadores brasileiros.

2.1. Aspectos teóricos sobre associativismo e sindicalismo de modo geral

Os estudos sobre o trabalho são de grande importância para se entender as transformações sociais e econômicas por que passaram determinadas sociedades, assim como as formas que os trabalhadores encontraram para se defender da exploração ao longo da história.

A construção de associações como forma de ação coletiva para enfrentar uma adversidade é uma característica social que se perde no tempo. Ela remete à ajuda mútua e à solidariedade entre partícipes de uma mesma situação profissional ou de classe, resultando no que mais tarde se denominará de associativismo.

A associação, como forma de organização de interesse mútuo, é uma instituição cujos primeiros registros remontam ao século I d. C.¹⁹ (DURKHEIM, 2002). Estas entidades existiam sob o signo de promoção da defesa do interesse dos seus associados enquanto categoria de um mesmo ofício. Mais tarde, surge o sindicalismo²⁰, que é uma forma específica de organização reconhecida legalmente pelos Estados capitalistas.

Genericamente, associativismo é uma forma de organização que transcende a organização dos trabalhadores. Existem associações de trabalhadores como existem associações da sociedade civil, em geral, associações culturais, associações esportivas, etc.

Entretanto, no interior da organização dos trabalhadores, a associação assume uma definição epistemológica específica. As associações são formas de organização dos trabalhadores que antecederam a forma hoje conhecida: o sindicato.

As associações tinham finalidade defensiva e de apoio mútuo da categoria específica de trabalhadores. Também foram empregadas as denominações de Uniões – em inglês, *labor unions*, muitas permanecendo, até hoje, como denominação de sindicato, ligas, grêmios e outras denominações curiosas.

Já o sindicato é uma organização associativa reconhecida pelo Estado para, no caso do trabalho, defender a categoria. Existem, ainda no Brasil, os sindicatos dos empregadores, também reconhecidos pelo Estado.

As organizações associativas se diversificaram ao longo do tempo, uma vez que os processos inerentes à defesa mútua, de garantias sociais e de construção de espaços de resistência às formas de exploração se constituíram enquanto finalidade destas instituições.

O associativismo constitui uma forma de organização cujo objetivo é satisfazer a necessidade de trocas mútuas, defesa coletiva e autoproteção nos mais diversos ramos de atividade. Para isso se organizaram os trabalhadores.

Vários investigadores formularam entendimentos sobre a organização sindical dos trabalhadores em geral e são bastantes úteis para compreensão teórica e conceitual no objetivo de estudo em questão.

Para Losovsky (1989), o sindicalismo é entendido enquanto ‘*trade-unions*’, organizações estritamente gremialistas que se propunham apenas a finalidades práticas, bem

¹⁹ Estas continuaram a desenvolver-se no século XIV até XVIII, tempo em que houve o declínio de determinados tipos de associações que congregavam empresários e operários (mestres) (GRINT (1998).

²⁰ A palavra grega Syndikos, que significa “junto à justiça”, no latim ‘Syndicus’, que representa “advogado dos pobres”, passa a ser empregada também como referência aos trabalhadores e associações clandestinas organizadas nos períodos subsequentes à Revolução Francesa em 1789, bem como no período abolicionista das coalizões de trabalhadores a partir daí (ANTUNES & CARVALHO, 2008).

como a diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, dentre outros. Ou seja, constituíram uma arma de luta dos trabalhadores em relação à exploração do seu labor.

Segundo entendimento de Sidney & Beatrice Webb (1973, p. 1), *trade union* “é uma associação contínua de assalariados com o propósito de manter ou melhorar as condições de vida no trabalho”. Esta tem um propósito, eminentemente, corporativo em relação aos seus associados. A história clássica do movimento sindical indica que este tipo de organização é anterior ao século XIX²¹ e estas emergiram de um contexto de intensa perseguição e de repressão contínua às associações de trabalhadores.

O fim da *Combination Law*²², na Inglaterra, foi o momento em que os operários daquele país conquistariam o direito de se associar para defesa de seus interesses, até então reservados à aristocracia e à burguesia. Em todos os ramos, constituíram-se organizações sindicais (*trade unions*) com o objetivo declarado de se proteger contra a tirania e o descaso dos patrões (ENGELS, 2010).

Lefranc (1978, p. 8) caracteriza o desenvolvimento da organização dos trabalhadores da seguinte forma:

as associações permanentes de assalariados precedem em cerca de meio século o sistema industrial e encontram-se em ofícios em que o trabalho manual predomina ainda: o sindicalismo não sai por filiação direta do desenvolvimento da maquinaria. O fator determinante não se situa na transformação da técnica, mas sim do divórcio entre o trabalho e a propriedade dos instrumentos de produção.

As primeiras unions não nasceram também de uma revolta das massas miseráveis contra a exploração capitalista. Não são de modo algum os moços das quintas, os mineiros ou os serventes de pedreiro, mal pagos e mal tratados, que se associam. Os sobressaltos de cólera são, entre eles, efêmeros. “A formação de associações independentes para resistir à vontade dos patrões exige um certo grau de independência pessoal e de força de caráter” (B. e S. Webb). Encontram-se esses atributos entre os operários cujo nível de vida foi, durante séculos, protegido por regulamentos administrativos e consuetudinários, os quais regiam a aprendizagem e limitavam o número de operários. É mais para defender uma situação cômoda que para melhorar uma condição medíocre que as primeiras unions se formaram. Os seus objetivos são mais conservadores que revolucionários.

As instituições associativas de trabalhadores se organizaram antes do sistema industrial. O sindicalismo e o sistema de produção baseado na indústria não têm relação direta, pois o primeiro é derivado de um processo histórico que gerou as instituições de ajuda mútua e autodefesa oriunda das organizações associativas. A concentração dos meios de produção e a

²¹Webb (1973) informa que as associações datam da Idade Média no continente europeu, embora não tenham, necessariamente, se tornado estas organizações em sindicatos (*trade unions*).

²² Esta Lei impunha uma proibição legal aos trabalhadores de combinarem os seus ganhos salariais de acordo com a orientação do sindicato da categoria a qual pertencia. Sua revogação ocorreu em 1824.

fragilização do trabalhador produziram a necessidade de autodefesa de meios coletivos de resistência e de auxílio.

As uniões são modalidades associativas e de caráter corporativo enquanto instituições ligadas a determinadas camadas de trabalhadores. Lefranc se ampara nas ideias de Webb para afirmar que a constituição destas organizações não é feita por operários miseráveis e o efeito das suas insatisfações com o patrão, não tem perenidade estrutural. Os precursores destas instituições foram os operários de profissões protegidas por regulamentos administrativos e baseados nos usos e costumes.

A concepção leninista de sindicatos vaticina que este deve se livrar das “estreitezas gremiais” para abarcar a maioria e, gradativamente, a totalidade dos trabalhadores que não são, necessariamente, ligados a partidos. O aparelho sindical deve organizar comissões para o julgamento de conflitos, prover-se de fundos para casos de greves, fundos de ajuda mútua, etc. São obrigados a defender os interesses dos trabalhadores, de contribuir para melhorar suas condições de existência, corrigindo, constantemente, os erros e os exageros dos organismos econômicos derivados da deformação burocrática do aparelho do Estado (LENIN, 1979)

Para Cattani et al (2006), “os sindicatos são formas institucionais de ação coletiva dos produtores de direito. São instâncias do movimento associativo criadas para compensar o trabalhador, atomizado na sua relação contratual com o capital”. O processo evolutivo dessas organizações toma como mote de sua ação a garantia de melhores ganhos salariais e de condições laborais que permitam recompor a força de trabalho, além de uma maior presença na sociedade enquanto movimento social.

Segundo McIlroy (2002, p. 89) os sindicatos são, essencialmente, instâncias políticas desde sua origem. Escreve que o “envolvimento do sindicato com a política cresceu, organicamente, e de maneira inevitável, mais a partir da economia do que como uma resposta a seu *status* legal e a sua função de barganha”. Em outras palavras, esta associação assume função política como locus de representação de demandas econômicas e de relação laboral de uma determinada categoria de trabalhadores.

Compreende-se, deste modo, que o sindicato é uma forma institucional coletiva reconhecida tanto pelos trabalhadores quanto pelo Estado. Sua ação incorpora pautas econômicas e políticas visando beneficiar a base que propõe defender diante dos patrões e dos entes estatais.

As organizações associativas e sindicais se disseminaram ao longo do tempo em vários países do mundo. Nos países ocidentais, sobretudo europeus, houve grande mobilização de

atividades associativas e sindicais. O Brasil absorve estas concepções com os nacionais e estrangeiros que chegavam do continente europeu e tiveram contato com estas organizações. Os imigrantes que chegaram ao país para trabalhar, nos mais diversos ramos da produção e serviços, trouxeram, em sua bagagem cultural, concepções de cunho anarquista e socialista para o campo associativo e sindical. Tal perspectiva influenciou todo o tecido organizativo dos trabalhadores brasileiros no início do século XX.

2.2. A organização associativa brasileira e a formação da consciência de classe

A historiografia mostra a resistência dos indígenas, negros africanos escravizados, mestiços e dos trabalhadores das vilas ou cidades contra a exploração colonial e condição de trabalho no Brasil ainda sob domínio português. As primeiras manifestações de trabalhadores organizados em Confrarias ou Irmandades, que eram associações de trabalhadores qualificados, formados por influência da igreja, foram registradas no século XVIII (ANTUNES & CARVALHO, 2008).

Vários movimentos reivindicativos eclodiram no período colonial. Ocorreu em Vila Rica, a denominada “Revolta de Felipe dos Santos”, em 1720. Esse fato histórico foi uma contestação por melhores salários e condições de pagamento. Já nas Minas Gerais, em 1737, aconteceram os tumultos pela redução da jornada de trabalho. Houve, em Salvador, em 1798, o movimento de constatação e reivindicação dos trabalhadores conhecido como “Conjuração Baiana” ou “Revolta dos Alfaiates”. Lutavam pelo estabelecimento de ideias, de igualdade e democracia no país a partir da reunião de grande número de trabalhadores ligados às Confrarias e Irmandades compostos por soldados, bordadores, pedreiros, carpinteiros e, principalmente, os alfaiates (ANTUNES & CARVALHO, 2008).

A “Revolta da balaiada” caracterizou-se pela mobilização de escravizados, trabalhadores livres, vaqueiros e artesãos, no Maranhão, durante os anos de 1838 a 1841. A crise econômica por que passava a província fez com que o movimento ganhasse vulto e fosse combatido militarmente pelas forças do império.

Matos (2009, p. 13) escrevem sobre o “Levante dos trabalhadores de padaria” desencadeado em Santos, em 1876, sob a liderança de João Matos. Este movimento de paralisação deu fuga aos trabalhadores escravizados e lhes forneceu cartas de alforria falsas para que os fugitivos pudessem encontrar trabalho como pessoas livres no interior de São Paulo.

Embora os levantes não caracterizem uma emergência *ipsis litteris* de estruturação orgânica da classe trabalhadora, em forma associativa ou sindical, estabelecem, por outro lado, um processo importante de uma fase embrionária de luta dos trabalhadores em sua construção sócio histórica.

Lukacs (2003, p. 142) aponta que “a consciência de classe é, ao mesmo tempo, uma inconsciência, determinada conforme a classe de sua situação econômica, histórica e social”. Ela se dar pela relação estrutural determinada, como nexos formais definidos, uma expressão mental da estrutura econômica. Baseia-se na “superação do imediatismo cuja intenção volta-se para a totalidade da sociedade, pouco importando se essa intenção permanece, psicologicamente, consciente ou inconsciente no início”. (p. 349).

A consciência de classe, portanto, revela-se consciente ou inconsciente na medida em que suas ações não têm o caráter imediato e constituem a expressão da relação econômica e política definida no contexto de uma totalidade social.

Para que se chegue a uma prática consciente de ação política, é necessário que os operários (os trabalhadores em geral) estejam preparados para lutar contra todo abuso, manifestação de arbitrariedade e de opressão e violência.

Lenin (1979, p. 55) escreve sobre a consciência de classe e ajuda a compreender o papel desta no desenvolvimento da prática associativa e sindical da seguinte forma:

A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política [...]

A compreensão dos fatos, acontecimentos políticos do tempo, revela-se por uma consciência de si mesmo e do que são as outras classes sócias em suas variadas manifestações nas relações sociais.

Vasquez (2007) escreve que a consciência do interesse próprio e dos interesses das outras classes, camada ou grupos da população, constitui uma condição para emergência de organização coletiva.

A conjugação de elementos que produzam convicções da necessidade de unir-se a uma entidade associativa ou sindicato, para “conduzir a luta contra os patrões, deve exigir dos governos essa ou aquelas leis necessárias” (LENIN, 1979, p. 24) em benefício de sua categoria para o atendimento de suas necessidades objetivas. Alcançando isto, tem-se criado uma manifestação de consciência de classe.

A expressão associativa e sindical representa o nexos formal da expressão organizativa dos trabalhadores em sua forma consciente. O “background” cultural estruturado, não espontaneísta e imediatista, induz à criação das primeiras organizações dos trabalhadores a partir da manifestação consciente de autodefesa de agrupamento ou uma determinada categoria de ofício.

No Brasil, o início da formação da classe operária foi constituído, em parte, por escravos e - após a abolição - por imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e de outros países, bem como elementos oriundos do campo, que procuravam livrar-se das difíceis condições de trabalho no interior do país. A classe operária emergiu e se desenvolveu *pari passu* com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo brasileiro (TELLES, 1962).

O trabalho livre se restringia a algumas categorias urbanas que não gozavam de proteção. O país ainda era uma sociedade patriarcal de base rural. As organizações existentes tinham caráter mutualista. Mas não foram todas as categorias de trabalhadores urbanos que empreenderam iniciativa associativa na quadra da vida monárquica da época. As instituições associativas representavam, de certo modo, a sobrevivência do trabalho corporativo do tipo artesanal, uma vez que a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício, seus juizes, escrevães e mestres²³ (RODRIGUES, 1968).

A mais antiga entidade de trabalhadores que se tem notícias é a *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*, instituída em 1836 e instalada em 21 de dezembro de 1841. Os princípios estatutários que a regiam eram os de “promover a propagação, desenvolvimento e perfeição das artes na província (§ 1) e “Socorrer os sócios artistas” nos casos e pelo modo prescrito nestes estatutos (§ 2)” (RODRIGUES, 1968, p. 6)²⁴.

No Rio de Janeiro, havia diversas entidades de caráter mutualista. A Imperial Associação de Tipógrafos Fluminenses, fundada em 1853 é uma das mais antigas organizações de profissionais. Esta entidade articula, em 1858, uma das primeiras greves que a história do Brasil registra (TELLES, 1968; CRUZ, 2008).

O movimento associativo da classe trabalhadora ganhava corpo e tornava-se possível identificar um quadro de organizações que surgiram ainda no século XIX:

Em 1858, funda-se a Sociedade Beneficente dos Caixeiros. Em 1873, funda-se a Associação de Auxílio Mútuos dos Empregados da Tipografia Nacional e a

²³ A Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de março de 1824), Disposições gerais, inciso XXV, dizia o seguinte: “Ficam abolidas as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrevães, e Mestres.”

²⁴ O Almanak Laemmert, na publicação de 1845, cita somente duas sociedades na Corte imperial: o Gabinete da Sociedade de Leitura e a Sociedade dos Ourives. Não há as datas de fundação destas entidades.

Associação de Socorros Mútuos, chamada Liga Operária. Em 1880, organiza-se a Associação Central, chamadas Liga Operária. Em 1880, organiza-se a Associação Beneficente dos Operários da construção Naval. Em 1900, funda-se o Círculo Operário do distrito federal, e, antes disso, em 1890. O Centro das Classes Operárias, atuava no Rio. Essa organização teve uma vida relativamente longa (TELLES, 1968, p. 20).

Verifica-se a criação de entidades dos mais diversos tipos entre os anos 1858 a 1900. Evidencia-se o crescimento de uma classe operária que se desenvolvia a partir do crescimento econômico do país. O associativismo passou do caráter mutualista ao de resistência como o passo decisivo para o fortalecimento da classe trabalhadora durante o seu processo de estruturação.

A constituição de 24 de fevereiro de 1891²⁵ assegurava o direito de associação e o Decreto de nº 979, de seis de janeiro de 1903²⁶ ampliava este direito aos profissionais da agricultura e indústrias rurais. Estava criado o cenário para a grande expansão das organizações operárias do campo e das cidades.

1906 foi um período muito fecundo para a emergência dos sindicatos. Surgem os de trabalhadores em ladrilhos, em pedreiras, dos sapateiros, o sindicato dos operários de ofícios diversos, etc. e ganhava força à tentativa de fundação de um partido operário. Em 1892, realiza-se o I Congresso Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro. Já em São Paulo, em 1900, funda-se o Clube Democrático Socialista. Não lograria êxito a organização de um partido operário naquele momento (TELLES, 1968).

O movimento de trabalhadores não desistiu de instituir entidades que pudessem dar maior amplitude política para suas lutas. Segundo Cruz (2008, p. 22):

Em 1906, ocorreu o I Congresso Operário Brasileiro. Esse congresso lançaria as bases para a criação da Conferência Operária Brasileira. Além das reivindicações básicas de melhoria das condições salariais e de trabalho no Brasil, essas instâncias preocupavam-se com a solidariedade política internacional. Nesse período dominavam o movimento sindical operário brasileiro duas fortes tendências. A anarquista e a socialista. Em 1913 ocorreu o II Congresso Operário Brasileiro e o III viria em 1920.

O Congresso Operário Brasileiro (COB) de inspiração se torna realidade. A classe operária passa a ter uma entidade de dimensão nacional para reivindicar melhorias das

²⁵Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública.

²⁶Art. 1º É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses.

condições de trabalho e salariais a sua base social. Os trabalhadores brasileiros passam a contar com uma entidade de caráter internacionalista e capaz de promover grande agitação popular.

A influência anarquista do COB permitiu o seu fenecimento e inatividade até 1912. Seu ressurgimento se deu pela iniciativa da Federação Operária do Rio de Janeiro ao instituir uma comissão reorganizadora. A confederação passa a ter um órgão de imprensa chamada “A Voz do Trabalhador” e a desenvolver um intenso trabalho entre os operários e sindicatos (TELLES, 1968).

Havia um embate político de concepção no interior do movimento operário da época. Os anarquistas consideravam que as entidades mútuas e as cooperativas, por seus fins propostos no sistema capitalista, não deveriam concentrar a ação do operariado em face das condições de vida que impõe o poder econômico. Já os socialistas, de sua parte, mantinham ideias diversas relativas aos efeitos do mutualismo e do cooperativismo para o movimento operário. Considerando imprescindível a organização dos assalariados, não só no plano sindical e político, mas também em todos aqueles em que a associação lhes permitisse (SIMÃO, 1981).

As grandes greves e agitações de massa do período de 1919/1920 demonstraram a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver problemas da direção do movimento revolucionário de envergadura histórica. Os comunistas acusavam os anarquistas de não conseguirem fazer uma leitura adequada em relação aos fatos que precederam a 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa.

O embate entre anarquistas e socialistas pelo controle ideológico do movimento sindical teve seu ponto culminante em 1922. Foi neste caldo de debate que os Comunistas fundaram, nesse momento, o Partido Comunista do Brasil.

No momento em que o movimento sindical se tornava a referência central na atuação dos comunistas, declinava a influência anarcossindicalista. O PCB passou a contar, entre seus quadros fundadores, com egressos do anarcossindicalismo (RÊSES, 2008).

Entre os anos 1920 a 1930, o movimento operário reforçou sua organização e o nível político das lutas. A criação do Bloco Operário Camponês (BOC) possibilita a intensificação de manifestações de massa como o comício de 7/11/1929, no Rio de Janeiro, que foi dissolvido pela polícia (TELLES, 1968). A ofensiva da influência governista contra a combatividade teve seus desdobramentos nos anos 1930 e definiu o caráter que passou a tomar o movimento sindical no país.

2.3. O Estado Novo e o controle das organizações sindicais (1930-1945)

A ascensão de Vargas ao poder inaugura o momento político da república brasileira chamado de “Estado Novo”. Este resulta de uma aliança armada entre setores oligárquicos e tenentistas. A característica marcante desse processo consistiu em que, pela primeira vez, houve compartilhamento do poder de setores médios (Tenentes) e da oligarquia agrária (CARONE, 1976).

O movimento político-militar de 1930 “provocou alterações favoráveis ao sistema produtivo voltado para o mercado interno e para outras matérias-primas exportáveis, que não o café” (VIANNA, 1999, p. 148). A aliança entre oligarquia rural e a burguesia industrial, em expansão, era a constituição de um novo bloco dominante no país, englobando, inclusive, segmentos médios da sociedade urbana.

O Estado varguista precisava criar um elo de colaboração entre trabalho e capital. Sua política de desenvolvimento industrial precisava conter o ímpeto de um movimento sindical independente e disputar sua influência.

Troyano (1978, p. 30) assinala o seguinte:

É dentro desse contexto político e econômico que a política sindical, desenvolvida pelo Estado, torna-se inteligível, pois nessa época, são estabelecidos os principais fundamentos da legislação que até hoje perdura para o movimento operário, apesar dos diferentes governos, das diferentes alianças políticas e das sucessivas lideranças sindicais.

O enquadramento sindical fazia parte da estratégia maior em curso. A mudança na legislação sindical era fundamental para alcançar os objetivos de controle da massa de trabalhadores a partir de suas entidades. Os princípios que alteraram as Leis do trabalho se mantiveram até a atualidade, mesmo após sucessivos governos e lideranças sindicais.

Havia entre as lideranças uma forte tendência revolucionária. O governo inicia o movimento visando estabelecer interferência e controle dos sindicatos através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTCI, cuja criação ocorreu em 26 de novembro de 1930.

O Decreto 19.770/1931, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias, constituiu-se no instrumento utilizado para enquadrar o funcionamento dessas entidades. O reconhecimento jurídico já embutia em essência os objetivos governamentais de controle das ações sindicais e transformação dos sindicatos em instrumento de colaboração do Estado.

Este Decreto mantinha o controle financeiro das entidades pelo ministério do trabalho e impedia, na prática, a utilização dos recursos para greves; não contemplava o direito de sindicalização dos servidores públicos; verticalização da estrutura sindical em confederação e federação; vetava a participação em organizações internacionais e limitava a participação de trabalhadores estrangeiros nos sindicatos (RÊSES, 2008). Tais impedimentos foram criticados por uma parcela do movimento sindical que via nisso a contra ofensiva para restringir a autonomia dos sindicatos e seu poder de reação.

As transformações no movimento sindical se davam pelo alto. O governo altera a legislação sindical, discricionariamente, à revelia das organizações de trabalhadores. O aparato estatal moveu-se em favor da estratégia Vargas para vencer um movimento sindical de base popular e de esquerda.

A subordinação dos sindicatos aos órgãos governamentais passava a ter regulamentação em uma legislação própria. Instalavam-se as bases para aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e o reconhecimento dos sindicatos, pelo Estado, era submetido à Comissão de Enquadramento Sindical do MTCI.

A instituição do imposto sindical segue a mesma linha das outras medidas governamentais. O objetivo era ter o controle sobre as finanças sindicais a partir de um recolhimento anual e compulsório. Colateralmente, visava-se reduzir o ímpeto combativo do movimento operário ao tirar a primazia do financiamento das instituições sindicais que, até então, se mantinham independentes, financeiramente, através da doação voluntária dos trabalhadores a ela filiados.

Werneck Vianna (1999) informa que as alterações nas Leis visavam municiar o governo Vargas com instrumento de combate contra “o sindicato instrumento das ideologias extremistas e de revolução social”. O cunho revolucionário que permeava as bases e suas direções precisava ser expurgado para atender aos interesses políticos que estavam em jogo.

A lei sindical de 1939²⁷ objetivava tornar mais atraentes os sindicatos oficiais, uma vez que:

O controle dos sindicatos, por si só, não resolveria a questão de controle das massas dos assalariados. A publicização dos sindicatos correspondera a um esvaziamento da sua capacidade mobilizadora. Daí a lei ter inovado o texto constitucional, que reservara para os sindicatos meras funções de intermediação com o Estado. A inovação consistia em designar para os sindicatos papéis específicos, a fim de torná-los atrativos para as massas teoricamente representados por eles, através da criação de cooperativas de crédito e consumo, de escolas, assistência médica, entre outras (VIANNA, 1999, p. 283).

²⁷Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula associação em sindicato.

A regulamentação do funcionamento das entidades sindicais tinha em vista o controle das massas, logo o governo evidencia que isto não é suficiente. Vianna identifica, na utilização do caráter assistencial, uma estratégia para amenizar a natureza combativa que persistia e que ainda influenciava vários sindicatos. A criação de cooperativas de crédito e consumo, de escolas e assistências de vários tipos, retroagia a atividade sindical ao assistencialismo como formar de cooptar os trabalhadores a partir de suas carências materiais.

Mesmo com a ofensiva governamental, ganha força a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. O Partido Comunista participa com sua expertise de organização e consegue mobilizar setores da classe média. A figura de Luís Carlos Prestes emprestava o símbolo que rompia a visão liberal dominante e sinalizava o tom progressista do movimento.

Skidmore (1975, p. 41) escreveu sobre este momento político no Brasil no período varguista e ajuda a compreender contra quais forças lutavam os trabalhadores e o movimento sindical brasileiro:

Subitamente, parecia que a esquerda havia ganhado vida. Mais de 1.600 sedes locais da ANL haviam brotado, até fins de maio de 1935. Os elementos “progressistas” dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A plataforma da ANL, anunciada em fevereiro, pedia o cancelamento das “dívidas imperialistas”, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação do latifúndio.

Os radicalizantes estavam igualmente ativos na direita. Desde 1932, um movimento fascista chamado Integralismo vinha ganhando força. O líder integralista, Plínio Salgado usava os aparatos do fascismo europeu – camisas verdes, desfile de milícias, violências de rua contra radicais da esquerda – para explorar a crescente suspeita da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos da depressão só pudessem ser resolvidos com o recurso dos métodos extremistas da direita.

A ANL tinha uma orientação ideológica clara e ganha corpo ao catalisar a insatisfação da classe média e do movimento operário. Os sindicatos apoiam a plataforma proposta pela aliança que provava que o governo não tinha o controle sobre a totalidade das organizações de trabalhadores.

Os Integralistas disputavam a influência da classe média com bandeiras de cunho fascista. Atacavam a esquerda e vaticinavam o extremismo de direita como solução dos problemas econômicos e políticos advindos com a crise mundial que afetava o país.

O PCB optou pelo levante armado ao invés da tática de frente popular. A opção armada funciona como um instrumento de que Vargas necessitava para recrudescer suas ações contra os comunistas e os sindicatos combativos taxando-os de subversivos e de um perigo armado (SKIDMORE, 1975).

Durante o esforço de guerra dos anos de 1940, os sindicatos organizaram as Comissões de Ajuda ao esforço bélico que, por sua vez, foram dissolvidas pelo governo. Já nos congressos sindicais de 1943, o movimento operário realizou congressos sindicais em diversos estados para discutir teses e aprovação de resoluções relacionadas ao esforço de guerra (TELLES, 1962). A resposta do governo às propostas do movimento sindical, ainda naquele ano, foi a manutenção da ofensiva sobre estas organizações, ao proibir os dissídios coletivos e o direito de greve.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, o movimento sindical toma novo impulso e busca obter maior liberdade sindical. Já em 1944, o governo sentia o progressivo abandono de facções da classe dominante e o isolamento político. Vargas muda a tática e tenta utilizar o movimento operário e sindical para defesa de suas posições contra a burguesia liberal. Segundo Vianna (1999), ele permite, tacitamente, que o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) se organize em 30 de abril de 1945²⁸.

O manifesto de fundação do MUT torna evidente a oposição ao tipo de sindicalismo juridicamente definido no âmbito da CLT. A redemocratização pelo alto de cunho liberal, que Vargas almejava, tinha como pressuposto a manutenção do sistema sindical consagrado no corpo da legislação trabalhista aprovada por ele. O pressuposto era manter os assalariados e a classe operária, em particular, dentro de canais sob jurisdição do Estado.

O último ato do governo Vargas foi a busca de apoio na esquerda, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos e a volta da legalidade do PCB. Mas, não conseguiu resistir às forças do golpe que o faz se retirar do poder e se exilar no Rio Grande do Sul.

Dutra (1946 a 1951) mantém a essência autoritária de governo e de repressão aos trabalhadores organizados. Na sua aliança política de sustentação, havia aqueles que propunham o liberalismo econômico e a União Democrática Nacional (UDN) era a maior representante desse pensamento. Esta se opunha ao financiamento, pelo Banco do Brasil, à criação de novas e, supostamente, enviáveis indústrias, mas propunha colaboração com o capital estrangeiro e a retirada das barreiras fiscais (SKIDMORE, 1975). Toda a proteção para o fortalecimento de uma indústria nacional e apoio estatal de caráter nacionalista que recebera no período Vargas estava ameaçada.

Cruz (2008) informa que o ano 1946 foi rico para o movimento sindical brasileiro. Houve a realização do Congresso dos Trabalhadores do Brasil e a criação da Confederação

²⁸ Jover Telles (1962) e os dados biográficos de João Amazonas citam que este momento ocorreu em 1945, com um manifesto assinado por 300 dirigentes sindicais de 13 estados.

Nacional dos Trabalhadores do Brasil. Foram dois eventos históricos importantes para o movimento sindical.

Entre as várias medidas de Dutra visando à contenção das forças de esquerda, uma foi a proibição do MUT²⁹, suspensão das eleições sindicais, intervenção nos sindicatos e a decretação da ilegalidade do PCB. A intervenção ocorreu em 143 sindicatos (em um total de 944) para retirar os “elementos extremistas” do seu comando (SKIDMORE, 1975).

A suspensão dos comunistas coincidiu com o início da Guerra Fria. O governo Dutra, ao alinhar-se aos EUA, ataca internamente a classe operária. Além da cassação do PCB fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). De 1947 a 1950, o movimento operário é duramente reprimido e entra em refluxo (ROSSI & GERAB, 2009). Em suma, a política externa do governo foi utilizada para promover as ações antidemocráticas contra a classe trabalhadora e eliminar os comunistas da política nacional enquanto força opositora.

Com o PCB jogado na ilegalidade, Vargas se apressou em fortalecer o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e beneficiar-se na disputa pelos votos da classe média e da operária, fortalecendo-se politicamente para voltar ao poder.

Em 1951, Vargas retorna ao poder pelas urnas. Havia um cenário de intensa mobilização popular e do movimento sindical. O número de trabalhadores se ampliou e se tornava força eleitoral importante. A quantidade de greves e paralisações indica o nível de tencionamento entre capital e trabalho. A luta contra a fome e a carestia eram bandeiras da classe trabalhadora naquele período. A liderança dos comunistas se fortalecia nos setores médios e da classe operária (CRUZ, 2008)

O PCB cooperava, informalmente, com as forças getulistas no movimento trabalhista, embora se opusesse aos acordos militares celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos. Mesmo com o apoio da classe trabalhadora, não produziu o resultado suficiente que Vargas esperava para resistir à oposição conservadora. Em função disso, ele apela ao suicídio em 1954 e termina, tragicamente, seu governo.

A expansão sindical, de 1952 a 1958, fortaleceu, crescentemente, os trabalhadores. O número de sindicatos de categorias profissionais passou de 1096 para 1365, e o número de federações sindicais passou de 49 para 63. Em 1958, já existiam 1600 sindicatos e 74

²⁹ Bounicore (2000, p. 16) informa que a tentativa de incorporação dos setores populares aos sindicatos oficiais “foi abruptamente interrompida pelo seu sucessor, com intervenções nos sindicatos mais ativos com o fechamento das organizações intersindicais paralelas, Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT e Confederação dos Trabalhadores do Brasil-CTB; e com a cassação do registro do principal representante dos setores mais organizados e avançado das classes trabalhadoras, o PCB.

federações (TELLES, 1962). Isto demonstra que, mesmo na adversidade, os trabalhadores não deixaram de se organizar.

No ano 1960, havia grande intensidade de movimentação sindical. Emergiram novas entidades e ocorreu o III Congresso Sindical Nacional. Os trabalhadores já pediam a revogação da Lei 2.802/1956, que atacava a liberdade sindical e proibia que as organizações se filiassem a entidades internacionais.

Durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, também realizado em 1962, em São Paulo, o Comando Geral de Greve (CGG) transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), congregando organizações oficiais e paralelas como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), O Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD) (KORNIS & MONTEIRO, 2012)²⁰.

As organizações vinham resistindo a diversos governos ao longo do tempo, demonstrando um movimento sindical que atuava dentro das limitações que lhes eram impostas. A PUA, por exemplo, era resultante do trabalho sindical desenvolvido desde 1953 (CRUZ, 2008).

Matos (2009) identifica o contexto das grandes greves encampadas pelo movimento sindical brasileiro. Informa que a trajetória ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo, entre 1955 e 1964, deram-se, em grande parte, pelo surgimento das organizações paralelas ao sindicalismo oficial.

O discurso de flexibilização do governo militar de Costa e Silva (1967-1969) com a suposta “renovação sindical”, não foi impeditivo para a continuação da persistente degola de dirigentes sindicais. Surgiram, em 1967, os movimentos intersindicais contrários à política salarial do governo, e o mais conhecido deles era o Movimento Sindical Anti-arrocho (MIA). Eram compostos por dirigentes sindicais de oposição à ditadura e herdeiros da aliança entre comunistas e trabalhistas antes do golpe de 1964 (ROSSI & GERAB, 2009; MATOS, 2009, CRUZ, 2008; SKIDMORE, 1975).

Em fins de 1968, ocorre uma maior restrição às liberdades civis com a decretação do AI-5. O regime fechou, temporariamente, o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu censura prévia à imprensa nacional e cassou direitos civis. Dispensa as organizações de trabalhadores à repressão e à moldagem de uma nova concepção de atuação sindical.

As intervenções operadas pela ditadura no início dos anos 1970 imprimiram um “novo” modelo de atuação dos sindicatos pautada pela ação, exclusivamente, assistencial. Essa ação

³⁰ Texto publicado no CPDOC da FGV intitulado “O movimento sindical urbano e o papel do CGT”.

seria fortalecida pela injeção de recursos do governo, pois havia financiamento e doações (MATOS, 2009).

Durante os anos 1970, o movimento sindical desenvolveu lutas subterrâneas contra a ditadura dentro do curto espaço que tinha para desenvolver ações de maior contundência. A greve “da dor de barriga³⁰”, “Operação zelo³¹”, Operação tartaruga e outras estratégias eram formas de resistência que os trabalhadores usavam para demonstrar o seu descontentamento com o governo militar e sua incapacidade de dar soluções a questões de natureza sociais, políticas e econômicas que assolavam o país.

2.4. A periodização do movimento operário e sindical

A compreensão do associativismo e sindicalismo, de modo geral, ao longo do tempo, é de grande importância para compreensão deste objeto de pesquisa. Este pode ser caracterizado em seis fases distintas. São elas: a mutualista (antes e depois de 1888); a de resistência (até 1919), a de ajustamento (1919-1934); a de controle (1934-1945) a competitiva (1946-1964), a de repressão (1964-1980) e a última etapa corresponde ao “novo sindicalismo” (1980 em diante).

Autores como José Albertino Rodrigues (1968), Werneck Vianna (1999), Cruz (2008) e Rêses (2008) já se dedicaram a fazer uma periodização do movimento operário e sindical. Esta rerepresentação se justifica somente para fins de melhor entendimento do trabalho e não por trazer elementos novos a algo já, tão exaustivamente, trabalhado por estes pesquisadores.

A primeira fase teve o caráter mutualista. Esta fase se caracteriza pela emergência das primeiras associações de trabalhadores no Brasil que tinham finalidade de defesa mútua. Coexistiram com o trabalho escravo, mas tomam impulso com o fim da escravatura e disseminação do trabalho livre.

A segunda fase é caracterizada como o período de resistência. Neste período, havia grande número de organizações associativas que se proclamavam como entidades de resistência, tais como: união de resistência, associação de resistência, sindicato de resistência, etc.

A terceira fase é denominada de período de ajustamento. Caracteriza-se por ser um período de transição em que foi homologado o Tratado de Versalhes (em 1919) pelo

³⁰ Os trabalhadores paravam a produção e faziam filas na frente da enfermaria do local de trabalho.

³¹ Orientados pelos sindicalistas, os trabalhadores desenvolviam o seu trabalho de forma excessivamente metódica para travar o ritmo da produção.

parlamento brasileiro. Em razão disso, o governo se obriga a regular as condições de trabalho; utiliza-se de uma legislação produzida a partir de 1923 e de uma emenda constitucional de 1926 para por termo ao estatuto liberal de “liberdade profissional” de 1891 (VIANNA, 1999; RODRIGUES, 1968).

A quarta fase é chamada de período de controle. O Estado desencadeou modelos de práticas intervencionistas. Houve a restrição da autonomia da vida associativa operária a partir de uma nova legislação sindical e neutralização da capacidade de intervenção no mercado de trabalho pelas entidades. Os sindicatos, nos grandes centros urbanos, desencadearam um processo de resistência ao controle ou às limitações impingidas pela Lei.

A quinta fase é a competitiva. Foi um período em que diversas correntes políticas disputavam o controle do movimento sindical, alternando entre domínios momentâneos de alguns setores mais importantes. As tendências obreiristas tiveram mais força durante a legalidade do partido Comunista do Brasil, o que facilitava o trabalho sindical (RODRIGUES, 1968).

A sexta fase é intitulada de repressão. Culmina com a edição da Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964 pelo então presidente Castelo Branco. Esta legislação regulou o direito de greve e criou severas dificuldades para que a mesma se efetivasse para os trabalhadores em geral. Exclui do direito de fazer greve funcionários e servidores da união, estados, territórios, municípios e autarquias.

Segundo Rêses (2008, p 53), “os sindicatos passavam a ter funções meramente assistenciais, prestando serviços aos seus associados, além de se constituírem em instrumento estatais de sustentação ao regime”. Isto impactou, decisivamente, no nível de combatividade do movimento sindical. O golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, resultou em ações repressivas contra as entidades de representação laborais.

A última fase é a denominado “novo sindicalismo.” Neste período se evidenciava a crise do modelo econômico da ditadura militar. O governo de Ernesto Geisel (1974 a 1979) já apresentava senilidade e não tinha a mesma aceitação pela sociedade brasileira. Só restava a intenção do regime de controlar o processo pelo alto na forma de medidas “liberalizantes” como o fim do AI-5, anistia política e reorganização partidária. Este momento culmina em uma nova reorganização do movimento sindical (MATOS, 2009, RÊSES, 2008).

2.5. O papel do “novo sindicalismo” na organização dos trabalhadores brasileiros

O movimento sindical brasileiro passou por transformações ao longo do tempo. O golpe de 1964 produziu marcas profundas na organização sindical e moldou a característica do processo de relações políticas no interior das categorias de trabalhadores

O regime militar tentava remodelar o sindicalismo brasileiro a partir do afastamento e substituição das lideranças sindicais que consideravam radicais. Iniciava-se um programa intensivo de treinamento com líderes sindicais brasileiros através do *American Institute for Free Labor Development*, um instituto antinacionalista e anticomunista, subsidiado pelo governo dos EUA, e filiado à AFL-CIO e às empresas nos EUA. Este treinamento desenvolvido nos anos de 1970 objetivava pôr o movimento sindical no “espírito de colaboração com o Estado e na execução dos seus programas de desenvolvimento econômico” (ERICKSON, 1979, p. 220).

As lideranças que não se submetiam ao controle eram ameaçadas pela repressão. Prisões periódicas, torturas e desaparecimento de trabalhadores compunham o leque de ações desencadeadas pelo regime para obter o enquadramento sindical.

As greves metalúrgicas de Osasco e Contagem, em 1968, marcaram a história da classe trabalhadora brasileira. Após esse momento, houve um relativo silêncio e vindo novamente se intensificar quatro anos depois (NEGRO, 1999; NEVES & FREITAS, 1999).

A greve na Ford, posterior a Contagem (MG) e anterior a Osasco-SP, constituiu o marco fundamental para os metalúrgicos do ABC (SP). Este momento sinalizou a retomada das mobilizações promovidas pela classe trabalhadora ao longo dos anos de 1970.

Em 1972, os trabalhadores já vislumbravam meios para defender seus interesses, sem com isso provocar a repressão por parte do governo. Categorias de trabalhadores da construção naval, bancários, trabalhadores da General Motors, motoristas de ônibus de São Paulo e trabalhadores do metrô ganham aumentos superiores aos determinados pela política salarial oficial através de greves “espontâneas” ilegais. A escassez de mão de obra, em 1973, e o conseqüente aumento de hora extra deram aos sindicatos condições para organizarem greves legais (ERICKSON, 1979).

Novas lideranças sindicais emergem em localidades de intensa concentração operária e de forte influência do setor privado na atividade produtiva. O ABC paulista se transformou no lócus de efervescência do movimento que culminou com a reconfiguração do sindicalismo

brasileiro. Emergiu o que tanto sociólogos quanto historiadores denominaram como “novo sindicalismo”.

O contexto da vertiginosa urbanização, sem planejamento em infraestrutura, sistema de saúde deficitário, saneamento básico, entre outras condições essenciais, bem como o crescimento da massa trabalhadora resultante do “milagre” econômico trouxe contradições que, de certa forma, foram capitalizadas pelas novas lideranças sindicais. Estes questionavam a legitimidade do regime perante a população.

Escreve Skidmore (1988, p. 283) que durante o governo Médici (1969-1974), “os sindicatos eram rigidamente controlados, e as tentativas de protestos espontâneos, como em 1968, eram facilmente esmagadas e limitadas a ações ocasionais”. Foram anos de intensa repressão à liberdade de manifestação da sociedade civil, torturas, prisões, mortes, etc. e isso, conseqüentemente, afetava a mobilização coletiva dos trabalhadores e suas organizações.

A repressão política dos anos de 1973 e 1974 indica as dificuldades que tinham as entidades associativas e sindicais em esboçarem combatividade naquela conjuntura adversa. Zanetti (1995, p. 20) caracteriza este contexto da seguinte forma:

É concluída a “operação limpeza” (assim chamada por alguns), que varreu, um a um, dos diversos grupos que ofereciam resistência ao regime (operários, estudantes, intelectuais, setores da igreja, guerrilheiros). Nesses mesmos anos, entra em declínio o milagre, acompanhando a retração da economia mundial e a crise do petróleo.

Com a “operação limpeza”, tentava-se minar os grupos que ofereciam resistência política ao regime. O declínio causado pela retração da economia mundial e a crise do petróleo, na década de 1973, produziram efeitos negativos na economia do país, além de colocar em xeque as bases do “milagre” econômico brasileiro.

No Plano político, também havia movimentações e se reproduziram divergências no interior da classe dominante. A ala mais progressista do MDB ganha força e desenvolve relevantes lutas políticas com vista à democratização do país. Esta obtém importante vitória eleitoral sobre a Arena, o que reduziu a base de sustentação parlamentar do regime. Compunham este cenário a desilusão das camadas médias, a oposição do movimento estudantil e amplos setores da igreja católica e de liberais que se somavam contra o arbítrio do regime (ZANETTI, 1995).

O aparecimento de novos atores na cena sindical tem seu ponto alto no ano de 1978. Tal contexto é caracterizado por Rodrigues (1999, p. 77) da seguinte forma:

As grandes greves, precedidas de assembleias plebiscitárias dos operários no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, mostravam a existência de um outro ator, até aquele momento excluído do cenário político, mas que queria participar. Esse foi, sem dúvida, o sentido mais geral da emergência dos trabalhadores a partir de 1978 no Brasil. Esse fato desempenhou um papel importante na transição política naquele momento: as classes trabalhadoras queriam ter uma presença mais significativa nas novas regras do jogo que eram geradas no Brasil. Oriundos dos setores mais industriais modernos da economia nacional, esse movimento social, que em seu desenvolvimento se transformou em movimento político, representou, naquele momento, uma novidade na cena política brasileira.

Novos atores passam a ser considerados no cenário político do movimento sindical. Estes trabalhadores demonstram sua capacidade de organização e luta a partir de 1978, alterando a correlação de forças na estrutura sindical brasileira tradicional.

As greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo significaram manifestação cabal da entrada de uma categoria de trabalhadores de um setor moderno da economia nacional como protagonistas no movimento social e que inseriu uma outra dinâmica no contexto político nacional naquele período.

Subjacente à tendência que produziu o aparecimento de novos atores no campo sindical, havia uma disputa política composta por dois blocos que disputavam o movimento sindical a partir de 1978. Esta configuração foi demonstrada por Santana (1999, p. 136) ao apontar o seguinte cenário:

De um lado, havia os chamados sindicalistas autênticos, reunidos em torno dos metalúrgicos do ABC, agregados aos sindicalistas de outras partes do país, os quais os grupos integrantes das chamadas **Oposições Sindicais**, compunham o autodenominado bloco combativo; de outro, a **Unidade sindical**, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles aos setores denominados pelegos, e os militantes de setores de esquerda, tais como o Partido comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da CUT; e o segundo, da CONCLAT.

A divisão entre as Oposições Sindicais e Unidade Sindical denota a disputa que se desenvolveu pelo controle do movimento sindical pelas forças políticas que já participavam deste processo nos anos mais duros da ditadura e tiveram que se rearticular de acordo com os limites impostos a partir do golpe de 1964. Mesmo divergentes, esses blocos compuseram a sustentação dos organismos intersindicais que fizeram ressurgir o sindicalismo brasileiro.

Sobre as oposições sindicais, Antunes (1995, p. 29) ajuda compreender uma forma mais aprofundada ao escrever que:

no universo das *oposições sindicais*, maior era a presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial, dos inúmeros agrupamentos existentes na virada dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um exemplo típico do novo sindicalismo, a Oposição metalúrgica de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da segunda corrente, a *das oposições sindicais*.

O autor identifica duas tendências, dentro do agrupamento, que constituíam a oposição sindical e que compunham a esquerda católica e comporiam o núcleo da corrente do novo sindicalismo em seu primeiro momento. Do outro lado, o segundo braço, dessa mesma tendência, está sediado na capital do estado de São Paulo.

Havia dentro da oposição duas concepções de ação na política sindical. Uma compreendia que deveria atuar dentro da estrutura sindical atrelada ao estado e iniciar processo de mudança e transformação. A outra era mais refratária a esse tipo de ação, uma vez que tinha como bandeira a luta pelo organismo de base (ANTUNES, 1995)

Zanetti (1995) entende que é polêmico definir o *novo* no sindicalismo que reaparece em 1977-78. Sua interpretação considera a leitura da esquerda tradicional como um movimento sindical que estava somente retomando a luta anterior a 1964. O novo estava adstrito ao modelo de industrialização e desenvolvimento em curso no país, a nova composição da classe trabalhadora e as lideranças novas que estavam destacando-se na luta.

Neste ressurgimento do movimento sindical, grande parte das lideranças identificava-se com grupos nascidos do racha do PCB (de tendência reformista) e PC do B (da linha original do partido); havia trotskistas e também lideranças ligadas ao ACO (Ação Católica Operária), a JOC (Juventude Operária Católica) e a outros movimentos da igreja inspirado na Teologia da Libertação. Segundo Zanetti (1995), havia uma tendência de se tentar negar o sindicalismo de antes de 1964, protagonizada pelo PCB, que hegemonizou o movimento sindical até ser colocado na clandestinidade devido à cassação de seu funcionamento.

O novo tentava negar o velho para se tornar hegemônico na cena sindical e viabilizar a constituição de outro partido que pudesse ser símbolo desta suposta nova expressão do movimento. Fato que foi produto da consolidação do campo que constituiu o *novo sindicalismo*. Daí a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única do Trabalhadores (CUT), posteriormente.

Antunes (1995) chama atenção para mostrar que havia componentes desse *novo sindicalismo* que, em sua maioria, eram desprovidos de uma militância política anterior e se tornaram sindicalistas na ação concreta. Isto explica parte da tendência à negação do velho,

pois não vivenciaram as grandes batalhas políticas que o movimento sindical havia protagonizado e que deflagraram o golpe civil-militar pelas forças conservadoras.

Pode-se interpretar que o *novo* buscava se posicionar como alternativa à liderança sindical de que fora protagonista antes do golpe que derrubou Jango do poder. Esta tendência toma força com as greves dos anos 1979 e 1980, que radicalizavam e confrontavam com o governo militar.

A radicalização era vista com preocupação pelo PCB, PC do B e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que acusavam os líderes do *novo sindicalismo* de dividir o movimento sindical e produzir situações que poderiam servir de pretexto para alguma repressão da ditadura. O temor era que isso pudesse pôr em perigo a abertura política que se anunciava e a almejada legalidade destas siglas. Tal cisão ficaria evidente com a criação da CUT, à revelia da estrutura oficial, e a fundação do PT (RÊSES, 2008). Este partido já nascia crítico da União Soviética e dos Países do Leste Europeu, o que o tornava mais palatável para o regime em relação àqueles que ostentavam a palavra comunismo em seu enunciado.

As grandes mobilizações em São Bernardo do Campo, sob a liderança de Lula, marcaram a história do sindicalismo brasileiro. O novo sindicalismo não influenciou somente metalúrgicos, mais também petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, e muitas categorias se aglutinaram em torno dele (ANTUNES, 1995).

O sindicalismo do setor público começa, efetivamente, a partir de 1978 em consonância como ressurgimento do sindicalismo no setor privado. Emergem os primeiros sinais de transição de associações tradicionais para novas formas de associação de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar. Esta transformação surge no bojo do denominado *novo sindicalismo*.

Boschi (1987, p. 139) identifica o movimento associativo emergente no contexto político para organização dessas entidades da seguinte forma:

A criação de novas associações – frequentemente com o objetivo de fugir às limitações da estrutura sindical – e a renovação interna de associações profissionais tradicionais podem ser entendidas dentro desse quadro. Novos valores, novas formas de organização e um potencial de estímulo à mudança política e social constituem um aspecto do ímpeto associativo da classe média [...]

A forma associativa não estava limitada como a estrutura dos sindicatos oficiais do Estado militar, o que permitia uma maior liberdade de ação de seus associados em desenvolver questionamentos sobre a situação política do país e clamar por mudanças. Era um sentimento

que já inundava a percepção da classe média. As associações tradicionais, ou parte significativa delas, vão mudando a natureza recreativa e assistencial diante da nova onda de mobilização da classe trabalhadora.

No cenário constitutivo do *novo sindicalismo* surge o professorado combativo organizado tanto em suas associações como fora delas. Em 1978, marcou a fase de greve dos professores da rede estadual paulista. Tratou-se de um movimento cujo comando estava à revelia da direção da Associação de professores do Estado de São Paulo (APEOESP). Dos 180 mil professores públicos, 80% estavam participando da manifestação que se transformou em um evento de massa (NOGUEIRA, 1999).

O caráter associativo não combativo da APEOESP e sua discordância com o movimento grevista reforçava a sua orientação assistencial, que caracterizou muitas entidades deste tipo entre as décadas de 1970 e 1980 (CRUZ, 2008; BOSCHI, 1987).

Já nos anos de 1979, eclodiram mais greves de professores no país. No Paraná e em Brasília, ocorreu um movimento paredista dentro do contexto destas mobilizações. O ímpeto dessas mobilizações se transfere de São Paulo para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (NOGUEIRA, 1999).

A incorporação dos trabalhadores do setor público às lutas iniciadas pelos operários metalúrgicos do ABC se insere em uma dinâmica mais forte ao movimento sindical. O professorado aumentou cada vez mais sua presença no movimento sindical nas mobilizações grevistas por melhores condições de trabalho. Isto contribuiu para o desgaste político do regime perante a população e forçava a necessidade do país enveredar para a via da democratização.

O contexto da emergência do associativismo e sindicalismo docente brasileiro será tratado no capítulo seguinte. Trata-se de uma contextualização de grande importância à compreensão de como este mesmo processo se deu no Maranhão, lócus do objeto de estudo deste trabalho de tese.

CAPÍTULO 3 – A EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL

Este capítulo trata da emergência do associativismo docente no Brasil e permite ao leitor compreender os elementos históricos e sociológicos acerca do desenvolvimento das entidades representativas deste segmento profissional. São abordados aspectos teóricos e metodológicos da literatura sobre o assunto.

São analisadas as condições de emergência associativa e sindical, a partir da caracterização dos elementos objetivos e subjetivos, tais como assalariamento, densidade e os fatores que permitiram o surgimento dessas entidades. Identifica-se a gênese dessas organizações, ao longo do tempo, no país, bem como a caracterização e atuação das mesmas até o processo que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

Os seguintes itens compreendem este capítulo: 3.1. A literatura sobre associativismo e sindicalismo; 3.2. As condições de emergência associativista e sindical; 3.3. A gênese do associativismo do magistério e a emergência dos primeiros sindicatos da categoria; 3.4. a atuação das associações e sindicatos docentes no Brasil a partir de 1964; 3. 5. O novo sindicalismo e seus efeitos na organização dos trabalhadores do magistério.

3.1. A literatura sobre o associativismo docente no Brasil

As investigações sobre associativismo e sindicalismo docente estão espalhadas pelo Brasil de forma assimétrica e, por vez, algumas não são conhecidas. O contato com as pesquisas existentes permitem obter importantes subsídios acerca da temática no país e ajuda compreender a emergência e consolidação do movimento sindical docente no país.

A literatura brasileira aponta para existência das associações ligadas aos operários desde o século XIX. Tal constatação pode ser observada, de forma detalhada, no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* editado por Laemmert, cujos registros compreendem os períodos de 1844 a 1889³². Ao se verificar o associativismo de trabalhadores em entidades de classe, percebe-se que a organização do magistério, aqueles que têm o ato de ensinar como ofício, emerge posteriormente a outras categorias profissionais de trabalhadores.

³²Entre as sociedades catalogadas no Almanak Laemmert encontram-se: academias, albergues, asilo, associações de beneficência, associações de auxílio, associação cooperadora, associação de auxílio, associações de caridade, associações de seguro, associações de socorro, associações profissionais. Associações dramáticas, associações industriais, associações emancipadoras, associações de instrução, associações protetoras, institutos, irmandades, montepios, ordens religiosas, sociedades de diferentes fins e uniões.

O aprofundamento acerca do surgimento e a natureza das organizações associativas e sindicais docentes no Brasil têm sido tema de estudo de investigadores de diversos campos das ciências sociais, embora não, suficientemente, explorados nas diversas unidades da federação de forma igual.

À medida que buscamos informações bibliográficas e de pesquisas que explicitem com profundidade a caracterização do sindicalismo docente brasileiro, observa-se que ainda há lacunas a serem preenchidas para construir uma “teoria do sindicalismo do setor de educação” (DAL ROSSO, 2001, p. 17).

Os professores, no dizer de Mills (1976, p. 147), “especialmente, os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os operários das profissões liberais”, porém, quando se compara o associativismo dos trabalhadores do magistério no Brasil com o operariado, observa-se que os docentes se organizaram tardiamente. Ou seja, “o sindicalismo brasileiro, em outros setores de atividade, tais como a indústria, começou a organizar-se no final do século XIX, o sindicalismo docente começa a se estruturar setenta e cinco anos mais tarde” (DAL ROSSO & LÚCIO, 2004, p. 114). Tal constatação é um pressuposto que permite a indagar como este processo desenvolveu-se nos diversos estados brasileiros.

O estudo apresentado por Dal Rosso & Lúcio, em 2005, periodiza, de maneira específica, o sindicalismo docente da educação básica no Brasil em três momentos distintos. O primeiro período é o pré-associativo e pré-sindical (até 1945), o segundo é o associativo (entre 1945 e 1975) e terceiro é o sindical (após 1975).

Algumas teses de doutorado produziram informações mais precisas sobre o sindicalismo docente no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo importantes enquanto referencial teórico e metodológico. O trabalho de Cruz (2008), intitulado “Condições de construção histórica do sindicalismo docente na educação básica” é uma destas. A autora emprega um esquema de análise, tendo como pressuposto básico as condições objetivas e subjetivas para interpretar a emergência do sindicalismo em São Paulo. O esquema de análise empregado é aproveitado nesta pesquisa.

Em termos de continuação desta linha investigação sociológica, tem-se um trabalho desenvolvido por Rêses (2008), intitulado “De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade profissional”. Trata-se de um trabalho que apresenta uma contribuição importante para construção de um marco teórico sobre associativismo e sindicalismo de professores. O autor questiona os aspectos que são impingidos ao trabalho docente a partir de um suposto sacerdócio, buscando debater a constituição do sindicalismo no Rio de Janeiro. Seu

esquema metodológico considera os elementos históricos dos contextos sociais, educacionais, políticos e econômicos analisados sob o ângulo das condições objetivas, da consciência e da identidade do professor.

Outro trabalho de referência é o de Lemos (2011), intitulado “professores em Movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial”. Neste são explicitadas as diferentes organizações associativas docentes na Corte no período imperial no século XIX. Analisa as entidades que emergiram naquele período e as condições que fizeram o magistério se organizar. Sua contribuição metodológica para esta pesquisa consiste na utilização da análise histórica em fontes primárias para investigar a emergência do associativismo no Rio de Janeiro na perspectiva da educação.

Na mesma linha de estudo, Almeida (2009) pesquisa o associativismo e sindicalismo em um estado do nordeste brasileiro. No seu trabalho, sob o título de “A formação do movimento sindical cearense: a criação da APEOC/Sindicato e do SINDIUTE” analisa a emergência do associativismo e do sindicalismo do magistério no Ceará e seu desdobramento na luta do professorado no estado. A contribuição metodológica deste trabalho é a utilização de pesquisa hemereográfica como fonte de estudos sobre fenômenos sociais e políticos aplicados ao estudo do sindicalismo docente.

O trabalho de Ferreira Jr (1998) intitulado “Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros” analisa os aspectos políticos intrínsecos ao movimento sindical brasileiro e a participação dos setores de esquerda no âmbito das lutas do ensino durante o período da ditadura militar. Sua contribuição para esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, é a reconstrução do cenário político-sindical a partir da utilização da análise de fontes primárias e bibliográficas relativas ao movimento de professores no Brasil.

Gindin (2006), em sua dissertação “Sindicalismo docente e Estado: as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina”, investiga as práticas sindicais dos trabalhadores docentes em três países da América latina sob a perspectiva comparada. O estudo trata do sindicalismo de professores cujo vínculo empregatício é o Estado e as relações de cooperação, tensão ou enfrentamento das entidades de representação dos trabalhadores do magistério com os governos desses países. O esquema metodológico deste trabalho utiliza a análise de fontes bibliográficas e documentais na identificação das práticas sindicais, o que será útil à pesquisa em questão.

A tese de doutoramento de Lemos (2011), intitulada “Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte imperial” permite compreender a forma que

assumiram as organizações docentes durante o Brasil império. Sua incursão por fontes primárias compõe o esquema metodológico que também utiliza, bases de documentos digitalizados.

Vicentini (2002) é uma literatura sobre a perspectiva histórico-sociológica do sindicalismo docente. Seu trabalho intitulado “Imagens das representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)” contribui para a caracterização do magistério com imagens sociais e sua ação nas organizações associativas. A pesquisa fotográfica, jornais e publicações das entidades para caracterizar a sua representação social é sua contribuição metodológica para o campo de pesquisa da área.

Lugli (2002) desenvolveu uma investigação sob o título “O trabalho docente no Brasil: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do Magistério”. Trata do papel que tiveram os CRPEs na produção do discurso educacional em quatro estados de três regiões do Brasil e a atuação associativa dos centros de professores na representação acerca das questões do trabalho. Seu esquema metodológico baseia-se no levantamento da literatura e da documentação existentes acerca dos CRPEs e das associações para analisar, sociologicamente, o conteúdo dos discursos dessas entidades acerca da profissão docente.

Os levantamentos, na bibliografia brasileira, sobre sindicalismo docente no Maranhão, indicam a existência de poucos trabalhos e estes não permitem interpretações mais amplas acerca do tema. As referências encontradas são as monografias de autoria de Márcio José Gonçalves de Jesus, intituladas “Concepção e prática sindical dos trabalhadores da rede de ensino particular de São Luís (1945-1964)”, defendida em 1996, e a de José de Ribamar Pereira da Silva, com título o “Sindicato dos professores de São Luís (SINPRO): ruptura com o peleguismo e inserção no ‘Novo Sindicalismo’ (1974-1982)”, defendida em 2008.

O trabalho de Jesus (1996) relaciona, em certa medida, os elementos históricos da organização sindical dos professores do ensino do setor privado no Maranhão, mas não desenvolve, de forma mais abrangente, as questões de ordem sociais, políticas e econômicas que permitiram o surgimento do associativismo docente, suas bandeiras reivindicatórias e a condição de atuação desses trabalhadores no cenário em que emergiu o sindicato.

No que tange à monografia de Silva (2008), esta trata da constituição do sindicato de professores da rede de ensino privado nos anos 1974 a 1980 e a inserção no “Novo Sindicalismo” brasileiro. O trabalho aborda a repercussão que este movimento teve na organização sindical maranhense e seus desdobramentos na atuação de um sindicato específico

de professores em São Luís em um contexto de ruptura com a feição burocrático e assistencial. As limitações encontradas são que estes estudos não conseguem reconstruir a gênese do movimento de organização do sindicalismo docente no Maranhão nem recuperam as lutas que impulsionaram os sindicalistas à condição contemporânea.

Esta revisão da literatura apresenta uma parte do que já se produziu, nacionalmente, sobre o associativismo e o sindicalismo docente através das diversas formas de olhar o objeto e colher as contribuições teórico-metodológicas que estas trazem em suas abordagens sobre o objeto a que se propõem.

3.2. As condições para emergência associativa e sindical

Quando instituídas as primeiras escolas no Brasil e, conseqüentemente, no Maranhão, os primeiros professores pertenciam a segmentos escolarizados e que possuíam grande prestígio social. Havia alguns que tinham origem familiar de proprietários de terra, comerciantes, setores médios, etc.

O prestígio social de que gozava aqueles que atuavam na docência, sobretudo, no nível médio, aproximavam-nos mais dos valores das profissões liberais de que qualquer identificação com os trabalhadores das profissões manuais e assalariados.

Com o passar do tempo, a composição social dos que se dedicavam à atividade de ensino entrava no processo de mudança. Os salários pagos ao professor não acompanhavam o seu papel social. Este passa a ser enquadrado dentro da definição marxista de indivíduo que vende sua força de trabalho por determinado espaço de tempo para receber um salário que lhe garanta o seu meio de subsistência e a reprodução da sua força de trabalho.

O assalariamento passou a se constituir um promotor de identidade entre os componentes do professorado que sobrevivia em tais condições remuneratórias. Sobre isto Gindin (2011, p. 261) escreve o seguinte:

era um elemento aglutinador entre os professores, porque mesmo os que trabalham em escolas isoladas tinham o mesmo empregador, e instituíam atores responsáveis pelas suas condições trabalhistas: os governos. Essa situação pressionava as lideranças e os quadros que se propunham a organizar a categoria a reivindicar melhores condições trabalhistas, salariais e previdenciárias. Isso, inclusive, quando os projetos coletivos não eram sindicais, mas pedagógicos ou mutuais. As demandas se expressam em termos protocolares e o trato com as autoridades eram normalmente muito respeitosos.

A característica remuneratória constitui-se em um fator de agregação mesmo quando trabalhavam em instituições isoladas, mas que tinham o governo como principal empregador. Tal contexto não foi impeditivo para constituição de lideranças e quadros que buscavam organizar a categoria visando melhores condições de trabalho e de salários. Lutava pela proteção contra doenças, velhice ou morte. A partir daí, surgem entidades com diversas finalidades que se colocaram como interlocutores entre os empregadores (estatais ou privados) e o professorado representado por entidades de cunho associativo ou sindical.

A identificação com os valores da classe dominante orientava as reivindicações do professorado diante dos agentes empregadores. Esta atitude tangenciava a forma com que o magistério dispensava as autoridades e suprimia ação de maior contundência.

A organização de grandes estabelecimentos de ensino como Liceus, escolas normais e grupos escolares dava condições estruturais que permitiam que a densidade de professores nas capitais dos estados aumentasse e possibilitasse que ideias associativas aflorassem entre o professorado.

A densidade docente por si só não se traduz em uma condição de organização associativa ou sindical, pois é necessário que nela esteja envolto um projeto político e de consciência social questionadora da ordem. As condições subjetivas são as concepções que engendram o processo de organização associativa e sem a qual não há como aglutinar os docentes em torno de uma entidade criada com objetivo de representá-los diante dos poderes públicos ou dos patrões, no setor privado.

As condições objetivas e subjetivas de organização devem estar presentes para que haja a perspectiva de surgimento de entidades de representação do magistério. Sobre isto escreve Dal Rosso (2010, p.16):

Uma maior densidade docente permite a cooperação, o intercâmbio e o desenvolvimento de ideias e propostas no terreno puramente educacional, como também no terreno da autodefesa mútua, e no campo das questões políticas coletivas da categoria (salário, condições de trabalho, política educacional, questões locais e nacionais).

A cooperação e intercâmbio no desenvolvimento de ideias que identifiquem convergência que permita emergir uma organização associativa, somente é possível onde há uma determinada densidade de professores. São condições que permitem uma visão coletiva sobre situação laboral, concepções educacionais e política a nível local e nacional. A consciência questionadora se soma à construção de mecanismo de ação coletiva para a sua autodefesa.

Os baixos salários já eram uma realidade para o professorado desde a segunda metade do século XIX e eram agravados pelos atrasos no recebimento. Daí a razão dos registros históricos detectarem reclamações individualizadas de professores acerca desta situação que aviltava sua condição social.

O assalariamento coincide com o forte feminilização da profissão docente ao longo do tempo. Isto funcionou como “parte das tentativas para que o professor aceitasse remunerações que não correspondiam com a importância atribuída a atividade” (GINDIN, 2011, p.57). As mulheres professoras estavam inseridas em um esquema que lhes atribuía papéis de gênero e hierárquicos diferenciados ainda que fossem também assalariadas.

Mesmo considerando a densidade como um elemento que propicia a prática associativa, foi somente com a mudança na composição social do professorado que este se aproximou da perspectiva combativa já assimilada pelas demais categorias assalariadas. Inicia-se um gradativo processo de formação de uma consciência social a partir da entrada de camadas populares no magistério, o que permite o surgimento dos sindicatos e do desencadeamento de lutas.

As medidas governamentais visavam ao apoio das massas operárias para o projeto de desenvolvimento a partir dos anos 1930. Este movimento tinha, no centro de sua estratégia, a organização do proletariado sindicalmente e a mantinha sob a tutela do Estado.

As condições para expansão sindical são criadas e muitas categorias passam a se organizar dentro da perspectiva de modernização e industrialização da economia brasileira durante a era Vargas. Sob esta perspectiva, o assalariamento não serve como alternativa ocupacional, mas como acesso a um direito social.

O sindicalismo docente é tardio em relação ao operário. Mesmo identificando que alguns sindicatos de professores tenham surgido entre os anos 1930 e 1945, a fase de maior protagonismo reivindicativo com caráter sindical chega aos anos 1970. Foi um período em que eclodiram diversas greves e o magistério se engajava na luta mais geral pela democratização, desenvolvimento e igualdade social do país, que vivia sob a égide da ditadura.

Trata-se de uma categoria de trabalhadores atualmente ativa. É uma das principais forças políticas com capacidade de ação entre os trabalhadores brasileiros. Mas está-se dividindo assim como todo o sindicalismo está-se fragmentando sob o impacto das lutas fratricidas, corporativas etc.

A fragmentação do sindicalismo docente não difere do que ocorre em outras categorias profissionais na atualidade. Emergem pequenos sindicatos municipais a partir da base dos

grandes sindicatos estaduais. Estes, por sua vez, ficam mais suscetíveis à pressão do poder político municipal, o que reduz sua força de pressão.

As análises que buscam compreender o surgimento de associações e sindicatos devem considerar os fatores objetivos e subjetivos que propiciam a constituição de entidades que buscam representar a sua base laboral diante dos seus empregadores, bem como os aspectos que determinaram sua unidade ou fragmentação no contexto das disputas por espaços sindicais historicamente observados.

3.3. A gênese do associativismo do magistério e a emergência dos primeiros sindicatos da categoria.

A primeira instituição associativa de que se tem notícia foi fundada em 1871. O instituto de Diretores, Subdiretores e Professores foi identificado no trabalho de tese de doutorado de Daniel Cavalcanti de A. Lemos em 2011. Este dado se confronta diretamente com a afirmativa de Gadotti (1996), que aponta que a primeira reunião de educadores brasileiros de que se tinha notícia aconteceu no Rio de Janeiro em 1873. O ato fundacional de qualquer entidade, em tese, pressupõe uma reunião.

Dez anos após a reunião, promovida pelo governo em 1873, realizou-se uma Conferência Pedagógica que reuniu professores de escolas públicas e particulares da região (GADOTTI, 1996). Tal evento oportunizava que os professores se reunissem e refletissem sobre o contexto da educação naquele período.

A reunião para a fundação do Grêmio dos Professores Públicos Primário ocorreu em 7 de setembro de 1880. Em seguida, foram encaminhados os estatutos ao Ministro e Secretário de Estados dos Negócios do Império. A aprovação do funcionamento da entidade veio através do Decreto 8.528, de 13 de maio de 1882 (LEMOS, 2011).

A autorização do Estado para o funcionamento das entidades associativas já era praticada no período imperial. Rogério Fernandes (2010) escreve que em Portugal já existiam montepios sob a denominação de categorias profissionais desde 1807. O funcionamento do Monte Pio Literário do magistério português data de 1816, e remete ao período de quando a capital do império ainda funcionava no Brasil.

O contexto associativo descrito por Lemos (2011, p. 169) revela o processo o organizativo brasileiro e as características que assumem as entidades na fase imperial:

No século XIX e, sobretudo a partir da década de 1860 e 1870, houve uma multiplicação de associações de professores, de diferentes modelos, que iam das beneficentes/auxílio aos profissionais, passando pelas de socorro mútuo e pelos montepios. Algumas de caráter mais corporativo/associativo, outra de perfil formativo/científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas juntas numa mesma organização.

Este aspecto de atuação, de que se revestem as entidades, extrapola o século XIX do qual fala o autor. O beneficente/auxílio; socorro mútuo; corporativo/associativo, formativo/científicos são as configurações da gênese associativa no país e que vão ter suas expressões regionais.

A existência de diversas organizações associativas no século XIX decorre das disputas dentro do professorado e que acabou por surgir um certo número de instituições visando à defesa dos seus interesses profissionais (LEMOS, 2011).

A historiografia demonstra que as associações, de modo geral, tiveram papel importante em vários momentos políticos do Brasil. A transição do Império para a República e o fim da escravidão derivam de mobilização de entidades associativas. Daí o envolvimento destas no processo político do país, nas relações com o Estado, com partidos e movimentos políticos que representavam a sociedade de maneira mais ampla.

A Associação dos Professores Públicos da Corte, em 1877, teve como protagonista da iniciativa um professor e um deputado. Isto demonstra uma percepção dos agentes políticos sobre a importância de organizações como caixa de ressonância de um determinado setor da sociedade.

A imprensa pedagógica, ligada ou não a associações, cumpria o papel de potencializar a informação das entidades ao professorado. A partir daí, observa-se percepção organizativa em que se constituía no XIX na Corte e que inspirou constituições associativas posteriores. A Revista de Educação e ensino de 1877 cumpria esse papel, como pode ser visto no trabalho de Lemos.

Em 1888, nos estertores do final do Império, o magistério se organiza através da Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos da Corte. Tal comissão teve o objetivo de conduzir a eleição de uma entidade, cuja denominação específica do nome não foi mencionado por Lemos (2011). O que se considerou essencial acerca disso, foi a mobilização de professores para eleger uma nova diretoria e demonstrar a vivacidade das ideias associativas naquela época.

A partir da Proclamação da República (1889), o governo federal retrai-se no que tange à convocação de reuniões e conferências em âmbito nacional. O argumento para tal tomada de

posição era que o ensino deveria ser isento de “intervenções estatais”. Inicia-se um longo período de ausência da união diante do ensino fundamental (GADOTTI, 1996).

Já no período republicano, o movimento associativo se espalhava por outras localidades do país. Em 1901, os professores públicos paulistas fundaram a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP). Essa associação teve como objetivo proporcionar benefícios aos seus membros, prestação de serviços de saúde, assistência financeira, invalidez ou necessidade momentânea, assistência jurídica e aprimoramento moral e intelectual do professorado paulista (RÊSES, 2008, CRUZ, 2008, LUGLI, 2002).

Dentro das primeiras três décadas do século XX, identifica-se um número significativo de associações. Isto revela a busca do magistério por uma melhor organização através de entidades de representação que refletissem o interesse coletivo da categoria.

Rêses (2008) elabora um importante quadro sobre o associativismo docente da educação básica em 1901 a 1931. Seu trabalho identifica cinco entidades associativas em quatro regiões do Brasil nesse período. Há uma defasagem em relação às investigações mais recentes que demonstram um número superior tanto em relação ao quantitativo de associações quanto à diversidade de estados que estavam presentes.

Empregando-se outro critério não utilizado por Rêses, elaborou-se um quadro abaixo que leva em conta as entidades de caráter beneficente/auxílio; de socorro mútuo; corporativo/associativo e formativo/científicos. São consideradas as associações organizadas pelo magistério da educação básica do Brasil presentes nas três primeiras décadas do século XX, sua localidade e data de surgimento.

Quadro 2- Associações e Sindicatos existentes no Brasil entre 1901 a 1938			
Nome da Entidade	UF	Sigla	Fundação
Associação Beneficente do Professorado Paulista Público de São Pulo	SP	ABPPSP	1901
Associação Pedagógica Almir Nina	MA	APAN	1912
Liga do Professorado Católico	SP	LPC	1919
Associação de Professores do Rio Grande do Norte	RN	APRN	1920
Sociedade de Educação de São Paulo	SP	SESP	1922
Associação Brasileira de Educação	RJ	ABE	1924
Confederação do Professorado Brasileiro	RJ	CPB	1926
Centro do Professorado Primário de Pernambuco	PE	CPPP	1929
Centro do Professorado Paulista	SP	CPP	1930
Sindicato de Professores do Ensino Secundário do Rio de Janeiro	RJ	SPESRJ	1931
Sindicato de Professores do Distrito Federal	RJ	SPDF	1931
Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro	RJ	SPESOARJ	1931
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro	RJ	Sinpro-Rio	1931
Associação de Professoras Primárias de Minas Gerais	MG	APPMG	1931
Associação de Professores Normalistas do Maranhão	MA	APNM	1931
Centro do Professorado de Piracicaba	SP	CPPI	1932
Associação de Professores Primários do Distrito Federal	RJ	APPDF	1933
Confederação Católica Brasileira de Educação	RJ	CCBE	1933
Sindicato Mineiro de Professores	MG	SMP	1933
Centro Botucatuense do Professorado	SP	CBP	1933
Associação Cultural de Professores	SP	ACP	1933
Associação de Professores Secundários	SP	APS	1934
Associação Paulista de Professores Secundários	SP	APPS	1935
Centro dos Professores Noturno	RJ	CPN	1935
Associação de Professoras	SP	AP	1936
Associação dos Professores Particulares da 12ª circunscrição	RJ	APP12ª	1938
Associação dos Professores Particulares da 13ª circunscrição	RJ	APP13ª	1938
Centro de Professores Primários	RJ	CPP	1938
Centro de Professores do Ensino Técnico Secundário	RJ	CPETS	1938

Fontes: Elaboração do autor com dados de Vicentini, 2002, Rêses, 2008, Cruz, 2008, Saviani, 2010, Diário de São Luís, 20/01/1921, Dal Rosso, 2005.

A visualização do quadro das entidades que existiam nos anos 1930 permite identificar as unidades da federação em que houve grande profusão de associações e qual setor do magistério elas representavam.

A presença de somente cinco sindicatos nessa lista possibilita inferir que as condições estruturais para a organização sindical, em maior escala, ainda não existiam entre o professorado brasileiro. Somente Rio de Janeiro e Minas Gerais possuíam entidades desse tipo entre os anos 1931 e 1933, respectivamente.

Em 1912, o Maranhão contava somente com Associação Pedagógica Almir Nina cumprindo funções de caráter corporativo-associativo e formativo-científico, voltado à classe do magistério.

A Liga de Professores Católicos surge no ano em que a ABPPSP encerra suas atividades. Esta era ligada à Cúria Metropolitana e se engajou, nos anos 1930, no debate entre católicos e defensores do escolanovismo vinculado à ABE.

Em 1920, surge, no Rio Grande do Norte, uma Associação de Professores, cuja notícia de sua fundação foi publicada no jornal “*A República*” em 29 de dezembro daquele mesmo ano e republicada a notícia no Maranhão através do *Diário de São Luiz*, em 20 de janeiro de 1921.

O movimento associativo formativo científico ganhava expressão em outros estados do Brasil em 1924. Foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Seus quadros eram compostos por professores e interessados na educação nacional, como Fernando de Azevedo³³, uma vez que integrou, em 1922, a Sociedade de Educação de São Paulo, transformada, posteriormente, na seção paulista daquela associação nacional (SAVIANI, 2010).

A ABE ocupava um papel importante enquanto entidade de referência aos trabalhadores docentes. Ela detinha um espaço na sociedade em que o projeto varguista tentava cooptar para as ideias de construção de um “Estado Nacional”, visto que era observado, nesta associação, um mecanismo de legitimação a sua política educacional.

Vale ressaltar que há evidência de que as seções da ABE podem tomar um caráter corporativo-associativo em localidades onde o professorado ainda não estava organizado em associação própria com esta função.

Concorrendo na influência do campo educacional, uma entidade do setor privado de caráter confessional também se organizou para disputar espaço entre o professorado. Foi criada em 1933, como antítese da ABE, a Confederação Católica Brasileira de Educação. Esta aglutinou, em sua base, nos anos de 1928, 40 Associações de Professores Católicos (APC) em

³³ Saviani (2010) destaca que a liderança de Fernando Azevedo na organização do campo educativo, mais que por meio das associações, ocorreu por sua ligação com figuras importantes da política.

vários estados do Brasil. O surgimento dessa organização constituiu a contraposição às ideias escolanovistas que ganharam força no interior da ABE³⁴ (SAVIANI, 2010).

A disputa no campo educacional se acirrava a partir da constituição de entidades associativas que expressavam concepções educacionais distintas. De um lado, os escolanovistas liderados pela ABE e suas seções regionais e do outro os católicos com sua CCBE e suas seções através das APCs. Também se infere que esta disputa se deu de forma diferente no país, quando se identificam professores católicos que absorveram ideias escolanovistas, o Maranhão é um exemplo dessa ocorrência.

Segundo Gadotti (1997), a partir de 1927, as Conferências Regionais da ABE passam a ocorrer em diversas cidades e com diferentes temas ligados à educação. Porém, somente a Conferência de 1931 definiria, mais claramente, o rumo que a educação tomaria no país no “Estado Novo” varguista.

A Confederação do Professorado Brasileiro foi uma entidade que aglutinou professores do ensino secundário e tinha caráter anarquista. Era uma organização de caráter mutualista para promover a união da classe, conforme o seu lema (RÊSES, 2008).

Criado em 1929, o CPPP teve a elite pedagógica pernambucana à sua testa. A ideia de fundar uma associação como via de contato da professora Maria Elisa Veigas, a primeira presidente, com Sud Menucci, então presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP) (LUGLI, 2002).

Em 29 de abril de 1931, foi fundada a “Associação de Professores Normalistas do Maranhão”. Esta tinha nos seus estatutos a definição clara voltada à proteção de classe daqueles que atuavam no ensino primário no estado do Maranhão (*Diário oficial de São Luiz*, 20/05/1931).

Entre 1933 a 1938, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam conjuntamente 10 entidades associativas distribuídas em culturais, municipais, de professores noturnos, de escolas particulares, secundárias e técnicas. São unidades da federação cuja literatura, sobre o associativismo e sindicalismo docente, desenvolveu estudos de grande escopo.

Nos anos 1940, o movimento sindical geral realizou congressos em diversos estados, apesar da proibição dos dissídios coletivos e restrições em relação ao direito de greve. As contradições entre o governo Vargas e a burguesia liberal permitem que os trabalhadores

³⁴ A concepção da escola nova foi lançada com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932. Os católicos, em reação, fundaram a Confederação Católica Brasileira para disputar a influência do campo educacional e se contraporem as teses escolanovistas.

organizem o MUT como mecanismo de resistência a ambos os setores da classe dominante brasileira.

O movimento sindical docente, tal qual o operário, organiza-se, através de sindicatos, em várias regiões do Brasil. Surge, em 1947, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FITEE); em 1948, a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP-DF) e a União dos Professores Primários do Estado da Guanabara (UPPEGB).

A partir de 1945, também emerge em São Paulo a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo; em 1946, Sindicato dos Professores Primários de Campinas; em 1949, União dos Professores Primários (UPP); União de Professores Primários do Estado de São Paulo.

O estado de Minas Gerais possuía uma entidade sindical que mudou sua denominação, em 1948, para Sindicato dos Professores Secundários de Belo Horizonte. Foi neste mesmo ano que este organizou o primeiro dissídio coletivo da categoria.

O Maranhão contará também com um sindicato do magistério. A Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís, fundada em 1945, recebe sua carta sindical e passa a denominar-se Sindicato dos Professores Secundário e Primário de São Luís. Sua atuação era focada no professorado do ensino particular.

A essência autoritária e a repressão aos movimentos dos trabalhadores se mantêm entre os anos 1946 a 1951. Segundo Cruz (2008), foi nesse período que ocorreu a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil, o que introduziu na cena um ator importante para o movimento sindical.

Lugli (2002) identifica atividades reivindicativas em quatro estados brasileiros que denotam a onda de descontentamento que se espalhava pelo país, cuja ação, organizada através das associações, constitui um exemplo claro das mobilizações que ocorreram entre 1950 e 1960.

O professorado brasileiro se articulava na busca da construção de um modelo associativo de caráter nacional que pudesse aglutinar as associações docentes e dentro de um contexto que colocava em questão a ordem social vigente. Foi nesse cenário que várias entidades representativas do magistério se mobilizaram em diferentes estados brasileiros.

A Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) começou a manifestar sua insatisfação a partir de 1953. A Campanha para melhores vencimentos prosseguiu em abril de 1954 já do Centro do Professorado Primário (CPP) mineiro.

Entre 1953 a 1969, destacam-se as reivindicações salariais encampadas pela Sociedade Unificadora dos Professores Primários (SUPP). A movimentação do professorado baiano, desenvolvida, em 1954, objetivava o reajuste do piso salarial do magistério para Cr\$ 3. 000,00 (três mil cruzeiros). Os professores fizeram concentração na sede da entidade e de lá encaminharam um memorial dos seus interesses ao governo.

Em 1962, a campanha salarial dos professores baianos foi caracterizada por uma clivagem entre o professorado e a associação acerca da deflagração do recurso da greve. Chegou a ser constituído um Comando Independente da SUPP, mas nunca se efetivou aquela ameaça.

A pedido da Comissão do Movimento de Unificação e Valorização do Professor, a SUPP convocou uma assembleia geral em 1964. Esta campanha foi incentivada por professores oriundos do interior e procurava agregar o professorado da capital àquele movimento.

Em 1963, o CPP desencadeou em São Paulo uma campanha para obtenção de melhores salários. Este ato foi sucedido de uma concentração massiva dos professores em frente à Assembleia legislativa e ao Palácio Bandeirante, sede do governo Paulista. Tal estratégia de mobilização já havia sido utilizada pela categoria no final dos anos 1950 (LUGLI, 2002).

Em 1964, novamente o professorado primário liderado pelo CPP vai até a Assembleia Legislativa reivindicar atualização salarial. A mobilização juntou cinco mil professores em frente à sede daquele poder.

Em Pernambuco, ao contrário de outras regiões em que a pauta reivindicativa toma as ruas ou ameaça fazer greve, como ocorreu na Bahia, a insatisfação do professorado entre, 1955 a 1958, foi registrada na imprensa ligada à CPPP.

A insatisfação do professorado em Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pernambuco, embora demonstre forma diferente de estratégia de atuação, indica que a omissão dos governos em relação às pautas econômicas compelia gradativamente o magistério a ser mais pró-ativo em suas reivindicações e, por vez, usar o expediente da greve.

Na década de 1950, houve a ocorrência de muitos congressos de educadores, em que o movimento popular, sob a inspiração do método Paulo Freire, teve importante contribuição. Entre 1953 e 1959, as discussões ocorridas a partir dos quatro Congressos Nacionais de Professores Primários em Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, respectivamente, levaram a reflexão da necessidade do magistério a ter uma entidade nacional que representasse os docentes brasileiros (RÊSES, 2008; FERREIRA JR, 1998).

A constituição de uma confederação que buscasse aglutinar as organizações do magistério, nacionalmente, amadureceu nos anos seguintes. Tal perspectiva caracteriza uma nova fase da luta dos docentes brasileiros.

A confrontação travada pelo movimento sindical geral em relação à política salarial da união foi seguida pelos governos estaduais. As pautas econômicas produziram um recrudescimento reivindicativo entre os trabalhadores, no qual já estavam inseridos os professores.

3.4. A atuação das associações e sindicatos docente no Brasil a partir do golpe de 1964

Os anos 1960 foram uma fase de ascensão do movimento sindical. Era intensa ainda a criação de novas entidades sindicais pelos trabalhadores, em especial São Paulo, que estava na dianteira da expansão econômica do país.

Matos (2009) escreve que entre as décadas de 1950 e o golpe de 1964, a ascensão do movimento sindical pode ser medido através do crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos diante da opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e construção de organismos intersindicais.

A intensa movimentação sindical dos anos 1960 tem no III Congresso Sindical Nacional uma das suas expressões. Os trabalhadores já pediam a revogação da Lei 2.802/1956, que atacava a liberdade sindical e proibia as organizações de se filiarem a entidades internacionais.

Ao mesmo tempo em que se apresentava o conjunto da mobilização dos trabalhadores brasileiros, o movimento docente se comportava de forma distinta do sindicalismo operário também. Sua capacidade de reação ainda era travada pela hesitação da direção das entidades docentes de se confrontar diretamente os governos locais, ou quando não eram dominados por eles.

O estudo de Ferreira Jr (1998) demonstra que o IV Congresso Nacional dos Professores Primários em Recife (1960) foi um marco representativo da mobilização que se gestava no professorado brasileiro. Este evento contou a participação de 26 entidades associativas do magistério do ensino fundamental, através de delegações do Acre, Rondônia, Rio Branco, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão³⁵, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Fernando de Noronha, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo,

³⁵ Nos anos de 1960, só existia o Sindicato de Professores Secundários e Primário de São Luís. Infere-se, portanto, que foi esta entidade que representou o Maranhão no IV congresso Nacional de Professores Primários.

Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba, e Espírito Santo.

A tendência política colaboracionista na relação com os poderes públicos e “solução de todos os problemas” da educação consistia na principal característica sindical até o quarto Congresso Nacional dos Professores Primários. Tal postura desvinculava a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) do mesmo processo social que culminou com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962 (FERREIRA JR, 1998; RÊSES, 2008).

Em 1962, realizou-se em Goiânia o V Congresso Nacional de Professores Primários. A primeira diretoria da Confederação dos Professores Primários do Brasil foi eleita para um mandato que vigorou de 1962 a 1964.

A luta política para conquistar a autonomia e liberdade em relação às estruturas jurídicas impostas pelo estado, a partir de 1930, não era vista como prioridade para a CPPB. Ao contrário, navegava isto como contradição. Os recursos para organização dos congressos nacionais provinham do Ministério da Educação. Este dado revela quão próxima era a relação com o governo.

Outro aspecto que deixava claro o posicionamento político que direcionava a CPPB e que demonstrava os limites de sua ação sindical, já em 1962, foi sua filiação à Confederação Mundial de Organizações Profissionais de Educação (CMOPE).

A CMOPE se posicionava como uma central de caráter supostamente independente. Advogava a concepção de que os professores não deveriam envolver-se na luta sindical, mas sim manter-se à margem desse movimento. Este central utilizava o argumento antissindical para se apresentar como diferencial entre a bipolaridade que orientava a Federação Mundial de Educação (FSM)³⁶ e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOSL)³⁷ (FERREIRA JR, 1998)

O pressuposto ideológico da Guerra Fria produzia esta clivagem no meio sindical mundial. Isto teve impacto no papel que tinha a CPPB enquanto representação nacional da categoria de trabalhadores do magistério primário. Sua ligação a CMOPE dificultava avançar para uma concepção sindical.

O surgimento acelerado do associativismo docente se depara com o golpe militar de 1964 no auge das mobilizações populares Brasil. A posição da CPPB foi de assumir a defesa da nova ordem institucional que se instalava no país.

³⁶ Esta federação era denominada dos ditos sindicatos “comunistas”, segundo escreve Ferreira (1998)

³⁷ Esta central considerada dos ditos sindicatos “capitalistas”, como menciona o estudo de Ferreira.

O fato mais contundente do alinhamento da Confederação com o regime militar instituído no país, foi a não tomada de posição em relação à ameaça de cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo Partido Democrata Cristão. Trata-se do caso da professora Maria Nair Monteiro, presidente da Associação dos Professores Público de Minas Gerais, e Sólton Borges dos Reis, do Centro do Professorado Paulista. Sendo a parlamentar, inclusive, membro da diretoria da CPPB (FERREIRA JR, 1998).

Esta fase histórica do Brasil foi vivida de retrocesso político. O presidente Castelo Branco edita a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que promove o enfraquecimento dos instrumentos de luta do professorado e exclui do direito de fazer greve o magistério vinculado à união, estados, territórios, municípios.

No aspecto mais geral, o golpe de 1964 afastou lideranças políticas consolidadas e emergentes nos mais diversos ramos das ciências, da tecnologia, das artes e da educação. O campo associativo e sindical teve que conviver com o atraso político que se iniciava e solapava as organizações do magistério.

3.5. O novo sindicalismo e seus efeitos na organização dos trabalhadores do magistério

O processo político que se abateu no Brasil, a partir de 1964, trouxe consequências à organização do professorado. A situação política provoca uma pressão sobre o ímpeto combativo ao restringir o direito do magistério desencadear um processo reivindicativo e usar o instrumento da greve.

As associações que exerciam o caráter combativo foram taxadas como subversivas pelo governo militar. Partidos de esquerda postos na ilegalidade, perseguição a lideranças sindicais da intelectualidade e da política sendo reprimidos por suas opiniões. O regime instalado no país foi eleito por um colégio eleitoral que era o simulacro de um processo democrático. Este é o quadro em que os trabalhadores e suas entidades de representação tiveram que atuar.

É nesse cenário que, em 1967, foi realizada no Rio de Janeiro a 13ª Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE, já sem grande repercussão no meio educacional e reduzida a poucas pessoas (GADOTTI, 1997).

Em 1968, ocorre uma maior restrição às liberdades civis com a decretação do AI-5. Recrudesce ainda mais a repressão e a moldagem da atuação sindical adequada à linha que o governo queria imprimir. As manifestações de rua dos docentes foram dispersadas.

Miranda (2011) identifica os efeitos devastadores e o *modus operandi* utilizados pela ditadura, ao afirmar o seguinte:

A base sindical foi diminuindo por causa da perseguição aos trabalhadores chamados “subversivos”. Os dirigentes sindicais foram escolhidos e indicados pelo governo, que por sua vez tinham como compromisso dar sustentação ao bloco de poder, através, basicamente, de ações assistencialistas e patrimonialistas.

O esfacelamento da base associativa e sindical, devido ao assédio repressivo, e até torturas contra os chamados subversivos, no jargão da ditadura, fez com que houvesse o afastamento dos associados das suas organizações. As entidades passavam a ser dirigidas por prepostos escolhidos ou indicados, cuja missão principal era instaurar o assistencialismo e o colaboracionismo em detrimento de qualquer esboço de combatividade que pudesse residir, principalmente, na categoria que tivesse desenvolvido um histórico de resistência no período precedente ao golpe.

Com a reorganização da sociedade civil, a partir da segunda metade da década de 1970, variados setores sociais, associações novas e antigas começaram a ter certo dinamismo na sua movimentação política.

Emerge, nesse período, o que Boschi (1987) denomina de sindicalismo da classe média ou de assalariados de classe média. Tal contexto vai-se potencializando, diametralmente, na mesma proporção que o modelo econômico, vulgarmente chamado “Milagre Brasileiro”.

A crise econômica instalada nos países centrais financiadores do modelo de desenvolvimento, que assentavam o regime militar brasileiro, apresentava sinais de exaustão, produzindo arrocho salarial e retração econômica interna.

Os trabalhadores sinalizavam com mobilizações para resistir às políticas de arrocho que lhes eram impingidas como contrapartida para fazer face à crise. Boito Jr (2002, p. 83) ajuda a compreender esse contexto no conjunto do sindicalismo brasileiro, ao escrever o seguinte:

Os trabalhadores dos anos 70 possuíam maior capacidade de organização e o Estado, longe de manter a política de expansão dos direitos sociais, vinha desde 1964, restringindo-os. O sindicalismo operário demonstrou grande capacidade de mobilização e entrou em confronto com o Estado militar. O sindicalismo de classe média irrompeu de maneira abrupta e maciça na cena sindical.

Os Estados brasileiros vinham restringindo os direitos dos trabalhadores desde 1964, mas não isto impediu o gradativo crescimento da capacidade de organização que manifesta seu ponto culminante a partir dos anos 1970.

O sindicalismo de classe média se tornou mais um ator dentro do cenário de resistência política que vinha emergindo em vários estados do Brasil. Estes setores viram seu poder aquisitivo se diluir paulatinamente e começaram a participar, de maneira maciça, dos processos reivindicativos através de associações e sindicatos.

Os setores médios como professores, médicos, bancários, entre outros, começaram a fazer paralisações por melhores condições salariais e de trabalho. Estavam ameaçadas a posição social e a desintegração do seu *status* enquanto classe supostamente “privilegiada” entre as camadas sociais de mais baixa condição social e econômica.

Os sistemas estaduais do ensino foram responsáveis por agregar um contingente significativo de professores, aliando-se a isso, a capacidade de organização e mobilização que dispunha em relação às demais categorias de trabalhadores de classe média.

Ferreira Jr (1998) caracteriza socialmente o professorado público do ensino básico nos anos 1970, em duas vertentes da estrutura de classe da sociedade brasileira:

A primeira, foi construída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletarizadas econômica e socialmente no curso da monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. A segunda originou-se em determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da massificação da educação universitária, a partir dos anos 1970 e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide social.

A mobilidade descendente das altas classes médias e o movimento vertical ascendente das classes média e baixa e de trabalhadores urbanos, beneficiados pela educação universitária, a partir dos anos 1970, produziu a síntese que correspondia à constituição social do magistério brasileiro naquele período.

O argumento de Ferreira (1998) é bastante plausível para caracterizar a composição social do professorado em um período em que o mesmo protagonizou grandes lutas, em geral, através de suas entidades, contra a política salarial dos governos estaduais que davam sustentação ao poder central dirigido pelos militares.

A política repressiva promovida pelo regime militar intimidou grande parte da luta associativa-corporativa no que tange as perdas do poder aquisitivo do magistério. A proletarianização da docência vai-se dando de forma prolongada, desigual e marcada por conflito aberto ou disfarçado (ENGUITA, 1991).

A lógica controladora da administração pública e a repercussão econômica sobre o custo da força de trabalho são a maior evidência de que o professor deixava para trás o *status* de

pertencimento ao campo das profissões liberais e passava a sentir as agruras características do conjunto da classe operária.

O magistério proletarizado foi responsável por retomar a luta associativa e sindical de caráter combativo nos estertores de um regime que já esboça dificuldade em manter apoio social nos setores médios e populares devido à situação econômica do país.

A partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o cenário nacional já delineava para ascensão de uma variedade de entidades ligadas ao magistério. Um exemplo claro é a fundação da Associação de Professores do Ensino Médio do Piauí (APMOP) em 1968. Iniciava, nesse mesmo ano, a primeira greve dos professores do ensino médio Oficial do Piauí. Em 1973, modifica o nome de APMOP para Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP) (SILVA, 2011).

Em 1977, surge no Rio de Janeiro o Centro Estadual de Professores (CEP). A fusão com União de Professores do Rio de Janeiro (Aperj) ocorreu em 1979. A primeira greve foi deflagrada nesse mesmo ano.

Já nos anos de 1976 a 1977 o Movimento de União de Professores (MUP) e Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP) redirecionam a política da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a primeira greve foi deflagrada em 1978.

Em 1979, aconteceu a fundação da União dos Trabalhadores do ensino de Minas Gerais (UTE-MG). A mobilização do professorado mineiro foi responsável não só pela deflagração da primeira greve quanto pela criação de uma nova entidade (OLIVEIRA, 2011; MELO, 2011; DAL ROSSO & LÚCIO, 2004).

A greve que mobilizou os docentes gaúchos, em 1979, foi o detonador do processo de constituição do 24º Núcleo do Centro do Professorado do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Este movimento culminou com a criação de uma nova entidade em substituição à Associação Sul-rio-grandense de Professores (ASRGP), cuja representação não era mais entendida como adequada (FERREIRA & KLUMB, 2011).

A Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) apareceu no cenário do movimento sindical docente a partir dos anos de 1960. Esta representou, durante muito tempo, somente um nível de ensino. Sua transformação, nos anos 1973 a 1978, em Confederação dos professores do Brasil (CPB) possibilitou atingir todos os segmentos das entidades de trabalhadores do ensino (GADOTTI, 1997).

A CPB foi palco de uma disputa entre as diversas correntes políticas do movimento docente³⁸. A questão central da divergência era a manutenção de uma única entidade de caráter nacional de representação do professorado ou a criação de uma nova entidade para este propósito.

Aqueles que acusavam a confederação de entidade colaboracionista do regime implantado em 1964, de caráter burocrático e sem vínculo com a base, queriam criar, irredutivelmente, uma nova organização. A outra corrente entendia que a CPB democratizada e fortalecida seria muito mais útil ao movimento docente na construção de uma frente contra o regime militar.

O resultado do confronto de posições foi o surgimento da União Nacional de Trabalhadores em Educação (UNATE), em 1981. Esta entidade pretendia ser uma alternativa à CPB, mas seus fundamentos constitutivos não conseguiram sustentação ao longo do tempo de seu funcionamento. Teve uma curta existência e as entidades a ela filiadas migraram, gradativamente, para a antiga confederação que, aos poucos, fortalecia-se e se democratizava em face às lutas sindicais que emergiram em plena vigência do regime militar.

Ferreira Jr (1998) escreve que “as organizações de esquerda que defendiam a criação de uma nova entidade eram a mesma que estava no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores”. Estas forças moldaram o sindicalismo brasileiro por meio de uma reorientação política na representação laboral e até criando novas organizações, um exemplo foi a organização da CUT.

A emergência do que se convencionou chamar de *novo sindicalismo* ocorreu a partir de 1978. Seu aparecimento no cenário político e social expressava a organização e luta da classe trabalhadora em novas bases, uma vez que atingiu desde os operários industriais a funcionários públicos (ALVES, 2000).

O *novo sindicalismo* apareceu no período em que o governo militar instituído já apresentava declínio. Nesse “novo” modelo, descortinava-se uma práxis sindical que buscava dar combatividade às ações opressoras do governo militar e via nas associações e sindicatos, a contestação de ações dos governos tanto na esfera política quanto nas relações de trabalho-capital.

³⁸ Ferreira Jr (1998) aponta que as tendências que trabalhavam para criação de uma outra entidade de representação nacional dos professores brasileiros era o Movimento de Emancipação do Proletariado, a Convergência Socialista e Liberdade e Luta. Por outro lado, discordava da ideia de criação de uma nova entidade O PC do B, PCB e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8).

Esta concepção de sindicalismo chegou aos professores rompendo com a lógica do mero assistencialismo a que as associações de professores estavam submetidas pelo peleguismo para uma postura reivindicativa de mobilizações e greves.

A ação proativa dos trabalhadores docentes que pressionava por mudança na postura das entidades, sob o domínio de direções tradicionais e pelegas, constituiu o centro do que se convencionou chamar, sociologicamente, de novo sindicalismo. Daí a constatação de que a ruptura com práticas engendradas pelo engessamento da combatividade em prol da segurança nacional, evocada pelos militares, teve como efeito o enfraquecimento da participação dos professores nos movimentos reivindicatórios.

Os anos 1970 e 1980 caracterizaram-se por ser um momento prenhe para a reorganização do movimento associativo e sindical brasileiro. As manifestações e greves, bem como a emergência combatividade em oposição ao assistencialismo no interior das representações produziram direções sindicais combativas.

O novo sindicalismo, como ocorreu nas demais representações laborais, foi a vaga que arrastou o magistério para as pautas que, até então, estavam afastadas do debate. As pautas reivindicativas da categoria levaram a lutas fundamentais que permitiram colocar em xeque o caráter de legitimidade do regime militar nas esferas estaduais e nacionais.

CAPÍTULO 4. – O ASSOCIATIVISMO E O SINDICALISMO DOCENTE NO MARANHÃO

Este capítulo trata do associativismo e do sindicalismo docente no Maranhão. É analisado o cenário político, econômico e social em que emergem as organizações de representação do magistério maranhense.

Identifica-se no contexto o surgimento da primeira entidade associativa no estado, bem como o papel que exerceu o Congresso Pedagógico na mobilização do professorado na formação da consciência associativa aqui discutida.

O aparecimento no cenário associativo maranhense do Departamento local da Associação Brasileira de Educação (ABE) e a emergência da Associação de professores Normalistas do Maranhão são analisados considerando o contexto político dos anos de 1930 e seus desdobramentos sobre estas organizações.

São abordados os elementos que permitiram a emergência do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular (Sinterp). Também é estudada a emergência das entidades associativas que deram origem ao SINDEDUCAÇÃO e o Sinproesemma.

Os seguintes itens compreendem este capítulo: 4.1. O cenário político, econômico e social da organização associativa e sindical maranhense; 4.2. A Associação Pedagógica Almir Nina; 4.3. O Congresso Pedagógico do Maranhão de 1920; 4.4. A constituição do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE); 3. 5. Associação de Professores Normalistas do Maranhão; 4.6. O Sindicato dos Trabalhadores do ensino da Rede particular – Sinterp; 4.7. A Associação de Professores do Ensino Médio Municipal; 4.8. A Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA; 4.9. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão – Sinproesemma; 5. 0. O Sindicato dos Profissionais do Magistério Público de São Luís – SINDEDUCAÇÃO.

4. 1. O cenário político, econômico e social da organização associativa e sindical maranhense

A história do professorado maranhense remete ao século XVII com os capuchinhos franceses e, posteriormente, sob domínio dos jesuítas até o final do século XVIII, quando, praticamente, todos os estabelecimentos de ensino, quer em São Luís, quer no interior, pertenciam à Companhia de Jesus.

No período denominado de pombalino, houve o afastamento dos religiosos jesuítas da educação na Colônia, uma vez que esta concorria fortemente em termo de influência política e econômica com a Coroa portuguesa. O resultado desta contenda foi o desmoronamento da estrutura educacional até ali desenvolvida.

As elites maranhenses não se ressentiam com a precariedade da oferta do ensino, visto que tinham condições de enviarem os filhos para a Europa a fim de dar continuidade aos estudos. Dessa forma, o vácuo educacional deixado pelos missionários era suprido.

A educação maranhense, tal qual a brasileira, em geral, tinha como característica a exclusão de grande parte da população desde os primórdios da colonização. Mesmo quando houve o estabelecimento das aulas régias, eram precárias as condições de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores. A casa do mestre-escola constituía o local de trabalho.

Na metade do século XIX, portanto, sob a vigência da Lei das Escolas de Primeiras Letras³⁹, as condições de estrutura, de remuneração e de pouca dedicação do professorado para desenvolver o método de ensino mútuo lancasteano⁴⁰ produziram as bases para uma nova reforma do ensino.

Os Grupos Escolares surgem no bojo da reforma da instrução pública promovida em 1892. Estas foram criadas para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas. Uma escola era uma classe regida por um professor.

A instituição dos primeiros grupos escolares somente ocorreu em 1903, na capital do Maranhão, São Luís, e nos demais municípios do estado a partir de 1905 (MOTTA, 2006). Professores, antes isolados, passam a compartilhar o mesmo espaço laboral. Entretanto, isto não constituiu o cenário definidor para uma eventual prática associativa.

No governo de Benedito Leite (1906-1910), o Maranhão estava em plena crise econômica e continuava a avançar lentamente no campo da educação. Ainda assim, foi criada a Escola-modelo, remodelada, a Escola Normal, fundada a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial. Tais iniciativas buscavam dar impulso ao desenvolvimento cultural no estado.

Nos anos subsequentes, os problemas educacionais persistiram. No quadriênio 1910-1914, o governo toma medidas para conter abusos e omissões detectadas na maioria das Comissões Escolares encarregadas de fiscalizar o ensino das escolas da época. À população

³⁹As escolas de primeiras letras eram escolas isoladas ou avulsas e unidocentes.

⁴⁰ Proposto e difundido pelos Ingleses Andrew Bell, pastor da Anglicana, e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método mútuo, também chamado monitorial ou lancasteano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas (SAVIANI, 2010, p. 128).

empobrecida era oferecida escola dual, ou seja, uma escola que representava uma divisão de classe.

Andrade (1984) escreve que o próprio governador Raul da Cunha Machado, em mensagem ao Congresso Legislativo, em 1919, admitia que um dos problemas que prejudicavam a evolução do ensino estava relacionado aos baixos salários dos professores. Este foi o motivo principal que levou à escassez de docentes naquele período. O fato da maior parte dos normalistas pretenderem colocação na capital era outro fator que reduziu drasticamente a oferta em outras localidades do estado.

Em 1920, o Maranhão possuía uma população de 874.337 habitantes, 973 professores o que dava uma relação de 1,9 professor por escola. Havia alguns centros de concentração do magistério, como o Liceu maranhense, a Escola Normal e a Escola Normal Primária da professora Rosa Casto, entre outras. O censo indicava que somente 18,81% eram alfabetizados e que 84,17% eram compostos de analfabetos. Tal contexto demonstra quão elitista era o ensino tratado e organizado no estado. O caráter de classe assumia a nuance de que a maior parte do povo não sabia ler e escrever.

Um dos aspectos que caracterizariam o trabalho dos professores no desenvolvimento do ofício, no início do século XX, no Maranhão, eram as dificuldades de deslocamento. A distribuição espacial das cidades no interior do estado se configurava em ilhas demográficas. Essas urbes não possuíam meios de comunicação e o acesso era difícil no período chuvoso. Os professores não se sentiam motivados a irem para o interior do Estado e o ensino passou a ser feito por leigos.

Em 1945, o IBGE contabilizava no Maranhão 1.638 professores. A expansão do número de escolas e do magistério foi incrementada no período do Estado-Novo sob a interventoria do maranhense Paulo Ramos.

Durante este período, foram instituídos, nos grupos escolares da capital e do interior, os “Clubes pedagógicos”. A função desta organização estadonovista era manter o corpo docente em comunhão constante com as ideias do regime (RODRIGUES, 1993). Constituíam-se, a partir daí, um espaço em que o governo local estabeleceria a disputa ideológica sobre o professorado e neutralizando a penetração de ideias associativas que pudessem colocar em questão a política educacional e salarial no magistério.

A concentração dos professores em São Luís demonstrava que qualquer movimento de organização pelo professorado teria que contar com a capital para dar impulso. Por outro lado,

a quantidade de professores leigos no interior configurava um desafio à penetração de ideias associativas.

Um quadro elaborado por Figueiredo, sobre professores primários, constitui uma importante fonte, a partir de dados, já compilados, que indicam a formação e o quantitativo dos que atuavam tanto na capital quanto no interior no ano de 1958. As discrepâncias na qualificação do magistério, nas duas localidades, caracterizam a situação educacional do Maranhão no final daquela década.

Tabela 15 – Professorado maranhense em 1958						
Professores	Qualidade			%		
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total
Normalista	258	427	685	76,8	15,9	22,7
Não-normalista	78	2.253	2.331	23,2	84,1	77,3
Com regência de classe	–	–	2.913	–	–	96,6
Auxiliares	–	–	103	–	–	3,4
Total	336	2.680	3.016	100,0	100,0	100,0

Fonte: Figueiredo (1984); Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

O Maranhão contava com 2.913 professores com regência de classe ou turma e somente 685 eram normalistas. A capital apresentava a proporção mais elevada de docentes com formação normal, ou seja 76, 8%. O interior contava somente com 23, 2% desse total. Os professores auxiliares representavam um número de 103, dos quais 26 estavam na capital (FIGUEIREDO, 1984; IBGE, 1960)

Os 84,1% de não normalistas representavam os esforços locais em oferecer algum ensino através de professores leigos que, por sua vez, caracterizavam a persistente falta de prioridade com a educação no Maranhão na segunda metade do século XX.

Verifica-se que 37,6% dos normalistas estavam concentrados na capital. Tal fato indica uma organização educacional sofrível e uma disparidade entre o ensino do interior e o da capital. A alta concentração de normalistas em São Luís demonstra um problema histórico da educação, que fazia com que apenas 15% dos normalistas se dispusessem a ir para as cidades do interior exercer o magistério. A pouca atratividade salarial e as poucas condições de trabalho para a prática do magistério revelam-se chaves explicativas para tal problema.

Por outro lado, a concentração do magistério em São Luís favoreceu a criação de associação e sindicatos, pois era onde a maior parte do professorado estava estabelecida e possuía grandes instituições de ensino no estado.

Em 1961, governava o Maranhão Newton Bello (1961-1965). Suas ideias no campo educacional eram de incrementar o ensino particular devido à suposta impossibilidade do

estado de arcar com ensino público. Até 1960, a população escolarizável era 275.000 e somente 61.071 tiveram acesso à escola. A taxa de analfabetismo chegava a 64% da população. As estatísticas compiladas por Pinto (1982) indicam que o Maranhão, até 1960, possuía 821 professores e 207 regentes de ensino.

A base de dados, cuja fonte foi o governo estadual, leva Pinto a um equívoco. Seus números sobre o tamanho do magistério maranhense são bem menores do que o número de professores identificados pelo IBGE nos anos de 1958, ou seja, 3.016. Tal constatação leva a concluir que existia uma concentração de professores bem maior no Maranhão, em particular na capital, já naquele período.

A campanha do governo estadual “500 escolas” visava viabilizar, com recursos do convênio da Superintendência de Valorização e Estudos da Amazônia, Ministério da Educação e governos municipais, a criação de mais escolas no Maranhão.

Os dados coligidos por Pinto (1982) indicam que a rede particular detinha o monopólio das matrículas do ensino médio no estado até 1967. 74,8% da oferta era atendida em escolas particulares. Os municípios arcavam com 7,8%, a rede estadual com 12,7% e 4,6% dos alunos estavam no âmbito federal até 1967. O Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário (SPESP-SL), fundado em 1945, era a única entidade de trabalhadores do magistério existente. A sede deste estava em São Luís e aglutinava a representação desse professorado. Não existiam sindicatos municipais e estaduais de professores públicos no Maranhão naquela época.

O golpe militar de 1964 produziu mudanças significativas no contexto político do Maranhão. No campo sindical, o governo militar vedava o direito de greve aos trabalhadores no serviço público e as entidades sindicais eram controladas pelo Estado.

Já no campo do controle político maranhense, Vitorino Freire, antigo cacique político, foi derrotado pelo jovem deputado federal, pela União Democrática Nacional (UDN)⁴¹, José Sarney. Seu fortalecimento político decorreu do seu apoio à eleição de Castelo Branco a presidente da república no colégio eleitoral e à divisão no campo de influência situacionista no Maranhão. Tal posicionamento o ajuda a ter vantagem de força em relação ao antigo chefe político ligado a Eurico Gaspar Dutra⁴². Sua ascensão ao poder no Maranhão se deu na mesma

⁴¹ Era um partido conservador e afeito a apoiargolpes militares. Foi oposição aos governos que tinham lastro popular.

⁴² Foi presidente do Brasil de 1946 a 1951 por meio de eleições nacionais após as circunstâncias que culminaram com a deposição de Getúlio Vargas do poder central do país.

medida em que os militares também assumiam o controle do aparelho de Estado brasileiro. Em 1965, ganha a eleição e assume o comando do governador de 1966 a 1970.

Sarney foi ágil na criação de uma infraestrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços com os setores dominantes e tradicionais no estado e com a população de um modo geral. Rejeitava o “velho” e se colocava como o “novo”. Congregava, em seu governo, os interesses políticos de Castelo Branco no estado do Maranhão e representava a ARENA em nível local (GUILHON, 2007)

Pinto (1982) escreve que estas lideranças despontam e se identificam com o conteúdo ideológico da proposta modernizante embasada na inclusão do estado do Maranhão no processo de desenvolvimento que se alastrava no país, a partir do governo Juscelino Kubitschek.

O tradicional e arcaico sistema político se mantém predominante no estado, uma vez que, na prática, serviu somente para a mudança da liderança do comando político durante o governo Sarney. O setor educacional e econômico do Maranhão refletia o atraso das condições sociais, econômicas e políticas.

Em 1965, foi eleito para prefeito de São Luís, Eptácio Cafeteira, pela União Democrática Nacional (UDN). Este disputava a influência eleitoral ludovicense contra Sarney. Cafeteira administrou a capital até 17 de outubro de 1969 e imprimiu sua marca na descentralização dos serviços de saúde. As fontes consultadas não apontam marcas administrativas no campo educacional do município, mas indicam que estas foram muito dependentes das políticas oriundas do governo estadual.

O ato institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966, editado pelo regime militar, permitiu que os governadores, mediante a prévia concordância da assembleia legislativa, indicassem o prefeito das capitais. Ao término do mandato de seu antagonista, Sarney nomeia para o cargo de prefeito o engenheiro e professor da Universidade Federal do Ceará, Vicente Fialho. Este ficou à frente da prefeitura até 29 de maio de 1970, quando assumiu José Ateniense Libério, que ficou até final do mandato.

Durante o governo Sarney, os recursos federais para educação retidos no governo Newton Bello foram liberados para suas finalidades. A falta de prestação de contas foi motivo do bloqueio desses fundos durante o governo do seu antecessor. A educação passou a contar com recursos significativos para o seu custeio e expansão. Eram proventos oriundos do convênio MEC/USAID iniciado no Brasil a partir de 1961 e intensificado até 1964 (PINTO, 1982). A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) era quem repassava ao estado os recursos para a educação.

São Luís, nos anos 1970, já vivia o reflexo da perda de sua tradicional posição de entreposto comercial entre o Maranhão, o país e o exterior. A própria cidade estava economicamente isolada. O estado sofria décadas de estagnação em seu sentido lato. Os projetos da SUDENE e da Superintendência Desenvolvimento do Estado do Maranhão (SUDAMA), no governo Sarney, não foram capazes de alavancar a economia maranhense.

O porto de Itaqui era um dos grandes projetos prometidos a serem viabilizados no Maranhão por Jânio Quadros ainda na presidência do Brasil em 1961. Este foi inaugurado somente em 1972. A crise que se alastrava, há décadas, já havia consumido a estrutura agrícola voltada à exportação, e o parque industrial do estado já não possuía estrutura produtiva instalada em escala. Era a velha sombra de outrora.

Os projetos governamentais, com ajuda federal no campo econômico, eram convergência das várias ações voltadas para a construção de uma infraestrutura moderna de transportes, construção do porto e modernização conservadora da estrutura fundiária. Todos estes projetos eram apresentados como condição do desenvolvimento do estado. Mas mesmo estes investimentos não foram capazes de devolver ao Maranhão sua posição econômica de segunda maior indústria do país, já desgastada por questões estruturais como a unidade da federação mais atrasada social, política e economicamente no Brasil.

A luta política contribuía ainda mais para o agravamento da crise e dos problemas nessa unidade da federação. Escreve Barbosa (2003, p. 3-4):

A consolidação do projeto político de José Sarney foi marcada por intensos conflitos entre a oligarquia decadente (o vitorinismo) e a oligarquia ascendente (sarneyismo). Esses conflitos perpassaram, sobretudo, os governos de Pedro Neiva de Santana (1970-1974) e Nunes Freires (1975-1978), que fora nomeado por influência direta de Victorino Freire junto ao general Geisel. Esse fato indicava uma crise intraoligárquica, com as frações vitorinistas e sarneyistas disputando o comando político do estado.

Os intensos conflitos intraoligárquicos sinalizavam que o vitorinismo⁴³ mantinha focos de poder no Maranhão. Os resquícios vitorinistas ainda estavam vivos, porém, não mais com a mesma força.

Sarney captava o sentimento da população que clamava pela ruptura dos velhos esquemas políticos, por ações modernizantes no campo, na área urbana e econômica. Mas não rompia com as estruturas que comandavam o *modus operandi* da política patrimonialista das prebendas e do compadrio.

⁴³ Vitorino Freire empreendeu um coronelismo no Maranhão. Cacique político oriundo de Pernambuco e que chega ao Maranhão após o golpe contra Getúlio em 1945. Foi indicado para dirigir a política maranhense através do então presidente Dutra. Detém o domínio político no estado até 1965, quando seu candidato a governador perde a eleição para Sarney.

Vitorino não se deu por vencido. Conseguiu, junto ao poder central, influenciar nas indicações dos governadores Pedro Neiva de Santana e Nunes Freire. O primeiro já havia sido secretário de fazenda de Sarney antes de ter rompido com este. O segundo era ligado ao grupo do antigo cacique político. A luta intraoligárquica tornou-se acirrada entre os anos de 1971 a 1978.

As principais medidas no campo educacional no Maranhão ocorreram no governo Sarney e deixaram as marcas mais significativas no estado. Os projetos de educação buscavam ser a expressão modernizadora de um estado subdesenvolvido no campo social, político e econômico. A implementação do *Projeto Bandeirantes*, *TV Educativa do Maranhão* e *Projeto Madureza* tentavam sanar os gargalos educacionais.

Estes três projetos tinham os seguintes objetivos: o primeiro objetivava suprir a falta de ginásios em cerca de 25% dos municípios maranhenses, percentual que deveria crescer ano a ano. Este projeto pretendia dotar até 1971, 91 dos 130 Municípios do estado com ginásios. A meta era substituir os professores leigos existentes na municipalidade. Ainda assim, continuava a carência de professores com formação.

A sistemática do projeto Bandeirantes era a seguinte: a secretária estadual de educação arcava com as despesas da estrutura das escolas ginásiais e as prefeituras se incumbiriam do pagamento de diretores, professores e servidores (PINTO, 1982).

O segundo projeto foi a utilização de um sistema de Televisão Educativa aplicado ao ensino. Objetivava, com esta tecnologia, oferecer ensino médio à população mais pobre da capital e do interior. O professor se tornava orientador no espaço televisivo. Já o último projeto prioritário no governo Sarney se voltava à progressão do ensino médio através de educação de jovens e adultos (PINTO, 1982).

Com a prerrogativa de indicar o prefeito da capital, os governadores obtinham influência direta na relação com o poder municipal e em suas ações na educação. A política do compadrio, do favorecimento ou da indicação para ocupar cargo público era uma prática usual no jogo político maranhense. Era tradicionalmente utilizada como instrumento de governo.

Estes antecedentes permitiram reconstruir o cenário do surgimento das associações e sindicatos no Maranhão. Tratava-se de um estado que, nos seus tempos de maior pujança econômica, chegou a produzir uma elite intelectual de projeção nacional e até internacional em uma terra de analfabetos.

O associativismo e o sindicalismo docente maranhense emergem dentro de uma sociedade, cuja característica reflete a formação social. A organização do magistério

maranhense se articula no âmbito do cenário das relações de poder político e econômico construído no estado.

4. 2. A Associação Pedagógica Almir Nina

Fundada em 12 de maio de 1912, em São Luís, a Associação Pedagógica Almir Nina tinha como atribuição estatutária “procurar unir os membros do ensino primário pelos laços de uma inteira solidariedade nas coisas da escola e aproximar desta a família maranhense”, “interessar-se pelos negócios dos membros da classe, ligados aos interesses do ensino” e criar “uma comissão junto aos poderes públicos, para advogar os interesses dos membros do magistério, ligados ao ensino”⁴⁴. Foi uma instituição de caráter mutualista.

O nome da associação faz referência ao pedagogo e médico Almir Parga Nina, descendente de uma família tradicional de educadores maranhenses, cuja mãe havia sido proprietária do Colégio Nossa Senhora Nazaré, fundado em 1864. A família e parentes do mesmo trabalhavam nas atividades de ensino. A instituição educacional fundada pela matriarca dessa família encerrou seu funcionamento em 1899.

Em 1907, Almir Nina, com as irmãs Maria da Gloria e Maria Regina reabriram o estabelecimento de ensino com a denominação Instituto Rosa Nina. Ao regressar da Europa, Nina trouxe, em sua bagagem cultural, o contato com os métodos Froebel, Pestalozzi e outros renovadores do ensino da época e teve a pretensão de aplicar estas orientações pedagógicas em sua terra natal. Tornou-se, nessa passagem pelo velho continente, membro da *Associazione Pedagogica*⁴⁵ da cidade de Roma, na Itália e da *Ligue pour Higiène Scolaire*, de Paris.

Almir Nina elaborou um programa didático: roteiro para o curso de pedagogia e trabalhou com o também pedagogo Barbosa de Godóis na organização da Escola-Modelo Benedito Leite. Esta instituição era considerada uma escola de mestres, uma vez que compunham seus quadros os melhores professores do Maranhão (MARQUES, 2008).

⁴⁴Subscvem o estatuto fundador da Associação Pedagógica figuras importantes da sociedade maranhense e de grande papel na educação naquelas primeiras décadas do século XX, são eles Antônio Lobo, Maria da Gloria Parga Nina, Rosa Castro, Maria J. Fernandes, Lucília Fernandes, Ermelinda Maramaldo, Francisca Corrêa, Maria Julia Henriques, Maria do Carmo Teixeira, Maria da Conceição Machado, Hermíndia Soares, Odila Pinho, Páscoa Advíncula, Genésia Santos, Eponina Cruz, Beatriz Veiga, Elvira Assis, Maria Dolores Lopes da Cunha, João Almeida, Alfredo Assis, Cleómens Falcão, Jerônimo Viveiros, Fernando Cardôso, dr. José Almeida Nunes, Joaquim Santos.

⁴⁵Consta na página do Archive storici della psicologia italiana, em particular, na biografia de Luigi de Credaro, uma referência à intitulada Associazione Pedagogica Professionale por ele presidida em 1907. As características estatutárias da Associação pedagógica do Maranhão teriam sido influenciadas pela congênera italiana sediada em Roma.

Fonte:<http://www.archiviapsychologica.org//index.php?id=1038>.

As contribuições que Almir Nina deu à educação maranhense foram reconhecidas por importantes camadas de professores e intelectuais do estado. Muito provavelmente, suas irmãs também tiveram importante papel em atribuir o próprio nome como patrono da Associação Pedagógica.

Durante a sétima sessão dos trabalhos do congresso pedagógico de 1920, a professora Rosa Castro propusera que se revivesse a Associação Pedagógica Almir Nina, enviando a organização do evento um exemplar dos estatutos e dois números do boletim da entidade. O encaminhamento foi aprovado e se elegeu a nova diretoria. Um membro da mesa do evento questionou se a reativação dessa entidade não seria contraditória com a manutenção de uma comissão organizadora dos congressos pedagógicos anuais eleita no decorrer processo (TRABALHOS DO CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

A questão levantada por aquele secretário do congresso foi, talvez, definidora para o futuro da reorganização daquela associação. A tentativa de revivê-la, a partir do seu relançamento no congresso pedagógico, não logrou o êxito esperado. Segundo informa o relatório do referido congresso, “ficou-se como um bom desejo”.

No Congresso pedagógico foram preenchidas as vacâncias na diretoria da Associação Pedagógica Almir Nina. A direção aprovada contou com os nomes da professora Zila Páis, Carmem Monteiro, dos professores João Vitor Ribeiro, dr. Carlos Luís e dr. Luis Viana.

A importância dessa tentativa marcou o aparecimento, no Maranhão, da concepção associativa e da constituição de uma entidade que objetivava tal finalidade. O malogro daquela tentativa de reativação pode ser compreendido pelo ângulo da disputa pelo poder de realizar o próprio Congresso, cuja iniciativa tinha sido gestada na Faculdade de Direito.

Alguns dos membros fundadores da referida associação contribuíram para o desenvolvimento do pensamento educacional maranhense. Rosa Castro, Antônio Lobo e Jerônimo Viveiros estão inscritos nos anais da história do Maranhão, no campo da literatura, do pensamento social, histórico, geográfico e da educação. A relação com a elite social, intelectual e política da época fica evidente quando se interpretamos diversos papéis e posições sociais que estes professores ocuparam na sociedade maranhense no início do século XX.

O registro do Congresso Pedagógico indica que a festa de reinauguração da Associação Pedagógica ocorreu no salão do renomado teatro São Luiz e a participação neste evento foi concorridíssima.

A mobilização que tal congresso produziu no professorado maranhense fez nascer um debate sobre o processo de ensino e uma reflexão acerca do que vinha sendo feito no estado no

campo educacional. A questão da organização do professorado em associação não teve como não ser discutida e deixou marcas que culminaram em engajamentos em iniciativas posteriores.

4.3. O Congresso Pedagógico do Maranhão de 1920

O Congresso Pedagógico do Maranhão foi criado no interior da Faculdade de Direito. A criação desta instituição de ensino superior teve como patrocinador o Cônsul português Manoel Fran Paxeco. Importantes intelectuais maranhenses como Antônio Lopes, Domingos Perdigão entre outros, elaboraram o estatuto da Associação Organizadora da Faculdade de Direito, cuja aprovação ocorreu em 20 de maio de 1918.

A Congregação da Faculdade premiou Fran Paxeco com o título de professor honorário. Este lecionou em curso anexo à instituição, Português, Geografia, Literatura, História, História do Brasil, Psicologia, Lógica e Filosofia. Foi sócio honorário da Associação Pedagógica Almir Nina (LUZ, 1957).

Em 18 de março de 1919, reuniram-se os professores da Faculdade de Direito e do seu curso em anexo. Fran Paxeco, nessa ocasião, lançou a ideia da realização de um congresso pedagógico que viria a ocorrer de 22 de fevereiro a 2 de março de 1920 e foram publicados, em 1922, seus relatórios em forma de um livro de 600 páginas sob o título de *Trabalhos do Congresso Pedagógico*.

Nos dias 8, 28 e 31 de janeiro de 1920, houve reuniões preparatórias para o Congresso Pedagógico. Estiveram presentes ao último encontro, a senhora Rosa Castro, diretora da Escola Normal Primária, dr. Henrique Couto, prof. Frederico Miners, dr. Almeida Magalhães, Fran Paxeco, Artur Paraizo, dr. Antônio Bona, dr. Herberth Jansen Ferreira, dr. Antônio Lopes, prof. José Monteiro.

Deliberou-se que o evento seria fracionado em 5 sessões e seus relatores seriam os senhores drs. Luiz Viana, Antônio Lopes, Brito Passos, a senhora Rosa Castro e Fran Paxeco. Estes nomes também evidenciariam o interesse associativo, pois alguns deles pertenciam ao quadro de associados da Associação Pedagógica Almir Nina. Foi o caso de Rosa Casto, Luiz Viana e do próprio Paxeco, na condição de sócio honorário da mesma entidade.

O congresso pedagógico foi um marco no campo educacional maranhense. Pode-se evidenciar, nos relatórios contidos nos *Trabalhos do Congresso Pedagógico*, uma ampla reflexão sobre a educação maranhense, as condições de financiamento e a proposta de reativação de uma associação pedagógica.

Alguns dos participantes do congresso pedagógico de 1920, além de pertencerem aos quadros da Associação Pedagógica, foram figuras influentes na sociedade maranhense. Este contato com as ideias associativas teve desdobramentos em novas ações com o mesmo intuito 09 anos depois.

4.4. A constituição do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação-ABE

O desaparecimento das associações pode ser identificado quando cessam os seus registros em diversas fontes que atestam sua existência. Por outro lado, novas entidades podem emergir ou ser continuação das que antecederam sob outra roupagem associativa, o que pode explicar o aparecimento de associações com denominações diferentes.

A organização do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação deve ser entendida como contexto associativo mais geral do Brasil na década de 1920. É necessário compreender alguns elementos que são partes de um mesmo processo e que antecedem a organização de professores maranhense em torno da ABE, uma entidade nacional que desenvolveu importantes lutas no campo educacional.

As investigações indicam que, no ano seguinte ao congresso pedagógico, só foi mencionado algo sobre associação de professores ou tema congênere em apenas um jornal da capital maranhense. Tratava-se de uma matéria sobre a fundação de uma associação de professores na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em 29 de dezembro de 1920. *O Diário de São Luiz* publicou uma notícia do jornal potiguar “*A republica*” sobre a constituição de uma entidade do gênero naquele estado, e que foi designada como correspondente desta entidade no Maranhão, a professora Maria da Glória Diniz. E através dela, os interessados poderiam adquirir publicações dessa associação.

A publicação do *Diário de São Luiz* de 29 de janeiro de 1921 divulgou a notícia da fundação de uma associação de professores e sugeriu que o mesmo deveria ser feito no Maranhão:

É uma ideia que merece os nossos encômios, pois, estamos certos de que, se em cada estado da confederação se conseguisse uma agremiação desse gênero intensivamente trabalhando, com auxílio dos poderes públicos, o analfabetismo, há muito que teria afastado, medroso, do seio das nossas populações infelicitadas pela corrupção da ignorância.

O jornal destaca a importância do associativismo do magistério como algo que deveria se estender por todo o país. A imprensa aludia que uma agremiação, com aquela natureza, deveria trabalhar em parceria com os poderes públicos na resolução do analfabetismo.

Tal agremiação tratava-se da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), cuja fundação havia ocorrido em 1920. Foi a mais moderada e mais bem-sucedida das organizações docentes criadas na primeira república e teve aproximação com as ideias promovidas pela ABE (GINDIN, 2011).

Em outubro de 1924, Heitor Lyra da Silva convocou para uma reunião, nas dependências da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com 13 intelectuais cariocas. Como resultado desse encontro, surgiu a Associação Brasileira de Educação (ABE).

A força majoritária na ABE era o Departamento do Rio de Janeiro que praticamente se identificava com o conjunto da entidade. A efetiva organização nacional dessa associação só veio ocorrer em 1932. Havia, além de professores, intelectuais de vários naipes, a presença majoritária de engenheiros no quadro associativo, o que explica a introdução, no interior da ABE, de debates sobre a problemática do Taylorismo e fordismo (SAVIANI, 2010).

A ideia original do grupo era criar o “partido do ensino”, mas a associação se firmou como órgão apolítico destinado a reunir todos os interessados da causa da educação, independentemente de doutrinas filosóficas, ou religiosas, ou de posições políticas (SAVIANI, 2010).

Nos quadros de associados, tomaram parte professores interessados na educação nacional. Um exemplo de personalidades que participaram dessa organização foi Fernando de Azevedo⁴⁶, que integrou, em 1922, a Sociedade de Educação de São Paulo, transformada, posteriormente, na secção paulista da ABE. Anísio Teixeira e Lourenço Filho estiveram entre estas importantes figuras da educação (SAVIANI, 2010).

Segundo Gadotti (1997), a partir de 1927, as Conferências Regionais da ABE passam a ocorrer em diversas cidades e com diferentes temas ligados à educação. Mas, somente a Conferência de 1931, definiria mais claramente o rumo que a educação tomaria no país no “Estado Novo” varguista.

A movimentação para organizar o Departamento maranhense da ABE precedeu o “Estado Novo”, embora tivesse sido contemporânea do processo político que levou Vargas ao poder.

⁴⁶ Saviani (2010) destaca que a liderança de Fernando Azevedo na organização do campo educativo, mais que por meio das associações, ocorreu por sua ligação com figuras importantes da política.

No final da década de 1920, registram-se as primeiras mobilizações para criar uma seção da Associação Brasileira de Educação no Maranhão. Tal movimentação expressava a crescente influência desta entidade no Brasil e agregava setores que tinham interesse na questão educacional.

A articulação para criação do Departamento Maranhense da ABE teve apoio do presidente da província à época, Magalhães de Almeida. O representante do estado no III Congresso de Educação de Belo Horizonte, em 1928, foi o deputado Clodomir Cardoso.

As informações trazidas por Cardoso possibilitaram a mobilização de membros do magistério. O Diretor de Instrução Pública, Clarindo Santiago convidou o professorado para primeira reunião que ocorreu nas dependências do Liceu Maranhense. Estavam presentes o próprio Clodomir Cardoso, que presidiu aquele primeiro encontro, Antonio Lopes⁴⁷, que era Diretor de Instrução Pública Municipal; Jerônimo de Viveiros⁴⁸, Nascimento de Moraes, Raimundo Campos, Byron Freitas⁴⁹, Gilberto Costa, Cecílio Lopes, Gilberto Costa, Zoé Cerveira⁵⁰, a única Mulher do grupo; Antonio Bona⁵¹, fiscal de Ensino Federal e Arthur Paraizo, inspetor escolar da instrução primária.

O encaminhamento tirado daquela reunião foi o de instituir uma comissão para organizar o projeto de estatuto pelos quais se regeria o departamento. Foram indicados como componentes da comissão os professores Jerônimo de Viveiros, Raimundo Campo, Arthur Paraizo e Cecílio Lopes, cabendo a este último, a propaganda junto à imprensa.

Em 12 de abril de 1929, a comissão se reuniu novamente em uma sala do Liceu Maranhense sob a presidência do seu promotor, Clarindo Santiago e cuja pauta foi a criação do departamento e da aprovação do estatuto. Após aquela sessão, o próprio diretor de instrução pública fez expedir cartas-convite aos professores e interessados para constituição do congresso de instalação, bem como eleger a primeira diretoria e o conselho diretor.

As inscrições, para sócios cooperadores e mantenedores, foram abertas para o professorado do estado e aos “interessados pelo desenvolvimento da educação e instrução pública”, assim informa o Jornal “*O imparcial*” de 13 de abril de 1929.

⁴⁷ Antônio Lopes participou da organização do Congresso Pedagógico organizado pela Faculdade de Direito em 1920.

⁴⁸ Jerônimo de Viveiros foi membro fundador da Associação Pedagógica Almir Nina.

⁴⁹ Foi militante da Aliança Libertadora Nacional no Maranhão em 1935.

⁵⁰ Neta do Barão de Grajaú, que comandou, no Maranhão, o Partido Liberal que existiu desde o período imperial a primeira república.

⁵¹ Foi Secretário geral da Aliança Libertadora Nacional coordenada pelos comunistas no Maranhão.

A ampla cobertura de todo processo constitutivo da associação dada pelo “*Imparcial*”, demonstra uma linha editorial extremamente favorável ao concurso daquela ação associativa, como explicitado no texto da matéria:

Nada mais oportuno, no momento, que a criação dessa agremiação, sobretudo, quando se acentua essa benéfica tendência das diferentes classe sociais, a se fortalecerem pela união, em associações homogêneas, de carácter beneficente, educativo e protetor. E tanto mais vem a um propósito essa criação de grande actualidade, quanto se nota que entre nós é o professorado a classe única que ainda não procurou reunir em associação adequada a sua finalidade. É de crer, pois, que o Departamento venha inaugurar em nosso meio, uma phase de interesses mais ativa pelos múltiplos problemas que se ligam a educação e à instrução (O *imparcial* de 13 de abril de 1929).

Os professores são identificados como aqueles que não possuíam, até aquele momento, uma associação própria e que ainda não se haviam reunido para tal propósito. O jornal acentuava que o departamento teria um carácter associativo beneficente, educativo e protetor. Isto indica que aquela seção da ABE não havia sido criada com um objetivo que se desprendia do controle político local, mas que era favorável a sua organização.

A mesma comissão convocou uma assembleia de todos os sócios para que estivessem presentes no dia 16 de abril de 1929, nas dependências do Liceu Maranhense. Assim, procedeu-se à eleição da primeira diretoria e o conselho diretor do Departamento da Associação Brasileira de Educação. (O *Imparcial*, 16/4/1929).

Após a posse da diretoria e do respectivo conselho diretor da associação, o governo do Maranhão recebeu um telegrama do Flavio Barreto, então Secretário do Interior de São Paulo. O conteúdo da comunicação era uma solicitação para que fosse enviada uma representação do estado à Conferência Nacional de Educação organizada pela ABE e apoiada por aquele governo (O *Imparcial*, 20/04/1929).

A participação de envio de participantes do Maranhão ao IV Congresso Nacional de Educação não possui registro conhecido, mas infere-se que tenha ido um representante dado o grau de engajamento do grupo fundado nos primeiros anos de funcionamento do Departamento.

O funcionamento administrativo da associação do Departamento maranhense teve como marco a assembleia geral que ocorreu no dia 26 de abril nas dependências da Escola Normal Primária, cuja diretora era a professora Rosa Castro⁵². (O *imparcial*, 25/04 e 26/04/1929.)

⁵² Rosa Castro pertenceu à direção da Associação pedagógica Almir Nina e participou da Conferência Pedagógica de 1920. Foi uma das animadoras das ações do Departamento Maranhense da ABE e também se candidatou a deputada pela União Republicana Maranhense (URM) e Pela Liga Eleitoral Católica (LEC) na constituinte estadual de 1935.

As decisões tomadas pela assembleia dos associados exigiam que se telegrafasse à Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, pedindo a filiação do Departamento, publicassem-se os estatutos e que se providenciasse a criação de seções e delegacias em diferentes localidades do estado do Maranhão.

A assembleia geral deliberou que as conferências pedagógicas, que já vinham sendo realizadas sob o controle da Diretoria de Instrução Pública, passassem a ser realizadas pelo Departamento. A partir daquele momento, seria elaborada a sua orientação, programa e nomes de conferencistas, etc. Nessa ocasião, Arthur Paraizo⁵³ pede a palavra para informar que estava de retorno ao Maranhão o dr. Luiz Viana⁵⁴ e propôs à assembleia que este fosse inscrito como sócio mantenedor do Departamento, sendo essa proposta aceita, por unanimidade, e instituída uma comissão⁵⁵ para recebê-lo. (*O Imparcial*, 01/05/1929).

A conferência pedagógica realizada pelo Departamento maranhense da ABE ocorre no dia 3 de maio de 1929, no Teatro Arthur Azevedo. A escolha do local indica que o evento foi de grande impacto no meio educacional da época. O apoio político do presidente do estado também contou para que tivesse grande repercussão e chamasse atenção do professorado.

Outro fato importante que marca o funcionamento do Departamento maranhense é a visita de um membro da direção da ABE ao Maranhão. Licínio Cardoso chegou em um vapor do Ceará e foi recebido oficialmente por um representante do presidente do estado, por autoridades da instrução pública e pela direção do Departamento local. Compôs sua agenda no Maranhão, visitas a determinados locais da cidade, a estabelecimentos de ensino e participando de um jantar com o próprio presidente do estado. Posteriormente, Licínio Cardoso embarcaria rumo ao Pará (*O imparcial*, 08 de maio de 1929).

No Palácio dos Leões, Licínio Cardoso foi recebido para um jantar com o próprio presidente do estado, Magalhães de Almeida. Estavam presentes naquele evento personagens importantes da superestrutura política e seus representantes no campo educacional maranhense, tais como Desembargador Henrique do Couto, secretário-geral; comandantes Soares Dutra e Antonio Barbosa Moreira Martins, capitães dos portos do Maranhão; dr. Clarindo Santiago, diretor de instrução pública; dr. Luiz Vianna; Antonio Lopes e Antonio Bona; professores

⁵³ Participou da Conferencia Pedagógica de 1920. Nos anos 1930 estava ligado ao integralismo enquanto professor secundarista.

⁵⁴ Participou da Conferencia Pedagógica de 1920 e foi eleito membro da direção da Associação Pedagógica Almir Nina durante a referida conferência.

⁵⁵ A comissão foi composta pelos professores Raymundo Campos, Rosa Castro, Byron Freitas, Arthur Paraizo e Dr. Adail Couto.

Nascimento de Moraes, redator-chefe da Tribuna; Cecílio Lopes⁵⁶, Rosa Castro, Jerônimo Viveiros⁵⁷ e Raimundo Campos; Cap. Xavier de Brito, ajudante de ordens da presidência; Julião Lima, delegado da Feira dos Amores do Rio de Janeiro, dr. Alfredo Benni; Arthur Paraizo, inspetor escolar e João Alfredo de Mendonça, redator-chefe de *O Imparcial*.

A continuidade da programação contou com a exibição de um filme de propaganda educativa exibido, por iniciativa daquele representante da ABE, cujo título era “Santos Dumont, vida e obra”. E ainda participou de um baile oferecido a Miss Maranhão nas dependências do Casino Maranhense (*O Imparcial*, 09/05/1929).

A matéria do jornal “*O Imparcial*” (10/05/1929) comenta que, ao acabarem as férias, tudo indica:

que a ABE vai ter os seus quadros largamente aumentados. Esse é, aliás, preso ao passado da Associação, o pensamento do actual presidente em exercício, professor Mario Brito.

Sem fornecer alguns milhares de sócios não poderá esta capital reivindicar os seus fóros de centralizadora da cultura brasileira. Sem este estímulo da capital do país será por outro lado impossível systematizar nos Estados arregimentação generalizada de todos quanto compreendam que será utopia esperar que os problemas educacionais apenas resolvidos pela atuação dos poderes públicos.

O crescimento do número de associados tanto no Rio de Janeiro, onde ficava a sede, quanto nas demais unidades da Federação, era algo colocado como meta da direção da ABE. Era fundamental que na capital do país o crescimento da associação se materializasse para manter os fóruns centralizados naquela cidade.

A percepção de que a ABE era uma entidade que poderia dar grandes contribuições aos problemas educacionais e fornecer respostas a questões para as quais os poderes públicos não tinham soluções elencadas, foi apontada como uma das qualidades daquela associação.

O ano de fundação do Departamento maranhense da ABE foi o ápice de suas atividades durante o período que existiu. A imprensa maranhense comenta esta passagem de Licínio Cardoso como algo contributivo para o debate educacional no estado.

Durante a passagem desse diretor da ABE pelo Maranhão, o prefeito Jayme Tavares autorizou o inspetor de ensino municipal a convidar, sob expensas da capital maranhense, o professor Licínio Cardoso para fazer uma conferência aos professores de São Luís.

⁵⁶ Ligado ao Partido Republicano e de oposição a Magalhães de Almeida após os desdobramentos políticos do pós 1930.

⁵⁷ Pertenceu a uma tradicional família da aristocracia alcantareense e grande produtora de algodão no apogeu econômico do Maranhão.

As declarações na imprensa local, acerca do Departamento maranhense e da própria ABE, eram eivadas daquilo que a literatura educacional denominou de “entusiasmos pela educação e otimismo pedagógico”. Entendia-se que estas instituições ocupariam grande destaque no cenário local e nacional no campo educacional.

Os desdobramentos políticos da “revolução de 1930” no Maranhão podem ter sido definidoras para a continuidade do funcionamento do Departamento maranhense da ABE, uma vez que membros importantes dessa organização tinham comprometimento com o poder local. Este processo mudou a situação política no estado ao retirar do poder o grupo liderado pelo presidente Magalhães de Almeida, do Partido Social Democrata Maranhense (PSDM), que mantinha ligações locais com Ação Integralista Brasileira (AIB).

Muitos membros do Departamento maranhense da ABE assumiram no pós-1930 posições políticas distintas, o que pode ter afetado, severamente, a continuidade do funcionamento daquela entidade associativa e decretado, inclusive, a sua extinção. A bibliografia existente permite interpretar que figuras, como Rosa Castro, (União Republicana Maranhense, URM), estavam ligadas à oposição dos governistas apeados do poder local; Pedro Bona e Byron Freitas seguiam com a Aliança Nacional Libertadora; Clodomir Cardoso, que foi um dos animadores da organização do departamento local da ABE, estava na URM, juntamente com Arthur Paraizo (AIB).

Caldeira (1999) informa que as mulheres tinham representação significativa entre os integralistas maranhenses. A ala feminina foi liderada pela professora secundária Lilah Lisboa de Araújo. O autor não chega a identificar algum controle da AIB nos meios associativistas do magistério no Maranhão, mas aponta que havia elementos do professorado que se filiaram a esta linha partidária.

O Maranhão, entre os anos 1930 a 1935, trocou de comando pelo menos dez vezes. Isto leva a crer que os tencionamentos, naquele período, foram fatais para o Departamento maranhense que existia, com muitas vinculações políticas e governamentais, tanto na órbita estadual quanto municipal. Um dos fatores responsáveis para a extinção do Departamento se origina do desalojamento dos setores políticos dominantes que davam sustentação ao seu funcionamento e que tinham influência no professorado.

O trabalho de Rodrigues (1993, p. 120) ajuda a compreender os elementos estruturais do contexto político e educacional no Maranhão, ao informar o seguinte:

O regime implantado, em 1937, veio efetivar uma política educacional delineada de “movimento revolucionário”, ocorrido em trinta. Vargas, desde esse tempo, como chefe do Governo Provisório, pretendia utilizar a educação como um dos mecanismos a serviço da unificação do país. Para tanto, durante a IV Conferência Nacional de

Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em dezembro de 1931, solicitou aos congressistas que colaborassem com seu governo na definição de uma política educacional uniforme em todo o território nacional. Todavia, isso só foi possível com o golpe de 1937, quando foi elaborado o Plano Nacional de Educação. Este plano tinha o objetivo de servir de base ao funcionamento de instituições escolares e extraescolares, públicas e particulares em todo o país.

O projeto varguista no âmbito da educação mantinha uma estratégia de influenciar na orientação das entidades associativas e sindicais para consecução dos objetivos proclamados no “Estado Novo”.

A ABE ocupava um papel importante enquanto entidade de referência aos trabalhadores docentes. Detinha um espaço na sociedade que o projeto varguista tentava cooptar para as ideias de construção de um “Estado Nacional”, visto que era observado, nesta associação, um mecanismo de legitimação a sua política educacional (SAVIANI, 2010).

Entrava em cena, pela influência do campo educacional, uma entidade do setor privado de caráter confessional e se organizava para disputar espaço entre o professorado. Criada em 1933, como antítese da ABE, a Confederação Católica Brasileira de Educação aglutinou, em sua base, 40 Associações de Professores Católicos (APC) em vários estados do Brasil. O surgimento dessa organização constituiu a contraposição às ideias escolanovistas que ganharam força no interior da ABE⁵⁸ (SAVIANI, 2010).

No Maranhão, a disputa escolanovista versus católicos não foi travada como ocorreu em outros lugares do país. A absorção de ambas as concepções nas orientações dos sócios do Departamento indica que outros fatores foram causadores do desaparecimento da ABE no Maranhão. O processo político desencadeado com a revolução de 1930 no estado é a chave explicativa que mais se aproxima para o término das atividades dessa associação maranhense.

O espaço político decorrente, com a retirada do comando das oligarquias do poder, permitiu também o surgimento de uma outra organização associativa do magistério nos anos de 1931: a Associação de Professores Normalistas, cujo comando foi exercido somente por mulheres.

4.5. Associação de Professores Normalistas do Maranhão

Surge, no Maranhão, o Departamento maranhense da ABE, outra entidade não mais vinculada ao escopo nacional. A “Revolução de 1930” produziu mudanças políticas

⁵⁸ A concepção da escola nova foi lançada com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932. Os católicos, em reação, fundaram a Confederação Católica Brasileira para disputar a influência do campo educacional e se contrapõem as teses escolanovistas.

importantes ao apagar do poder as oligarquias locais. Isto afetou a organização do Departamento da ABE no Maranhão, uma vez que membros e apoiadores importantes estavam ligados ao governo deposto naquele processo.

As interventórias que ocorreram no Maranhão desnudaram o espectro político da composição do professorado que circundava o Departamento maranhense⁵⁹. Havia aqueles que apareceram, posteriormente, ligados ao integralismo, à Vanguarda Antifascistas (VAF) e a outras tendências que representavam as oligarquias políticas locais. Com as interventórias implementadas, no período varguista, no comando do Maranhão, a representação da ABE se dissolve com o desalojamento do poder dos seus patrocinadores políticos, a partir do levante militar de 1930.

Os grupos oligárquicos ficaram fora do exercício direto da máquina estatal maranhense e seus representantes no professorado não tinham mais o apoio de que antes gozavam e que possibilitaram as ações daquele Departamento. As notas jornalísticas que ressaltavam as atividades da ABE deixaram de ser publicadas na imprensa, o que reforça esta conclusão.

O professorado normalista buscou uma alternativa organizativa em uma associação própria, sem ligações com a ABE. Em 29 de abril de 1931, foi fundada a “Associação de Professores Normalistas do Maranhão”. Esta possuía em seus estatutos uma definição clara voltada à proteção de classe daqueles que atuavam no ensino primário no estado (*Diário oficial de São Luiz*, 20/05/1931).

O contexto em que eclode esta a organização associativa docente no Maranhão, focada no normalismo, tinha como centro de formação desse professorado a Escola Normal vinculada ao Liceu e à Escola Normal Primária dirigida pela Professora Rosa Castro, que já havia participado de duas entidades associativas no campo da docência.

Ainda nos anos 1930, a Escola Normal Primária formou um grande contingente de normalistas. Neste evento de conclusão de curso, estavam presentes associativistas como Luiz Vianna, Byron de Freitas e a própria Rosa Castro. O paraninfo dos normalistas foi o escolanovista Luiz Rego, que já denunciava, em um pequeno livro intitulado “*Questões de educação: contribuições aos problemas educacionais maranhenses*”, o baixo salário percebido às professoras primárias do município e do estado em comparação com outras capitais do Nordeste e Centro-Oeste. A oradora desta turma foi a normalista Elza Trindade Guterres que,

⁵⁹ Os professores que apareceram no pós 1930 como representantes de tendências políticas que se expressaram antagônicas foram. Nascimento de Moraes (Ação Integralista Brasileira, AIB), Rosa Castro (União Republicana Maranhense (URM) e Liga Eleitoral Católica (LEC), Byron de Freitas e Pedro Bona (Aliança Nacional Libertadora (ALN)

em companhia do professor Luiz Rego, representou o Maranhão no VI congresso da ABE, em 13 de janeiro em 1934.

O estatuto de 1931 da Associação de Professores Normalista Maranhense possibilita informar à base que a entidade representava durante sua existência:

Art. 2. Consideram-se membros da Associação todos os diplomados pela antiga Escola Normal e pelo curso profissional do Liceu Maranhense, Escola Normal Primária, Colégio Santa Tereza, Escola Normal de Caxias e outros institutos de ensino secundário, oficiais ou equiparados, que venham fundar dentro do estado.

(Diário oficial, 20/05/1931, p. 8)

Os diplomados destas instituições normalistas e do ensino secundário eram os alvos de representação da associação. Os próprios professores desses estabelecimentos de ensino já tinham vivido momentos associativos anteriores. Tanto no Liceu quanto na Escola Normal Primária havia professores que já tinham sido membros de associações congêneres, anteriormente, o que pode ter contribuído para a organização desta entidade.

O advento dessa associação evidencia a busca por cobrir um vácuo deixado tanto pela Associação Pedagógica Almir Nina quanto pelo Departamento Maranhense da ABE. Preencher este espaço organizativo do professorado no Maranhão demonstra que esta ideia nunca cessou de estar presente pelo magistério.

Compuseram a primeira diretoria da Associação de professores Normalista do Maranhão Alzira P. de A. Ribeiro, Virginia A. Machado, Zila Paes, Aurina V. Borges, Maria das N. dos Santos Monteiro, Mariana G. Cotrim e Antonia Santiago Val. A professora Zila Pais já havia sido diretora da Associação Pedagógica Almir Nina na reorganização ocorrida no Congresso Pedagógico de 1920.

Assim como o Departamento maranhense da ABE tinha compromisso com as ideias escolanovistas, a Associação de professores Normalista encampa localmente estas concepções nos seus estatutos, o que demonstra uma ligação ideológica como o movimento associativo precedente:

Art. 11. São deveres do sócio inscriptos:

h) Pleitear a uniformização do material escolar em todos os estabelecimentos de ensino primário, público e particulares, como condição de êxito da escola activa.

(Diário oficial, 20/05/1931, p. 8)

As concepções escolanovista estavam presentes na menção estatutária do “êxito da escola activa”. Isto revela a proximidade desta entidade com os elementos do professorado que viam nas ideias pedagógicas da ABE um importante modelo educacional, e que não deixou de ser defendida naquela associação que passou a substituir as anteriores. Tal fato pode ser explicado pela influência que exerceram as ideias de Luiz Rego e de Rosa Castro sobre este professorado, por exemplo.

Os registros apontam que o período de funcionamento da associação ocorreu entre 1931 a 1938. O Maranhão já estava sobre o regime das interventorias a partir da deposição de Pires Sexto da presidência do estado. A associação funcionou durante recomposição das forças políticas que foram apeadas do poder e da emergência de novas formações partidárias como a AIB e a ALN. A primeira fundou seu núcleo integralista em 1933 e a segunda em 1935. Vários representantes do magistério maranhense que se incorporaram a estas e a outras agremiações partidárias foram importantes expoentes do professorado.

Tanto a AIB quanto a ALN⁶⁰ buscavam atrair os setores médio e popular para suas fileiras. Estavam presentes em sindicatos e associações de trabalhadores, cujo objetivo maior era fortalecer a penetração social e a influência política. Não há registros de Integralista e Aliancistas na Associação de Professores Normalista do Maranhão, e seu estatuto dizia o seguinte sobre a relação política da entidade:

Art. 14. A Associação é alheia a objetivos não determinados nestes estatutos e condena o desperdício de tempo de qualquer parcela de tempo em cogitações de natureza política partidária ou religioso-sectário. (Diário Oficial, 20/05/1931, p. 9)

O estatuto vedava a penetração partidária na associação e demonstrava consonância com o Decreto 19770, de 19 de março de 1931. Esta proibia as propagandas ideológicas ou lançamento de candidaturas estranhas à “natureza e finalidade das associações”. Como pode ser verificado no artigo do estatuto, a associação seguia à risca essa determinação. O enquadramento das entidades associativas e sindicais pelo Ministério do Trabalho definia o seu reconhecimento pelo Estado. Isto corrobora com a ausência de registro de membros da associação de ligados a partidos políticos.

⁶⁰ Segundo Caldeira (1981, p. 252), a opção da classe média do estado pela ALN e AIB “derivou, de certo modo, do seu descontentamento quanto à retomada do controle do aparato estatal pelos grupos dominantes, por que significava o mesmo à continuidade de sua marginalização do jogo político”. E complementa outra informação: “é verdade, todavia, que parcela da pequena burguesia que aderiu à ALN não se engajou nesse movimento apenas por esse motivo, mas também pela discordância com a política econômica do governo central”.

Ao contrário do que ocorreu na experiência do Departamento da ABE, não havia expoentes de tendência que questionassem a política dos interventores no interior da associação. O que se havia eram grupos políticos dos quais participavam professores que também tentavam recuperar a influência interrompida com “Revolução de 1930”.

Durante o período de funcionamento da associação de normalistas, ocorreu um episódio político de grande repercussão, o único *impeachment* de um governador no Maranhão. Nada leva a crer que o professorado e sua organização estivessem tão alheios a esta luta política que estava em curso.

O impedimento do governador Aquiles Lisboa só foi possível quando perdeu a maioria da sua base na assembleia legislativa por acordos políticos não cumpridos. Isto precipitou a indicação por Vargas de sucessivos interventores ao Maranhão até chegar a um nome definitivo através de um processo indireto de eleição para o cargo de governador. O nome de Paulo Ramos foi indicado para assumir a interventoria em 1936 e permaneceu até 1945.

A relação com o poder local era um componente do modelo varguista de controle político das entidades. A colaboração de pessoas ligadas à Associação de Professores Normalista com o governo de Paulo Ramos pode ser identificada através da literatura educacional maranhense.

Em 1938, a diretora da associação, Maria Raimunda Dourado, demonstrava ter um trânsito no governo acerca da pauta da educação física. Chegou a assumir um cargo como orientadora do serviço de educação física na gestão Paulo Ramos. Não seria exagerado inferir que sua liderança no movimento associativo e a sua colaboração pesassem na designação conferida⁶¹.

O controle das entidades associativas e sindicais no período varguista moldou as organizações para o caráter assistencial em detrimento da combatividade que, eventualmente, pudesse ter. O mecanismo de cooptação política se dava através da concessão de subvenções que o governo concedia a diversas entidades educacionais, sociais e de trabalhadores. A caixa de Assistência da Associação de Professores Normalistas do Maranhão recebeu 3:600\$000⁶² de fundos estaduais, cuja finalidade se aplicava ao artigo 1º, inciso “F”, que dizia que a associação poderia dar “a assistência moral e financeira dos seus associados, quando reclamada, e nos casos de conveniência ou necessidade reconhecida pela diretoria”.

⁶¹ Rodrigues (1993) escreve sobre a atuação da professora Maria Raimunda Dourado em duas ocasiões. Tal relato permite inferir sobre a relação política que esta mantinha com o governo da época.

⁶² Lei nº 137 de 23/10/1937. D.O do Estado do Maranhão, 28/10/1937, p. 2.

O recebimento de tal recurso reforçava o papel assistencial da entidade, uma vez que estava provida de recursos governamentais para aplicar em uma das suas finalidades estatutárias em um período em que ainda não havia a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), somente promulgada em 1943.

Em relação ao tamanho da base de Associação de Professores de Normalistas, a tabela 16 permite inferir a característica do que provavelmente seria sua base no tempo em que funcionou. Vale ressaltar, que o período de 1932 a 1945 também possibilita visualizar a base da entidade que foi a sua sucessora, isto é, a Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís.

Tabela 16 - Magistério maranhense de 1932 a 1945						
Ano	Segundo a especialização pedagógica		Segundo a dependência administrativa do ensino			
	Normalista	Não-normalista	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1932	553	638	-	505	203	483
Total	1.191					
1933	423	498	-	498	233	190
Total	921					
1934	478	297	-	553	65	158
Total	776					
1935	439	276	-	414	201	100
Total	715					
1936	426	290	-	346	272	98
Total	716					
1937	467	264	-	381	247	103
Total	731					
1938	501	368		409	381	79
Total	869					
1939	498	506		397	519	88
Total	1004					
1940	555	768	-	405	567	351
Total	1323					
1941	560	687		415	567	265
Total	1247					
1942	444*	631*	-	339	543	193
Total	1220**					
1943	444*	631*		339	558	204
Total	1573***					
1944	439*	595*	-	351	516	167
Total	1523****					
1945	450*	547*	-	536	471	170
Total	1638*****					

* Esta contagem somente considera o ensino primário, uma vez que o IBGE não estratificava nos anos anteriores os professores que atuavam no ensino secundário, profissional e outros ensinos.

**52 professores pertenciam ao ensino fundamental supletivo e 70 ao ensino completar (pré-vocacional e vocacional), perfazendo 132. Os dados do IBGE não especificam a especialização pedagógica e a dependência administrativa que pertenciam este grupo do professorado.

***O IBGE pela primeira vez especifica o número de professores no ensino secundário, um total de 142. Inexiste informação sobre especialização pedagógica e dependência administrativa a qual estiveram vinculados. 201 professores estão vinculados a outros ensinos. Havia ainda 23 que atuavam na educação infantil, 45 no ensino supletivo e 62 no ensino complementar (pré-vocacional e vocacional). Ou seja, 1101 atuam no ensino primário.

****O professorado do ensino primário fundamental conta 1034, 23 da ensino infantil, 42 do supletivo e 50 complementar (pré-vocacional e vocacional), perfazendo um total de 1153. Já o magistério do ensino secundário conta 158 e outros ensinos 212. Inexiste informação sobre especialização pedagógica e dependência administrativa de vinculação que pertenciam.

****O professorado do ensino primário fundamental conta 997, 30 do ensino infantil, 45 do supletivo e 54 complementar (pré-vocacional e vocacional), perfazendo um total de 1128. Já o magistério do ensino secundário conta 167 e outros ensinos 343. Inexiste informação sobre especialização pedagógica e dependência administrativa de vinculação que pertenciam.

Fonte: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/educacao.shtm

A tabela demonstra que entre o período de 1932 a 1936 houve grande redução do professorado primário no Maranhão. Não há registro que informe algum movimento que a

associação implantou para frear a diminuição vertiginosa de professores e que afetava, de sobremaneira, a educação. O magistério só voltou a crescer a partir de 1938 a 1945 gradativamente.

Os professores normalistas estavam em maior número entre 1934 a 1938 e já os não normalistas alcançaram a maioria entre 1939 a 1945. Isto decorre da dificuldade de contar com pessoal com tal formação no interior do estado como também da falta de incentivos, o que levava os mesmos a não optarem por se deslocar para localidades distantes, sendo necessário o estado lançar mão de leigos para ministrar o ensino.

Os registros relativos à Associação de Professores Normalista do Maranhão indicam que esta esteve funcionando até 1939. Não há informações adicionais que indiquem a sua continuidade e, novamente, parece que o associativismo do magistério entra em um vácuo organizativo.

4.6. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular – SINTERP

A partir de 1939, o magistério maranhense ficou sem uma representatividade discente. Os professores normalistas que atuavam nas instituições particulares eram representados pela Associação de Professores Normalistas do Maranhão. O vácuo produzido pelo término das atividades desta entidade permitiu que o professorado constituísse uma nova associação voltada àqueles que trabalhavam em instituições de ensino privado.

Em consonância com o movimento sindical nacional, os trabalhadores do magistério, no ensino particular, no Maranhão, organizaram-se em torno da Associação de Professores Secundários e Primários de São Luís desde 10 de julho de 1945. O ato fundacional contou com a presença do Delegado Regional do Trabalho no Maranhão e do diretor Geral de Instrução Pública. Todo o procedimento estava em conformidade com os ditames do Estado Novo para o reconhecimento de entidades de representação de categoria de trabalhadores.

A organização financeira foi um dos desafios da primeira direção. Ainda não havia o instituto do desconto em folha como é praticado atualmente pelas organizações sindicais. A mensalidade dos associados era recolhida nos próprios estabelecimentos de ensino de São Luís.

A primeira sede foi no Edifício São Luís, na rua Joaquim Távora, que se localizava no Centro da capital maranhense. Essa localidade permitia visibilidade à entidade e também facilitava o deslocamento dos diretores às escolas em que grande parte dos associados trabalhavam. O Colégio São Luís, Ginásio Rosa Castro, Escola Técnica de Comércio do

Maranhão, Escola Técnica do Centro Caixeiral, Ginásio Santa Tereza e Ginásio Teixeira Mendes eram os estabelecimentos de ensino que possuíam sócios, como indica a ata do dia 11 de julho de 1945.

Quatro providências que principiaram as atividades da associação. A primeira foi a prestação de conta dos recolhimentos nas escolas; a segunda providência foi a aquisição de um retrato do educador maranhense Sotero dos Reis; a terceira foi a compra de uma bandeira do Brasil que seria hasteada em dias de festa nacional e, por último, foi dirigida uma comunicação às diversas autoridades educacionais do país publicizando a instalação da entidade. Isso deixava claro que a perspectiva de atuação teria como mote “a vontade de cooperar na solução do magno problema nacional que era o da educação”. E nessa ocasião, a diretoria se dirigiu ao interventor federal, Clodomir Cardoso⁶³ solicitando uma subvenção destinada a manter uma biblioteca especializada, como contribuição para o desenvolvimento do quadro social dos associados (ATA DE 18 DE JULHO DE 1945).

Seguia-se a relação com o poder político local como forma de viabilizar os pleitos da associação, cujo objetivo proclamado era conseguir subsídios para o aperfeiçoamento intelectual dos educadores e atingir uma das finalidades a que se propunha aquela entidade.

Na reunião da diretoria de 27 de outubro de 1945, o presidente traz à pauta, pela primeira vez, a questão da transformação da associação em sindicato. Informou que estava entre as exigências “a aquisição de carteira profissional condição “sine qua” não é possível a nossa legalização”. Todos os diretores ficaram incumbidos de fazer gestões junto aos associados para cumprimentos dos trâmites para conseguir a mudança de *status* (ATA DE 27/10/1945)

A Associação de Professores Secundários e Primários de São Luís mantinha uma estreita comunicação com o Sindicato de professores do Rio de Janeiro. A Associação recebeu uma correspondência daquela entidade consultando a opinião da associação sobre o ato da regularização do magistério particular. Em resposta, a diretoria “sugere que fossem considerados definitivos os registros expedidos até a data da publicação do novo ato, servindo a prova didática para substituir o atestado de dois anos de magistério”. Elaboram ainda um ofício dirigido aos presidentes dos Sindicatos de Professores do Rio de Janeiro e São Paulo, aplaudindo a ideia da organização de um congresso de professores particulares que seria realizado ainda em 1945. Propôs-se que fossem iniciados os trabalhos para federação dos

⁶³ Cardoso foi representante do Maranhão no III Congresso da ABE em 1928 e foi o estimulador da organização do Departamento maranhense da ABE. Foi um político ligado a um dos setores das oligarquias locais.

sindicatos, a fim de ter um legítimo representante da classe junto ao Ministro do Trabalho (ATA, 27/10/1945).

Ao contrário do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal⁶⁴, que teve influencia no associativismo autônomo (de concepção anarquista), de 1926, a Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís não teve, no princípio de suas atividades, elementos anarquistas e trotskistas em sua diretoria, e muito menos um funcionamento à revelia do sindicalismo oficial varguista. Esta é uma das características que identificam esta entidade de professores do ensino particular do Maranhão.

No campo da política salarial, o governo editou uma Portaria ministerial que modificava a fórmula de cálculo da remuneração mínima, que propiciou um aumento salarial de 33% para os professores do ensino secundário da rede privada no ano de 1945 (RÊSES, 2008). Neste período, passou a entrar na mesa de negociação com os estabelecimentos de ensino, a aplicação da Portaria.

A dita “redemocratização” e a política econômica de cunho liberal do pós-guerra favoreceram acordos entre Sindicato dos Professores e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino. Isto tornou possível o primeiro acordo coletivo de trabalho feito pelos professores cariocas (RÊSES, 2008).

No Maranhão, este processo teve um percurso diferente. Embora sintonizado com o que se desenvolveu nos estados do sudeste do país, a preocupação da associação era o cumprimento pelos estabelecimentos de ensino do Decreto-Lei 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Este dispositivo legal determinava que o magistério, em estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, só poderia ser exercido por professores registrados no Departamento Nacional de Educação. A associação se propunha a fazer uma rigorosa fiscalização nos estabelecimentos de ensino de São Luís para que a legislação fosse cumprida (ATA DE 20/05/1946).

Observa-se que nos primeiros anos da associação, a mesma buscava a aplicação da legislação trabalhista implementada pelo governo central e se propunha a ser um elo fiscalizador da aplicação da regulação em consonância com a DRT.

A relação com a elite política local caracteriza todas as entidades que a precederam no campo associativo. O exemplo dessa linha de atuação foi o apoio a um festejo organizado por algumas categorias de trabalhadores a Astolfo Serra, ex-interventor do Maranhão nos anos

⁶⁴ O Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal teve sua carta sindical cassada em 1937. Em 1943 retoma as atividades com a denominação de Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro sob uma junta governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho (RÊSES, 2008).

1930. Isto demonstrou um pouco das relações políticas que se inseria no embrião do sindicalismo docente propriamente dito no Maranhão.

Ao mesmo tempo em que se envolvia com as questões da sua base associativa em São Luís, em setembro de 1946, a associação definiu o nome do professor José Neves Ribeiro como representante a ser enviado para o Congresso Sindical dos Trabalhadores no Rio de Janeiro. O resultado dessa aprovação foi enviado à autoridade competente, ou seja, a DRT (ATAS DE 30 e 31/08/1946).

Como pode ser percebido, a associação seguia os procedimentos de controle das suas atividades junto à Delegacia Regional do Trabalho. Seguia à risca e não ousava ferir estas determinações que regiam os parâmetros de funcionamento de uma entidade de caráter oficial de representação de trabalhadores. Outra razão do seu alinhamento girava em torno do credenciamento para aquisição da carta sindical, que só era outorgada às entidades que não tivessem infringido as normas de funcionamento definida pelo MTCI.

As informações trazidas pelo representante da associação no Congresso, que ocorreu na antiga Capital Federal, foram de intercâmbio de experiência com sindicatos de outros estados. O delegado maranhense também havia participado de uma mesa com diretores de estabelecimentos de ensino particular, o que permitiu a entidade compreender os meandros da prática do processo de negociação que o sindicato carioca já havia adquirido.

O Congresso Sindical Nacional de setembro de 1946 produziu vários resultados, entre eles a formação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Sua existência se deu até 1947, em função do retrocesso das conquistas democráticas promovidas pelo governo Dutra, que cassou o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), suspendeu o funcionamento da CTB e interveio em centenas de sindicatos (RÊSES, 2008).

Diversos sindicatos do país, com exceção de São Paulo, resolveram aderir à proposta de fundação de uma Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino - FITEE⁶⁵ (RÊSES, 2008).

Fundada em 15/10/1955, a FITEE iniciou suas atividades com cinco sindicatos, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Juiz de Fora e Niterói-São Gonçalo (OLIVEIRA & GOMES, 2011).

As atas de 28 de agosto e 11 de novembro de 1948 indicam que o desenrolar do processo de criação da Federação foi aguardado com grande expectativa no Maranhão. Mas somente no segundo semestre de 1957, a discussão para o ingresso do Sindicato foi aberta. Em

⁶⁵ FITEE foi fundada em 1955

dezembro de 1959, foi registrada uma reunião da junta governativa para o envio de um representante da entidade à Federação (DE JESUS, 1996).

O trabalho de Jesus (1996), embora não tenha identificado em qual momento o Sindicato dos Professores Secundário e Primário de São Luís se filiou à FITEE, evidencia que este já mantinha delegado junto àquela Federação nos anos de 1964 e aponta ter havido registro de contribuição financeira em 1965. O representante, junto àquela Federação, era o professor Lourival Castelo Branco, da direção do sindicato (ATAS DE 21/12/1964 e 29/12/1965).

A estreita comunicação com o Sindicato dos Professores Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro era bastante significativa. Um pedido para que a ainda associação se solidarizasse com o Sindicato de Professores de Campinas que estavam em dissídio coletivo, no Ministério do Trabalho, contra os diretores de colégio de sua região, deixa clara esta constatação. Como resposta à solicitação, a associação envia telegramas ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho e o Ministro da Educação apoiando o pleito do Sindicato de Professores em Campinas (ATA DE 30/09/1946).

Na reunião ordinária da diretoria da Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís de 1 de janeiro de 1947, foi exposto aos presentes um memorial pelo delegado do Sindicato dos Estabelecimento de Ensino Secundário do Rio de Janeiro no Maranhão a fim de propor modificação do acordo que fora aprovado em assembleia geral da categoria (ATA DE 01/01/1947).

Embora não se tenham outros registros do papel desse delegado patronal no Maranhão, infere-se que representava os estabelecimentos locais na discussão de Acordos Coletivos de Trabalho já experimentado pelo sindicato de professores e estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro (RÊSES, 2008).

Uma carta do presidente do sindicato do Rio de Janeiro e uma cópia do acordo feito com os proprietários de estabelecimento de ensino do Rio de Janeiro foi utilizada como subsídio para negociação da categoria com sindicato patronal (ATA DE 30/01/1947). Isto demonstra que se buscava reproduzir no Maranhão as melhores condições de acordo com os estabelecimentos de ensino locais a partir dos parâmetros já obtidos na antiga capital federal.

A Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís envia telegrama ao sindicato do Rio de Janeiro e uma circular aos estabelecimentos de ensino da capital maranhense “lembrando a observação pontual” da Portaria 204, de 5 de abril de 1945, expedida pelo Ministério da Educação (ATA DE 26/05/1947). Esta medida governamental fixava

critérios para determinação da remuneração devida aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino.

Em outra comunicação ao sindicato do Rio de Janeiro, a associação pediu informações sobre “as démarches, que estavam sendo processadas para o acordo, que passaria a vigorar no próximo ano letivo, determinando os vencimentos dos professores”. Este telegrama incluía nas negociações as escolas comerciais nos estados onde não houvesse sindicato especial da classe (ATA DE 29/11/1947).

Em 14 de dezembro de 1947, a associação de professores de São Luís recebeu a carta sindical. Foi realizada uma solenidade que ocorreu no salão de festas do Grêmio Recreativo Português, na Praça João Lisboa, e contou com a presença do Arcebispo, do presidente da Casa do Trabalhador, do Delegado Regional do Trabalho e de um representante do governador.

A entrega desse documento foi tratada de forma festiva e com grande pompa e repercutida na imprensa local. O evento contou com apresentação musical de artistas e estudantes de vários colégios secundaristas de várias instituições de ensino. A entidade foi ovacionada por todos os presentes por aquele logro dentro do contexto da época (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 11/09/1947).

A participação do sindicato no movimento nacional de professores se mantinha constante. Dois representantes da entidade assistiram à Convenção dos Sindicatos de Professores do Brasil na antiga Capital Federal. Informaram, na reunião ordinária, a iniciativa relativa à elaboração de um memorial que seria entregue ao Ministro da Educação como peça reivindicava visando à atualização da Portaria 205, de 05 de abril de 1945.

Na reunião da diretoria, realizada no dia 03 de julho de 1958, foi lida uma correspondência do Presidente do Sindicato de professores de São Paulo. Este consultava o Sindicato dos Professores Secundário e Primário de São Luís sobre a possibilidade de aderir a uma greve nacional da categoria contra ação do Ministério da Educação por não pagar uma suplementação devida aos colégios, que complementaria o salário do professor. A decisão foi encaminhada à assembleia geral para discutir a questão. E na mesma oportunidade, seria tratado também da extensão da base territorial do sindicato e a mudança do estatuto. Não há registros dessa assembleia (DE JESUS, 1996).

Evidencia-se que, por vezes, o sindicato foi chamado a assumir pautas nacionais visando ao fortalecimento da categoria a partir de seu envolvimento direto. Infere-se que o controle exercido localmente pelo poder político tenha aplinado o ímpeto grevista e postergado qualquer ação que objetivasse adesão.

A prática política do sindicato de professores de São Luís foi desenvolvida em um contexto no qual as relações de trabalho entre os professores e donos de estabelecimentos de ensino eram mediadas, em princípio, pela presença dos Estados. A direção sindical da época aplicava os trâmites negociais que regiam o sindicalismo oficial tutelado desde a fundação da entidade. O único momento de contestação a alguma medida do governo central foi relativo à atualização da Portaria 204, de 1945.

Em 1946, os parâmetros que o sindicato usava para discutir com os estabelecimentos de ensino eram a aplicação da referida Portaria, ao mesmo tempo em que orientava os professores a pedirem que os alunos efetuassem o pagamento para que as escolas pudessem honrar os direitos trabalhistas dos professores.

Até o fim dos anos de 1960, o sindicato de professores de São Luís baseava-se nos acordos firmados entre os sindicatos de professores e o sindicato de donos de estabelecimento de ensino do Rio de Janeiro. O uso desse parâmetro possibilitava o sindicato avançar nas negociações com os patrões a partir de uma prática já experienciada.

Segundo De Jesus (1996), o primeiro acordo firmado entre sindicato e o representante dos donos de escola remete a uma data do início de 1962. O sindicato aceita uma proposta de reajuste de 40% feita pelo representante patronal⁶⁶ em uma assembleia pouco disputada.

Em 1964, os acordos salariais entre sindicato e proprietários já apareciam como prática recorrente. As negociações tratadas entre a diretoria do sindicato dos professores e os diretores de escola eram homologadas pela Delegacia Regional do Trabalho. A aplicação dos acordos ocorria no ano subsequente. Um exemplo aconteceu em 1964, cujo resultado da negociação concluída somente entraria em vigor a partir de 1 de março de 1965 a 28 de fevereiro de 1966 (ATA DE 21/12/1964).

Ao contrário do que ocorreu em 1965, em 1966 se tentou conseguir um acordo com os patrões na base de 40% do salário-aula. Os proprietários de escolas propunham 25% e o professorado acabou por fechar uma proposta conciliadora, com o seguinte conteúdo:

I – Aceitar os 30% propostos pelos diretores dos colégios. Não aceitando, entretanto, salário-aula inferior [...];

II – Que seja exigida dos diretores a garantia de pagarem o salário-aula com acréscimo de tantos por cento quanto for o aumento que por ventura venham cobrar da anuidade dos alunos em face de futuros aumentos de salário mínimo e de aumentos outros, nos quais se baseiem para elevar anuidades;

III – Que os diretores observem o depósito legal que se refere ao salário do professor, no máximo até o dia 10 do mês subsequente ao vencido;

⁶⁶ Este representante dos donos de escola que conduziu esta negociação foi o prof. Luís Moraes Rego, um grande expoente do escolanovismo no Maranhão.

Embora informe que se deveria aceitar a proposta de 30% dos diretores, quem propôs este percentual como valor conciliador foi um professor na assembleia geral do sindicato. A negociação vinculada ao valor das anuidades dos alunos foi utilizada como dispositivo de reajuste pelo sindicato.

A exigência da observância do número legal de alunos em sala era algo que tinha relação direta com as condições de trabalho no magistério particular. Isto afetava a sanha por margem de lucro maior que os proprietários de escola buscavam obter a partir do labor do professor, enquanto produtor de mais valor.

O impacto que o golpe militar de 1964 produziu no país repercutiu nas entidades sindicais, como informam as vastas análises existentes sobre este momento político do Brasil. Tal contexto também foi sentido, organizativamente, pelo sindicato de professores de São Luís. A última reunião daquele ano ocorreu em 21 de dezembro e só voltou a acontecer novamente atividade da diretoria em 29 de dezembro de 1965, ou seja, quase um ano de inatividade (ATA DE 29/12/1965).

As diretorias eleitas entre os anos de 1968 a 1980 desenvolveram gestões de ordem burocrática. Não houve bandeiras de lutas ou acordos coletivos. Durante esse período, as reuniões trataram da prestação de conta dos exercícios anteriores e do processo eleitoral da entidade.

O sindicato de professores passou por um período de total letargia a partir da gestão que assumiu em 1968. Juntam-se a isso, as constantes mudanças de endereço e a falta de sede própria. Mesmo assim, foram conduzidos processos eleitorais para diretoria, delegados da junta de conciliação, de delegado junto à FITEE, etc.

Em 1971, a entidade foi conduzida por uma junta governativa devido ter inspirado o mandato da diretoria. Esta direção provisória foi eleita na casa do professor Miguel Arcângelo, por falta de uma sede própria.

O processo eleitoral se deu nas dependências do Colégio Rosa Castro em 1971. Um presidente e um secretário foram designados, em portaria, pelo Delegado Regional do Trabalho, para compuserem a mesa scrutadora. Dos 139 associados constantes nos registros, votaram 119. Foi eleita a nova diretoria (ATA DE 18/05/1971).

Durante o processo de retomada de atividades, o Sindicato de Professores do Ensino Secundário e Primário de São Luís (SPESP-SL) continuou a funcionar em sede provisória. A

prática sindical continuava a de eleger representantes para junta de conciliação, aprovação de contas e discussão sobre aumento da mensalidade para manutenção da estrutura funcional do sindicato.

As decisões eram tomadas em quórum muito pequeno, o que denota uma inexpressiva participação da categoria de professores particulares no cotidiano daquela organização. As atas analisadas registram somente atividades administrativas em 1972 e não há registros de reuniões em 1973.

Os mandatos eram de três anos e o processo eleitoral passou a ser regido pela Portaria 3.437 de 20 de dezembro de 1974⁶⁷, que regulamentava as eleições sindicais e demonstrava o controle do estado sobre as organizações de trabalhadores no regime militar naquele período. Em 1974, ocorreu eleição para a direção do sindicato.

As práticas sindicais permitidas dentro do contexto do controle das entidades oficiais são identificadas por Borges (1998, p. 98) da seguinte maneira:

No sindicalismo maranhense dos anos de 70 e começo dos anos 80 ainda prevaleciam as atividades como distribuição de bolsas de estudo, fornecidas pelo Ministério do Trabalho; curso de administração e formação de dirigentes sindicais, ministrado[...] através da Delegacia Regional; emissão de identidade profissional; organização de colônias de férias, prestação de assistência médica e outras atividades de caráter assistencial.

O sindicalismo maranhense oficial era moldado de acordo com os interesses políticos de controle dos trabalhadores. As formações sindicais por instituições oficiais ligadas ao Ministério do Trabalho tinham como objetivo evitar que o caráter combativo emergisse no interior dessas organizações.

O SPESP-SL mantinha estreita relação com a Delegacia Regional do Trabalho. Suas ações não desafiavam os *status quo* do poder político local e a relação de exploração do trabalho pelos proprietários dos estabelecimentos de ensino.

Entre 1968 a 1983, não há documentação sobre acordos coletivos entre sindicato e donos de estabelecimentos de ensino, ou seja, as atas não mencionam que tenham ocorrido negociações nesse sentido. Constata-se que as diretorias eleitas de 1977 a 1980 não apresentaram mudanças significativas na condução da entidade para uma característica de combatividade.

Na primeira metade dos anos de 1980, verifica-se uma quebra de coesão no interior do grupo que dirigia o sindicato desde 1968. A tradicional direção sindical foi caracterizada como

⁶⁷ No inciso I, alínea “e” diz inclusive que os candidatos apresentar atestado de bons antecedentes, fornecido por autoridade policial competente. Esta determinação em pleno regime militar tinha um duplo sentido

pelega e derrotada pela chapa encabeçada pela professora Florilena Aranha nas eleições de 06 de maio de 1983. Nessa gestão, o sindicato teve também a denominação de SINPRO⁶⁸.

Este grupo que emergiu na cena sindical do professorado de São Luís vinha do segmento do magistério universitário e projetos que eram estatais, como TV educativa. Estes elementos introduziram uma nova dinâmica sindical com a chegada de novos contingentes de professores.

A filiação do sindicato à CUT ocorreu em 1983, no segundo mandato de Florilena Aranha. A presença de Waldenê Costa Melo na condição de vice-presidente e militante do Partido dos Trabalhadores (PT) contribuiu decisivamente para entrada do sindicato nesta central (SILVA, 2008).

Marcaram a gestão dessa direção sindical, as tentativas de efetivação de construção de um Acordo Coletivo de Trabalho no âmbito daquela categoria e a reformulação estatutária da entidade. Estas ações buscavam modernizar as práticas sindicais que já se vinham desenvolvendo em outras localidades do país naquele período.

O sindicato continuou integrando a FITEE, mas esta Federação sofreu um racha a partir da disputa entre as direções “pelegas” instituídas pelo regime militar a partir de 1964 e um movimento que se opunha a esta forma de condução. A oposição obtém vitória sobre a situação em 1984, que uma vez derrotada, recorreu à criação de três federações regionais em tempo curtíssimo (OLIVEIRA & GOMES, 2011).

A Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Norte e Nordeste/FETEENE, com sede em Pernambuco, foi uma das entidades federativas que emergiram a partir de um processo de fragmentação oriundo da clivagem de concepções do movimento sindical docente. Já o sindicato de professores do ensino particular de São Luís manteve a posição de continuar na base da FITEE, mas passou a manter relações também com a FETEENE.

Waldenê Melo⁶⁹, ex-dirigente sindical, informa que nos anos 1980, a direção da FETEENE ainda se guiava pela prática sindical moldada dentro das limitações impostas pela ditadura militar. Mas, por outro lado, aponta que havia um grupo ligado à luta sindical de caráter mais orgânico que se incorporou à Confederação Nacional dos Trabalhadores em

⁶⁸ A partir da gestão de Florilena Aranha, a denominação SINPRO passa a ser citada. Era uma denominação relacionada aos sindicatos de professores de estabelecimentos particular.

⁶⁹ Foi vice-presidente do sindicato no segundo mandato de Florilena Aranha e representava o PT, politicamente, nessa categoria de trabalhadores.

Estabelecimento de Ensino-CONTEE. Estes, por sua vez, eram ligados, politicamente, ao PC do B (SILVA, 2008; ENTREVISTA DE WALDENÊ COSTA MELO, 2011)

Em suma, a manifestação que se convencionou chamar de “novo sindicalismo” teve como expressão, no campo docente, a participação de um contingente de professores que não mantinham relações com as práticas sindicais anteriores daquela entidade e que conseguiram modificar a correlação de forças que governava aquela entidade. Outro elemento que agrega mudança sofrida na direção do mais antigo sindicato docente em atividade no Maranhão foi a defecção ocorrida entre membros do antigo grupo dirigente que se organizou em torno da professora Florilena Aranha e, por último, a presença de lideranças que surgiram do movimento estudantil com vinculações com o PT e com a CUT na base do Sinterp. Toda esta combinação de fatores permitiu a guinada para um sindicalismo docente do ensino particular com característica mais combativa no Maranhão.

4.7. A Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal - APEMM

Fundada em 15 de agosto de 1972, a Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal (APEMM) se transformou em Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís-SINDEDUCAÇÃO em 29 de agosto de 2003⁷⁰.

Para compreender o processo de formação desta associação em sindicato, é necessário compreender o contexto social, político-econômico do Maranhão em que surgiu a APEMM. Isto significa também um recuo no tempo.

A APMEP surgiu no momento de luta política intraoligárquica no estado do Maranhão. O Ato Institucional nº 3 (AI 3/1966) produziu o instrumento jurídico que permitia a interferência direta do governo estadual na direção administrativa da capital. Junta-se a isso, a concepção de cooptação e de nomeação a cargos públicos. Os alvos poderiam ser lideranças políticas de vários tipos.

Em 1971, assume a prefeitura de São Luís, por indicação do seu cunhado e governador⁷¹, Haroldo O. Lisboa Tavares. Este prefeito não se destacou por ações no campo educacional, mas de investimentos na infraestrutura urbana.

⁷⁰ Os professores entrevistados foram Leonel Torres e Lindalva Batista entre outros. Leonel entrou no serviço público municipal em 2002, ainda quando o sindicato era a Associação dos Professores do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís – APMEP. Sua participação no movimento sindical começou nos anos de 2004, quando se aproximou da direção da associação. Já Lindalva ingressou na carreira do magistério em 1982. É membro do sindicato desde quando era APEMM e é da atual diretoria. O professora Arimatéa Machado entrou na carreira docente em 1976 e foi presidente da APMEP.

As associações e os sindicatos não estavam fora desse contexto de cooptação pelo poder municipal. A doação da sede da associação pelo prefeito, indicado através do governo estadual, mostra como as bases políticas estavam construídas e como isso interferiu na ainda, APEMM.

A entrevista do professor Leonel Torres (2012) ajuda a explicar o cenário em que se constituiu a associação do professorado municipal de São Luís. Informa que “era um período do toma lá dá cá, do quem mandava era o patrão. Era uma política assistencialista, do empreguismo, de indicação para o governo do estado, indicando nomes para cargos”. Embora o entrevistado não responda diretamente sobre o contexto político, econômico e social, aponta traços do *modus operandi* do tipo de aproximação existente com o poder político e econômico que circundava a Associação de Professores Municipais do Ensino Público (APMEP) a partir de sua origem.

Desde a criação da APEMM, o caráter associativo assistencial predominou durante várias décadas. A festa dos professores, o gabinete dentário e o auxílio jurídico se constituíram nas principais atividades que a associação desenvolveu para a classe.

Devido à ausência de informação sobre o número de associados em 1972, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia são os únicos parâmetros. Os docentes que atuavam no ensino secundário no Maranhão em 1971, contavam 1.136. As escolas secundárias se concentravam em São Luís e as mulheres correspondiam 77,5% do professorado.

A organização de trabalhadores por meio de associações nos anos de 1970, não só ocorreu no Maranhão como em todo país (BOSCHI, 1987). As diversas categorias de trabalhadores começaram a se rearticular por meio deste tipo de entidade para escapar do controle que o regime autoritário exercia sobre os sindicatos.

Várias entidades incorporam o caráter recreativo e assistencial de forma disfarçada e fora das amarras da legislação sindical do governo militar. Outras entidades enveredaram para o campo assistencial em detrimento de um viés político mais amplo de defesa dos interesses da categoria. O Decreto 19.979 de 1931 era um dos dispositivos de controle das entidades e tinha a função de vedar o caráter de combatividade das organizações de trabalhadores.

A APEMM se constitui dentro dos marcos possíveis no regime militar. Havia um controle político muito forte localmente por parte do estado brasileiro, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Esta vinculação pode ser percebida com a doação da primeira sede, pelo prefeito da capital, quando de sua fundação (ENTREVISTA DE LINDALVA BATISTA, 2012).

⁷¹Assim como o governador Pedro Neiva, Haroldo Tavares havia também ocupado cargo no governo Sarney.

A relação de membros da associação com o poder público municipal se forjava em torno do controle das entidades. Tal perspectiva revela a dificuldade de construção de movimento no professorado que não passasse por determinados níveis de relação com a estrutura política e econômica vigente no Maranhão.

Mesmo identificando a quase inexistente literatura sobre a APEMM, os documentos acessados permitem compreender o contexto de sua organização no âmbito do associativismo que emergiu durante o período de governos repressivos e que tolhiam as liberdades democráticas:

Foi nesse período fértil de indignação que muitas categorias classistas começaram a se rearticular meio que disfarçadamente através de associações de caráter mais beneficentes e recreativos do que propriamente político. Mas era o que dava para fazer dentro daquele cenário tenebroso e arbitrário de instabilidade econômica e de regime autoritário em agosto de 1972 (NOSSA HISTÓRIA, 2012: 1-2).

Nos anos 1970, várias categorias já se colocavam contra a política trabalhista do governo militar e começavam a se articular através de associações beneficentes e recreativas que não exibiam um caráter político. A única forma de assegurar o funcionamento associativo, sem a intervenção direta do regime, era não estar caracterizado como organização sindical, político-partidário de esquerda e ser do tipo recreativo - assistencial.

As associações não eram novidades enquanto entidades de representação de interesses, mas se difundiram como elemento de organização em substituição à representação propriamente sindical. Segundo Boschi (1987: 98), havia entidades que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, com orientações ideológicas, “a partir de sua concepção como organizações que visam à abertura de espaços democráticos através de uma intervenção direta ao nível local”.

Nos anos de 1978, o “novo sindicalismo”⁷² no setor do magistério foi influenciado pela atuação sindical que desafiava os limites impostos pela ditadura. A proibição do direito de greve a servidores públicos pela Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, atingia diretamente os professores, enquanto servidores públicos, e fazia com que se buscassem formas alternativas de encampar a luta dos interesses daquela categoria.

Mesmo após a abertura da ditadura militar, áreas-chave de controle da organização dos trabalhadores foram mantidas. As eleições dos sindicatos precisavam ter a chancela da

⁷² O novo sindicalismo foi um movimento que começou com operariado da região do ABC paulista, a partir dos anos de 1978, como resposta ao “velho” sindicalismo anterior ao golpe militar de 1964. As associações do setor público que encamparam este movimento sofreram uma transição para um caráter sindical e oposição política ao Estado militar instituído.

Delegacia Regional do Trabalho para serem reconhecidas pelo Estado. O caráter ambíguo desta abertura favoreceu ao ímpeto associativo como forma de escapar do controle do Estado (BOSCHI, 1987).

Entre os anos de 1970 a 1980, os sindicatos no Maranhão mantiveram vínculos estreitos com o Estado, via Ministério do Trabalho, com patrões, ou com governantes locais. Em muitas dessas organizações não havia práticas cotidianas e coletivas. A ação do sindicato correspondia, frequentemente, à ação da diretoria na figura do presidente (BORGES, 1998).

Um dos documentos acessados e que remete a história da APEMM traz a informação de que esta surgiu com a “finalidade de representar a categoria dos profissionais do magistério do ensino público municipal, constituída também para fins de estudos, capacitação e formação dos professores e especialistas”. A mesma fonte indica que a instituição nasceu sem fins lucrativos e tinha o “intuito de colaborar com os poderes públicos e demais entidades classistas, no sentido de solidariedade social e subordinação aos interesses nacionais, com prazo de duração indeterminado” (Nossa história, 2012, p. 1-2).

Era comum que as entidades se colocassem aos interesses nacionais, até para que obtivessem a autorização de funcionamento. A concepção engendrada pelo regime militar tinha a finalidade de impedir que sindicatos ou associações não se manifestassem politicamente sobre a exploração do trabalho, as políticas econômicas e sociais. Justificava o governo o controle das entidades para salvaguardar do “perigo os interesses nacionais”.

A concepção de colaboração com o poder público municipal não se distinguia com o atrelamento como poder político. Isto se enquadrava na orientação imposta pelo regime militar para impedir a politização das entidades pela via combativa. O caráter enfrentamento em defesa da categoria era suprimido em prol de uma concepção de assistência que não desafiava a estrutura do poder instituído com a ditadura e também nos governos municipais.

Já Boschi (1987) identifica um outro movimento que indicava a existência de práticas associativas de natureza politizada em várias regiões do Brasil entre os anos de 1970 e 1980. Destaca o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Maranhão como lócus de atividades com esta característica.

A natureza politizada no período elencado por Boschi pode ser atribuída aos elementos característicos encontrados no novo sindicalismo do Maranhão. O Sinterp é o sindicato da educação básica que melhor se enquadra dentro da especificidade que dá o autor. A eleição sindical de 1983, com a vitória da chapa de Florilena Aranha, inaugurou o período de relações político-partidárias ligado ao PT e à CUT dentro daquela entidade.

A APEMM não aparece no hall de entidades que caracterizam tal politização no sentido sugerido por Boschi, uma vez que esta ainda se focava no viés assistencial de ação associativa seguindo as regras do jogo imposto pelo poder político local.

O problema do sindicalismo maranhense não residia somente na falta de mobilização de setores de diversas categorias de trabalhadores, mas na dificuldade de se construir um “novo sindicalismo” onde ainda era pouco o número de lideranças que pudessem romper com as estruturas tradicionais que impediam a politização da base.

A pouca mobilização sindical na capital do Maranhão, que em tese seria o polo mais dinâmico, revela a dificuldade de implantação de um sindicalismo fora dos marcos que predominavam no estado.

A caracterização do controle das entidades associativas e sindicais no Maranhão no período foi feita por Borges (1998, p. 86) e ajuda a compreender como se operava a relação dos sindicatos e associações dentro do contexto político do Maranhão, ao escrever o seguinte:

Como exemplo do tipo de preocupação dos dirigentes sindicais da época, podemos citar um abaixo-assinado, de janeiro de 1978, onde os mais destacados sindicatos maranhenses manifestaram a sua solidariedade à eleição do Gal. Figueiredo para Presidente da República, através do senador Sarney, que foi escolhido por eles como o representante ou porta-voz dos sindicatos diante do futuro governo federal.

O abaixo-assinado em apoio à eleição do General João Batista Figueiredo é a maior evidência do nível de cooptação e controle das entidades sindicais no Maranhão. A indicação do senador Sarney como porta-voz dos representantes sindicais demonstra o grau de manipulação que o poder político local mantinha sobre estas organizações.

O aparelhamento do sindicalismo para cancelar governos militares instituídos em nome dos trabalhadores para prover uma capa de um suposto apoio social da base foi uma das peças-chave para que se tivesse o controle das direções dessas entidades.

Tanto no depoimento do professor Leonel Torres quanto no da professora Lindalva Batista identifica-se que as ligações da APEMM com o poder político emergem como um elemento presente na história dessa organização ao longo do tempo. Seus relatos indicam que os diretores anteriores que estiveram à testa da entidade, mesmo não sendo da mesma classe social dos governantes locais, sofriam influência da política municipal e isto determinava o tipo de atuação dessa entidade no contexto do professorado da capital.

A constituição assistencial da APMEP se voltava ao auxílio jurídico para questões funcionais, atendimento de aposentadoria, questões de progressão, informações sobre direitos da carreira do magistério e assistência médico-odontológica, etc. Esta era uma das principais

atividades durante grande parte do período associativo até tornar-se sindicato. Mesmo após essa transformação, manteve algumas estruturas do período assistencial (ENTREVISTA DE LINDALVA BATISTA, 2012).

A ruptura política com o grupo do ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago (1989-1993), com a gestão da prefeita, Conceição Andrade, (1993-1997) teve impacto nas relações com o poder público municipal e com a APEMM. Tal fato foi um elemento de mudança de postura no forma da condução da entidade.

Dirigia a associação entre os anos de 1993 a 1997, o professor José Arimatea Machado, filiado ao PDT, ou seja, pertencia ao grupo político do ex-prefeito que havia rompido com a prefeita Conceição Andrade. Foi neste período em que houve uma mobilização da entidade para pressionar o governo municipal a cumprir com a política salarial do magistério.

Os professores municipais entram em estado de greve na capital maranhense em 1994. A pauta de reivindicação deles foi o aumento salarial de 64,86% e obtiveram êxito. Relata o Professor Arimateia Machado (2012) que aquele momento de combatividade propiciou o maior ganho percentual obtido por uma categoria de trabalhadores até então e tornou a APEMM uma referência no estado no campo da negociação.

O período de 1994 pode ser interpretado como de interesse político ao levar a entidade a ser combativa, mesmo tendo a limitação de ser uma associação que teve uma tradição desde sua origem de caráter assistencial. Embora estas evidências sejam apontadas, o professor Arimatea Machado as nega peremptoriamente.

No quesito da ascensão das mulheres nessa entidade, identifica-se que a associação, por duas vezes, foi presidida por mulheres como: Marilene Ferraz e Lindalva Batista. Esta última participou da fase associativa e sindical. A análise da ata de transformação da associação em sindicato revela a presença de outras mulheres em cargos importantes em gestões anteriores.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproesema) foi a única entidade que disputou a mesma base de representação da APMEP e reivindicou a representação dos professores públicos da capital do Maranhão. Antes de tornar-se sindicato, a APMEP sentava à mesa de negociações junto com o Sinproesema para discutir as demandas dos professores municipais com a prefeitura de São Luís. Isto acontecia devido à base do sindicato estadual ter grande contingente de filiados e ser sindicato reconhecido pelo Estado. Ainda não havia eclodido, naquela época, o sentido de disputa por espaço sindical da base do professor do município de São Luís do Maranhão.

Os embates entre as duas entidades tornaram-se inevitáveis com o tempo devido à disputa pela influência política da base do magistério municipal, com repercussões políticas e jurídicas que levaram a constituição do sindicato municipal. Isto é corroborado no relato do entrevistado: “a gente provou que eles não conseguiam dar conta de toda a demanda, de todas as necessidades e de todas as pautas diárias históricas de nossa categoria. E aí dando direito a nós criarmos o sindicato” (ENTREVISTA DE LEONEL TORRES, 2012).

O relato de Torres constitui os aspectos que foram alavancados como argumentos demonstradores de uma debilidade que havia naquele momento no sindicato de representação estadual e municipal para manter-se como a única entidade de representação sindical do professorado de São Luís.

Até o ano de 2002, o Sinproesema não entendia a APMEP como entidade de representação sindical. Esta percepção era evidenciada com a pouca capacidade de mobilização do professorado entre 1997 e 2000.

A APMEP foi pressionada a mudar sua natureza assistencial e de certo imobilismo pela base. As pautas econômicas e de condições de trabalho produziram a insatisfação crescente na categoria do magistério municipal. Irrompe um movimento de professores já com bandeiras de luta em 2004. Segundo relato do sindicalista, aquele momento:

Os interesses da categoria estavam indo pelo ralo, conquistas históricas e a tabela de vencimentos estavam nos seus interstícios, ou seja, numa referência a outra. O espaço que tinha um percentual de valor em dinheiro estava sendo desobedecido, ou seja, nivelou-se o vencimento dos professores. Professor que tinha dez anos de magistério estava com o mesmo vencimento de quem possuía cinco anos, e este com o mesmo valor de quem tinha quinze anos.

(ENTREVISTA DE LEONEL TORRES, 2012)

Predominou na luta do professorado a questão da tabela de vencimento e sobre percentual remuneratório que não eram creditados nos salários dos professores. As conquistas históricas incorporadas como direitos não eram cumpridas pela administração municipal, tornando-se, desta forma, bandeira de luta para a ação sindical concreta.

Além das pautas econômicas, havia aquelas relativas às condições de trabalho. O cenário era de salas superlotadas e falta de escolas suficientes. Os anexos⁷³ abrigavam o crescente número de alunos do ensino fundamental da rede municipal. As estruturas precárias e fora das regras estabelecidas pelo MEC criaram uma insatisfação geral. Os professores

⁷³ O poder público municipal aluga salas de estabelecimentos de ensino privados ou até casas para tomarem-se salas de aula de escolas oficiais, os chamados anexos.

entenderam que só poderiam lutar de forma coletiva, o que motivou a transformar a associação em sindicato.

Em relação às iniciativas de resistência e ações proativas, as informações colhidas indicam a realização de greves entre os anos de 2002 a 2010, com exceção do ano de 2011. O sindicato trabalhou na criação do novo Plano de Carreira e Vencimentos (PDCV) e o Estatuto do magistério. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) assessorou a construção do plano de carreira e teve o acompanhamento pessoal do ex-vice-presidente da confederação na época, Milton Canuto.

A aprovação do PDCV ocorrida em 2007 e do estatuto do magistério em 2008 foram vitórias importantes. A transformação do quinquênio em anuênio compõe a relação de ganhos salariais contabilizados como frutos da luta sindical do SINDEDUCAÇÃO.

Ao tornar-se sindicato, a entidade ganhou uma nova conotação. Para Torres (2012), “antes era muito limitado. Hoje, nós temos três mil e duzentos filiados”. O aumento do número de filiação é sinal desse crescimento e da importância que os professores passam a dar a instituição sindical.

A organização do professorado através do sindicato foi fundamental para que a categoria pudesse resistir, de forma mais qualificada, às pressões que ora incidiam sob os seus direitos remuneratórios, ora sobre o exercício de seu labor, com as precárias condições de trabalho.

O ingresso de professores na rede, a partir do concurso de 2002, injetou novas energias à categoria. Trouxe licenciados oriundos do movimento estudantil que possuíam a consciência de que o sindicato seria uma instância de luta e de resistência para prover melhores condições de magistério.

As condições de transformação da APMEP em sindicato foram criadas muito tardiamente em relação às demais entidades investigadas. Esta associação não conseguiu desbaratar-se do processo associativo que deveria ter tido um caráter transitório logo que os servidores públicos adquiram direito de se sindicalizarem.

4.8. Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA

A transição dos anos 1960 para os anos 1970 foi marcada por mudanças estruturais na educação nacional. O regime militar, embalado no “milagre econômico” mantinha claramente a

vinculação entre educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção (FERREIRA JR, 1998).

As condições laborais dos trabalhadores do ensino foram atingidas pela dinâmica autoritária que vedou o debate aberto sobre as condições de subsistência do professorado. O espaço reivindicatório estava enfraquecido e as entidades de trabalhadores que poderiam esboçar alguma contestação estavam, muitas delas, atreladas ao aparato de dominação estatal.

A ideia de associação era latente entre o professorado estadual maranhense desde os anos 1970. Esta se fortaleceu após a participação de professores no Congresso da Confederação de Professores do Brasil (CPB) que ocorreu em Curitiba entre 31/1 a 7/2 de 1976. Informa a professora Isméria que naquela ocasião, um grupo de professores de outros estados incentivou os representantes maranhenses a organizarem uma associação e, assim, representarem o estado diante da Confederação (ISMÉRIA, S/D⁷⁴).

Um grupo de professores do Liceu Maranhense reuniu-se na sala do Centro Cívico desta instituição e resolveu criar a Associação de Professores. Surgiu, então, em 21 de dezembro de 1976, uma entidade de representação do professorado da rede estadual.

O nome definitivo da associação foi uma preocupação, já nas primeiras reuniões, da entidade. Por sugestão de uma professora que também atuava na rede municipal, a nomenclatura ficou Associação de Professores do Estado do Maranhão- APEMA e escolhido em assembleia uma diretoria provisória. A primeira presidente foi a Dra. Antonia Arruda Soares que representou associação em congressos debatendo a política educacional (ISMÉRIA, S/D).

Antônia Arruda Soares tinha formação em enfermagem e atuou no magistério quando não havia rigor na exigência de licenciatura. Sua escolha pelo professorado, segundo a professora Isméria, foi devido ao perfil desta que ajudaria a associação se firmar. Havia aí a necessidade de uma pessoa de respeitabilidade e que pudesse ter livre acesso à classe política e econômica que dominava o governo estadual. Esta professora defendeu tese de doutoramento em sua área de formação, a farmacologia.

Os primeiros anos de existência da APEMA têm entre umas das suas características a aproximação com a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) no apoio a sua estruturação quanta associação docente. Uma visita ao Maranhão pela presidente da CPB, Theresa Noronha

⁷⁴ As informações elencadas são extraídas das análises de um texto de memórias de autoria da professora e ex-sindicalista aposentada Isméria, que também concedeu entrevista a esta pesquisa. O título desta fonte é “Memória e identidade do sindicato dos trabalhadores em educação das redes públicas estadual e municipais do estado do Maranhão- Sinproesemma. Constitui uma raríssima sistematização histórica sobre esta entidade.

de Carvalho⁷⁵, selou a inclusão da entidade no projeto 02/76 ou Projeto de Desenvolvimento das Associações de Professores (PRODESAP) (ATA de 04/05/1976).

O apoio da Confederação ao processo de estruturação da Associação de Professores do Estado do Maranhão representava um passo importante na organização da base associativa sob influência da CPB em pleno regime militar e que passava a ocupar “espaços inéditos para fazer política sindical” (FERREIRA JR, 1998, P. 72).

A APEMA passa, a partir da sua organização, a lutar para conquistar a confiança da categoria e ser reconhecida enquanto entidade defensora da classe dos profissionais do magistério em um período de proibição de entidades civis em defesa dos trabalhadores, em particular do setor público (ISMÉRIA, S/D).

Entre 1973 a 1980, os professores maranhenses eram nomeados interinamente conforme possibilitava a Lei 3.578 de 14/11/1974. Ao mesmo tempo em que se conferia um grande poder de influência do governo local sobre o professorado, havia uma contradição que incomodava o magistério público estadual. Esta legislação trazia insegurança à categoria e produzia uma estagnação na carreira, isto é, não contemplava as aspirações dos professores.

Durante a gestão de Antônia de Arruda Soares à frente da APEMA, a entidade foi convidada a discutir do Estatuto do Magistério:

Convite feito através de memorando do dia 5 de julho de 1979 para comparecer no dia 8 do mês e anos em curso, com a finalidade de discutir o conteúdo do Estatuto do Magistério e fazer levantamento de sugestões com vista à solução do problema de reclassificação dos professores de 2 grau no Estado do Maranhão, visto a Lei n 3.578 não estruturar a carreira funcional do magistério e criava distorções de vencimento entre professores e especialista em educação. Aceito o convite a presidente compareceu acompanhada do professor e Advogado Jose Clodomir Caldas da Silva e Doutor José Bento Neves com o propósito mais de ouvir que opinar. (ISMÉRIA, S/D)

Esta foi a primeira grande ação, dentro dos limites políticos permitidos pela conjuntura repressiva da época, que foi a negociação relativa à carreira do magistério público estadual. Ouvir a associação era somente o levantamento de sugestões e não definidor, o que demonstrava até onde se podia chegar naquela audiência com o governo estadual, uma vez que a própria Lei 3.578/74 era restritiva ao avanço de qualquer estruturação de um plano de carreira.

Na reunião que ocorreu na APEMA, em 21 de 1979, com representantes da Secretaria de Educação e Administração, os professores apresentaram as seguintes sugestões:

⁷⁵ Theresa Noronha de Carvalho era, nesse período, vice-presidente da Confederação Mundial das Organizações de Professores (CMOPE) (FERRERA JR, 1998).

a) não se podia mudar o regime jurídico de nenhum funcionário; b) quem foi nomeado para doze hora/aulas não pode mudar para trinta hora/aulas e c) o estado pode admitir novos funcionários para o novo regime jurídico de trabalho e não modificar o atual (ISMÉRIA, S/D).

Ao não mudar o regime jurídico, a vedação discricionária de alteração da carga horária era algo que a associação entendia como saneador de um processo baseado em nomeações, uma vez que, na época, ainda não existia o estatuto do concurso público. Reivindicava que somente os novos professores contratados seriam atingidos pelo novo regime jurídico e garantia a estabilidade dos já nomeados pelo regime jurídico anterior. Evidencia-se, claramente, que se tentava estabilizar a situação dos que já atuavam no magistério através do regime de contratação da Lei nº 3.578/74.

Este momento marcou a discussão inicial das regras para estruturação da carreira no período dos governos militares no Maranhão. O processo histórico da luta do professorado público estadual veio a ser a aprovação de seu estatuto e que produziu também reflexos internos e externos para a associação.

Após o término do mandato da primeira diretoria, em 12 de julho de 1979, ocorreram novas eleições. A chapa “Renovação” era do grupo da situação na APEMA e a chapa de oposição denominava-se “Abertura” que, no princípio, apoiou a primeira diretoria. A contenda passou por estas duas forças na disputa pelo comando da entidade. A vitória coube ao grupo da “Abertura”, liderado pela professora Iani Viana de Carvalho Leão.

A segunda presidente da APEMA tinha uma visão mais arrojada sobre como tratar os problemas do professorado e do fortalecimento da entidade. Toma como principal meta a criação dos núcleos no interior do estado nas cidades de Rosário, São José de Ribamar, Chapadinha, Codó, Coroatá, Santa Inês, Buriti de Inácia Vaz, Coelho Neto e Colinas.

Ao retomar o comando da direção da entidade em 22 de dezembro de 1979, após uma breve licença, Iani Leão protagoniza três medidas importantes que deram visibilidade sobre ações da entidade frente ao professorado. Uma foi uma entrevista na televisão local em solidariedade ao dia nacional de luta em prol do magistério, outra foi a filiação da APEMA à Confederação de Professores do Brasil e, por último, o apoio ao projeto de Lei do Deputado Alexandre Machado. Ela enviou ofício circular a todos os deputados e senadores informando que a associação corroborava com aquele projeto (ISMÉRIA, S/D).

Em 29 de março de 1980, a entidade teve uma prova de fogo em defesa da categoria. Uma segunda reformulação do Estatuto do Magistério estava prestes a ser aprovada e seu

conteúdo continha artigos que contrariavam o interesse da classe. A interlocução que a associação fazia com a Assembleia Legislativa se dava por meio do Deputado e professor Mario Dias Carneiro.

A Lei nº 4.270 de 16/12/1980 foi aprovada e concedeu uma estrutura à carreira do magistério. Mesmo entre críticos e defensores, o estatuto do magistério possibilitava maior dedicação do perímetro urbano e em ambiente de trabalho insalubre, além de atender uma reivindicação da regulamentação da relação empregatícia do professorado (ISMÉRIA, s/d).

Este estatuto do Magistério assegurava à carreira do professorado no Maranhão a progressão vertical e horizontal, incentivos financeiros, férias, jornada de trabalho e preceitos éticos profissionais. Resolvia também a situação funcional dos professores e especialistas que eram nomeados interinamente pela Lei nº 3.548 de 14/11/1974 (ISMÉRIA, S/D).

Alguns dos incentivos salariais previstos pela Lei somente seriam percebidos após 15 anos de efetivo exercício e, proporcionalmente, no caso de aposentadoria. Estas duas situações representavam o objeto de crítica por parte do professorado, de acordo com o que conta a ex-sindicalista Isméria (2012).

A terceira gestão da APEMA foi exercida pelo professor Antônio Anacleto Ferreira. Esta se caracterizou pela reformulação de seu estatuto, ao aprovar a abertura do quadro social para professores das redes particular e municipal do terceiro grau e fundar novos núcleos em diferentes regiões do estado.

A tentativa de incorporar ao escopo da associação todo professorado, no Maranhão, se caso tivesse consolidado para além da norma estatutária da entidade, absorveria toda a base das associações e sindicatos já criados com a finalidade de atender as diversas categorias do Magistério.

As questões pendentes com a Lei 4.270/1980 foram novamente retomadas naquela gestão. O descontentamento do professorado relativo à progressão horizontal compunha uma das bandeiras de luta e que só veio ser regulamentado pelo Decreto nº 8.214 de 10 de agosto de 1981 (ISMÉRIA, S/D)

A conquista da sede própria foi por muito tempo uma reivindicação antiga dos professores. Em uma reunião com o governador Ivar Saldanha, o presidente, informalmente, pede um local para construção do espaço de funcionamento da APEMA. Este pedido foi prontamente atendido pelo governador, que recomendou que o professor Antônio Anacleto procurasse um local e não colocou restrições onde esta poderia ser instalada. Um casarão

situado à rua Henrique Leal, nº 128, no centro da capital e em situação de precariedade foi o imóvel escolhido.

Um endereço que fosse de fácil acesso aos sócios dos municípios do interior do estado era um dos elementos que fizeram a entidade ser instalada em pleno centro antigo de São Luís. Em 22 de fevereiro de 1983, o governo do estado doa o imóvel à APEMA e o grande desafio da associação também passou a ser a reforma do velho casarão.

A quarta gestão da APEMA foi presidida pelo professor Antônio Marmo Martins Pavão. Na reunião do dia 17 de dezembro de 1983, o presidente firmou junto à diretoria a alteração no organograma da entidade. Foram criados os departamentos financeiro, administrativo, de assistência ao interior, de relações públicas, jurídico, desporto e lazer, pedagógico, cultural, assuntos de associações de classe sindical e por fim, o de promoções. Apresentou óbice parcial à proposta o secretário geral Leônidas José Andrade de Carvalho. (ISMÉRIA, S/D)

Já naquela gestão, a vice-presidente era a professora Lucimar Góes de Sousa que veio presidir a entidade por vários mandatos. Sua gestão marcou as práticas sindicais no interior da entidade até seu afastamento na segunda metade dos anos 1990.

Em 04 de fevereiro de 1984, em uma reunião ampliada da diretoria da associação, o secretário-geral informa sobre sua participação no XVII Congresso Nacional de Professores realizado em Criciúma, Santa Catarina, que havia ocorrido no período de 16 a 21 de janeiro daquele mesmo ano. Expôs à diretoria, naquela ocasião, que havia composto uma chapa que depois sairia vitoriosa e ele seria membro do conselho fiscal da CPB.

Após o relato daquele fato, pelo secretário-geral da sua posição na CPB, houve um processo de crise no interior da associação. Naquela mesma reunião de fevereiro de 1984, o presidente da associação fez uso da palavra para declarar a sua renúncia do mandato e pediu ao secretário-geral que providenciasse sua devolução ao órgão de origem. Este movimento denotava que, internamente, vinha-se gestando uma disputa dentro da diretoria da APEMA.

Passou a conduzir a entidade a então vice-presidente Lucimar Góes. A renúncia do presidente gerou uma série de problemas de ordem interna. Uma delas foi a recriação de departamentos antes rejeitados integralmente pela diretoria e que passaram a ser objeto de proposta pela presidente em exercício. A referida proposição foi aprovada por unanimidade, o que não aconteceu em igual proporção na gestão de Antônio Marmo (ISMÉRIA, S/D).

Em 14 de fevereiro de 1984, ocorreu a terceira reunião de diretoria sem o seu presidente eleito. Estavam presentes a esta atividade o professor José Antenor de Azevedo, presidente da

Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) e a professora Ivonete Fonseca Bengochea, que era membro do conselho de representantes do Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul (CPERS). Os dois dirigentes faziam visita de intercâmbio à APEMA naquele momento.

A visita, em particular, do presidente da APRN rendeu a proposta da realização de um Encontro de Entidades da Região Nordeste e a realização de um curso referente ao método de alfabetização “fruto do Saber”⁷⁶. O intercâmbio dessas entidades com a APEMA decorria da presença no movimento nacional através da CPB.

Com a consolidação de Lucimar Góes frente à APEMA, a sua primeira ação foi de marcar uma audiência com o secretário de administração e de educação do estado para tratar sobre questões salariais e da situação dos professores regidos pela Lei nº 4.277/1981 ou Lei do Cão, como era denominada pelos servidores públicos da época. Isto se devia a fragilidades funcionais que implicavam os professores essa legislação (ISMÉRIA, S/D).

A interinidade Lucimar Góis, tem desfecho final com a renúncia do presidente Antônio Marco em 24 de fevereiro de 1984. Em seu discurso de despedida da direção da entidade, agradece a colaboração dos membros da gestão e transmite oficialmente o cargo à vice-presidente.

Esta reunião decisiva para o rumo da entidade contou com a presença de representantes de núcleos regionais da associação, do presidente da Associação de Professores Estaduais de Pernambuco (APEP) e do vice-presidente da CPB, que usou a palavra em favor da atitude do professor Marmo (ISMÉRIA, S/D).

A partir daí, a direção passou por uma reestruturação e foram convidados diversos associados para trabalhar em um plano de mobilização e organização do magistério através do núcleo nordeste do Instituto de Promoção Social – IPROS. O objetivo do projeto era conseguir ajuda financeira para financiar atividades que pudessem envolver os associados com a entidade. Foi nesse contexto que iniciaram as visitas a todos os municípios para colocar o professorado a par da conjuntura política na associação e apresentar um documento intitulado “manifesto” reivindicando melhorias à classe do magistério que seria encaminhado ao governador Luiz Alves Coelho da Rocha (ISMÉRIA, S/D).

A estreita relação de Lucimar Góes com a base e a Secretaria de Educação fortalecia seu domínio internamente na associação. Ela solicitou a presença da secretária de educação, a

⁷⁶ Não encontramos informações sobre a realização desses dois eventos em São Luís.

professora Leda Maria Chaves Tajra, em uma reunião extraordinária da entidade e rendeu-lhe homenagem com o título de sócia honorária da APEMA. Nessa ocasião, pediu ajuda daquela representante do governo estadual para conclusão da reforma da casa do professor.

As reivindicações de caráter econômico também foram alvo de pedido àquela representante do governo durante a homenagem. A atualização do pagamento dos professores contratados, unificação do calendário de pagamento do professorado da capital e do interior, o enquadramento dos professores da Lei 4.277/80 ao estatuto do magistério, ampliação do curso emergencial para professores não habilitados da capital e do interior sob a responsabilidade da Universidade Estadual do Maranhão, resolução da situação dos administradores escolares no plano estrutural da secretaria de educação, reforma do estatuto do magistério e solicitação de espaço físico para funcionamento dos núcleos, assim como a liberação dos professores eleitos para presidir seus cargos no sindicato faziam parte do conjunto de demandas da APEMA. A resposta imediata do governo foi o provimento dos espaços físicos e a liberação dos responsáveis para dirigir os núcleos (ISMÉRIA, S/D).

A situação administrativa e financeira da entidade mergulhava em instabilidade. O desentendimento político entre alguns diretores e entre a própria presidente produziu uma nova crise interna naquela organização. Lucimar Góes foi acusada de agir de forma centralizadora e determinava quem deveria viajar para congressos para participar de projetos, dentro e fora do estado, e de reter pagamento da associação à CPB.

Esta situação produziu afastamentos de diretores da APEMA. As substituições eram feitas por suplentes ou eleições parciais para os cargos de vacância, o que acabava por dar sobrevida à gestão de Góes. (ISMÉRIA, S/D).

Passando a fase de recomposição da diretoria da associação, ocorreu a retomada de discussão sobre o movimento dos orientadores de aprendizagem do IMTE, TVE e CEMA. Estes profissionais da educação exigiam da direção da APEMA, após quatro meses, uma trégua. Juntava-se ao descontentamento geral o fato de não ter havido nenhum reajuste há algum tempo e o professorado buscava respostas da direção em relação à bandeira de luta como o piso de três salários mínimos da época. Tal nível de pressão levou a diretoria a convocar assembleia e decidir, em 1985, pela primeira grande manifestação reivindicatória dos professores estaduais durante o governo Luiz Rocha. (ISMÉRIA, S/D).

O magistério do setor público estadual realizou passeatas para a assembleia legislativa e para o palácio do governo em sinal de protesto. Muitos professores foram ameaçados de

demissão e alguns chegaram até ter seu nome publicado no Diário Oficial como demitidos. A pressão popular fez com que fossem readmitidos novamente (ISMÉRIA, S/D).

A combatividade da categoria da APEMA veio através da pressão da base sob sua direção, que levou a diretoria a criar ao cenário de efervescência mobilizadora da categoria do magistério público estadual.

4.9. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão - Sinproesemma

A transformação de associação em sindicato caracterizava-se por se uma nova fase da organização dos trabalhadores profissionais da educação tanto estadual quanto nos municípios que compunha a base dessa entidade.

Em relação ao movimento docente, também se identificava que este tivera que imprimir sobre a direção pautas reivindicativas. Estas reivindicações levaram a classe às ruas em protesto por melhores condições salariais e de trabalho.

A APEMA existiu dentro das limitações de ser uma associação, desempenhou um papel que equivalente à ação sindical que corroborava com a análise de Boschi acerca das associações docentes que se constituíram durante o regime militar, cuja legislação implementada proibia que servidores públicos se organizassem sindicalmente.

A associação tornava-se sindicato em 30 de janeiro de 1989 ainda na gestão Lucimar Góes e passava a se denominar Sindicato dos Professores Públicos, Especializados em Educação Pública e Serviços da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão – Sinproesemma.

A mudança de associação para sindicato teve também desdobramentos internos sobre o comando da direção. A nova condição jurídica permitiu que Lucimar Góes tivesse, a partir daquele momento, condições de eleger-se presidente do Sinproesemma e ficar à frente da entidade por 23 anos seguidos.

A ruptura com a estrutura de controle da entidade montada por Góes começou a apresentar exaustão a partir de 1997. A primeira manifestação desse processo foi que esta foi obrigada a se unir e, posteriormente, compartilhar o comando do sindicato com as forças de oposição. Esta aliança tinha o objetivo de retirar do posto a professora Márcia Helena, então presidente do sindicato e ex-aliada de Góes.

A Corrente Sindical Classista, Movimento de Oposição Sindical do Ensino Público (MOSEP), e a própria Lucimar Góes constituíram uma junta provisória cujo objetivo era fazer o processo de transição visando à eleição direta do sindicato.

O MOSEP⁷⁷, ao retirar-se da junta governativa, tentou fundar um novo sindicato, mas não conseguiu ampliar tal proposta para além da capital. Esta iniciativa não logrou êxito enquanto a nova representação do professorado do magistério estadual e municipal entrava em colapso a até se extinguir.

Com base no estatuto do Sinproesemma, Lucimar Góes retorna a direção do sindicato. A configuração da estrutura de poder da direção sindical obrigou que a mesma dividisse o poder com a Corrente Sindical Classista (CSC).

As ações centralizadoras de Lucimar Góes, em fechar convênios para programas de capacitação para titular professores em nível superior, produziram uma dívida ao sindicato de R\$ 1.000.000, 00 (um milhão de reais). Tal situação levou a CSC à ruptura com Góes.

Após diversas ações judiciais que ora afastavam, ora reconduziam a antiga presidente à direção do sindicato, somente foi resolvido o seu afastamento na assembleia que ocorreu em 26 de outubro de 2001.

Nessa etapa política, o Sinproesemma passou a se integrar ao movimento docente nacional. Com sua entrada na CUT, as condições são criadas para a entrada na CNTE e eleva o sindicato a uma nova dinâmica de organização fora da lógica que consumiu boa parte de sua existência.

5.0. O Sindicato dos profissionais do Magistério Público de São Luís - SINDEDUCAÇÃO

A primeira denominação do Sindicato dos profissionais do Magistério Público de São Luís (SINDEDUCAÇÃO/SL) foi de Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís-APMEP. Esta mudança se processou em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sancionada em 20/12/1996, que definiu que os municípios, prioritariamente, passassem a atuar no ensino fundamental.

O SINDEDUCAÇÃO é o mais antigo sindicato de professores da rede pública. Supera em antiguidade o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproesema), que surgiu da Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA e

⁷⁷ Nesse movimento, também se organizaram professores de influência política de cunho trotskista.

cuja fundação ocorreu em 21 de dezembro de 1976. São as duas entidades mencionadas, pelos atores entrevistados, como organizadoras do magistério maranhense na forma associativa⁷⁸.

O problema enfrentado pelo sindicalismo docente municipal, na percepção dos sindicalistas entrevistados e que subsidiam esta pesquisa, está relacionado à mobilização da base para intensificar a luta dos trabalhadores na educação.

Os longos anos de imobilismo podem ser atribuídos à falta de uma cultura de maior participação induzida pelos anos do período ditatorial e também pela falta de atuação de uma entidade que pudesse ser o escoadouro das insatisfações das precárias condições de trabalho e da falta de políticas salariais.

A literatura sobre associativismo e sindicalismo mostra que quando as direções sindicais se desconectam do sentimento do que clama a sua base, produz-se um tipo de situação que, oportunamente, pode ser inflada por um grupo ou grupos de oposição ao comando da entidade e gerar um movimento de reivindicação à revelia da associação ou sindicato.

A grande mobilização na base daquela categoria e a participação de setores críticos a atuação da diretoria fez com a então APMEP buscasse mudar sua natureza associativa e de caráter assistencial. A situação de greve de 2002 fez com que novamente as limitações encontradas na mobilização de 1994 se evidenciassem. Toma força a ideia de criar uma organização sindical municipal. O obstáculo a transpor seria o Sinproesemma.

Embora nas entrevistas colhidas se tenham encontrado algumas críticas ao partidarismo nas relações sindicais no Maranhão, não parece ser este o problema que envolve um maior ou menor grau de combatividade. O que há, efetivamente, é o acirramento entre os grupos políticos pelo controle do movimento sindical, o que e não é algo novo nesse campo.

As ideologias ou os partidos sempre tiveram presentes no movimento associativo e sindical desde quando apareceram as primeiras organizações com tal natureza, e as investigações no Maranhão sobre a emergência associativa e sindical no estado apontam para este caminho também. O que ocorre é uma maior ou menor evidência dessas manifestações no transcurso da existência tanto de associações como de sindicatos.

O SINDEDUCACÃO, atualmente, é um crítico severo à gestão do governo municipal João Castelo no campo das políticas educacionais e de valorização do magistério. A correlação de forças que, até o momento, comanda o movimento sindical municipal e a falta de

⁷⁸ As entidades associativas que contribuíram para o magistério maranhense não foram somente às que os entrevistados mencionaram, até por falta de subsídios. Colocamos entre elas a Associação Pedagógica Almir Nina (1912); Departamento Maranhense da Associação Brasileira de Educação, ABE (1929), Associação de Professores Normalistas do Maranhão (1931) e Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís (1945). Este último é, atualmente, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular do Maranhão (SINTERP-MA).

atendimento às demandas reivindicativas dos professores municipais contribuem para o tencionamento da condição oposicionista do sindicato.

Informa o SINDEDUCAÇÃO que sua base se constitui de cinco mil e quinhentos professores e seu índice de sindicalização é de 58,18%. O marco do crescimento de sindicalizados foi a partir de 2002, quando surgiram as mudanças de *status* de representação a partir da greve que ocorreu naquele período.

O sindicato de professores públicos municipais não compõe a CNTE devido não ser base da CUT. O obstáculo, segundo os sindicalistas entrevistados, é que a confederação só pode filiar a entidades cultistas, mesmo que seja só para cumprir o requisito. Isto tem encontrado resistência na gestão de Lindalva Batista, pois o SINDEDUCAÇÃO está ligado à central União Geral dos Trabalhadores (UGT) e esta é uma dos dirigentes nacionais dessa central.

A emergência da SINDEDUCAÇÃO enquanto representação dos professores municipais na disputa contra o Sinproesema só foi possível no momento em que o caráter associativo assistencial e de auxílio jurídico foram suplantados pela demanda de maior combatividade, bem como o envolvimento nas reivindicações específicas da categoria de forma mais contundente.

O sindicato do magistério da capital do Maranhão não é uma cisão sindical, mas fruto da mudança da natureza assistencial para uma forma combativa. O concurso para o magistério de 2002 injetou novos professores oriundos, em sua maioria, do movimento estudantil universitário das principais universidades públicas do Maranhão.

A cultura de combatividade do movimento estudantil e um caráter associativo assistencialista tenderam a confrontos conceituais sobre a orientação do movimento docente municipal. Venceu a proposição de construir uma representação sindical a partir da associação da categoria dos professores municipais e sair da base do Sinproesemma. Este sindicato já atuava por décadas representando o magistério municipal e tornava-se obstáculo à pretensão da APMEP em se transformar em sindicato.

Atualmente, o sindicalismo docente maranhense se orienta com as pautas nacionais que buscam pressionar os parlamentares e governo federal para aprovar as demandas do movimento docente, tais como vinculação dos 10% do PIB em educação, aplicação do piso nacional dos professores, cumprimento da LDB, as condições de trabalho, plano de carreira entre outras demandas.

PARTE II. – ANÁLISE DOS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO MAGISTÉRIO MARANHENSE E SEU ENGAJAMENTO SINDICAL

CAPITULO 5 – ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL MARANHENSE

Este capítulo trata da análise dos aspectos objetivo e subjetivos da organização sindical maranhense. As dimensões do seu desenvolvimento são abordadas a partir das características que as entidades assumiram ao longo do tempo.

São abordados, a partir dos estudos de instituições educacionais, o papel da Escola Normal e papel do Liceu maranhense no contexto dos elementos objetivos e subjetivos de constituição do associativismo docente.

Apresenta-se uma periodização dos principais fatos que marcaram o processo do associativismo e sindicalismo maranhense, o que permite identificar a ação associativa e sindical dessas entidades do ponto de vista histórico e sociológico.

O desenvolvimento associativo e sindical do magistério maranhense é analisado com base nos pressupostos epistemológicos de sua emergência. Os elementos responsáveis pela fragmentação e conformação do quadro atual da estrutura sindical no estado são observados a partir dos fatores históricos que produziram tal formação.

Os seguintes itens compreendem este capítulo: 5.1. A Escola Normal no Maranhão; 5.1.1. As primeiras escolas normais brasileiras; 5.1.2. O fundador e o primeiro professor da Escola Normal no Maranhão; 5.1.3. Sobre o método Lancaster; 5.1.4. Da Escola Normal ao Instituto de Educação; 5.2. O Liceu Maranhense e seu professorado; O caráter de classe do Liceu e a organização do magistério maranhense; 5.2.4. A contribuição do Liceu para associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão; 5.3. O desenvolvimento associativo e sindical do magistério maranhense; 5.4. Periodização dos principais fatos que marcaram a existência das entidades associativas e sindicais docentes da educação básica no Maranhão; 5.5. A fragmentação e as condições atuais do sindicalismo docente maranhense.

5. 1. A Escola Normal no Maranhão

5.1.1 As primeiras escolas normais brasileiras

Segundo o estudo de Tanuri (1979), as primeiras escolas normais brasileiras foram estabelecidas, por iniciativa das províncias, logo após o Ato Adicional de 12/8/1834. O movimento descentralista conferiu às Assembleias Legislativas províncias, então criadas, entres outras atribuições, o direito de legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos de meios para promovê-las.” Estas, por sua vez, não possuíam jurisdição sobre as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que poderiam ser criados por lei geral.

Os sistemas de províncias criam as escolas normais no Brasil. O Rio de Janeiro, em 1834, cria a sua primeira instituição do gênero e, posteriormente, é seguido por Minas Gerais, em 1840; Bahia, em 1836, mas somente instalada em 1941; São Paulo, em 1846. A lei Provincial nº 76, de 24 de julho de 1838, cria a Escola Normal no Maranhão (TANURI, 1979; CONDURU, 2004).

A preocupação com a formação do magistério brasileiro começa a ter um contorno efetivo a partir da criação de instituições que pudessem formar professores para suprir as demandas do país após sua independência.

O desafio das províncias passa a ser o desenvolvimento no país de escolas normalistas, cujo ensino deveria estar articulado aos métodos já consagrados na Europa e nos Estados Unidos.

5.1.2. O fundador e primeiro professor da escola normal no Maranhão

A independência do país pôs em aberto os desafios que o país precisava enfrentar e a educação foi um destes. O ensino herdado do período colonial não conseguia dar conta da demanda de escolarização daqueles que buscavam a escola e tinham condições de frequentá-la.

O reduzido corpo docente, frente à crescente população escolar, passa a ser preocupação dos governantes locais. A Lei do Império de 15 de outubro de 1827 tornava garantida a instrução primária a todos os cidadãos, embora isto não representasse a massificação. Tal determinação fez com que chegasse esta preocupação ao Maranhão.

Em 1827, o interior maranhense já possuía uma população de 150 mil habitantes e somente 22 preceptores. São Luís possuía somente dois professores para uma população de 3 dezenas de milhares (CONDURÚ, 2004).

A Lei de 15 de outubro de 1927 foi o primeiro documento oficial a cogitar a questão do método de ensinar. Preconizava que nas escolas brasileiras fosse aplicado o ensino mútuo, aplicado na Europa por Lancaster, André Bell e Jacotot (VIVEIROS, 1937)

Ciente do problema da falta de professor e da formação incompleta dos pedagogos que atuavam no Maranhão, o presidente da província do Maranhão, Vicente Tomás Pires de Figueiredo, promulga a Lei nº 76 de 24 de julho de 1838, que transcrita diz o seguinte:

Art. 1º - O presidente da Província fica autorizado a mandar para a França um sujeito de reconhecida e indisputável habilidade, a fim de aprender praticamente o ensino pelo método lancastriano, o qual assim instruído venha reger uma Escola Normal, na Capital da Província.

Art. 2º - Nesta escola Normal, ficam obrigados todos os respectivos professores a instruir, a fim de ensinar pelo mesmo método: - o professor, que menos tempo mostrar-se particularmente perito no referido ensino pelos progressos, que fizerem seus alunos, perceberá mais a quinta parte do seu ordenado.

Art. 3º - O presidente da província arbitrará o subsídio para estada do sujeito enviado pelo tempo da instrução, que não excederá o de dois anos, bem assim uma ajuda de custo para ida e volta, não excedendo esta a seiscentos mil reis, e aquela a quatrocentos mil réis.

Art. 4º - Findos os dois anos o indivíduo enviado a estudar deverá regressar dentro de um ano a esta cidade, onde será obrigado pelo menos a reger a escola Normal por três anos consecutivos com o ordenado que lhe for arbitrado interinamente pelo Presidente da Província: no caso de não voltar no dito tempo, ou não querer reger a dita escola, indenizará à Fazenda Pública das despesas com ele feitas, para o que antes de partir prestará fiança idônea.

Art. 5º - O presidente da Província fará à custa da Fazenda Pública aprontar a casa e mais utensílios precisos para efetuar-se o ensino da Escola Normal.

Art. 6º - Ficam sem vigor as disposições em contrário. – Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer; que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário da província a faça imprimir, publicar e correr. – Palácio do governo do Maranhão, aos vinte e quatro de julho de mil oitocentos e trinta e oito, décimo sétimo da Independência e do Império.

Vicente Tomás de Figueiredo Camargo.

Esta Lei autoriza a província o envio de um jovem à França para aprender o método Lancaster ou mútuo, e que iria ficar dois anos naquele país aprendendo os aspectos pedagógicos para que, ao voltar, empregasse na formação de professores na escola normal.

Com os subsídios arbitrados pelo presidente da província, o sujeito enviado à França manteria seus estudos a expensas da fazenda pública. Teria também o compromisso de reger na escola normal sob pena de ter que devolver os recursos que percebeu durante sua formação.

O artigo 5º da referida Lei deixa claro que a escola normal seria custeada e municada de utensílios para a prática do ensino quando este professor retornasse e cumprisse seu compromisso com a província.

Por iniciativa do governo, foi mandando ao exterior o jovem Felipe Benício de Oliveira Condurú. Este recebe uma ajuda de custo de 600\$000 para ida e 400\$000 para a volta e fica ao arbítrio do presidente da província a mesada (VIVEIROS, 1937).

Condurú chega à França para aprender os princípios teóricos e práticos do sistema lancastriano. Foi encaminhado pelo Cônsul do Brasil para dirigir-se à Escola Normal daquele país e contactar os professores especialistas nesse sistema de ensino. Tal método consistia na utilização dos mais adiantados da classe para que fossem monitores dos demais colegas das turmas sob supervisão de um mestre.

Em decorrência da guerra da Balaiada, o Maranhão enfrentou uma instabilidade financeira e os recursos para manutenção do estudante maranhense passaram a ser irregulares, o que fez com que abreviasse o retorno deste a São Luís. Ao chegar, torna-se o instalador e o primeiro reitor da Escola Normal do Maranhão, a terceira do gênero, cronologicamente, no Brasil.

5.1.3. Sobre o método Lancaster

O quarker Joseph Lancaster nasceu em Londres em 25 de novembro de 1771 e morreu em Nova Iorque em 24 de outubro de 1838. Seu método pedagógico tomou emprestado seu nome. Em 1798, era um simples operário em um bairro de Londres onde abriu uma escola na qual organizou um método mútuo para crianças necessitadas.

Sem ter quem o ajudasse e percebendo que o número de frequência a sua escola aumentava a cada dia, recorreu ao auxílio dos alunos mais expertos para auxiliá-lo. Assim, em 1805, conseguiu ministrar instrução gratuita a mil alunos pobres. Isto o encorajou a fundar uma escola normal. Mesmo constrangido pelo soberano e pelos capitalistas da British and Foreign Society for Education (1808), conseguiu organizar numerosas classes que chegaram atender 30.000 alunos em 1811, como afirma Dom Felipe Condurú (2004).

Com o declínio de suas atividades educacionais começadas em seu país, emigrou para os Estados Unidos em 1816. Os estabelecimentos que haviam sido instituídos sob sua orientação prosperaram. Segue, posteriormente, para a república da Colômbia e lá ficou de 1820 a 1829, período em participa da luta pela reforma da instrução pública naquele país.

Com a morte de Simon Bolívar (1830), seu protetor, renunciou a esperança de organizar o sistema colombiano. Retirou-se para Montreal (Canadá), onde viveu de trabalho manual até sua morte em 1838.

5.1.4. Da Escola Normal no Maranhão ao Instituto de Educação

O Maranhão se destacou entre as primeiras províncias que procuraram efetivar medidas de caráter prático em relação ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo das escolas públicas primárias. A urgência em multiplicar o número de docentes capazes de empregar esforços à prática do magistério eficiente se estruturava como um dos objetivos da Lei nº 76 de 24 de julho de 1838.

O governo da província queria que fosse adotado, em todas as escolas, o método lancastino. A implementação desse método supriria os poucos professores para uma população escolar cada vez mais crescente. Daí a preocupação de criar uma escola normal para suprir esta necessidade, embora não houvesse a pretensão de possibilitar a todas as camadas sociais da província o seu acesso.

Os passos para pôr em funcionamento a Escola Normal efetivamente foram dados somente em 1840. Nos baixos do Convento do Carmo, que abrigava o Liceu Maranhense, uma das salas era reservada para abrigar algumas dezenas de alunos. Ali passava a funcionar, efetivamente, no Maranhão, o terceiro “Curso para Aperfeiçoamento” de professores das primeiras letras no Brasil.

Foram chamados para as aulas da Escola Normal os mestres das escolas primárias da província. Em 1838, o Maranhão contava com 24 professores primários e apenas dois atuavam na capital. Este quantitativo de professores deveria participar daquelas preleções para inteirarem-se do método mútuo.

O curso de aperfeiçoamento para a prática do método não era visto com bons olhos, como denotavam as escusas de professores de Rosário e São João de Cortes, conforme se apura com as investigações de Dom Felipe Condurú (2004).

A Escola Normal ficava sob a dependência administrativa do Liceu Maranhense como uma cadeira, esta era a maneira como as demais eram oferecidas por esta instituição. O diretor do Liceu também acumulava a Diretoria de Instrução Pública Provincial, cujo cargo era ocupado pelo professor de latim Francisco Sotero dos Reis.

Viveiros (1937, p.10) analisa a trajetória da Escola Normal no período em que existiu enquanto curso de aperfeiçoamento da seguinte forma:

Anexa ao Liceu, orientada pelo diretor deste estabelecimento, a Escola teve seu dias de prosperidade, e tanto que por diversas vezes, se pensou em separar os dois institutos. Em 1844 foi o mesmo inspetor do Tesouro autorizado a contratar com Joaquim José Pereira de Burgos a locação de um prédio que este comerciante construía para este fim (ofício de 4 de novembro). Por caducidade foi o contrato rescindido anos depois, já quando a Escola tinha sido convertida em aula de primeiras letras, em virtude da falta de matrícula de alunos-mestres.

Durante o período de prosperidade da escola, as autoridades pensaram em separar Escola Normal da instituição que lhe sediava. Do outro lado, evidencia-se que a falta de alunos foi prejudicial à concretização em prover sede própria à Escola. Tal fator foi fundamental para a não consolidação de uma eventual autonomia de funcionamento e estruturação de corpo docente totalmente dedicado a cursos de aperfeiçoamento.

O conceito de Escola Normal daquela época era diferente do que modernamente se compreende por uma instituição com esta especificidade. Os gestores educacionais entendiam que esta era somente voltada ao que se convencionou chamar de formação continuada daqueles já inseridos no magistério e não da formação inicial de professores normalistas. Daí se explica a redução da procura a partir do momento que tais mestres estivessem aperfeiçoados, o que acabou por ocasionar o recuo dos governantes em prover a Escola com uma sede própria por falta de alunos.

Em 1844, o governo do Maranhão formulou o entendimento de que a Escola Normal tornou-se dispensável. Sua extinção não levou em conta que esta se desenvolveu dentro das limitadas possibilidades com a incumbência da formação do magistério maranhense.

Proclamada a república e vindo a governar o Maranhão, José Tomaz Porciúncula, editou o Decreto nº 21, de 15 de abril de 1890, que refundava a Escola Normal no Maranhão (TRABALHOS DO CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

A Escola Normal foi desmembrada do Liceu pela Lei 207/1898 e nomeado o professor de pedagogia e médico Almir Nina Parga para dirigir aquela instituição (MOTTA, 2011). Seu nome inspirou a organização da primeira entidade associativa de professores de que se tem notícia no Maranhão.

O Decreto nº 194, de 23 de setembro de 1913, criava as categorias de professor normalista, graduado e professor normalista de curso integrado. Eis o que diz o referido documento:

O governador do estado, usando da atribuição que lhe confere o nº 1 do art. 44 da constituição do estado -

Decreta

Art. 1º. O curso da Escola Normal continua a ser de cinco anos, conforme o último programa que se mandou observar nesse instituto.

Art. 2º. Habilitados nas matérias de 3º ano e tendo praticado o ensino, no segundo semestre, pelo menos, desse ano, em um dia da semana, na Escola Modelo Benedito Leite, poderá o aluno requerer ao diretor da Escola Normal que lhe confira o grau de professor normalista, graduado, o que pelo mesmo diretor será logo deferido.

Art. 3º. Ao aluno habilitado em todas as matérias dos cinco anos do curso da Escola Normal, e com a prática de ensino prescrita no art. 17, tit. 1º, do reg. De 27 de junho de 1905, será conferido o grau de professor normalista de curso integrado.

Art. 4º. A habilitação dos alunos, em qualquer matéria do curso da Escola Normal, bem como a dos candidatos ao exame de admissão, será deduzida do grau, nunca inferior a seis, na média anual dos primeiros e das provas de exame dos últimos.

Art. 5º. A colação de grau do professor normalista, tanto de uma como doutra categoria, far-se-á, na mesma ocasião, com as mesmas solenidades do capítulo VII do citado reg., acordado os diplomados na escolha do que produza a competente alocação e na do professor que lhe sirva de paraninfo.

§ Único. Verificadas as hipóteses dos arts. 71 e 80 do dito reg., poderá realizar-se o ato, sem formalidade alguma, lavrando-se, todavia, a ata competente, que será assinada pelo diretor e pelo recém-diplomado.

Art. 6º O professor normalista, graduado, tem direito a ser provido na serventia de qualquer cadeira de ensino primário que não esteja ocupada por outro professor diplomado pela Escola Normal ou vitalício; excedendo, porém, quarenta alunos a média de frequência da sua escola, poderá o governo nomear, para o mesmo instituto, um professor normalista de curso integrado, ficando o professor normalista, graduado, como seu adjunto.

Art. 7º. Requerida a cadeira, simultaneamente, por professor normalista, graduado, e de curso integrado, será dada preferência ao professor desta última categoria.

Art. 8º. O professor normalista, graduado, terá direito ao distintivo do art. 82 do referido reg. e, uma vez provido na regência de qualquer cadeira, só poderá ser da direção da mesma arredado por outro professor, mantendo-se nela, entretanto, na hipótese da parte final do art. 6º deste decreto.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do governo do estado do Maranhão, 23 de setembro de 1913.

Este decreto regularizava a formação e a profissão dos futuros graduados da Escola Normal. O governo atribui aos egressos da instituição toda uma possibilidade de atuação no campo educacional para suprir a carência de que existia no Maranhão.

O professor normalista, ao ser graduado, tinha o direito salvaguardado pelo estado, no provimento de cadeira, de que esta não estaria ocupada por professor diplomado pela Escola Normal ou vitalício. A garantia de emprego, também se explica devido ao pouco contingente de normalistas existentes na capital e em maior escala no interior.

Ao chegarem as primeiras décadas do século XX, a Escola Normal já havia acumulado uma respeitabilidade na sociedade maranhense. Muitos jovens candidatos ao magistério e também ouvintes acabavam por avultar o número de alunos atendidos e que tinham nessa instituição uma referência na escala social e intelectual.

Devido à crise econômica que já se abatia sobre o Maranhão, o poder executivo, sob consonância do congresso, religou novamente a escola Normal ao Liceu maranhense no início de 1914.

No mesmo ano da reunificação, o poder legislativo decide extinguir a Escola Normal por motivo de ordem financeira. O Maranhão, novamente, abdica da capacidade de formar seus quadros para o magistério que supriria a educação estadual com um corpo de professoral que pudesse atender a grande demanda de escolarização existente.

Rodrigues (1993) escreveu que a Escola normal se reorganizou nos anos vinte. Seu corpo docente foi escolhido entre a intelectualidade maranhense. O currículo foi ampliado e “enriquecido” com a inserção de novas disciplinas. As informações e conhecimentos acrescidos buscavam legitimar valores e padrões culturais vinculados à concepção tradicional e conservadora que ainda permeava a sociedade maranhense.

A situação da Escola Normal permaneceu inalterada até o anos 1930 e mudanças de maior vulto só ocorreram durante o governo do interventor Paulo Ramos que, por sua vez, gozava de grande prestígio junto a Vargas.

Luiz Rego assumiu a direção da Escola Normal o escolanovista em 1934 e se tornou um dos principais divulgadores das concepções defendidas pela ABE durante o período varguista no Maranhão.

Com a publicação do Decreto-Lei 186/ 1939, Luiz Rego tornou-se responsável por transformar a Escola Normal em um instituto de educação. São incorporados a nova organização ao curso de aplicação e do Jardim de infância Declory.

O Instituto de Educação do Maranhão era baseado nos moldes do existente no Rio de Janeiro. Esta reformulação dota a Escola Normal de poderes para emitir aos seus egressos um diploma que permitia o seu portador atuar no magistério em todo o território nacional. O professor normalista, enquanto profissional, passou a ter um leque de alternativas ao exercício profissional para além dos limites geográficos de onde obteve a sua formação.

Com a criação de uma nova entidade de formação de professores, o interventor Paulo Ramos antecipa e encerra as atividades da Escola Normal em 1941. A extinção estava prevista para acontecer em 1942. A motivação para este ato seria a concorrência que a Escola fazia ao instituto nos primeiros anos de existência. Tal fato fazia com que o instituto exibisse uma diminuta taxa de matrícula (MELO, 2009).

A edição da Lei Orgânica do Ensino Normal através do Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, reorganizou curricular dessa formação. Foi nesse período que o interventor

federal no Maranhão, Saturnino Belo, baixou também um Decreto-Lei estadual nº 1.462, de 31 de dezembro de 1946, adaptando as novas Leis Orgânicas do ensino primário e normal. Isto acarretou, inevitavelmente, uma reorganização do Instituto de Educação, abrangendo o Curso de Aplicação e a escola Normal.

As alterações locais demonstram uma sintonia com a política nacional voltada ao ensino normal. No Instituto de Educação, estas modificações não promoveram mudanças radicais, uma vez que desde a fundação este já mantinha escolas complementares, curso de aplicação e jardim de infância como parte de sua estrutura de formação.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, também promoveu mudanças no Instituto de Educação do Maranhão. O Decreto estadual nº 3.072, de 01 de julho de 1965 buscava colocar o programa de curso da escola normal dessa instituição suprimindo algumas cadeiras.

Segundo Melo (2009), a Lei nº 5.692/1971 teve o seguinte reflexo na formação de professores:

não só modificou a estrutura dos cursos normais, mas também decretou o fim dos institutos de educação, ficando os Curso de pedagogia responsáveis pela formação dos professores para o Magistério de 1º grau e das disciplinas pedagógica do Curso de magistério em nível de 2º Grau [...]

O fim dos Institutos de Educação em decorrência da Lei nº 5.692/1971 se deu com a profissionalização de todo o ensino médio no país e porque muitas vezes não atingia o objetivo de profissionalizar, por falta de estrutura na parte de ensino prático de tais cursos.

O normalismo se enfraquecia com a transferência da atribuição da formação dos professores aos cursos de pedagogia das instituições de ensino superior e conferia poderes à faculdade para ministrar aulas nos cursos normais a estes licenciados.

Nos anos 1970, o Instituto de Educação do Maranhão tinha ainda um prestígio social das famílias que mantinham seus filhos nessa instituição. Estes setores da classe média viam o magistério enquanto oportunidade de ascensão social.

A escola normal do Instituto de Educação do Maranhão formou uma geração de professores que também tiveram atuação no campo sindical maranhense. As entrevistas com os sindicalistas e ex-sindicalistas indicam a presença de mulheres na direção dos sindicatos, embora muitas delas tivessem já adquirido um diploma de curso superior.

O curso normal conseguiu sobreviver por uma boa parte do século XX, mas não com o *status* que possibilitou organizar sua própria associação e ter, nos anos 1930, representantes ligadas ao normalismo no parlamento.

5.2. O Liceu Maranhense

5.2.1. A origem do Liceu

Abbagnano (2003) escreve que a denominação Liceu tem origem na palavra grega $\Lambda\upsilon\kappa\epsilon\iota\omicron$. Este nome foi dado à escola de Aristóteles e à região de Peripato, em referência ao território em que estava situada, e consagrada a Apolo Licio. O Peripato tratava-se de um bosque em que as pessoas passeavam enquanto refletiam sobre as questões do mundo (RIBEIRO, 2006).

A formação humana voltada para o ensino secundário teve influência das concepções que fundaram o Liceu aristotélico, que se constituiu no espaço em que a nobreza buscava a formação intelectual e a preparação para o exercício da política.

A denominação Liceu também é descrita com originária da palavra francesa “Lycée” e que faz relação a estabelecimento que visa oferecer um ensino secundário de três últimos anos. Este objetivava prover uma formação clássica, estrategicamente, montada para a preparação do ensino superior (RIBEIRO, 2006).

As ideias filosóficas de Rousseau ajudaram a burguesia francesa a compor um sistema educacional, cujo projeto voltava-se para o ensino clássico centrado em uma instituição liceal para a educação baseada na formação literária (Ribeiro, 2006).

Em Portugal, o ensino liceal foi criado em 5 de dezembro de 1836 por Passos Manuel. O primeiro Liceu do país foi aberto em 1839, em Lisboa. Os liceus públicos eram, genericamente, designados "liceus nacionais". As instituições de ensino que ministravam o curso complementar eram designadas de "liceus centrais". Os liceus anexos às escolas normais superiores, para estágio dos professores do ensino liceal, eram chamados "liceus normais".

O Brasil, antes da chegada de D. João VI, contava com uma restrita elite que possuía uma formação intelectual a qual cabia funções diretivas, em contraste com a grande massa não escolarizada. Proveio a ideia de fundar liceus de uma Lei da Assembleia de 7 de agosto de 1832, que convertia o seminário de Olinda em Colégio das artes preparatória do curso jurídico (TRABALHOS DO CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

Os esforços oficiais quanto ao ensino secundário do tipo liceal apareceram a partir dos períodos regenciais de 1831 a 1840. Foi neste período que o Regente Padre Diogo Feijó instituiu um Ato Adicional em 6 de agosto de 1834, cuja preocupação maior era a criação de

um sistema nacional de educação descentralizado e similar ao modelo francês. Passou, no país, a instrução elementar e secundária a ficar a cargo das províncias.

A implementação dos liceus no país se confunde com criação do Imperial Colégio de Pedro II. Este foi inaugurado em 2 de dezembro de 1837, na data de aniversário do imperador-menino. O ato de criação foi oficializado pelo Decreto Regencial de 20 de dezembro daquele ano, e as aulas se iniciaram em março do ano seguinte 1838. Trata-se de uma instituição que foi considerada o Liceu da Corte⁷⁹.

Informa Ribeiro (2006), que os Liceus provinciais, eram em números limitados, bem montados e localizados nas capitais políticas e economicamente mais importantes, acolhendo a “nata” das sociedades locais. Tais instituições tinham como plano de ensino a difusão dos conhecimentos verbalistas e literários, portanto, desconectado da realidade local e das necessidades brasileiras no período imperial.

O acesso ao ensino secundário era limitado, o que dificultava, sobremaneira, a preparação ao ensino superior de quem não pertencia à elite econômica. Além do mais, taxas eram cobradas para frequentar as disciplinas e, por sua vez, dificultavam-se os segmentos de menor poder aquisitivo de frequentar as aulas da instituição. Tratava-se de uma escola pública que não era gratuita.

Assim como no Pedro II, o currículo que predominava era baseado na literatura estrangeira e voltado ao atendimento das famílias ricas, cujo objetivo era preparar os jovens pertencentes às classes sociais dominantes em sua preparação para os estudos superiores ou de formação em bacharéis em letras.

5.2.2. O Liceu Maranhense e seu professorado

Em 24 de julho de 1838, a assembleia da província do Maranhão votou as Leis 76 e 77, cujo objetivo era melhorar a instrução pública no Maranhão. A legislação relativa à criação do Liceu é a de nº 77 sancionada pelo presidente da Província Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo (VIVEIROS, 1937).

A primeira instalação do Liceu foi no pavimento térreo do Convento do Carmo. Lecionavam-se, por essa época, apenas dez disciplinas: Matemática elementar, Geografia, Gramática filosófica (portuguesa), Latim, Retórica, Francês, Inglês, História universal, Comércio, Filosofia racional e moral.

⁷⁹ Detalhes sobre o Colégio Pedro II podem ser melhor verificados nos trabalhos de Ribeiro (2006), Haidar (1972) e na Enciclopédia Livre Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Pedro_II>.

A Lei que instituiu o Liceu maranhense submetia todas as aulas públicas da província à inspeção da Congregação do Liceu e concedia aos estudantes, que concluíssem o curso secundário, o recebimento do grau de bacharel em letras.

Os lentes e o diretor foram nomeados por ofício pelo governo em 31 de agosto e a organização do estatuto em 12 de outubro do ano de 1838, *ad referendum* da Assembleia Legislativa, a qual só veio a aprovar em definitivo em 1841 devido à sanguinária revolução da Balaiada travada nos anos de 1830 e 1840 (VIVEIROS, 1937)

O primeiro diretor do Liceu foi Francisco Sotero do Reis. Este era um destacado dirigente do Partido Conservador e redator do jornal “*A revista*”, filólogo e proprietário da cátedra de latim daquela instituição de ensino. Sequaz dos situacionistas conservadores, entre os quais militavam os cabanos⁸⁰ e, por força do alto cargo desempenhado, um dos seus mais fortes conselheiros e sustentáculo intelectual (CONDURÚ, 2004).

Em 11 de outubro de 1839, o presidente da província autorizou os professores a darem aula em suas casas enquanto não tivessem prontas as obras do Liceu no andar térreo do Convento do Carmo e, no dia 31 do mesmo mês, o diretor foi cientificado de estar no Arsenal autorizado a fornecer-lhe os utensílios requisitados à instituição (VIVEIROS, 1937).

A escola secundária liceal do Maranhão começava suas atividades enfrentando os problemas decorrentes de sua estruturação, uma vez que se tratava de uma experiência nova no campo educacional tanto no restante do Brasil como no Maranhão.

A Congregação do Liceu possuía grande prestígio no governo nos seus primeiros anos de existência. Uma simples reclamação de um professor menos paciente em relação ao atraso de seu ordenado e o próprio presidente da província respondia-lhe prontamente. Viveiros (1937, p. 14) transcreve o conteúdo de um ofício de 8 de outubro de 1840 em que deixa clara tal constatação:

Sr. Diretor do Liceu da Capital.

Tendo-se representando um dos fortes do Liceu sobre a morosidade que experimentou em receber os seus ordenados, pelo fato de ser o pagamento feito individualmente pelo Tesouro Provincial, nesta data expedi ordem ao respectivo inspetor para que satisfaça os ordenados dos empregados desse estabelecimento Provincial e Catedral, cumprindo que V. S mande organizar a folha respectiva e autorize um dos empregados para ir receber ao Tesouro a sua importância total.

⁸⁰ Os Cabanos, no Maranhão, representavam os interesses dos portugueses e eram simpáticos à Coroa Portuguesa.

Como pode ser percebido, o presidente buscava dar solução ao atraso do pagamento do professor e buscar uma solução que não redundasse em conflito. O pagamento atrasado era repassado à custa do Tesouro provincial.

Em novembro de 1843, o presidente Figueira de Melo exonerou Sotero dos Reis do cargo de Diretor de Instrução pública e de Diretor do Liceu. Em 1853, aquele ex-diretor publicou no jornal “*A Revista*” que tal fato decorreu de questões políticas em relação a sua pessoa. Isso evidencia que um cargo daquela importância implicava consonância com o poder dirigente da província.

O corpo docente do Liceu era composto por destacados membros da sociedade local. A Congregação do Liceu tinha em sua composição professores que não eram muito assíduos no comparecimento às aulas. Vários lentes possuíam outras funções públicas ou negócios além do magistério. São exemplos desse período o caso do bacharel Cândido Mendes de Almeida que era promotor público e lente de Geografia, Frederico Magno de Abranches que exercia o cargo de proprietário da cadeira de Filosofia, por residir fora de São Luís, é substituído pelo padre Antônio Costa Duarte; Jansen do Paço, lente de Inglês, que pede licença para tratar dos seus negócios em Portugal (VIVEIROS, 1937; RIBEIRO, 2006).

Esta configuração do professorado do Liceu, naquele momento histórico, não permitia que ali emergisse uma organização associativa que se voltasse a lutar por melhores condições de trabalho para o magistério, haja vista as posições sociais exercidas pelos seus lentes não se coadunavam na busca tal perspectiva questionadora da ordem.

Em 1882, o presidente da província informa à Assembleia Legislativa sobre as precárias condições de funcionamento do Liceu nos baixos do Convento do Carmo e havia a necessidade de criação de novas cadeiras para ampliar o número de cursos preparatórios exigidos para matrículas nos cursos superiores do Império em virtude do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1870.

Segundo Fernandes (2003), o ano de 1886 marcou um período de decadência do Liceu maranhense, uma vez que o Decreto imperial estabelecia as mesas próprias para o ingresso de alunos nos cursos superiores. Os exames finais para admissão nas academias deixavam de ser primazia das instituições secundárias.

A criação de novas cadeiras para atender a determinação da legislação do império era tida pelo Conselheiro Bandeira de Melo, em pronunciamento na Assembleia legislativa da província, em 13 de março de 1886, como um fator que torna impossível o aumento do ordenado dos professores. Dizia, inclusive, que somente as más condições econômicas do

Maranhão poderiam explicar a facilidade com que se preenchem os lugares que vagam no magistério.

Interpreta-se que já naquele período as questões salariais já atingiam a profissão docente e a consequente ameaça do desprestígio da posição que gozavam, socialmente, em virtude do ofício. Esta situação era atribuída à decadência econômica da província.

Mesmo com o aviltamento salarial do professorado, não há registro que este tenha tentado se organizar em uma entidade associativa de defesa mútua para questionar a deterioração da condição da reposição da sua força de trabalho intelectual.

A educação maranhense chega ao ano de 1888 com o Liceu sendo a única escola secundária, o que demonstra o pouco interesse das elites em difundir o ensino secundário. Estes dispunham de condições financeiras para patrocinar os estudos dos filhos em centros mais desenvolvidos do país e do exterior. Isto explica a pouca preocupação em primar por um processo de expansão da oferta (ANDRADE, 1984).

O Liceu Maranhense, por exigência da Lei nº 56, de 15 de março de 1893, equiparou o seu plano de estudo ao do Ginásio Nacional⁸¹ e estabelecia a faculdade de expedir diplomas de bacharéis em ciências e Letras aos que houvesse concluído o respectivo curso fundamental.

Fernandes (2003) informa que o programa do Ginásio Nacional institui os cursos de 7 anos e, conseqüentemente, criava cadeiras adicionais que não existiam no plano de estudo anterior do Liceu Maranhense.

Esta instituição passa por reformas em 1899 e novas disciplinas são estabelecidas. Daí o aumento para 17 professores para fazer face às exigências da Lei 266, de abril daquele mesmo ano.

Havia, anexo ao Liceu, o curso de Comércio. Os professores tanto do curso liceal quanto do curso de Comércio eram de livre nomeação e podiam ser demitidos *ad nutum*⁸² pelo governante se assim entendesse (FERNANDES, 2003). Daí infere-se que o professorado para ser contratado deveria esboçar um certo alinhamento ao poder político local para manter seu emprego.

Em 1890, foi criada a Escola-Modelo e foi separada, em decorrência disso, a Escola Normal do Liceu. O professorado voltado à formação normalista deixava de dividir as

⁸¹ A república através do Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890, de autoria de Benjamim Constant Botelho de Guimarães, altera o nome do Colégio Pedro II para Ginásio Nacional e na presidência de Nilo Peçanha, novamente foi restaurado a sua nomenclatura original.

⁸² Corresponde a uma decisão que pode ser tomada pela autoridade competente, por seu simples arbítrio, sem necessidade de maiores formalidades administrativas.

instalações de ensino secundário para desenvolver suas atividades em uma instituição com finalidade própria de uma escola normal.

Uma revolta de alunos, em decorrência de um desentendimento com um funcionário, fez produzir uma rebelião estudantil. Tal fato foi levado à diretoria que determinou pena severa ao estudante. Diante disso, o presidente do estado determinou fechamento da instituição enquanto a ordem não fosse estabelecida no ano de 1911.

A suspensão das atividades de ensino se deveu à manifestação estudantil ter extrapolado as dependências da instituição e ter ganhado as ruas de São Luís. As autoridades governamentais tentaram fazer com que a situação se acalmasse.

O vulto que tomou a revolta estudantil revela já estar inserido no interior daquela instituição o germe do questionamento da ordem, uma vez que os estudantes protestaram firmemente contra a ação disciplinar daquela instituição liceal. Dirigia aquela instituição o publicista e analista político maranhense, professor Antônio Lobo.

Entre 1914 a 1917, o programa do Liceu foi novamente reformulado para atender a reequiparação ao Colégio Pedro II. A carta-patente de 9 de março de 1917 outorgou-lhe tal condição (TRABALHO DO CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

A exiguidade dos vencimentos do magistério e a escassez de professores preparados fizeram com que o governo lançasse mão de converter as cadeiras em aulas mistas para que o ensino não fosse de todo paralisado em consequência desse problema.

Tornar-se professor do Liceu, desde o período em que foi criado, até os anos 1970, era pertencer à elite pedagógica maranhense. Decorre daí a distinção de sua imagem social, bem como o fato de ser uma das poucas escolas de ensino secundário públicas no estado do Maranhão até então.

O professorado do Liceu chega ao século XX ainda eivado da aura de tradicionalidade que essa instituição exibia, mas já em condições inferiores de tempo passado. As principais iniciativas associativas que surgiram no Maranhão sempre convergiam para esse estabelecimento público de ensino a partir participação pró-ativa do magistério que ali se concentrava.

5.2.3. O caráter de classe do Liceu e a organização do magistério maranhense.

O Liceu maranhense, desde a sua criação, teve um nítido caráter de classe. Seu objetivo era prover escolarização preparatória para o ingresso nos cursos superiores e formar bacharéis em letras.

A pouca preocupação com a educação da província, aliada à situação de uma massa desprovida de recurso para pagar as cadeiras do ensino liceal, confirmava o cenário de exclusão educacional. O próprio corpo docente era oriundo do estrato social a quem se destinava a escolarização secundária de caráter excludente.

Para Ribeiro (2006), esta instituição tinha como função fundamental atender prioritariamente:

as necessidade das classe enriquecidas com o comércio do açúcar e do algodão . Para tanto a adoção de um currículo, com foco nas humanidades, foi fundamental para ordenar, classificar, excluir e certificar um alunado organizado para este fim e conduzido na melhor tradição senhorial, legalmente capaz de frequentar com destaque a meritocracia imperial, reafirmando, assim, a importância dos intelectuais nos diferentes quadros da nobreza.

Na “melhor tradição senhorial” e da “meritocracia imperial” foi o Liceu o símbolo institucionalizado de reprodução do esquema do domínio político e econômico construído por séculos. A importância dos quadros intelectuais ligando ao senhoril era essencial para manter os valores das elites. A Congregação Liceu era composta por renomados representantes da elite intelectual responsável por chancelar a obtenção dos títulos outorgados dessa instituição.

A manutenção da ordem se fazia equipando, intelectualmente, os jovens filhos das classes enriquecidas com títulos auferidos a partir de uma meritocracia que privilegiava um seleto grupo de escolarizados com diplomas de curso superior ou de bacharel, que somente era possível a quem tivesse estudado no Liceu.

Os anos que se seguiram não produziram grandes alterações acerca do acesso à educação secundária liceal. As constantes reformulações curriculares buscavam se adequar ao Colégio Pedro II, referência na educação secundária nacional nobiliárquica instalado na Corte. Daí a busca das elites maranhenses em manter a instituição liceal no nível que pudesse reproduzir a manutenção do *status quo* e da diferenciação intelectual em relação à massa analfabeta que existia no Maranhão.

Já no século XX, o Liceu conseguiu manter sua primazia em detrimento da exiguidade da educação secundária. As sucessivas crises econômicas no estado afetaram, de sobremaneira,

o financiamento da educação. A opção de fechamento da escola normal, como queriam alguns representantes das elites para amenizar a crise das finanças públicas, nem de longe, era mencionada em relação aos Liceus. Isto demonstra bem o papel que o Liceu desempenhava na hierarquia educacional maranhense.

Caldeira (1990) escreve que nos anos 1930, o Liceu refletia as tendências políticas que se organizavam no Maranhão. Nos quadros docentes e discentes existiam membros de Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Esta última mantinha um núcleo político bem organizado na instituição.

Com a edição do Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, as atividades da Aliança Nacional Libertadora são suspensas por seis meses enquanto se processava o cancelamento de seu registro partidário. A chefatura de polícia do estado do Maranhão empreende ações para encerrar o funcionamento da ALN maranhense.

Manifestações contrárias ao fechamento se seguiram em São Luís e no dia 17 de julho daquele ano, estudantes do Liceu maranhense se somaram aos estudantes da Faculdade de Direito organizando ato de protesto contra o referido Decreto, tendo o ato sido desmobilizado pela polícia (CALDEIRA, 1990).

Registra-se aí, o segundo protesto público por parte dos estudantes e professores daquela organização, o que marca o engajamento político dos elementos que pertenciam àquela instituição secundária no apoio a uma organização comunista.

A proibição das atividades dos comunistas no Maranhão não permitiu que eventualmente aparecesse uma organização ligada a iniciativa dessa tendência política, mas, por outro lado, isto não impediu que tivesse influência política entre membros do magistério daquela escola secundária.

As ideias da ALN, difundidas através do núcleo que existia no interior do Liceu, conseguiam atrair jovens estudantes pertencentes a famílias da burguesia e das classes médias regionais. Isto fazia parte da tática dos comunistas para atrair os setores médios e urbanos a seus quadros, consolidando o arco de influência na capital e no interior do Maranhão.

Por ser uma instituição pública de referência no campo educacional no Maranhão, as iniciativas organizativas do corpo docente passavam pelas dependências do Liceu. Isto pode ser comprovado com a fundação do Departamento da ABE e da APEMA. Tendo, esta última, utilizado uma sala que lhe serviu de sede provisória com a anuência da direção da instituição de ensino.

5.2.4. A contribuição do Liceu para o associativismo e sindicalismo docente no Maranhão

O papel do Liceu maranhense para a organização associativa foi fundamental. A primeira entidade que surgiu no Maranhão tem com um dos seus patronos Almir Nina, que foi diretor da Escola Normal quando esta estava anexa ao Liceu.

Alguns dos mestres que compuseram seu quadro social foram professores do Liceu, o que demonstra o nível de articulação que o magistério daquela instituição possuía. Isto permitiu que a iniciativa pioneira feita com a Associação Pedagógica Almir Nina tivesse professores daquela instituição participando.

O documento síntese do Congresso Pedagógico destaca o Liceu com a grande instituição educacional do Maranhão, assim como relaciona o professorado, que por ele passou, desde a fundação e o papel que estes representavam na sociedade maranhense até 1920.

A participação de professores do Liceu na organização do Congresso Pedagógico, embora protagonizado pelo corpo docente da Faculdade de Direito, segue o curso natural da maturidade que aquela instituição adquiriu ao longo do tempo em estava presente em um evento daquela magnitude na educação maranhense. Vários docentes daquela instituição de ensino superior já haviam sido ou professores ou alunos da centenária instituição secundária. Tal fato demonstra a proeminência, que exercia no campo educacional, o Liceu.

A tentativa de reorganização da Associação Pedagógica Almir Nina contou com o professorado do Liceu presente nas duas sessões voltadas à reorganização daquela entidade. Isto denota a importância que o magistério daquela instituição já percebia quão necessária era aquela associação.

A organização do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE) foi organizada, em grande parte, por professores do Liceu. As reuniões organizativas dessa entidade associativa foram feitas nas suas dependências em 1929.

Após a revolução de 1930, o professorado liceísta apareceu em distintas posições políticas em decorrência do apeiamento das lideranças políticas do poder. Exponentes do integralismo e das ideias da Aliança Nacional Libertadora tinham seus representantes no magistério secundário ligado à instituição, como já frisado.

Assim como ocorreu na organização do Departamento maranhense da ABE, o Liceu novamente protagoniza a criação de uma entidade associativa no ano de 1976. Trata-se da Associação de professores do Maranhão (APEMA).

As dependências dessa instituição de ensino secundário foram palco da organização de uma associação que se tornaria, posteriormente, o maior sindicato do Maranhão. A partir do Liceu se gestou esta iniciativa em plena ditadura militar, o que demonstra que o professorado dessa escola não se intimidou em dar curso a essa iniciativa.

Nos anos 1970, esta instituição mantinha o grau de seletividade que a estrutura dominante conservava com grande afinco. Ainda assim, isto não impediu que as concepções associativas convergissem, com o tempo, para uma escola pública tradicional.

O grupo de professores do Liceu que foi ao Congresso organizado pela CPB, em Curitiba, articulou-se em torno do Centro Cívico para que conseguisse mobilizar o professorado para a iniciativa de criação de uma associação estadual de professores.

Em suma, a contribuição do Liceu para o associativismo maranhense foi de fundamental importância. O corpo docente, através da organização interna do Liceu, conseguiu conduzir o processo de articulação para fundar uma associação que preenchesse a lacuna de representação no que tange ao magistério estadual.

As principais iniciativas associativas estão vinculadas ao Liceu ao longo de sua história. Sua influência se espalhou até a escola normal que, por diversas vezes, a ele esteve anexa. As condições organizativas internas do professorado liceísta permitiram que emergisse, a partir da sala do Centro Cívico, a APEMA. Isto contribuiu para o surgimento do maior sindicato do estado do Maranhão: o Sinproesemma.

5. 3. O desenvolvimento associativo e sindical do magistério maranhense

A representação do magistério, através de associação e sindicatos, possui elementos que somente podem ser interpretados a partir dos aspectos objetivos e subjetivos que permitam observar o desenvolvimento das entidades que o professorado maranhense criou ao longo do tempo e que influenciou, determinantemente, o cenário atual sindical.

As análises dos conteúdos de fontes documentais e de entrevistas de sindicalista e ex-sindicalistas que participaram do processo de organização e lutas possibilitaram a construção de um quadro síntese

Os resultados encontrados apontam para uma configuração que, ao serem explicitados no quadro abaixo, caracterizam o desenvolvimento associativo e sindical do magistério durante um século de existência.

Quadro 3 - Síntese da organização sindical maranhense					
Nome da entidade	Tipo de Organização	Ano de fundação	Setor público ou privado.	Categoria	Área abrangência
Associação Pedagógica Almir Nina	Associação	1912	Setor público e privado	345 professores*	São Luís
Departamento maranhense da ABE	Associação	1929.	Setor público e privado	793 professores**	Maranhão
Associação de Professores Normalistas do Maranhão	Associação	1931	Setor público e privado	1.191 professores***	Maranhão
Associação de Professores Secundário e Primários de São Luís/SINTERP	Sindicato	1945	Setor privado	5.000 Professores e servidores	Maranhão
APEMM/APMEP/SINDIEDUCAÇÃO	Associação	1972	Setor público	5.500 professores	São Luís
Apema/Sinproesemma	Sindicato	1976	Setor Público	110.000 professores e servidores	Maranhão e municípios

* Trata-se de um número estimado baseado nas “Estatísticas da Instrução de 1907.

** Número estimado baseado no Censo de 1920.

*** Número estimado baseado nas estatísticas de 1932 do IBGE.

Fonte: Elaboração do autor

O período de existência de cada entidade revela aproximadamente o grau do caráter mobilizador e a finalidade tanto das associações quanto dos sindicatos. Analistas como Dal Rosso & Lúcio (2004), Cruz (2008) e Rêses (2008) produziram literatura que periodizam sindicalismo docente no Brasil e no estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Com base nesses pressupostos epistemológicos o associativismo e o sindicalismo docente maranhense são apresentados analiticamente.

O aparecimento da Associação Pedagógica Almir Nina é uma das entidades que apresentam menos dados da atuação efetiva sobre o magistério no Maranhão. O que pode ser inferido, de forma concreta, é que esta pode ser caracterizada dentro de uma constituição gremial de organização associativa, cujos interesses se centraram mais no debate pedagógico que na defesa da categoria similar à instituição sindical, embora também reivindicasse,

formalmente, a defesa da categoria. A ausência de capilaridade na base do professorado fez com que não conseguisse se reerguer como entidade de representação após o congresso pedagógico de 1920.

O Congresso Pedagógico de 1920 foi o marco da retomada associativa no Maranhão e onde se identificou, a partir dos diversos relatórios das suas sessões, o panorama educacional em que se inseria o magistério. Os dados do Censo de 1920 corroboram com a interpretação da necessidade de existência de uma entidade de caráter mais efetivo para representar os 793 professores identificados naquele período. A Associação Pedagógica Almir Nina não logrou êxito nesse sentido.

O ano de 1929 foi caracterizado pelo aparecimento do Departamento maranhense da ABE. Esta entidade manteve vinculações umbilicais com os governos locais. Seus antigos membros vieram a se posicionar como representantes de matizes ideológicos e políticas divergentes após a chegada ao poder dos liderados de Getúlio Vargas no Maranhão, em 1930.

O Departamento da ABE teve uma curta existência como pode ser verificado devido à escassez documental que ocorreu a partir do período getulista. O ponto culminante de envolvimento do professorado de aproximação com o discurso associativo foi a Conferência pedagógica realizada no ano de sua fundação, cujo conteúdo era eminentemente pedagógico e não desafiava a estrutura política vigente. Este foi um dos raros momentos em que houve mobilização do professorado em prol de uma causa. Trata-se de uma entidade que estava mais no campo formativo/científico que, necessariamente, no campo corporativo/associativo, embora houvesse também uma expectativa explícita de que esta exercesse esta última. A colaboração com o poder público instituído no debate educacional no estado era o que predominava do ponto de vista de sua ação concreta.

A visita de um dirigente nacional da ABE ao Maranhão, demonstrou o prestígio político que tinha a iniciativa maranhense da instalação de um Departamento no estado. Este foi recebido pelo governador do estado e o prefeito da capital, o que oportunizou que Licínio Cardoso tivesse contato com o professorado da capital e passasse a mensagem das razões que moviam aquela associação.

A ação do Departamento da ABE não foi definitivamente voltada a um propósito de combatividade ou oposição à política educacional local, uma vez que se tratava de uma entidade extremamente articulada com figuras políticas em postos-chave na burocracia educacional do estado e do município. Embora o controle do poder político estivesse

estabelecido sobre aquela associação, isto não impediu que nos seus quadros de sócios existissem integralistas, aliancistas e outras tendências partidárias.

Com a destituição das duas forças políticas tradicionais que apoiavam as ações da ABE, há um esvaziamento da ação institucional com que a mesma contava desde seus primeiros dias de funcionamento.

Em 1931, o vácuo deixado no Departamento maranhense da ABE começa a ser preenchido. Surge a Associação de Professores Normalista do Maranhão com o objetivo mais definido em relação à representação da categoria do magistério.

A direção dessa entidade é composta somente por mulheres, ao contrário do que ocorria na direção do Departamento da ABE em que somente uma mulher era da direção, embora nos quadros sociais mulheres já protagonizassem momentos importantes e avançados para época.

A associação de professores normalista afirmava no seu estatuto que objetivava a defesa da classe do magistério tal qual aludia também o Departamento. Funcionou durante o período de instabilidade política no Maranhão em que houve constantes trocas de interventores e de impeachment de um governador do estado. Caracterizava-se por não ter sido uma entidade de caráter corporativo/associativo, mas ligada ao poder político local. A maior contrapartida dessa relação foi quando o interventor Paulo Ramos contemplou a Associação Maranhense de Professores Normalista com recursos estatais para o fundo de assistência financeira dos associados da entidade.

O controle sobre as entidades com este caráter foi a marca do período varguista no país, cujo modus operandi não se diferenciou no Maranhão. A supressão da natureza politizada e de combatividade era a contrapartida que as associações ou sindicatos teriam que cumprir para serem reconhecidas oficialmente pelo governo. Seguindo esta diretriz, a associação de professores normalista deixa claro, em seu estatuto, que se abstinha do elemento político-partidário no seu quadro social.

A organização do magistério do ensino particular em uma associação emergiu como fase posterior ao desaparecimento da associação de professores normalistas. Os professores particulares eram um importante segmento do professorado maranhense em 1945, uma vez que parte significativa das escolas era vinculada ao setor privado.

O período associativo do Sindicato de Professores Secundários e Primário de São Luís pode ser resumido em pelo menos três fases. A primeira está ligada ao seu surgimento como organização oficial de trabalhadores sob o caráter corporativo/associativo e de expressão não combativa, o que permitiu estruturar-se dentro da regra do jogo imposto pelo varguismo no que

tangia ao controle das entidades de representações das categorias laborais. As ligações de seus dirigentes com setores políticos locais alinhados ao governo reforçavam o comportamento resignado ao controle da Delegacia Regional do Trabalho.

A segunda fase da associação iniciou com os primeiros contatos com os sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo. O envio de uma representante para o Congresso dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, que teve como resultado a Criação da CTB, permitiu que esta organização percebesse pressão do governo sobre o movimento sindical. Com a cassação da central, o sindicato voltou a atenção para a fundação da FITEE.

Ainda nessa fase, teria uma postura de negociação com os patrões e utilizaria os argumentos da legislação trabalhista vigente para fazer avançar as metas salariais diante dos estabelecimentos de ensino privados. A ação da associação tinha um modo moderado de fazer as reivindicações junto ao patronato.

Com o recebimento da carta sindical em 1947, inaugura-se, efetivamente, a última fase, que é a sindical. Este momento conferiu primazia à entidade como sendo o único sindicato docente do Maranhão até o final dos anos 1980.

Entre os anos de 1950 a 1966, o sindicato desenvolveu pautas econômicas de grande importância para a categoria do professorado da rede de ensino particular. A combatividade se deu do ponto de vista da negociação de acordos coletivos com os estabelecimentos escolares, a partir da prática absorvida no intercâmbio quase ininterrupto com o sindicato dos professores da rede particular do Rio de Janeiro e em menor escala, do estado de São Paulo.

Nos anos de 1968 a 1980 o sindicato entrou em um processo de refluxo de sua atividade. Durante este período não produziu nenhuma negociação em relação a dissídios coletivos dos professores da rede particular e entrou em descrédito com a categoria. As atas apontam pouquíssima participação da base.

Com a derrota do grupo que dirigia o sindicato em 1983, as negociações, sobre dissídio coletivo dos professores, foram retomadas e o sindicato passou a atuar no processo que a literatura sociológica sindical denomina de “novo sindicalismo”. Este fato vai influenciar o movimento sindical docente que passava a contar com uma entidade cujos membros tinham posições mais à esquerda em sua direção.

A Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal (APEMM) surge em 1972. O contexto do aparecimento desta organização associativa do magistério municipal foi sob o mesmo *modus operandi* de vinculação ao poder local.

A marca da associação do magistério municipal estava envolta a seu caráter assistencial e pouca combatividade pode ser caracterizada pelo menos durante as três décadas de existência.

Um das vias de explicação do longo período de ação associativa assistencial foi a dificuldade de se firmar interna e externamente como única entidade de representação dos professores municipais de São Luís, uma vez que também a APEMA congregava, em sua base, os professores municipais.

A pouca expressão da APEMM, como representante da categoria do magistério, durante boa parte de sua existência, estava relacionada ao fato de que a APEMA assume o *status* sindical antes dela.

O caráter de combatividade e independência de negociação em nome da categoria só veio a aparecer em 1997 e 2002, no período associativo, e já como SINDEDUCAÇÃO a partir de 2003. Antes disso, sentava-se nas mesas de negociação com o Sinproessemma por ainda não ser reconhecido do Estado como entidade de caráter sindical. Havia a interpretação de que não poderia haver mais de um sindicato da mesma base na mesma região geográfica o que foi superado posteriormente.

A mudança de concepção de atuação da associação para formas mais combativas de ação foi um processo lento. Antes disso, não havia condições objetivas de alteração na postura de sua diretoria, que tinha uma concepção assistencial e com isso mantinha em sua órbita uma parte da base.

As bandeiras de luta que unificaram a categoria de professores municipais em prol da necessidade da modificação do estatuto para constituição do sindicato tiveram como mote mobilizador a fase combativa inaugurada em 2002. O SINDEDUCAÇÃO emerge como fator aglutinado e se libera, definitivamente, da mediação do Sinproessemma.

A APEMA teve uma trajetória semelhante logo nos anos iniciais de existência a APEMM, entretanto, a primeira evolui muito mais no seu caráter de representação na classe docente.

Em 1976, o regime militar ainda oprimia a classe trabalhadora no sentido mais geral e no Maranhão não foi diferente. A pouca margem de manobra permitida pelo controle político oligárquico necessitava de uma tática para que a constituição de uma associação pudesse ter êxito, informa Isméria (2012).

A associação para existir teve que fazer uma composição em sua diretoria com setores que tinham acesso aos estratos sociais dominantes, foi escalada, para isso, a professora Dra.

Maria Antônia, farmacologista. Esta tornou-se a primeira presidente da entidade e representava uma aliança que tinha trânsito com os setores políticos e econômicos dominantes no estado.

O caráter assistencial não foi priorizado por esta entidade a partir de sua fundação. Sua característica foi utilizar o espaço associativo para discutir, institucionalmente, como os órgãos governamentais sobre questões relativas ao professorado, tais como a situação funcional e a legislação que regulava a carreira.

Os professores estavam fragilizados pela forma de contratação e instabilidade e sofriam devido à interinidade das suas funções no serviço público, o que reduzia muito o ímpeto combativo de qualquer ação de maior contundência.

As negociações com o governo nunca cessaram desde a fundação da entidade. As diversas tentativas que construíssem um acordo sobre a carreira dos professores sempre estiveram na pauta da associação.

Nos anos de 1980, a APEMA começou a desenvolver uma postura crítica à Lei. 4.270/80, que regulava a carreira do magistério público estadual. Os limites dessa lei eram o alvo de reivindicação da categoria, mas já possuíam avanços em relação à situação anterior a qual era impingida ao professorado e o fragilizava funcionalmente.

Este período também foi caracterizado pelo controle da máquina da APEMA pelo grupo ligado a Lucimar Góes. Significou também a aproximação do sindicato com o governo do estado como estratégia política para ampliar o funcionamento dos núcleos municipais através de cessão de locação de espaços e liberação de professores, o que permitiu acumular um grande poder interno pela presidente.

Os resultados insuficientes dos pleitos em relação à carreira do magistério produziram uma grande insatisfação do professorado e levou a entidade a aderir a pressão que vinha da base.

Em 1985, registra-se a primeira grande mobilização reivindicatória do magistério público maranhense. Foi nesse momento que emergiu a combatividade pela base, uma vez que a diretoria presidida por Góes sustentava uma perspectiva conciliatória com posições do governo.

A fase sindical iniciada em 1989, não tornou a entidade mais combativa. A concepção política da gestão da direção controlada por aquela presidente dificultava a estruturação de manifestações públicas de maior contundência como a que havia sido construída em 1985.

A crise na diretoria no final dos anos 1990 é que recompõe uma parte do caráter combativo à entidade. A partilha do poder com a CSC permitiu que o Sinproesemma se aproximasse da CUT e posteriormente se filiasse à CNTE.

As forças democráticas no interior do sindicato realizaram uma assembleia que destituiu Lucimar Góes da presidência definitivamente e, a partir daí, o sindicato passou a discutir a política salarial, condições de trabalho do magistério e a política educacional do governo.

5.4. Periodização dos principais fatos que marcaram a existência das entidades associativas e sindicais docentes da educação básica no Maranhão

O desenvolvimento associativo e sindical no Maranhão pode ser periodizado e permite uma maior compreensão dos processos sociais por que passou o magistério a partir de suas diversas organizações de representação ao longo do tempo. O quadro abaixo permite visualizar e analisar, de forma mais detalhada, as bandeiras que moveram as lutas do professorado ao longo do tempo.

Entidades	Quadro 4 - Principais fatos que marcaram a existência das entidades							
Associação Pedagógica Almir Nina	Um grupo de professores se reúne para fundar a primeira associação.				Participação no Congresso pedagógico e eleição de nova diretoria			
	1912				1920			
Departamento maranhense da ABE	Realização da Conferência pedagógica			Visita ao Maranhão de Licínio Cardoso, da direção nacional, da ABE		Exposição sobre as atividades da ABE ao professorado maranhense		
	1929			1929		1929		
Associação de professores Normalista do Maranhão	Fundação da associação de professores normalistas		Recebimento de uma subvenção do interventor Paulo Ramos para caixa de assistência a membros da entidade		Ato de posse da diretoria com repercussão social e registrado pela imprensa oficial do Maranhão			
	1931		1937		1938			
SINTERP	Recebimento da carta sindical	Apoio do sindicato ao processo de organização de uma federação (FITEE)	Participação na Convenção dos Sindicatos de Professores do Brasil	Primeiro acordo coletivo firmado entre sindicato e donos de escolas	Segundo acordo coletivo firmado entre sindicato e donos de escolas	Terceiro acordo coletivo firmado entre sindicato e donos de escolas	Quarto acordo coletivo firmado entre sindicato e donos de escolas	
	1947	1949	1950	1962	1964	1965	1983	
Sindeducação	Participação na comissão do estatuto do magistério municipal		Estado de greve dos professores municipais		Deflagração da greve dos professores municipais		Aprovação do PDCV	
	1986		1994		2002		2007	
Sinproesema	Participação de um grupo de professores no XII Congresso da CPB em 1976		Reunião no Centro Cívico do Liceu maranhense para fundar a APEMA		Chapa “Abertura ganha eleições na APEMA		Aprovação da Lei do estatuto do magistério	
	1976		1976		1979		1980	
							1984	
							1984	
							1985	

Fonte: Elaboração do autor.

A visualização do quadro e a periodização dos fatos descritos permitem compreender a ação associativa e sindical no Maranhão ao longo do tempo. É possível também perceber que as entidades, embora com maior ou menor grau de exposição social, foram importantes para construção da cultura associativa e sindical no estado.

O caso da Associação Almir Nina é emblemático. A literatura sobre a sua atividade é muito parca e o registro de sua existência e finalidade estão somente citados em “Trabalho do

congresso Pedagógico de 1920”. Este, por sua vez, também é um documento raro e explica, em parte, porque na literatura acadêmica no Maranhão, não há trabalhos sobre a contribuição dessa entidade associativa do magistério.

Os principais achados revelam que o principal legado dessa associação foi ter formado uma concepção associativa em diversos educadores que foram fundadores da diretoria daquela associação, cuja contribuição para o associativismo do magistério maranhense se fez sentir ao longo do tempo.

A própria constituição do Congresso pedagógico e a disputa que se seguiu sobre a realização das suas próximas versões demonstraram que a Associação Pedagógica Almir Nina não dispunha de força para se consolidar diante do grupo ligado à Faculdade de Direito e do professorado do Liceu naquele momento.

O Departamento maranhense da ABE foi tributário da organização associativa que emergiu em 1912, uma vez que alguns dos antigos associativistas daquela organização se incorporaram a esta nova iniciativa.

A organização da ABE maranhense, embora meteórica, deixou benefícios duradouros porque apresentou uma iniciativa que, de certa forma, buscava sintonizar o pensamento pedagógico do professorado do Maranhão com as concepções que educacionais que emergiam e se propagavam a partir dos grandes centros do país.

A Conferência pedagógica promovida pelo Departamento maranhense pode ser caracterizado com a apresentação em grande escala das ideias do escolanovismo que chegavam junto com o conhecimento das atividades da ABE.

A passagem de Licínio Cardoso teve objetivo de fortalecer a ABE nacionalmente a partir de sua passagem pelas capitais do Norte e Nordeste do país no ano de 1929. Foi recebido por autoridades com o presidente do estado e o prefeito da capital com seus respectivos staffs educacionais. Visitou vários estabelecimentos de ensino na capital, teve contato com o professorado e divulgou o filme sobre a vida e obra de Santos Dumond. O objetivo desse filme era sensibilizar as autoridades educacionais, professores e a sociedade para o processo de construção do conhecimento, a ciência e a tecnologia a partir dos êxitos de um grande brasileiro.

A imprensa maranhense destacava os passos do grupo dirigente da ABE local com constantes divulgações das atividades em artigos que ressaltavam os benefícios daquela iniciativa à educação do Maranhão e o grande analfabetismo existente.

A escassez de registros dificulta a reconstrução perfeita da trajetória de todas as entidades associativas e sindicais ao longo do tempo. Enquadra-se nessa situação a Associação de Professores Normalista do Maranhão.

Um dos elementos mais interessante relativos a sua existência foi o fato de que esta era uma entidade dirigida somente por mulheres. Tanto no estatuto de 1931 quanto no de 1938 apontam somente mulheres na sua direção. É uma singularidade sócio-histórica tal constatação, pelo menos no Maranhão.

O normalismo maranhense representava os segmentos médios da sociedade e era eivado de prestígio social. A organização da classe de normalista em uma associação tem lastro na tradição associativa que veio acumulando-se desde o início do século XX. Uma entidade em que mulheres compunham toda a sua direção tem um conteúdo muito importante do ponto de vista do papel da mulher em uma sociedade patriarcal em que o homem ocupava, majoritariamente, postos de poder.

O fato de ter emergido em pleno período varguista e ser uma entidade reconhecida pelo poder estatal, já denota que esta se enquadrava no tipo de entidade regulada pelo Decreto 19.770/1931. O reconhecimento jurídico se articulava aos objetivos governamentais de controle das representações de categorias de trabalhadores em instrumento de colaboração do Estado.

A participação política de professoras normalistas não se restringia à associação. Isto pôde ser observado nas eleições de 1934, em que concorreram 08 professoras no pleito para a assembleia legislativa do estado, sendo eleita a normalista Zuleide Fernandes Bogéa pela União Republicana Maranhense/URM (MOTTA, 2003; CALDEIRA, 1999).

A ruptura da URM com Aquiles Lisboa teve como consequência o impeachment e a retomada das interventorias no estado. Abriu-se, naquele momento, um grande período de instabilidade política no Maranhão, até a chegada de um interventor que gozava de grande confiança de Vargas.

A aproximação da associação de professores normalista com o governo do interventor Paulo Ramos marca o que pode ser interpretado como cooptação ou aproximação tática para auferir benefício em prol da finalidade estatutária da entidade, ao conceder uma subvenção para prover assistência ao seu quadro social do professorado ligado a ela.

A relação da associação com o governo do interventor não se restringia somente a um apoio político que, eventualmente, viesse a acordar, mas havia a tutela que poderia se estender estatutariamente. Tal fato é constatado através do seu próprio estatuto aprovado de 25 de maio de 1938, que diz o seguinte:

§ 4º. É criado o cargo de Presidente de honra da Associação de professores Normalista do Maranhão do qual poderá ser o titular o diretor Geral de Instrução Pública ou Departamento que tenha direção de ensino no estado, a juízo da Assembleia geral, como recompensa aos relevantes serviços que prestar à Associação, para seu maior prestígio.

Ao instituir o cargo de presidente de honra e outorgando a primazia de sua ocupação a um titular da pasta do gestor da educação, caracteriza-se que o colaboracionismo da entidade se estendia a um aspecto formal, estatutário e que impedia um processo combativo que contrariasse a percepção do governo sobre questões educacionais ou de condições de trabalho. Denota-se que dificilmente a associação se chocaria publicamente com o Diretor geral de Instrução, uma vez este empossado pela assembleia geral dos associados.

O estatuto de 1931 não possuía a figura do presidente de honra e nem faz menção a este. Isto sugere que a Associação de Professores Normalista do Maranhão foi gradativamente atraída para um tipo de relação mais estreita com os poderes públicos, com o passar do tempo, a ponto de incluir um ente estatal com poderes internos naquela organização.

O ato da posse da diretoria eleita em 1938 mostra tais relações umbilicais com as autoridades educacionais e políticas locais. Estavam presentes o representante do interventor Paulo Ramos e o Inspetor de instrução pública, além de várias autoridades policiais (D.O, 23/03/1938).

A diretoria foi empossada pelo então presidente de honra, de acordo com o rito previsto estatutariamente. Tal fato demonstrava a importância que era atribuída à tutela da autoridade educacional como simbolismo do suposto prestígio que aquele tipo de relação institucional produziria para o andamento das atividades da associação.

O Sinterp se torna primeiro sindicato de professores no estado do Maranhão a partir do recebimento da sua carta sindical. A transformação da Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís para Sindicato de Professores Secundário e Primário de São Luís ocorreu em menor tempo que outras organizações docentes que se constituíram posteriormente.

A troca de informações com os sindicatos de professores do Rio de Janeiro e São Paulo fez com que se aproximasse a ideia de contribuir com a organização de uma federação nacional de professores particulares em 1949.

A participação na Convenção dos Sindicatos de Professores do Brasil permite o sindicato se inserir nas lutas mais amplas que a categoria do magistério particular tentava imprimir com vista à constituição de uma futura federação, cuja conclusão só foi possível em 1955.

Os acordos coletivos ocorridos em 1962, 1964, 1965 revelaram uma preocupação da entidade em manter o padrão salarial dos seus associados durante boa parte dos anos 1960. A questão da luta capital versus trabalho estava nesse período mais evidente na atuação do sindicato. Mesmo com o advento do golpe de 1964, a entidade não deixou de dar curso as suas campanhas salariais.

Seu funcionamento durante o golpe militar, demonstra que esta não foi atingida como outras entidades que chegaram a ter sua diretoria cassada totalmente pelo regime ditatorial instalado no país. Nos anos 1970, o sindicato perdeu força e se tornou um sindicato meramente administrativo, sem conseguir operacionalizar nem mais uma campanha salarial como na década anterior.

Os anos 1980 representaram uma mudança de rumo na direção sindical. Foi um momento em que crescia na sociedade maranhense o questionamento ao regime militar, tendo seu ápice na grande mobilização estudantil que lutava pela meia passagem em 1979.

Os sindicatos rurais eram os mais combativos no estado e representavam a antítese do que ocorria nos grandes sindicatos urbanos controlados pelo poder político e econômico da época. A ideia do sindicalismo rural a partir das ligas camponesas lideradas por Manuel da Conceição, torna-se uma referência de combatividade para setores da esquerda e da intelectualidade universitária.

A vazão por mudanças atinge o Sinterp com a chegada do grupo liderado por Florilena Aranha, cuja composição de chapa era composta por elementos que haviam vivenciado os enfrentamentos estudantis de 1979. As ligações com o PT e a CUT revelam o grau de interesse daquela força política em mudar os rumos da entidade.

Em 1983, o sindicato celebra a retomada dos acordos coletivos de trabalho após 17 anos de ausência de qualquer iniciativa voltada à recuperação salarial. A pauta sobre os direitos da mulher gestante, também foi introduzida na mesa de negociação do sindicato com o setor patronal.

O SINDEDUCAÇÃO se tornou sindicato mais tardiamente em relação a todas as entidades pesquisadas no Maranhão. As informações sobre o período associativo não são abundantes e os fatos que remetam as atividades desenvolvidas ao longo do tempo são, na maior parte, extraídos das análises dos dados provenientes de fontes orais.

A participação do sindicato na comissão de aplicação do estatuto do magistério se constitui no momento de maior expressão da atuação da associação no decorrer do ano de 1986. O afastamento do primeiro presidente da referida comissão por divergência interna no âmbito

da associação marca também esse período, como nos revela o professor José dos Santos Brússio (2012)

O sindicato esboça uma maior contestação sobre a situação dos professores municipais de forma mais contundente em 1994. Foi um movimento de maior articulação e comunicação com a base, mas que movimento de massa entre o professorado, uma vez que o grupo mobilizador contava com 29 pessoas apenas durante o estado de greve (ENTREVISTA COM ARIMATÉA MACHADO, 2012).

A questão de possuir poucas pessoas pode ser analisada pelo sentido que a associação, ao longo de sua história, nunca havia antes chamado o magistério municipal para uma grande mobilização, aliada à falta de experiência da sua direção nesse tipo de embate com o empregador: a prefeitura municipal.

Após um refluxo nas atividades do período que durou entre 1997 a 2001, a APMEP vai retomar uma perspectiva de maior contundência na luta do professorado municipal a partir da deflagração da greve em 2002. Este momento toma relevo ao transformar o instrumento organizativo da categoria e adequá-lo à perspectiva de maior combatividade, surge dessa forma o SINDEDUCAÇÃO.

A aprovação do Plano de Cargos Carreira e Vencimento (PCCV) em 2007 foi resultado do contato com a CNTE. Esta assessorou o sindicato municipal da capital com informações acerca da constituição desse instrumento de valorização da carreira.

O Sinproesemma é o maior sindicato do Maranhão. Seu surgimento como associação se vincula à concepção que predominava na própria CPB na década de 1970, que privilegiava a lógica de reivindicação burocrática e que limitava qualquer movimento de contestação mais contundente (FERREIRA, 1998).

A participação de professores maranhenses no XII congresso da CPB e a posterior reunião no Centro Cívico do Liceu foram dois momentos fundamentais para a constituição da APEMA. Esta, em seus primeiros anos de existência, tratava as demandas de forma burocrática e sem propósito de mobilização de rua. A forma de conduzir os pleitos dos professores foram assim operacionalizadas por um certo tempo, mas no decorrer das negociações houve uma tendência crescente por resultados que exigiam mudanças à frente da entidade.

A vitória da chapa “abertura” fez com que a associação buscasse se distanciar um pouco das relações reivindicativas e burocráticas para um caráter de maior afirmação do seu papel diante do professorado no trato com o governo local.

O estatuto do magistério aprovado pelo governo foi no seu primeiro momento recebido com crítica pela direção, mas com repercussão positiva entre o professorado. A resignação se dava em boa parte decorrente das condições instáveis que o magistério público estadual estava submetido com a ausência de uma Lei que regulasse sua situação funcional.

A concepção burocrática instalada na APEMA foi quebrada com o não atendimento da carta manifesto endereçada ao governador em 1984. Ao não cumprir as reivindicações dos professores, ocorreu um movimento crescente no interior da base e que exigia uma postura incisiva da direção diante daquela demanda.

Em 1985, iniciou-se um movimento dos “orientadores de aprendizagem⁸³” e também dos professores que passaram a pressionar a diretoria para o retorno das negociações após quatro meses de trégua com o governo do estado.

A pressão sobre a direção sindical forçou uma tomada de posição para convocar uma assembleia geral e deflagrar a primeira grande manifestação reivindicatória do Maranhão. Este movimento quebra o clima de passividade diante a política do governo.

A demonstração de força veio por meio de grandes passeatas até o palácio do governo e a assembleia legislativa do estado. Inaugurou-se, naquele momento, uma nova fase do movimento sindical docente, mas que somente veio a se consolidar com a saída de Lucimar Góes da direção da entidade.

5.5.A fragmentação e as condições atuais do sindicalismo maranhense

Na literatura acerca do sindicalismo brasileiro, a unicidade sindical e a fragmentação são categorias sociológicas que emergem quando se trata deste tema. A formulação de um entendimento conceitual é bastante útil para uma interpretação da conjuntura sindical maranhense.

A unicidade é entendida como a presença de um único sindicato de uma categoria específica em uma determinada base territorial. Já a fragmentação ou pluralidade se constitui no inverso da primeira.

Segundo Ariosvaldo Santos (2003, p.75)

concorreu favoravelmente para o crescimento, nas fileiras do mundo do trabalho brasileiro, da tese da pluralidade, a utilização intensiva ao longo de décadas, por parte

⁸³ Esta denominação era dada aos professores que atuavam nas salas de tele-ensino da TV educativa do Maranhão instituída no governo José Sarney a frente do estado.

do conjunto da classe burguesa e frações reformistas do movimento sindical, os famosos sindicatos pelegos, dos instrumentos repressivos presentes na legislação sindical e trabalhista legada por Getúlio Vargas, aperfeiçoada pelos militares e mesmo complementada pelos governos civis, como é o caso da instituição do conceito de "greve abusiva".

A fragmentação sindical foi o legado do combate que o Estado promoveu contra a independência política das organizações dos trabalhadores, cujo objetivo foi enfraquecê-las e facilitar com isso uma maior acumulação da burguesia nacional sem os entraves do sindicalismo combativo na relação capital e trabalho.

O golpe de 1964 intensificou ações por meio de legislação que impedia que as greves fossem operacionalizadas pelas entidades sindicais. O conceito de "greve abusiva" teve como objetivo barrar qualquer manifestação mais contundente dos trabalhadores.

A estrutura do sindicalismo maranhense docente não difere de outras regiões do Brasil. Existem três organizações sindicais da educação básica que representam o professorado nas redes ensino particular, municipal e estadual, como foi apresentado nos tópicos anteriores.

As associações de professores do setor público não encontraram resistência para que se organizassem por parte do único sindicato que havia naquela base territorial. Outro elemento foi a debilidade organizativa por que passava o Sinterp naquele período. Nos anos 1970, este sindicato havia assumido uma característica sindical de cunho meramente administrativo.

Por outro lado, a direção do sindicato dos professores da rede particular apoiou a constituição da associação dos professores do estadual e compôs, inclusive, o presidente do Sinterp, o primeiro conselho fiscal da APEMA.

Ainda nos anos 1980, a APEMA reformulava seu estatuto para que pudesse proceder à filiação de professores do ensino particular, municipal e do ensino superior. Foi uma tentativa de maior escopo para absorver, em um só sindicato, todas as categorias do magistério maranhense, mas predominou a fragmentação.

A ação do APEMA pode ser explicada devido ao Sinterp possuir no seu quadro de sindicalizados professores da rede estadual contratados pelo regime CLT. Estes profissionais injetaram uma nova correlação de forças no Sinterp e impuseram uma derrota ao grupo dirigente que comandava aquela entidade. Tal movimento é o mais próximo daquilo que se convencionou denominar de "novo sindicalismo".

A reação da APEMA é interpretada na busca da incorporação de todos os professores estaduais ao estatuto do magistério. A regularização desses professores no quadro funcional estatutário resolveria a questão dos professores celetistas que estavam na órbita do Sinterp.

Aglutinar o magistério em uma única entidade foi um objetivo malogrado. Esta iniciativa se confrontava diretamente com os interesses das entidades associativas já consolidadas (APEMEP e APRUMA) e o Sinterp.

A iniciativa do Sinproesemma não poderia frutificar sem um confronto direto com as entidades da mesma base que buscava representar. Foi uma atitude unilateral que somente interessava à APEMA.

O mais próximo do que havia de concepção de unicidade pode ser atribuído às entidades que emergiram nos primeiros anos do associativismo maranhense. Tanto a associação Almir Nina quanto o Departamento da ABE objetivaram representar toda a base do professorado, pois não havia qualquer limitação em representar magistério do setor público, particular, primário ou secundário.

As entidades associativas que existiram foram tributárias umas das outras, não foi derivação de um processo de fragmentação. Isto pode ser evidenciado com a presença de membros das associações extintas nos quadros sociais das que foram erigidas. Foi o caso da Associação de Professores Normalista, com a presença, em sua primeira diretoria, da professora Zila Paes da Associação Pedagógica Almir Nina; o caso da presença da professora Rosa Castro que havia pertencido à Associação Pedagógica Almir Nina e compôs o grupo de sócios fundadores do Departamento maranhense da ABE; e da professora Maria Dourado, que foi da gestão da Associação de Professores Normalistas do Maranhão e compôs o quadro social da Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís.

Infere-se que estes casos particulares se repetiram nessas organizações em uma escala maior. A cultura associativa foi passada de geração em geração de professores que se organizaram em entidades para tal fim e contribuíram com sua experiência.

As raízes objetivas da fragmentação sindical no Maranhão podem ser atribuídas à legislação dos anos 1930 e seu consequente impacto sobre as organizações sindicais como um todo. A edição da Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, pelo então presidente Castelo Branco, é um dos aparatos jurídicos esboçados para deter as ações dos sindicatos e seus instrumentos de

luta. Esta legislação regulou o direito de greve e criou severas dificuldades para que a mesma se efetivasse para os trabalhadores em geral. Exclui do direito de fazer greve funcionários e servidores da união, estados, territórios, municípios e autarquias.

Os servidores públicos ficaram impedidos de se organizarem em sindicatos. E por muito tempo, somente o magistério do ensino particular tinha organização própria no Maranhão, pois, já havia adquirido sua carta sindical nos anos 1947.

Nos anos 1980, na gestão do professor Antônio Anacleto Ferreira, surgiu a intenção de que a APEMA absorvesse toda a base sindical do magistério maranhense. Esta tentativa não logrou êxito e nem se firmou como uma busca de unicidade. A dificuldade residia no fato de que já havia um sindicato da rede particular organizado e associações de professores já fundadas. Uma tentativa dessa magnitude deveria passar por um grande acordo político-sindical, algo que não foi mencionado nem pelas fontes disponíveis e nem nas entrevistas obtidas de diversos atores sindicais.

O SINDEDUCAÇÃO é uma entidade que emergiu, desde seu período associativo, independente, autônomo. As questões jurídicas que dificultavam a legalização de um sindicato que operava na mesma região geográfica em que atuava o Sinproesemma foram superadas.

As regiões de maior densidade populacional já contam com sindicatos municipais no Maranhão e apontam uma fragmentação geográfica da representação do magistério. Ocorre também uma indução dos prefeitos e lideranças políticas municipais de controlar, politicamente, estas entidades.

Atualmente, a estrutura sindical da educação básica no Maranhão é classificada em três categorias distintas. A distribuição é composta de sindicatos que atuam em base estadual e municipal, sindicato municipal e sindicato da rede de ensino particular.

O sindicato que representa o professorado estadual e municipal é o Sinproesemma. Sua presença se estende por núcleos em regiões do interior do estado, cuja finalidade é representar as bases municipal e estadual nas regiões que dividem o Maranhão.

Os sindicatos municipais estão em expansão nas grandes e médias cidades no estado do Maranhão. Em algumas cidades, são foco de disputa com a representação do Sinproesemma que é mais capitalizado e possui uma estrutura muito superior para o atendimento das demandas locais através dos núcleos.

Cidades como São Luís, Caxias e Imperatriz possuem sindicatos bem organizados, mas existem sindicatos em pequenas cidades, existem sindicatos de servidores públicos municipais no interior do estado que aglutinam em sua base professores, uma vez que o número destes, por ser pequeno, não comporta a criação de um sindicato.

O Sindicato da rede particular tem uma dimensão estadual estatutariamente. Devido à falta de recursos para manter sedes no interior do estado, recorre aos núcleos do Sinproesemma no interior para apoiar o funcionamento de sua representação onde possui base.

Em suma, a estrutura sindical maranhense possui uma fragmentação que está associada ao processo histórico de constituição das representações do magistério ao longo do tempo. Atualmente, novas entidades sindicais surgem no interior do estado. Contudo, algumas delas não chegam a se consolidar e desaparecem.

CONCLUSÃO

O conhecimento da formação social e econômica do Maranhão permite interpretar a processo constitutivo da organização da estrutura educacional, cujo início remete ao século XVII.

Até o século XVIII, o desenvolvimento econômico da província tinha como um dos motores a organização jesuítica. Isto lhe dava grande poder na colônia, pois eram proprietários de colégios, fazendas e aldeias, além de contar com a proteção real.

O Colégio Nossa Senhora da Luz (São Luís) e o Colégio de Tapuitapera (Alcântara) foram as duas primeiras organizações educacionais que os jesuítas promoveram no Maranhão, sendo que a primeira é a mais antiga delas (LEITE, 1961).

Com a reforma dos estudos menores em 1759, os missionários jesuítas perderam a primazia do papel educativo na colônia, determinou-se o fechamento dos colégios da Companhia e, posteriormente, a expulsão destes do Maranhão e do Brasil.

As ações concretas para resolução do vácuo educacional surgido com a condenação das escolas da companhia na província só vieram a ocorrer a partir de 1772. A publicação de um edital de 6 de novembro daquele mesmo ano destinava duas vagas de mestres à província (SAVIANI, 2010).

A determinação para que se efetivasse o exame de um professor somente aconteceu em 1786 e a contratação de um professor a expensas do cofre da província em 1794. O tempo despendido para que fossem retomadas atividades de ensino após a expulsão dos jesuítas foi de 35 anos, até que este mestre abrisse sua escola.

O fato de o Maranhão ficar mais de três décadas sem um professor público demonstrava o pouco interesse que as elites econômicas e políticas davam à educação. Verifica-se o aumento do número de escolas e, conseqüentemente, o número de professores em 1827 a partir da Lei que determinava a implementação do método mútuo no país (VIVEIROS, 1937).

As Leis de número 76 e 77 de julho de 1838 foram fundamentais para estruturação do magistério. A primeira instituía a Escola Normal com objetivo de difundir o método mútuo e serviu de embrião para a instituição da formação de professores voltados à docência. Já a Lei 77, criou o Liceu maranhense. O advento desta instituição possibilitou a aglutinação de um

corpo docente que foi fundamental para fazer emergir as experiências associativas e sindicais no Maranhão.

Tem-se como pressuposto teórico desta tese que associações e sindicatos são organizações que se constroem a partir de vínculos estabelecidos entre integrantes de uma mesma atividade profissional, no caso o magistério, ou de uma mesma condição de emprego. A identidade derivada do trabalho permite que vínculos profissionais sejam desenvolvidos para enfrentar situações de penúria, de falta de condições infraestruturais e de outras fontes de conflito que surgiam entre professores e administradores da província. Além da identidade, o surgimento de organização associativa ou sindical, depende em muito do número de pessoas envolvidas, o que dá uma certa dimensão da capacidade de força para a busca de solução para os conflitos, e da concentração de tais profissionais em lugares que facilitem o desenvolvimento de vínculos e o intercâmbio entre eles.

A instituição do ensino normal no Maranhão foi um elemento social e histórico que constituiu o desenvolvimento do magistério. Sua existência foi fundamental à organização do ensino e à consolidação de um professorado na província.

As condições para o adensamento de uma camada de professores na capital foram criadas com a oferta propiciada pela Escola Normal e também pela Sociedade Onze de Agosto. Esta última havia sido chamada a participar do esforço formativo a partir do recebimento de uma subvenção.

O crescente aumento do número de professores e a solidificação de instituição educacional identificados nas estatísticas disponíveis nos Censos de 1872, 1920 e das Estatísticas da Instrução de 1907, permitiram reconstruir o cenário quantitativo do magistério em que emergiram as duas primeiras iniciativas associativas de que se tem notícia no Maranhão. Em 1872, a despeito da existência da Escola Normal, o quadro do magistério e a oferta do ensino básico para a população eram muito precários. Já em 1920 cresce para 793 o número de profissionais e aumenta para 415 o número de escolas.

A Associação Pedagógica Almir Nina teve sua fundação em 1912. Trata-se de uma entidade, cujo nome não é mencionado pela historiografia maranhense. Sua aparição no Congresso Pedagógico de 1920 mostra que o Maranhão já se escrevia entre os estados brasileiros em que o associativismo docente estava em curso.

O estatuto desta entidade definia que sua função era discutir questões relativas às concepções pedagógicas contemporâneas e unir seus membros por laços de solidariedade, bem

como advogar em defesa da classe do magistério. Seu funcionamento previa a organização de grupos para estudar, discutir e instituir propostas relativas ao ensino e à escola.

A publicação de uma revista voltada ao professorado e a manutenção de uma comissão junto ao poder público para advogar os interesses dos membros do magistério constituíam atividades que estavam no bojo de suas ações cotidianas. Estas particularidades evidenciavam a presença do caráter corporativo-associativo (defesa da classe do magistério) e formativo-científico (estudar, discutir e instituir propostas relativas ao ensino e à escola) em uma mesma organização.

As escassas notícias sobre a Associação Pedagógica Almir Nina não permitem que se chegue ao número de sócios a ela ligados. Os dados disponíveis nas informações estatísticas indicam que o magistério, em 1907, possuía 345 professores e em 1920 já eram 793 quando cessam os registros referentes às atividades dessa entidade.

A contribuição que esta entidade deixou na organização do associativismo maranhense foi de ter sido a primeira organização do tipo a formar quadros entre o magistério que se tornaram referência entre o professorado.

Os diretores e membros do quadro social da Associação Pedagógica Almir Nina buscaram se organizar em outra entidade. Isto ocorreu em 1929, quando chegaram ao professorado informações sobre a ABE.

A Associação Brasileira de Educação foi a primeira entidade nacional de que se tem notícia no país. Os congressos realizados por esta instituição fizeram com que se disseminasse, pelo país, a organização de seções ou de departamentos que tinham por objetivo representar localmente esta entidade formativo/científica nos demais estados da federação.

O Departamento maranhense da ABE, fundado em 1929, constituiu a segunda entidade associativa que emergiu no Maranhão e que foi ignorada pelas pesquisas sociológicas, históricas e educacionais neste estado da federação. Trata-se de uma entidade que existiu até o ano de 1930, quando ocorreu o levante militar em São Luís no quartel do 24º Batalhão de Caçadores e configurou a adesão no estado ao movimento liderado por Vargas.

O presidente do estado e os demais ocupantes de cargos no governo do Maranhão foram destituídos do poder. A ABE deixava de contar com o amparo institucional que possuía até

então. Esta excessiva vinculação foi perniciosa a sua existência e decretou seu fim em um momento em que buscava se consolidar, nacionalmente, com um representativo departamento.

Esta associação tinha como foco as questões de ordem pedagógica voltadas à difusão do escolanovismo no Maranhão. Buscava, também, reunir o magistério em torno das ações desenvolvidas pela ABE. Já a empresa local formulava a expectativa de que o Departamento maranhense ocuparia o vácuo de organização de caráter corporativo-associativo em decorrência da inexistência de uma entidade com tal finalidade para representar o professorado.

As atividades desenvolvidas pelo Departamento durante o período que existiu foram a organização de Conferência Pedagógica e a articulação para trazer ao Maranhão um representante nacional da Associação Brasileira de Educação. Licínio Cardoso, diretor da ABE, visitou, naquela oportunidade instituições de ensino; fez contato com autoridades governamentais e educacionais; deu palestra ao professorado de São Luís sobre a atuação da entidade. Estas atividades caracterizaram o funcionamento do Departamento.

O número exato de associados da seção da ABE no estado é inexistente, pois não existem registros conhecidos. Mas é possível estimar, a partir do Censo de 1920, que a base que pretendia representar correspondia, pelo menos, aos 793 professores enumerados pelo censo.

O adensamento de normalistas na capital e a influência das ideias associativas emanadas das experiências passadas configuraram as condições objetivas e subjetivas para a emergência de uma terceira entidade de representação no magistério, mas dentro da lógica inserida pelo governo Vargas.

Mesmo no período que sucedeu interventorias federais no Maranhão, as condições subjetivas não deixaram de se manifestar. Foi nesse contexto que surgiu, em 1931, a Associação de Professores Normalistas do Maranhão. A importância dessa entidade para pesquisa sociológica sobre o associativismo docente se deve ao fato de que a mulher na liderança de organizações de relevo social não era comum. O trabalho de Paula Vicentini (2002) identifica duas entidades denominadas Associação de Professoras Primárias de Minas Gerais (1931) e Associação de Professoras (1936 a 1937), em São Paulo, cujos exemplos são os mais próximos da característica da associação de normalista maranhense.

O recebimento de uma subvenção do governo estadual para o atendimento de um dos seus dispositivos estatutários, que visava a ajudar filiados em caso de necessidade, indica uma

inclinação mutualista da Associação de Professores Normalistas. Marcou seu o funcionamento a relação de grande proximidade com o poder político local que tinha à testa o interventor Paulo Ramos, o homem de Vargas no Maranhão (D.O. do Estado do Maranhão, 28/10/1937, p. 2)

A presença da participação política das mulheres professoras não se restringia à direção da associação, mas podia ser visto na expressão eleitoral. Aparecem entre as mais votadas para a constituinte de estadual de 1934, as professoras normalistas Zuleide Bogea (URM) e Rosa Castro (URM/LEC). Isto demonstra que as mulheres professoras dos anos 1930 já manifestavam sair de um papel passivo diante da vida política do estado.

O normalismo fortemente concentrado na capital conseguiu projetar expressão político-eleitoral em período de grande luta política no Maranhão. O background associativo absorvido a partir das experiências passadas permitiu que a entidade se mantivesse em funcionamento durante mais tempo que aquelas que a precederam.

O desenvolvimento associativo docente maranhense não se limitou ao magistério público. O professorado da rede de ensino particular foi o que primeiro criou sindicato. Seguindo o percurso clássico de ter aparecido primeiramente como a denominação de Associação de Professores Secundários e Primário de São Luís que surgiu em 1945 até o recebimento da carta sindical, em 1947 (Diário de São Luís, 11/09/1947). Este fato lhe confere o título de mais antiga entidade docente do Maranhão em atividade.

As condições para a emergência da Associação de Professores Secundários e Primários de São Luís, atualmente Sinterp, se deveram à grande concentração de instituições escolares privadas que existiam na capital. Trata-se de uma entidade sindical que, desde os seus primeiros anos de existência, manteve o diálogo com o movimento nacional, mas que moldou fortes relações políticas locais para sua estruturação.

A contribuição dessa organização do movimento associativo e sindical docente da educação básica no Maranhão é de extrema relevância, pois através do contato com o sindicalismo docente do ensino particular do Rio de Janeiro e São Paulo trouxe a expertise de negociação de acordo coletivo de trabalho para ser aplicado enquanto prática sindical na mediação entre capital e trabalho.

A participação da organização tanto da FITEE quanto da FETEENE teve apoio do Sinterp. Isto permite interpretar que o sindicato nunca atuou isolado do movimento nacional

docente. Mesmo em seu período de maior letargia sindical, o Sinterp manteve relações com as duas entidades federativas e se colocou longe da disputa entre elas.

Este sindicato também absorve o espaço deixado pelo desaparecimento da Associação de Professores Normalistas do Maranhão. O nome de uma ex-diretora da extinta entidade no quadro de sindicalizados do Sinterp corrobora com a afirmação de ocupação do vácuo organizativo.

O fato de ter o funcionamento mantido durante o período ditatorial brasileiro indica que este não era visto pelos órgãos fiscalizadores do governo militar enquanto ameaça comunista. Miguel Arcângelo, que presidiu a entidade durante os anos 1970, se colocava na condição de colaborador, o que explica o porquê nunca foi incomodado pelas autoridades estatais acerca de sua ação à frente da entidade. Era um homem de confiança para o regime militar entre líderes sindicais da época (ENTREVISTA DE MIGUEL ARCÂNGELO, 2012).

Destaca-se a grande contribuição do Sinterp para a organização sindical docente no Maranhão. Como único sindicato docente organizado, apoiou as iniciativas que visavam organizar associações docentes dos professores públicos. A participação de diretores nos quadros associativos da APEMA é a maior evidência desse protagonismo.

O Sinterp foi a primeira entidade do seu gênero a sofrer no Maranhão as alterações na correlação de força no movimento sindical brasileiro. Ganha a eleição uma força política que tinha vinculações com a CUT, PT e dissidentes do modelo de atuação sindical cunhada durante o período repressivo.

Em relação às entidades que foram investigadas, o SINDEEDUCAÇÃO é o mais novo deles. Embora fundado em 1972 como APEMM, somente em 2003 veio a se tornar sindicato. O longo período associativo e a falta de apoio na base estão entre as razões para sua transformação tardia.

A transformação tardia desta associação em se tornar sindicato pode ser entendida em dois aspectos. O primeiro se refere à grande inclinação associativa de cunho assistencial que mantinha a entidade com tais características durante boa parte de sua existência. Mesmo o estado de greve decretado pela entidade em 1994 e os ganhos obtidos a partir daquela luta não conseguiram impulsionar a perspectiva sindical. A derrota do grupo de Arimatea Machado interrompeu esta trajetória que estava se desenhando para o campo sindical no contexto daquele período.

O segundo aspecto do aparecimento tardio do SINDEDUCAÇÃO tem duas naturezas distintas. A primeira decorre do fato de ter havido uma renovação da base sindical a partir de 2002 e que encampou os movimentos grevistas através da representação associativa. A segunda questão estava no âmbito da disputa do espaço sindical com o Sinproesemma, que reivindicava para si a base geográfica de São Luís.

O desdobramento da contenda em favor do SINDEDUCAÇÃO somente foi resolvido em 2003. Já como entidade sindical, a capacidade de luta desta entidade aumentava consideravelmente, uma vez que não precisava mais da tutela do sindicato estadual para dar curso às negociações com o empregador: o município de São Luís.

O SINDEDUCAÇÃO não se filiou a nenhuma entidade nacional. Embora tenha tido assessoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em seu primeiro PDCV, nunca a ela se filiou. Esta falta de engajamento nas lutas nacionais tem relação com a resistência da ideia de filiação à CUT para associar-se a CNTE. Somava-se a isso, o fato de os cotistas da base do sindicato municipal docente serem identificados com o campo que fazia oposição ao grupo político que dirigiu o sindicato até 2012.

O despertar para o sindicalismo constitui o momento mais representativo da entidade, uma vez que empreendeu lutas de cunho econômico e de perspectiva política mais geral na fase mais recente. O SINDEDUCAÇÃO se torna um dos sindicatos docentes mais importantes do Maranhão, uma vez que representa o magistério da capital e suas ações reverberam como exemplo para todo o estado.

O registro de fundação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) data de 27 de junho de 1976. Assim, como a APEMM, se constituiu também durante o regime militar.

A Associação de Professores do Estado do Maranhão emerge de um contexto em que havia a proibição da organização sindical de servidores públicos. Isto fez com que o magistério estadual e municipal se organizasse em associação como alternativa para se fazer representar institucionalmente diante de seu empregador, ou seja, estado e município.

A fragmentação sindical no Maranhão pode ser explicada pela própria restrição da Lei que impedia os servidores públicos de se sindicalizarem. O Sinterp não podia absorver tanto os professores estaduais quanto os municipais em sua base por este motivo, restando somente a alternativa associativa para este professorado público.

A fundação da APEMA, com apoio da diretoria do Sinterp, mantém vários membros da diretoria do referido sindicato fazendo parte de sua primeira gestão. Infere-se que o mesmo tenha também ocorrido na organização associativa dos professores municipais.

Esta associação desenvolveu-se à margem do assistencialismo e optou por característica de negociação ao invés de enfrentamento logo nos seus primeiros anos de fundação. Mesmo assim, empreendeu lutas importantes em prol do magistério estadual.

A Apema esboçou as primeiras bandeiras de luta já defendidas nacionalmente pela CPB na segunda metade dos anos 1970. Isto permitiu que questões como aposentadoria especial aos 25 anos e a elaboração de um estatuto do magistério para sanear as instabilidades empregatícias que sofria a carreira fossem discutidas. Todos esses fatores permitiram que o Sinproesemma não enveredasse para o campo assistencial e tivesse uma característica pró-ativa diante dos problemas que afligiam seu regime de contratação.

Em 1985, a Apema desencadeia uma grande manifestação de professores por aumento salarial e no debate pela aposentadoria especial aos 25 anos na assembleia legislativa maranhense. Isto demonstra que o movimento docente está articulado com o debate que travava a CPB e entidades a ela coligadas nacionalmente.

O Maranhão, quando comparado com a emergência associativa em outros estados brasileiros, tem um magistério em uma trajetória associativa que só perde em antiguidade para o Rio de Janeiro e São Paulo, como foi examinado nos dados já conhecidos.

A reconstrução da trajetória do associativismo e o sindicalismo docente maranhense tem o mérito de apresentar um estudo histórico e sociológico no campo da pesquisa sindical em uma unidade da federação cujo estudo não foi aprofundado por pesquisadores maranhenses e brasileiros.

As condições objetivas para a emergência do associativismo e o sindicalismo no Maranhão se constituíram a partir do momento em que surgiram as instituições que se dedicavam a formar o magistério no estado. A existência do ensino liceal, na capital, contribuiu para o desenvolvimento de um locus de aglutinação de professores em uma instituição que era uma referência no campo educativo do Maranhão. Isto permitiu que se concentrasse o professorado em São Luís. Grande parte dos docentes, por falta de estrutura de trabalho e incentivo salarial, preferiu permanecer na capital a deslocar-se para o interior do estado. O professorado normalista e aqueles que detinham formação superior concentravam – se também na capital, criando um cenário propício para difusão de ideias associativas.

A legislação trabalhista cunhada no período do governo Vargas, voltada à constituição de sindicatos, formou também as condições objetivas para que o magistério do ensino particular buscasse organizar-se em sindicato. A concentração de instituições de ensino privado na capital possibilitou a densidade deste seguimento de trabalhadores do ensino e criou as condições que permitiram a iniciativa sindical.

A condição subjetiva para a organização associativa no Maranhão se constituiu em dois aspectos. O primeiro se derivou a partir da relação de membros do magistério com organizações estrangeiras e nacionais originárias de práticas associativas. Isto permitiu a difusão de um instrumento político que se coadunava com a demanda de um mecanismo de representação e defesa da classe.

O segundo aspecto subjetivo relaciona-se ao assalariamento como produtor de identidade entre membros da categoria do magistério, levando-o a necessidade de organização de associação ou sindicato a fim de prover uma melhor defesa dos interesses mútuos diante de seu empregador.

Ao identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo docente no Maranhão, verifica-se que duas situações estruturais possibilitam a emergência de associação e sindicatos docentes. A densidade (condições objetivas) e a identificação, enquanto trabalhador da educação, (condições subjetivas) como elementos motivadores de um processo associativo.

O esquema analítico para presidir os estudos de campo foi amplamente empregado tanto por Cruz (2008) em seu estudo sobre a emergência do sindicalismo paulista, quanto por Rêses (2008) em sua tese sobre o sindicalismo no Rio de Janeiro. Em contextos diferentes, estes autores demonstraram que a gênese da organização sindical em educação está determinada por condicionamentos objetivos e subjetivos. Cruz deu grande destaque à organização do campo da educação como elemento estruturante do surgimento das entidades sindicais. Ora, o campo da educação não emerge sozinho, não se estrutura por um efeito miraculoso. Como se verá mais adiante, com o argumento de Gindin (2013), estão envolvidas as camadas dirigentes e seus projetos políticos de modernização nacional. Por isso, o sindicalismo em educação nasce muito próximo do Estado - ou até mesmo subordinado a ele - para mais tarde, abrir uma luta gigantesca pela autonomia do movimento e da organização da entidade. Entre outras disputas, está no centro deste conflito a questão do imposto sindical.

Rêses emprega o mesmo esquema analítico de elementos objetivos e subjetivos como condicionadores da emergência do sindicato. Seu horizonte inclui diversos fatores não apenas

do interior da organização docente ou do interior da escola propriamente dita, como também relativos à história da nação e à composição dos grupos sociais ativos no interior do magistério. Em nosso estudo sobre o Maranhão, também transpareceu este elemento de que a criação de entidades sindicais fortes e atuantes estava relacionada com a composição social do magistério. Isto quer dizer que ao longo dos anos - a saber, do início do século XX até o seu término - aconteceu um processo de transformação social da origem do magistério maranhense. Esta transformação se dá no sentido de que a origem social do magistério, nas últimas décadas, provém, essencialmente, de camadas populares e de segmentos das classes médias que se localizam na parte inferior da estrutura de classes, sendo mais raro, ainda que não impossível, encontrar no magistério representantes das camadas dominantes e abastadas. Este argumento será desenvolvido com mais força quando tratarmos da questão do assalariamento do magistério, mais abaixo.

Em nosso estudo demos grande destaque ao número e à densidade docente como elementos estruturadores. Por isso, todo o acesso aos dados censitários e às pesquisas educacionais realizadas pelo IBGE. O número e a densidade de professores em determinada localidade permitem com que as trocas de experiências, sobre as questões inerentes à profissão, possam possibilitar o surgimento de uma consciência questionadora e também permitam a criação de focos de conflitos por questões que o magistério reputa como direitos intocáveis, mas que são insuficientes sem a construção de um projeto político que dê vazão a percepções coletivas do mundo do trabalho. Tal realidade não termina em si, mas deve-se constituir para si.

Ascolani (2011) confere grande peso ao argumento de que a emergência do sindicalismo, depende, fundamentalmente, da existência de conflitos na base do magistério. Para o autor, o conflito antecede a organização e permite que surja a associação ou o sindicato. O autor fornece elementos de sustentação da sua tese com seus estudos realizados na região de Rosário, Argentina. Entretanto, é plausível supor que as organizações possam também aparecer antes dos conflitos e que preparem o terreno para os movimentos terem sucesso ou não. Se esta hipótese for verdadeira é possível manter que a relação entre organização e conflito não ocorra apenas em uma direção. No estudo que acabamos de realizar sobre o Maranhão, nitidamente, primeiro, surgiram as organizações e depois elas prepararam o terreno para enfrentamentos e conflitos com os governos municipal e federal.

Gindin (2013) argumenta que, para além da densidade e do significado do número dos docentes, há a necessidade de as camadas dirigentes manterem o controle e o apoio de camadas sociais significativas para os seus projetos de desenvolvimento e de modernização. Neste

sentido, o Estado teria favorecido, segundo argumento do autor, o surgimento de legislação e normatização da instituição sindical como organização de luta e defesa das demandas do magistério. Evidentemente, o Estado, com este movimento, pretende capturar o apoio do sindicato e não deixá-lo cair nas esferas críticas de grupos com outros projetos sociais. Este argumento parece conduzir em direção a uma disputa entre dirigentes do Estado e uma verdadeira autonomia sindical como aparece em momentos da organização associativa e sindical.

Até a primeira década do século XX, o magistério maranhense ficou sem ter qualquer associação que o representasse diante do estado. Isto leva a crer que as condições que propiciariam a emergência de entidades com tal propósito ainda não estavam conjugadas.

As condições de assalariamento a que o professorado foi acometido ao longo do tempo permitiram uma aproximação de uma visão coletiva sobre a necessidade de criar mecanismo de autodefesa, pois viam sua situação social se aviltar diante desvalorização econômica dos seus ganhos salariais.

Os fatores objetivos e subjetivos se articulam no Maranhão a partir da difusão de ideias associativas que foram trazidas por um professor que possuía filiação a uma entidade associativa europeia e que exerceu o cargo de diretor da Escola Normal. Nina, quando diretor da Escola Normal e membro da Associazione Pedagogica de Roma, ao difundir o modelo da organização associativa do normalismo italiano, possibilitou ao professorado construir um instrumento político que se coadunava com a demanda de um mecanismo de representação e defesa da classe. Foram estas ideias que tomaram força e permitiram o surgimento da primeira iniciativa associativa maranhense.

A concentração de grande parte do magistério na capital foi fundamental para o amadurecimento das concepções associativas. Procuramos, metodologicamente, dar conta dessa dimensão por meio do estudo da instituição Escola Normal e da Instituição Liceu Maranhense, que podem ser vistos no anexo. Supomos que o estudo do papel destas instituições em relação à constituição de organizações sindicais possa tornar-se significativo para outros estados do país também. As diversas organizações de trabalhadores docentes que existiram e não se mantiveram ativas, representam a busca constante da necessidade de possuir sua representação institucionalizada.

A legislação cunhada no regime militar foi responsável por produzir a fragmentação dos professores públicos e os da rede particular, uma vez que estava proibido aos primeiros se

organizarem sindicalmente e constituírem um sindicato único para todo o magistério de sua região geográfica.

A análise do desenvolvimento histórico do associativismo e sindicalismo maranhense demonstra que este se configurou em entidades que tinham o intento de representar todo o professorado e formas fragmentadas de representação.

O associativismo e sindicalismo docente maranhense se articulam com o movimento internacional e nacional de organização de sua categoria. O advento da ABE e a intervenção da CPB são marcantes na história associativa maranhense. Evidencia-se que se o contato com estas entidades colocaria o Maranhão no mesmo patamar onde o magistério se organizou mesmo que tardiamente.

O desenho sindical concebido pela era Vargas teve como resultado a influência do poder político local sob as entidades associativas e sindicais no Maranhão. Os traços dessa relação foram identificados pelo nível de combatividade diante dos problemas concretos da categoria.

As contradições que o sindicalismo docente maranhense enfrentou para se consolidar se traduzem em um processo dialético, cuja complexidade é inerente a cada espaço social e que tem eco no processo histórico da formação social maranhense.

O associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão se desenvolveram em uma sociedade cujo grau de controle mantinha-se fortemente ativo e sem o qual não foi possível erigir entidades de defesa de interesses laborais sem fazer mediações com o poder político local.

O desenvolvimento associativo surge sobre o caráter formativo/científico e corporativo/associativo como resultado de relações de intercâmbio e influência de organizações voltadas à representação do magistério e do campo educacional.

O professorado maranhense se organiza dentro de um cenário em que não havia uma cultura associativa e nem um movimento reivindicativo que buscasse explicitamente colocar a problemática das condições salariais como mote principal da sua intervenção, diante dos empregadores. Isto se deveu à característica da origem social do magistério quando se constituíram as primeiras organizações.

A fase associativa do magistério maranhense se deu com relação próxima ao poder político local e em uma fase conturbada do país. Isto dificultou, por algum tempo, o processo de negociação das pautas das relações salariais e da bandeira da estabilidade funcional, mas isso se reveste com o tempo.

Identifica-se que no Maranhão a fase propriamente sindical emerge da transformação das associações a partir da necessidade de um instrumento político que permite a defesa dos interesses da categoria sob as condições de assalariamento tanto do setor privado quanto do setor público.

As contradições que o sindicalismo docente maranhense enfrentou para se consolidar se traduzem em um processo dialético que permitiu emergir organizações associativas e sindicais, sob a tutela do poder político. A alteração da composição social do magistério para condição de assalariamento e proletarianização são as chaves explicativas para o desenvolvimento de ações pró-ativas e bandeiras de lutas que levaram a esboçar combatividade na defesa dos interesses dos seus representados.

A organização sindical docente maranhense resulta de um processo de desenvolvimento da consciência associativa do professorado, cuja expressão materializa-se através da constituição de entidades que os represente diante dos empregadores estatais e privados do ramo do ensino.

As condições adversas ao exercício de sua autonomia diante dos governos e dos agentes econômicos do setor privado moldaram a características das associações e sindicatos no Maranhão. A partir dos conflitos de interesses é que estas organizações buscaram uma maior combatividade para o atendimento das demandas dos seus representados.

A transformação das entidades associativas do magistério do setor público em sindicatos ocorreu diante do processo conflituoso que já vinha desenvolvendo-se desde a década de 1980 com a luta pela regulamentação do estatuto da carreira docente estadual. Já o sindicalismo dos professores públicos da capital tem sua bandeira de luta em torno da aprovação e cumprimento do PDCV.

O sindicalismo docente do ensino particular volta a negociar com os patrões, de maneira mais combativa, a partir de dos anos 1980. Os elementos de conflito estavam na falta de acordos coletivos entre patrões e empregados, o que também afetava os professores contratados pelo estado no regime da CLT. Este forma fatores mais decisivos que produtores de uma reorientação sindical naquela entidade.

O processo de organização sindical no Maranhão seguiu o percurso associativo em sua gênese por dois motivos. Em primeiro lugar, a única referência que os professores tinham conhecimento para se aglutinar, organicamente, era a constituição de associação. Os professores do ensino particular tiveram sua fase organizativa em associação e somente depois receberam a carta sindical para ter um sindicato. Já o segundo elemento motivador era a própria

força da legislação que circunscrevia a forma associativa para o magistério público, o que veio alterar-se a partir da constituição de 1988.

O associativismo e o sindicalismo docente maranhense emergem da conjugação dos fatores subjetivos e objetivos que permitiu o surgimento de organizações, cujo mote foi representar a classe do magistério diante dos empregadores públicos e privados, mesmo dentro de um contexto de grande controle político sobre suas lideranças e categoria a partir das entidades de sua representação.

As contribuições deste trabalho permitem compreender não só a emergência do associativismo e sindicalismo docente maranhense, mas trazer mais um elemento analítico à literatura nacional sobre esses trabalhadores da educação brasileira.

Produzir conhecimento sobre a gênese do associativo e sindical docente maranhense, os estudos das instituições educacionais que se constituíram em embriões das organizações associativas e as estatísticas educacionais do país permitem melhor conhecer o desenvolvimento do sindicalismo docente no Maranhão.

Do ponto de vista metodológico, as análises sobre os dados censitários possibilitam um entendimento não só do decurso da formação social maranhense, mas também permitem perceber o processo evolutivo das condições objetivas do surgimento das organizações associativas e sindicais.

Considera-se importante para estudos futuros a investigação sobre a emergência dos sindicatos docentes municipais. Estudos sistemáticos que indiquem se estes derivam do conflito ou de ação do poder político local seriam de grande valia para compreender o atual processo de fragmentação na organização da categoria de trabalhadores do magistério.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBEVILLE, Claude de. **História das missões dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas; em que trata das singularidades admiráveis e dos costumes dos índios habitantes do país.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945, 297p.

ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino de primeiras letras: as escolas régias (1772-1794).** Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, 527p.

ALMEIDA, Danusa Mendes. **A formação do movimento sindical cearense: da criação da APEOC/ Sindicato e do SINDIUTE.** In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. CD – ROM.

_____. **O papel da APEOC/Sindicato e do SINDIUTE na construção do projeto de gestão democrática nas escolas públicas estaduais cearenses.** In: Anais do Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2010. CD – ROM.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith et al. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. 203p.

ALVES, Giovanni. **Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998).** Rev. Sociol. Polit, Curitiba, n. 15, Nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 Dec. 2011.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na primeira república.** São Luís: UFMA, 1984, 107p.

AMADO, Janaina.; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos & abuso da história oral.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2006, 304p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005, 262p.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1992, 188p.

_____. **O NOVO SINDICALISMO NO Brasil**. Campinas: Pontes, 1995, 86p.

ANTUNES, Paulo & CARVALHO, Pedro de Castro. **A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais**. Campinas: Editora Alínea, 2008. 120p.

ARAÚJO, Angela. **Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo, 2002, 184p.

BARBOSA, Zuleide de Moniz. **As “temporalidades” da política do Maranhão**. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo. Ano III, n. 25, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. 282 p.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes histórico do Estado do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o anno em que foy descoberto até o de 1718**. São Luís: tipografia Maranhense, 1849, 655p.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, 803p.

BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: editora da Unicamp. 1991, 312p.

BORGES, Angélica & LEMOS, Daniel Cavalcante de Albuquerque. **O “sangue quente” que anima a classe: a luta dos professores públicos primários na Corte Imperial**. In.: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e Sindicalismo**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

BORGES, Arleth Santos. **A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1998, 296f. Tese (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. 2009, 332f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952**. Cadernos. AEL. Campinas, n. 12/13, p.13-46, 2000.

_____. **Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e ruptura**. 2009, 260f. Dissertação (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo, Vértice, 1987, 200p.

BOURDIEU, Pierre et alii. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007, 328p.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e educação no Maranhão**, São Luís: SIOGE, 1984, 164 p.

CALDEIRA, José Ribarmar. **A ANL no Maranhão**. São Luís: Edufma, 1990, 84p.

_____. **Origens da Indústria no sistema Agroexportador Maranhense – 1875-1895. Estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX**. 1988, 292f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30.** 2002, 329f. Dissertação (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: ação integralista no Maranhão.** São Paulo: Annablume, 1999, 136p.

CARVALHO, Jacinto de S. J. **Crônica da Companhia Ade Jesus no Maranhão.** São Luís: Alumar, 1995, 110p.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Escola como mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar.** São Paulo: Iglu, 1989. 143p.

CONDURÚ, Felipe Pacheco. **Pai e Mestre.** São Luís: Secma, 2004, 441p.

CARONE, Edgard. **A república Nova (1930-1937).** São Paulo: Difel, 1976, 414p.

CARON, Marcos Macedo. **A educação de braços cruzados: o impasse das greves do ensino público. Uma análise das propostas das lideranças sindicais do magistério.** 1996, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

CASTRO, Augusto Cesar. **Leis e regulamentos da instrução Pública do Maranhão (1835-1889).** São Luís: Edufma, 2009, 464p.

CATTANI, Antonio David et al. **Sindicatos –Sindicalismos.** In: CATTANI, Antonio David. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: SECMA, 1993, p. 396

CRUZ, Helvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. 2008, 287f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada do novo sindicalismo: a crise do discurso do novo sindicalismo**. Petrópolis: Vozes, 2000, 250 p.

DAL ROSSO, Sadi & LÚCIO, Magda de Lima. **O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil**. Revista Universidade e Sociedade. Brasília – DF, ano XIV, nº 33, Junho: 115 – 125, 2004.

_____. **Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. In.: Sadi Dal Rosso (Org.) Associativismo e sindicalismo em educação. Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. **Condições estruturais de emergência do associativismo e sindicalismo do setor de educação: leitura a partir de dados censitários brasileiros**. In: Anais do II Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2010. CD – ROM.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês: as singularidades da França equinocial (1612-1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 358p.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002, 436p.

DECCA, Edgar Salvatori de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 209p.

DENIS, Ferdinand. **Notas críticas e históricas sobre a viagem do padre Ivo de Evreux**. In.: Yves D'Evreux. Viagem ao norte do Brasil: Feita nos anos de 1612 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002, 436p.

DUARTE, Rosa Serradas. **La formation continue des enseignants au Portugal (1992-2002): contraintes et paradoxes engendrés par le lien entre crédits de formations et progression dans la carrière** (v.2 – Annexes). 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Ecole Doctorale Sciences des Sociétés et du Droit, Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2007.

DURKHEIM,Émile.**Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 483 p.

_____.**As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 166p.

_____. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 304 p.

_____. **Educacion y Sociologia**. Bogotá: Editoria Linotipo, 1979, 192p.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora inglesa**. São Paulo: Boitempo, 2010, 388 p.

ENGUITA, Mariano F. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 4, p. 1 – 17, 1991.

_____. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Teoria & Educação, São Paulo, n.4, 1991.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, 280p.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses (1822-1929)**. São Luís: Instituto Geia, 2003, 513p.

_____. **Quando se uniu o Maranhão ao Brasil?** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís: n. 1. p. 69-75, 1948.

FERNANDES, Rogério. **O despertar do associativismo docente em Portugal**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2010, 62p.

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão**. São Paulo: Loyola, 1984, p. 135.

FERREIRA Jr, Amarildo. **Movimento de professores e a organização de esquerda na ditadura militar**. In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. CD – ROM.

_____. **Movimento de professores e a organização de esquerda na ditadura militar**. In.: DAL ROSSO, Sadi (Org.). Associativismo e Sindicalismo. Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998, 304f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____; BITTAR, Marisa. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Educ. Soc., Campinas, n.97, p. 1159-1179, 2006.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira.; KLUMB, Márcia Cristiane Völz. **Para uma memória do sindicalismo docente: o 24º núcleo do CPERS/SINDICATO**. In: Anais do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, UERJ, 2011. CD – ROM

FRASER, Márcia Tourinho Dantas. **Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 14, p. 139-152, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Sindicalismo docente**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 8

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Livros do Mundo Inteiro, 1970, 337p.

GINDIN, Julián José. **Estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil**. In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. CD – ROM.

_____. **Sindicalismo docente e Estado: As práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina.** 2006, 256f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Por nós mesmos. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México.** 2011, 280f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Sindicalismo docente em América Latina: um ensaio sociológico.** In.: GINDIN, Julián José; VIEIRA, Márcia Ondina; DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos.* Brasília: Paralelo 15, 2013, 288p.

GODÓIS, Barbosa de. **História do Maranhão.** São Luís: EdUEMA, 2008, 364p.

_____. **O mestre e a escola.** São Luís: Imprensa Oficial, 1910, 191p.

GOODOLPHIM, Costa. **A Associação.** Lisboa: Seara Nova, 1974.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de monografia, dissertação e tese.** São Paulo, Avercamp, 2004, 124p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999, 206p.

GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998, 460p.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia.** Revista de Políticas públicas. São Luís, n. 11, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2008, 124p.

HOBBSAWN, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JESUS, Márcio José Gonçalves de. **Concepção e prática sindical dos trabalhadores da rede de ensino particular de São Luís (1945-1964)**. 1996, 68f. Monografia (Licenciado em História) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

KORNIS, DÉBORA Almeida; MONTEIRO, DÉBORA Paiva. **O movimento sindical urbano e o papel da CGT**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT>. Acesso em 25 de abril 2011.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 250p.

LEFRANC, Georges. **Sindicalismo no Mundo**. Mira-Sintra (PT): Publicações Europa-América, 1978, 141p.

LEFEBVRE, Henri. **Logica forma/Logica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 312p.

_____. **The sociology of Marx**. New York: vintage book, 1969, 207p.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórica-geográfica da província do Maranhão: oferecida ao soberano congresso das cortes geres, extraordinárias, e constituintes da monarquia portuguesa**. Lisboa: Typ. Da Academia real das Sciencias, 1822, 90p.

LEITE, Serafim. **Breve história da Companhia de Jesus no Maranhão (1549-1760)**. Braga (PT): Livraria A. I, 1961.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. **Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial**. 2011, 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LÊNIN, V. I. **Sobre sindicatos**. São Paulo: Editora Polis, 1979, 238p.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979, 149.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In.: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (Orgs.). **Uso e abuso da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, 304p.

LOBO, Antonio. **A política maranhense**. São Luís: Typografia J. Pires, 1916, 113p.

LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989, 212p.

LÜDKE, Menga et al. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

LUGLI, Rosario S. Genta. **O trabalho docente no Brasil: o discurso dos centros regionais de pesquisa educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971)**. 2002, 219f. Tese (**Doutorado em Educação**) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 598p.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Fran Paxeco e as figuras maranhenses**. Rio de Janeiro: Edição dois mundos, 1957, 362p.

MARANHÃO. **Trabalhos do Congresso Pedagógico**. São Luís: Imprensa oficial, 1920, 600p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 2v, 966p.

_____. **Grundrisse**. London: Penguin, 904 p.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo/UFRJ Editora, 2011, 788 p.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: edições AML, 2008, 1.028p.

MARTINS, Heloisa Helena. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. São Paulo, Educação e Pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, Artur. **Movimento associativo popular e da democracia**. Mimeo. s/d. Disponível em <http://www.25abril/get_document.php.id=259>. Acesso em 25 de abril 2011.

MATINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora, 1999.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 160p.

MCILROY, John. **Os sindicatos e o Estado**. In.: Angela Araújo (Org.). Do coporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002, 183p.

MELO, Sandra Maria Barros Alves. **Formação de professores: o Instituto de Educação no Maranhão (1939-1973)**. 2009, 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2009.

MEIRELLES, Mario M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994, 349p.

_____. **João de Barros, primeiro donatário do Maranhão**. São Luís: Alumar, 1996, 100p.

_____. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, s/d, 240p.

_____. **História do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2008, 382p.

MÉZAROS, István. **Estrutura social e formas de consciência, volume II: a dialética da estrutura e história**. São Paulo: Boitempo, 2011, 370p.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 246p.

_____. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 380p.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011, 400f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal Fluminense, Niterói, 2011.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978, 403p.

MORENO, Diogo de Campo Moreno. **Jornada do Maranhão: por ordem de S. Majestade feita no ano de 1614**. São Paulo: Siciliano, 2001, 186p.

MOTTA, Diomar das Graças. **A emergência dos Grupos Escolares no Maranhão**. In.: Vidal, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006, 376p.

_____. **Mulheres professoras na política educacional do Maranhão**. São Luís: Imprensa universitária da UFMA, 248p.

_____. **Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio**. São Paulo, *Educação & Linguagem*, n. 18, p. 123 - 135. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewArticle/110>. Acesso em 01 outubro 2011.

_____. **Pioneirismo da escolarização feminina no Maranhão**. In.: Congresso Brasileiro de História da Educação, III, 2004, Paraná. *Gênero, etnia e educação escolar*. Vitória, 2004. Disponível

em:<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/406.pdf>>. Acesso em 9 set. 2012.

_____. **Os reflexos da escola nova no Maranhão.** In.: Maria Elisabeth Blanck et alii (Orgs.) Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores associados, 2011.

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e do Pará.** Rio de Janeiro: Alhambra, 1987, 386p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Campinas, *Educ. Soc.*, vol. 25, n. 89, p. 1127 - 1147, Set./Dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01 outubro 2010.

OLIVEIRA, Wellington de. **Trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: Da UTE ao SIND-UTE.** In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. CD – ROM.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigma e revelação.**São Paulo: Cortez, 2003

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural.** Petrópolis: Vozes, 1995, 485p.

PAULA E SILVA, Francisco de. **Apontamento para a história eclesiástica do Maranhão.** Bahia: Typographia de S. Francisco, 1922.

PEREIRA, Alexandre.; POUPA, Carlos. **Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word.** Lisboa: Edições Sílabo, 2008, 224p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: Problemas filosóficos da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. 587 p.

PINTO, Maria Núbia Bomfim. **Do novo ao velho: política e educação no Maranhão. 1982**, 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

POLITZER, Georges et al. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1987, 396p.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação nas ciências sociais: trajectos**. Lisboa: Gradiva, 2008, 282p.

REGO, Luiz. **Questões de educação: contribuição aos problemas educacionais do maranhense**. São Luís: Typographia M. Silva, 1934, 105p.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. 1992, 227f. Dissertação (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1992.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008, 283f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público Maranhense**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo e educação**. São Luís: SECMA, 1993, p. 226.

_____. **Estado Nacional e ensino fundamental: Maranhão (1937-1945)**. 1991, 287f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, 218p.

RODRIGUES, Iram Jácome. **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999, 248 p.

ROSSI, Waldemar & GELAB, Willian Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 128p.

SÁNCHEZ, Vázquez Adolfo. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007, 488p.

SANTOS, Ariosvaldo. **Unicidade sindical: uma questão tática para os trabalhadores. Pegada**. São Paulo, vol. 4, nº 2, p. 69-85, 2003

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010, 476p.

ASCOLANI, Adrian. **La Federacion provincial del magistério de Santa Fé: experiências y limites del gremialismo docentes (Argentina, 1918-1943)**. DAL ROSSO, Sadi et alii (Org.). *Associativismo e Sindicalismo em Educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011, 368p.

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o poder das estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 2005, 332p.

_____. **Uma breve história das estatísticas brasileiras, 1822-2002**, Rio de Janeiro: IBGE, 2009, 472p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científica**. São Paulo: Cortez, 1996, 272p.

SILVA, José de Ribamar Pereira. **Sindicato dos Professores de São Luís (Sinpro): ruptura com o peleguismo e inserção no “Novo Sindicalismo” (1974-1982)**. 2008, 90f. Monografia (Bacharel em História) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SILVA, Isméria Marques da. **Memória e identidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes públicas Estaduais e Municipais do estado do Maranhão.** São Luís, Mimeo, s/d.

SILVA, João Correia da. **Sindicato dos Trabalhadores Em Educação Básica Pública Do Estado do Piauí - SINTE – PI: “uma trajetória de luta pela dignidade do trabalhador em educação”.** In: Anais do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, UERJ, 2011. CD – ROM

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal.** São Paulo: Siciliano, 2001, 68p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 512p.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 608p.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo.** São Paulo: Ática, 1981, 227p.

SINDEDUCAÇÃO. **Nossa história.** São Luís. Mimeo, s/d. Disponível em:http://www.sindeducacao.com.br/web/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=4> Acesso em 01 outubro 2011.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: Melhoramento, 1976, 276p.

SIQUEIRA, Tânia Cristina. **O Trabalho docente nas instituições de ensino superior privada em Brasília.** 2006, 204f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal no estado de São Paulo (1890-1930).** São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979, 225p.

TARDIF, Maurice; LASSARD, Claude. **Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

n. 9, p. 246-286, jun./jul. 2003.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro, 1962, 305p.

TOURINHO, Maria Angélica Costa. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas**. 2008. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2008.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011, 100p.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 394p.

VICENTINI, Paula Perin. **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)**. 2002, 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamento para história da instrução pública e particular do Maranhão**. São Luís: Edição fac-similar 1937.

_____. **História do comércio do Maranhão (1612 a 1896)**. São Luís: Edição fac similar, 1992, 1v, 618p.

_____. **História do comércio do Maranhão (1612 a 1896)**. São Luís: Edição fac similar, 1992, 2v, 618p.

_____. **História do comércio do Maranhão (1896 a 1934)**. São Luís: Edição fac similar, 1992, 2v, 618p.

_____. **Alcântara: no seu passado econômico, social e político.** São Luís:
Alumar, 1999, 180p.

WEBB, Sidney & Beatrice. **The trade unionism.** New York: Publisher Clifton, 1973.

ZANETTI, Lorenzo. **O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios.**
Fase, 1995, 62p.

Atas, Jornais e Estatutos Consultados

Diário de São Luiz, 20/01/1921 (Associação de Professores em Natal ou APRN)

O Imparcial, 09/02/1930

Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE)

O Imparcial, 13/04/1929

O Imparcial, 16/04/1929

O Imparcial, 20/04/1929

O Imparcial, 23/04/1929 (Convite)

O Imparcial, 26/04/1929

O Imparcial, 01/05/1929

O Imparcial, 03/05/1929 (Informe sobre as Conferências Pedagógicas)

O Imparcial, 04/05/1929 (Informe sobre as Conferências Pedagógicas)

O Imparcial, 08/05/1929

O Imparcial, 09/05/1929

O Imparcial, 10/05/1929

O Imparcial, 21/05/1929

O Imparcial, 23/05/1929

O Imparcial, 01/06/1929

Associação de Professoras Normalista do Maranhão

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 17/10/1931

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 07/05/1931

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 20/05/1931 (Estatuto de 1931)

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 23/10/1937 (subvenção para a caixa de assistência através da Lei nº 137/1937)

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 19/03/1938.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 23/03/1938 (A posse da nova diretoria da Associação de Professores Normalista do Maranhão).

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 26/04/1939 (Novos estatutos da Associação de Professores Normalista do Maranhão).

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular - Sinterp

Ata de 11/07/1945

Ata de 18/7/1945

Ata de 20/07/1945

Ata de 20/08/1945

Ata de 20/09/1946

Ata de 20/10/1945

Ata de 28/11/1945

Ata de 25/02/1946

Ata de 20/03/1946

Ata de 25/02/1946

Ata de 20/04/1946

Ata de 20/05/1946

Ata de 25/06/1946

Ata de 20/07/1946

Ata de 30/08/1946

Ata de 30/08/1946

Ata de 30/09/1946

Ata de 20/12/1946

Ata de 30/01/1947
Ata de 20/02/1947
Ata de 30/03/1947
Ata de 20/04/1947
Ata de 26/05/1947
Ata de 30/06/1947
Ata de 30/06/1947
Ata de 09/09/1947
Ata de 09/10/1947
Ata de 29/11/1947
Ata de 20/12/1947
Ata de 12/03/1947
Ata de 05/05/1948
Ata de 22/06/1948
Ata de 30/06/1948
Ata de 28/08/1948
Ata de 12/11/1948
Ata de 12/12/1948
Ata de 21/12/1948
Ata de 07/05/1949
Ata de 21/012/1964
Ata de 04/03/1966
Ata de 26/03/1966
Ata de 29/05/1967
Ata de 22/02/1968
Ata de 14/03/1968
Ata de 30/06/1968
Ata de 02/07/1968
Ata de 28/03/1969
Ata de 88/05/1969
Ata de 29/06/1969
Ata de 29/06/1970
Ata de 03/03/1971

Ata de 07/03/1971
Ata de 18/05/1971
Ata de 18/06/1971
Ata de 29/06/1971
Ata de 14/07/1971
Ata de 17/06/1971
Ata de 23/6/1973
Ata de 28/05/1974
Ata de 28/05/1974
Ata de 05/10/1974
Ata de 03/05/1975
Ata de 29/11/1975
Ata de 26/06/1976
Ata de 06/05/1977
Ata de 11/06/1977
Ata de 02/12/1978
Ata de 22/09/1979
Ata de 12/04/1980
Ata de 26/05/1980
Ata de 22/11/1980
Ata de 30/05/1981
Ata de 15/05/1982
Ata de 28/05/1983
Ata de 06/05/1983
Ata de 19/11/1983
Ata de 14/04/1984 (Acordo Coletivo de Trabalho)
Ata de 12/05/1984 (Minuta da proposta de reformulação do estatuto)
Ata de 09/06/1984
Ata de 24/11/1984

Diário de São Luiz, 05/09/1947

Diário de São Luiz, 11/09/1947

Diário de São Luiz, 13/09/1947

Diário de São Luiz, 17/09/1947 (Festa dos professores e o recebimento da carta sindical)

Sindicato dos Professores públicos, Especialista em Educação pública e Servidores Públicos da Educação do Estado do Maranhão - SINPROESEMMA

Ata de 25/01/1989 (Transformação da APEMA em SINPROESEMMA)

Atas do ano de 1976

Atas do ano de 1977

Atas do ano de 1978

SINDEDUCAÇÃO

Ata de Assembleia geral extraordinária, 29/08/2003

Entrevistas com sindicalistas e ex-sindicalistas

Ângela Maria Silva Souza (Sinterp)

Florilena Gomes Aranha (Sinterp)

Geraldo Castro Sobrino (Sinterp)

Isméria Marques da Silva (Sinterp/Simproesemma)

José Arimatea Machado (SINDEDUCAÇÃO)

José do Santos Brússio (Sinproesemma/SINDEDUCAÇÃO)

Júlio Pinheiro (Sinproesemma)

Leonel pereira Tores (SINDEDUCAÇÃO)

Márcio José Gonçalves de Jesus (Sinterp/Simproesemma)

Maria Lindalva Batista (SIDEDUCAÇÃO)

Maurício Serrão (Sinterp)

Miguel Arcângelo Bernardes Filho (Sinterp)

Odair José Neves Santos (Sinproesemma)

Oduvaldo Santos Cruz (Sinterp)

Raimundo assunção Amaral (Sinterp)

Sérgio Henrique Ribeiro (SINDEDUCAÇÃO)

Waldenê Costa Melo (Sinterp)

Sítios consultados:

Associação Brasileira de Educação: <http://www.abe1924.org.br/>

AssociazonePedagogicaProfissionale:

<http://www.archiviapsychologica.org//index.php?id=1038>.

Estatísticas do século XX: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao>

SINPROESEMA: <http://www.sinproesemma.com.br/>

SINTERP-MA:<http://www.sinterp.com.br/>

Sindicato de Professores do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio): <http://www.sinpro-rio.org.br/home/>

UNIVERSIDADE DE CHICAGO. – Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitalization project. Almanak Laemmert. Disponível em<<http://brazil.crl.edu/bsd/hartness/império.html>>. Acesso em junho de 2011.

UNIVERSIDADE DE CHICAGO. – Center for Research Libraries –. Brazilian Government Document. Provincial Presidential Reports (1830 – 1930). Maranhão Digitalization Project. Disponível em< <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o> >. Acesso em junho de 2011.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DO MAGISTÉRIO NO ESTADO DO MARANHÃO

Objetivos específicos:	Perguntas:
1. Identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo e sindicalismo docente no Maranhão;	1. Quando entrou na carreira docente? 2. Há quanto tempo é sindicalista? 3. Quando surgiu a associação/ sindicato? 4. Existe alguma entidade organizativa que antecedeu o sindicato? 6. Qual a origem social dos docentes (eram de origem de pequenos proprietários, de servidores da alta burocracia, de famílias com poder político e econômico, etc.) quando do surgimento da associação/sindicato? 7. Havia mulheres na direção da associação? Normalista? Não normalista?
2. Identificar as organizações de trabalhadores docentes que se formaram ao longo da história da educação maranhense, sua natureza e as razões que conduziram a uma pluralidade de entidades;	8. Quais entidades atuam na mesma base de representação do sindicato? Poderia informar o período e por quê? 9. Quais são as entidades que organizaram o magistério Maranhense? (Objetivo específico 6)
3. Analisar o associativismo e o sindicalismo enquanto formas de resistência e de ação pró-ativa dos trabalhadores docentes no Maranhão;	10. Qual a bandeira de luta que motivou a organização da entidade em seu surgimento? Poderia informar o período? 11. Quais as iniciativas de resistência e de ação pró-ativa que o magistério tomou ao longo de sua história? 12. Como o sindicato a associação/ sindicato defendia os trabalhadores das pressões e/ou das condições de trabalho? Atualmente, mudou? (Objetivo específico 2)

<p>4. Relacionar o contexto histórico, social econômico e político com a emergência do associativismo e sindicalismo do magistério;</p>	<p>13. Em que contexto social, político e econômico do Maranhão surgiram as associações e os sindicatos do magistério?</p> <p>14. A organização do sindicalismo docente no Maranhão teve influência de entidades externas ao estado ou do exterior?</p>
<p>5. Levantar as principais lutas do magistério maranhense e, dentro do possível, propor uma periodização da evolução;</p>	<p>15. Quais as principais lutas do magistério Maranhense?</p> <p>16. Você poderia fazer um histórico das lutas do sindicato ao longo do tempo?</p>
<p>6. Analisar as condições atuais do sindicalismo docente maranhense.</p>	<p>17. Quais entidades organizaram o magistério maranhense? (Objetivo específico 2)</p> <p>18. Quais os principais problemas que o sindicalismo docente enfrenta no Maranhão?</p> <p>19. Qual o tamanho da base? E de filiados à associação/sindicato?</p> <p>20. Qual a situação atual do sindicalismo docente no Maranhão? (Objetivo específico 2)</p>

ANEXO B – BIOGRAFIAS

Rosa Castro

Nasceu no município de São Bento, no dia 6 de outubro de 1891. Era a penúltima de uma prole de oito filhos do comerciante e solicitador provisionado Oton Castro e de Josefina Costa Castro.

Os primeiros anos de sua infância foram em São Bento. Devido à decadência econômica que enfrentou o município com a abolição da escravatura, o segundo irmão foi para Belém tentar o comércio e por lá prosperou, chegando a ser diretor do Banco do Pará. Logo em seguida, a família se mudou para aquela cidade, permanecendo por pouco tempo.

Em Belém, a professora Rosa Castro concluiu o curso primário na Escola Gentil Bittencourt.

Ao retornar para São Luís, ingressou na Escola Normal, a convite do Liceu de dr, Tancredo Serra Martins, que foi diretor do Liceu e secretário na Escola Normal. O convite recebido parece ter ido ao encontro da sua motivação pelo sucesso que obteve nos estudos, pois ao concluir seu curso, em 1910, foi estudante laureada.

As qualidades de Rosa Castro eram proeminentes e seu desempenho como normalista chamaram atenção de dois ex-governadores do Maranhão: Benedito Leite (1908-1910) e Luiz Domingues (1910-1914).

Concorreu a uma vaga de deputada constituinte do Maranhão pela União Republicana do Maranhão (URM) e pela Liga Eleitoral Católica (LEC), não obtendo êxito neste pleito. Motta (2003) informa que no levantamento biográfico acerca da professora Rosa Castro não há registro de como ocorreu seu ingresso na política partidária.

A contribuição da professora Rosa Castro para o associativismo docente teve início com a sua participação no quadro diretivo da Associação Almir Nina, cuja fundação remonta ao ano de 1912. No Congresso Pedagógico de 1920, a mesma utilizou todo o seu prestígio e reconhecimento no campo educacional maranhense para reativar aquela associação.

Em 1929, participou da constituição de outra entidade associativa. Trata-se da criação do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE). Rosa Castro foi uma das duas mulheres que tiveram papel relevante nessa iniciativa associativa.

Segundo o professor Miguel Arcangelo, ex-presidente do sindicato de professores do ensino particular, Rosa Castro foi uma incentivadora para que entrasse no mundo sindical.

Nos anos 1916, fundou e dirigiu a Escola Normal Primária “Rosa Castro”. Esta instituição é considerada por Motta (2008) a segunda mais antiga escola normal do Maranhão. O funcionamento se encerrou nos anos 1980 e foi responsável pela formação de normalistas de grande destaque no campo educacional e sindical maranhense.

Miguel Arcângelo Bernardes Filho

Nasceu em São Luís, obteve sua formação superior em Filosofia em 1968 como o único aluno da turma. Lecionou em diversos colégios Rosa Casto, Centro Caixerai, Liceu, Ateneu, Luiz Viana, Conceição de Maria, e no Seminário Santo Antônio. Atuou no ensino superior público com adjunto e assumiu cargos administrativos na Universidade Federal do Maranhão.

Foi funcionário dos Correios e ingressou no sindicalismo através de um amigo, que também era professor no Colégio Rosa Castro. Em 1972, assumiu a direção do Sindicato de Professores Secundário e primário de São Luís. Seu mandato sindical se deu durante o período do regime militar. A caracterização da sua trajetória como sindicalista se destaca pelo viés conciliatório e administrativo na gestão Sinterp.

O perfil de Miguel Arcângelo era de respeito ao “poder instituído” no Brasil durante os “anos de chumbo”. Foi dessa forma que o mesmo explica a não intervenção no Sinterp durante a sua presidência, ao contrário do que aconteceu com muitas diretorias sindicais em que houve interferência do Estado. O seu viés foi de colaboração e nunca de enfrentamento a estrutura política vigente no período que dirigiu o sindicato.

Tornou-se membro da direção da Federação Intersindical dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FITEE) exerceu mandatos de 1973 a 1980 nessa entidade, cuja sede fica no Rio de Janeiro. Isto o levou a ser uma liderança nacional a partir de atuação que teve na federação.

Miguel Arcângelo apoiou a organização da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), chegando a ser membro do Conselheiro fiscal e influenciou na composição da chapa da primeira eleição da entidade que ocorreu em 1977. Indicou o nome de Walter Ribamar Martins para ser vice-presidente diretoria da associação, o que demonstrava a sua liderança no campo sindical docente.

O grupo político que liderava no Sinterp perdeu a eleição em 1983 para chapa encabeçada pela professora Florilena Aranha. Este fato decretou a perda de influência no movimento sindical docente maranhense.

Isméria Marques da Silva

Nasceu em Coroatá, Maranhão, negra, filha de servidor público, estudou o ensino médio no Liceu maranhense, nos anos 1964. Estudou e se graduou em Geografia e História na Faculdade de Filosofia na Universidade Católica do Maranhão, instituição que depois veio tornar-se Universidade Federal do Maranhão, após federalização.

Durante o período repressivo de 1964, Isméria Marques participou das reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE) sem, no entanto, ter assumido tarefas nessa organização estudantil. Forjou sua percepção participativa na universidade, o que lhe levou a entrar no movimento sindical.

Ingressou na carreira docente em 1974 no ensino particular e participou do Sinterp na gestão de Miguel Arcângelo. Fez parte da diretoria no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980 em uma fase de grande apatia sindical, o que levou o grupo que estava vinculada a perder a eleição para chapa de Florilena Aranha.

Como professora do magistério público, participou do grupo que organizou a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) e teve influência na articulação do grupo que foi eleito para a segunda gestão da associação.

Já nos anos 1980, foi diretora do Sinproesemma e participou de momentos importantes das lutas sindicais. Sempre teve uma posição de esquerda no período da gestão Lucimar Góis, embora nunca tenha definido com o tal.

Mesmo aposentada, nunca deixou de participar da vida sindical. Apoiou a segunda mudança de maior envergadura que teve este sindicato, que foi a saída da presidência de Lucimar Góis da gestão da entidade.

É autora do texto sobre a memória e identidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas e Municipais do Estado do Maranhão/Sinproesemma, que muito contribuiu para pesquisa desta tese.

Lucimar Góis de Sousa

A professora Lucimar Góis de Sousa não concedeu entrevista a esta pesquisa e não há informações na plataforma Lattes, mesmo sendo professora do Departamento de Matemática da

Universidade Federal do Maranhão. Esta biografia será feita baseada nos documentos e depoimentos de entrevistados sindicalistas e ex-sindicalistas.

. Graduada em Matemática e mestre em Matemática, foi importante componente do movimento sindical maranhense. Sua atuação foi marcada pela polêmica à frente do Sinproesemma até sua destituição em assembleia geral da base sindical do Sinproesemma.

Torna-se vice-presidente da APEMA na gestão de Antônio Marmo Martins Pavão que renuncia após uma crise interna na diretoria durante o seu mandato, o que fez com que alçasse à presidência Lucimar Góis e dirigisse o sindicato durante 23 anos.

Sua gestão foi marcada pela aproximação da APEMA com o governo estadual. Marca este período a concessão de um título de sócia honorária à Secretária de Educação, Leda Maria Chaves Tajra. A partir dessa cooperação com o governo consegue espaço físico para funcionamento dos núcleos da associação no interior do estado e liberação dos respectivos dos professores presidentes para fazer funcionar estas representações regionais.

Em 1985, sob a presidência de Lucimar Góis, ocorreu a primeira grande manifestação reivindicativa do professorado estadual. Os professores mobilizados fizeram passeatas até a assembleia legislativa e ao Palácio do Governo, cuja ameaça de demissão só foi reconsiderada pelo governo devido ao apoio popular que alcançou a mobilização.

A pressão do professorado sobre a diretoria da APEMA foi responsável pela deflagração do movimento reivindicatório, seguido de grandes manifestações públicas frente ao Palácio do Governo e Assembleia legislativa. A aprovação do estatuto do magistério decorreu da luta que o professorado foi capaz de imprimir.

Em 2001, Lucimar Góes deixa o sindicato sobre denúncias. Tenta retornar por decisão judicial, mas é novamente derrotada pela assembleia da categoria que não queira mais seu retorno à frente da entidade.

Antônio Martins de Araújo **

Nasceu no dia 1º de agosto de 1932, em uma segunda-feira aziaga, em São Luís do Maranhão, na Rua dos Afogados, esquina com o Ribeirão, já de janelas abertas para o teatro Artur Azevedo, a cujos espetáculos teatrais assistiu (a todos) entre seus cinco e treze anos de idade, levado pelas mãos de sua madrinha e mãe de criação, Edith Barbosa Pinto, que vendia,

**Parte desta biografia de foi baseada na existente na página da Academia Maranhense de Letras, a partir do sítio: <<http://www.academiamaranhense.org.br/academicos/ocupantes/03.php>>

na caixa do teatro, cafezinho e mingau de milho para os artistas das companhias visitantes e para os espectadores durante os intervalos das peças.

Essa mordomia só foi interrompida por dois anos com o advento da 2.^a Guerra Mundial, em 1938, quando seu pai, proprietário da Merceria Gaúcha, sita na testeira do Ribeirão, foi obrigado a passar o ponto a fim de honrar as dívidas para com seus fornecedores, em decorrência de um calote de trinta contos de réis da Prefeitura de então, que deixou de descontar em folha o fornecimento que ele fazia aos garis da capital.

Enquanto o pai providenciava vender seus bens para fazê-lo, morou em Viana por dois anos, ocasião em que, pela manhã, estudava em uma escola municipal situada na Rua Grande, e, à tarde, um velho mestre-escola leigo lhe orientava o preparo das lições e exercícios ali passados.

Em agosto de 1947, com quinze anos de idade, ainda cursando a 4.^a série do antigo ginásio dos Maristas, ao lado da Sé, foi convidado pelo irmão Eloy José, diretor do estabelecimento, a ministrar, à noite, aulas de Português e História do Brasil, na Escola Champagnat, por aquelas mantidas, aos alunos pobres a fim de poderem prestar concurso para o exame de admissão ao ginásio.

Adolescente, participou de várias agremiações literárias em São Luís, como o Grêmio Cultural Coelho Neto, que se reunia aos sábados nos Maristas; do Centro Cultural Graça Aranha, que se reunia nas noites de quinta-feira na mansão de Eder Santos, na rua do Sol, esquina com a praça Deodoro. Nos anos cinquenta, foi presidente do Sindicato dos Professores Secundários de São Luís por vários anos. Hoje, é sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e diretor de Relações Públicas da Academia Brasileira de Filologia, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1952 e 1964, com exceção dos mantidos por ordens religiosas, praticamente lecionou em todos os estabelecimentos secundários de São Luís do Maranhão; chegando a fundar, em 1959, pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, na praça do Lira, onde funciona hoje a Escola M. Sousândrade, o Ginásio Getúlio Vargas, que funcionava à noite. Daí foi guindado pelo governador Newton de Barros Belo a diretor do Colégio Estadual do Maranhão, onde era catedrático de Língua Portuguesa. Nessa condição, fundou e dirigiu o Jornal do Lycêo Maranhense, que circulava encartado no Diário Popular, do qual fora revisor nos anos cinquenta, depois de o haver sido também do Jornal do Maranhão, hebdomadário católico produzido na rua de Santo Antônio, ao lado da igreja do Rosário.

Em 1958, pela antiga Faculdade de Filosofia do Maranhão, inicialmente, mantida pela Fundação Paulo Ramos, e federalizada nos anos sessenta, licenciou-se em Letras Neolatinas, credenciando-se, assim, a lecionar, no 1.º e 2.º graus, tanto língua como literatura, do Português, Francês, Espanhol, Latim e Italiano; bem como, ainda licenciando, começou a lecionar, na graduação dessa Faculdade, Literatura Brasileira e Língua Portuguesa.

Transferindo-se com a numerosa família para o Rio de Janeiro em 1964, logo começou a lecionar na antiga Escola Técnica Federal, hoje CEFET (1964), na Escola Técnica de Comércio Rio Grande do Sul (1964-1965), na Escola Naval (1966-1969), na Faculdade de Letras da Universidade Gama Filho (1965-1966). Coordenou os três primeiros cursos de preparação para o Exame de Madureza (antigo artigo 99) mantidos pela Universidade de Cultura Popular, escrevendo, editando e ministrando aulas de português por quatro anos. Inicialmente, na antiga TV Continental, canal 9 (1966 e 1967) e (1968-1969), com o patrocínio da Shell, na TV Tupi, Canal 6, cujas aulas eram reproduzidas em cerca de quarenta cidades brasileiras. Interruptamente, lecionou na Escola de Teatro Martins Pena (a mais antiga da América do Sul), entre 1966 e 1972, História do Espetáculo (cadeira anteriormente professada pelos maranhenses Coelho Neto, seu fundador e primeiro diretor; e Viriato Correia), e o curso de Impostação da Voz.

Durante sua gestão, à frente do Sindicato dos Professores Secundário e Primário de São Luís, abriu-se a discussão para o ingresso na Federação Interestadual dos Trabalhadores em estabelecimento de Ensino e também o envio de uma representante do Sindicato a esta Federação.

Entre as contribuições de Antônio Martins de Araújo ao sindicalismo maranhense, está o desenvolvimento de aproximação com entidades nacionais e estaduais, tais FITEE e os sindicatos de professores do Rio de Janeiro e de São Paulo, conforme dados disponíveis dos anos 1950 a 1960. Foi no decorrer da sua presidência que o sindicato foi consultado por seu congêneres de São Paulo sobre a adesão a uma greve nacional em 1958.

Florilena Gomes Aranha

Fez o curso normal Colégio Rosa Castro, graduando-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que depois veio se tornar Universidade Federal do Maranhão, nos anos de 1973.

Em 1972, entrou na carreira do magistério trabalhando no Liceu Maranhense e no colégio particular São Luís. Foi nesse período que participou de sua primeira passeata como professora da rede pública contra o atraso de pagamento dos salários dos mestres contratados pelo estado. Isto ocorreu durante o governo Sarney quando ainda era estudante universitária.

A militância da professora Florilena Aranha começou quando exerceu atividade de magistério na TV Educativa e ainda não havia sindicato da rede pública. O grupo de professoras do qual participava era composto em sua maioria por mulheres.

Os professores lotados no Centro Educacional do Maranhão (CEMA) eram os que atuavam na TV educativa e tinham seu contrato de trabalho regulado pelo regime da CLT. Isto fez com que procurassem o sindicato da rede particular devido a esta peculiaridade. O grande número de professores que se filiou ao sindicato passou a exigir nova dinâmica do grupo do professor Miguel Arcângelo, que era do sindicalismo administrativo moldado pelo período da ditadura.

Em uma polêmica luta para viabilizar a inscrição de chapa, o grupo liderado pela professora Florilena Aranha venceu as eleições em 1983, derrotando a chapa que dirigia o sindicato há 12 anos.

A gestão de Florilena Aranha foi caracterizada pelo dinamismo na ação sindical. Após 13 anos, sem haver negociações salariais com os patrões de maior escopo, somente em 1983, a constituição de acordo coletivo de trabalho foi retomado. Solicita a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho nos estabelecimentos de ensino em relação à habilitação para o exercício do magistério, exigência do depósito do INSS dos professores, o adicional de 15% por tempo de serviço, a gratuidade para filhos de professora e a implementação da licença maternidade.

Atuou por dois mandatos à frente do sindicato, mas foi somente na sua segunda gestão que ocorreu uma aproximação, de forma mais intensa, com setores ligados ao PT e à CUT. Sua atuação no campo sindical docente pode ser caracterizada como a expressão do “novo sindicalismo” no Maranhão.

Lindalva Batista

Formada em Pedagogia, entra no magistério público municipal em 1978. Seu primeiro cargo na Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal (APMEP) foi de secretária na gestão do professor Arimatea Machado (1994 a 1995). Com

apoio do Machado, ligado ao PDT, aceitou candidatar-se à presidência da associação e saiu vencedora para o mandato que iniciou em 2001.

Sua presidência foi marcada pela luta da carreira única do professorado municipal que não estava previsto estatuto do magistério de 1987. A luta pelos direitos adquiridos por esta legislação tornou-se a bandeira de luta durante a sua gestão.

As maiores greves do professorado municipal ocorreram no período em que esteve à frente da entidade, embora os setores oposicionistas contestassem a sua liderança no processo que produziu a consciência da necessidade de alterar o estatuto e romper com os vínculos do passado assistencialista do sindicato.

A maior contribuição de Lindalva Batista para o movimento sindical docente da capital foi a transformação da APMEP em Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal/SINDEDEUCAÇÃO-São Luís, algo que já havia sido tentado sem êxito em 1994, na gestão Arimatea Machado.

Com a reformulação, mantém-se à frente do SINDEDEUCAÇÃO como presidente até o final de 2012, quando encerrou um ciclo de 12 anos de mandato sindical consecutivo à frente de uma das organizações sindicais docentes mais importantes do Maranhão.